Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23155 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** QUARTA FEIRA 10 JANEIRO 1990 60$00

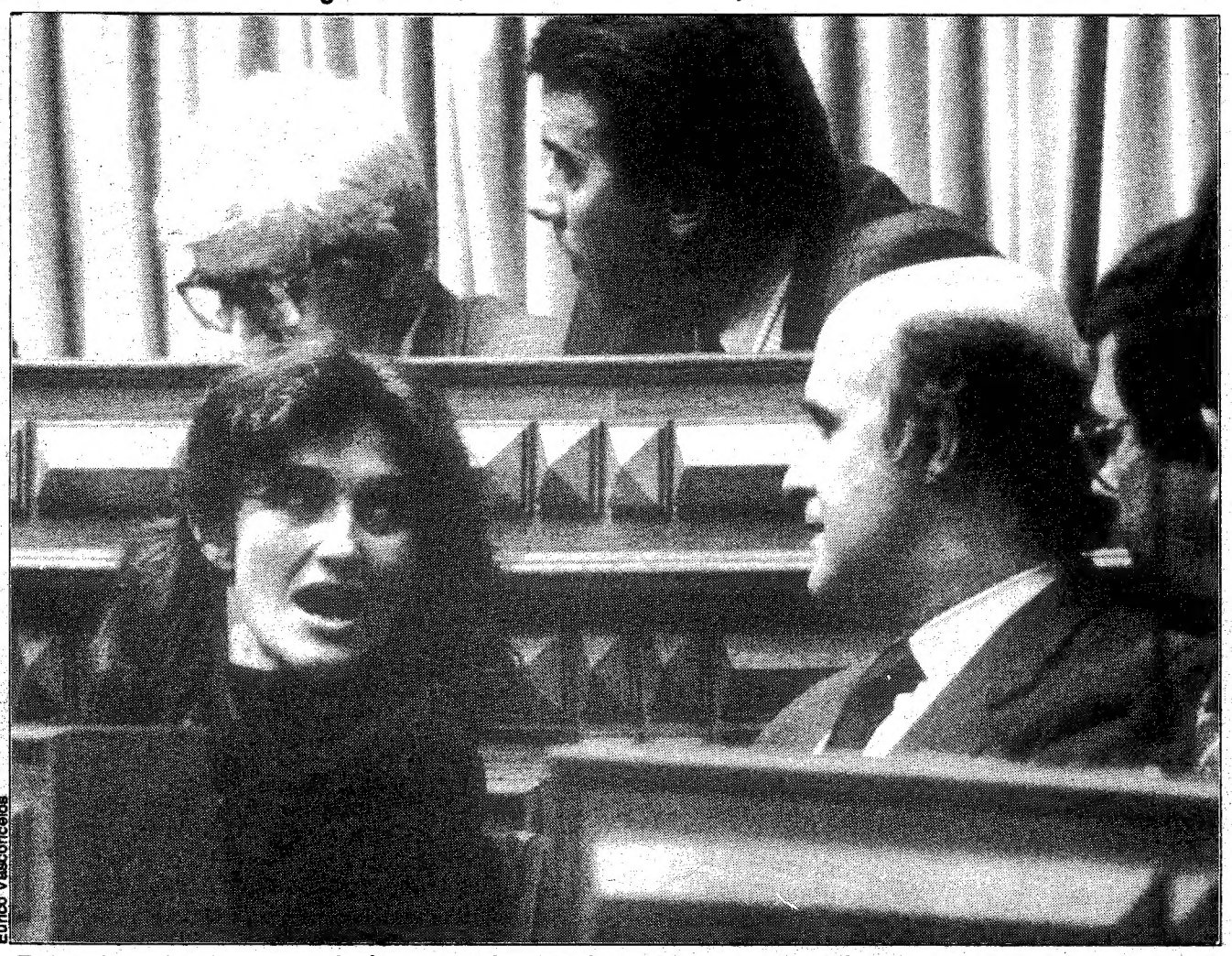
Resultados eleitorais a quanto obrigam!

PSD mudou de estratégia na Assembleia da República

O PSD tem caras novas no Parlamento, ex-governantes agora regressados a deputados. Mais importante do que isso, porém, foram os muitos sinais que o partido do Governo deu de que quer mudar de estratégia: diálogo é a palavra-chave e até já se fala em "debate permanente estrutural" com a participação do Executivo. Parece óbvio que PSD e Governo já tiraram as suas lições dos resultados eleitorais

Pág.8

- *Sociais-democratas desdobraram-se em esforços para obter consensos*
- *Teresa Gouveia alvo de um corropio de todas as bancadas, em beija-mão de boas- vindas*
- *Tão diferente foi ontem o clima que até o PCP cedeu uns minutinhos para o ministro falar*



Eurico Vasconcelos

Teresa Gouveia foi vedeta no Parlamento e alvo de inúmeras atenções. A seu lado, Rui Carp, um regressado que mal conhece as bancadas parlamentares, tanto foi o tempo passado no Governo

Visita de Savimbi não foi anulada

Jonas Savimbi «chega a Portugal no sábado» embora não esteja ainda estabelecido em definitivo o programa da sua estada em Portugal, informou Alcides Sakala, porta-voz da Unita.Os dirigentes deste movimento esperam divulgar mais pormenores sobre a visita «dentro de horas», depois de estabeleceram contacto com Pinheiro da Costa Fernandes, encarregado de Negócios Estrangeiros daquele movimento angolano.

Até à hora de fecho desta edição nada havia de concreto sobre a concessão de visto a Savimbi, registavam-se divisões quanto ao protocolo desta deslocação, e ainda não tinha sido estabelecido qualquer calendário de audiências com entidades oficiais portuguesas, tanto mais que Cavaco Silva parte esta tarde para os Estados Unidos e o Presidente da República não se pronunciou sobre tal matéria.

O surto de gripe não é alarmante

Não há motivo de alarme em relação ao vírus da gripe que afecta Portugal. A directora do Centro Nacional da Gripe, Laura Ayres, disse, esta manhã, ao «DL» que se trata de um micro-organismo de características normais, não maligno. Nalguns pontos do país a afluência aos hospitais de doentes engripados duplicou relativamente ao que é normal. O banco do Hospital de S. José, durante a noite de ontem e o princípio da manhã de hoje, não registou qualquer caso de gripe. O Ministério da Saúde, apesar de tudo, fala em pré-epidemia e aconselha a vacinação.

Pág. 14

Anos 90: Portugal vai mudar

O que tem de se alterar no nosso país para sermos efectivamente europeus

As mais prováveis alternativas de Governo

Os grandes empreendimentos projectados

Suplemento de 16 páginas

Cavaco chega hoje aos EUA: crónica do nosso enviado especial Paulo Martins
Pág. 9

Uma carta de Margarida Marante
Pág. 5

A crónica de Joaquim Letria e o «cartoon» de Pedro Palma
Pág. 4

Entrevista com Eugénia de Mello e Castro
Pág. 21

GRANDE ANGULAR

Mudanças radicais no chamado Mercado Comum do Leste constituem uma necessidade vital para a sua sobrevivência. Os primeiros-ministros dos dez estados membros, reunidos em Sofia, pensam o futuro de um organismo fundado em 1949

Aspecto da sessão do Conselho de Ajuda Mútua Económica (Comecon).

Comecon: uma questão de vida ou de morte

Os primeiros-ministros dos dez países membros do Comecon estão desde ontem reunidos em Sofia, na Bulgária, para debater a reestruturação daquele organismo de assistência para a cooperação económica mútua. Trata-se do primeiro encontro de alto nível desde a onda de mudanças que têm vindo a introduzir significativas reformas nos países de Leste.

Para além dos sete países do Pacto de Varsóvia, o Comecon, engloba Cuba, Mongólia eVietname, que igualmente participam nos trabalhos. Esta reunião, que deverá terminar hoje, visa transformar o Comecon numa organização económica moderna, que ajude os seus membros a integrarem-se na economia mundial.

"Registaram-se profundas transformações nos países do Comecon e esperamos que esta sessão seja um ponto de viragem nas actividades do organismo", afirmou o primeiro-ministro búlgaro, Georgi Atanasov, na sessão de abertura.

Atasanov disse que o Comecon. fundado em 1949, no auge da dominação soviética sobre os seus satélites da Europa de Leste, está a perder o seu dinamismo e que a sessão iria debruçar-se sobre esse "fenómeno negativo".

Um organismo "ultrapassado"

O seu homólogo húngaro, Miklos Nemeth, ao intervir, disse aos representantes dos outros nove países que o Comecon deve "mudar ou morrer", e fez uma série de propostas destinadas a posicionar o organismo numa nova base.

O ministro checoslovaco das Finanças, Vaclav Klaus, que liderou os apelos para uma reestruturação radical do Comecon, afirmou aos jornalistas que os países membros terão de aceitar uma proposta soviética no sentido de adaptar o comércio aos preços mundiais e em moeda convertível.

"Teremos de aceitar a proposta em termos de longo prazo, mas o processo de transição estará aqui em debate", acrescentou.

O ministro polaco do Comércio Exterior, Marcin Swieciski, limitou-se a dizer, na véspera do início da reunião de Sofia, que o Comecon é um organismo "ultrapassado".

A proposta da URSS, apresentada em Dezembro pelo primeiro-ministro soivético, Nicolai Rykhkov, reflecte a recusa de Moscovo em aceitar mercadorias de má qualidade em troca de matérias primas e petróleo.

Continuação com mudanças radicais

Ontem o diário do PC soviético, Pravda, num comentário de primeira página, defendeu a continuação do Comecon, com a introdução de mudanças radicais. Considerou que os 10 Estados membros mantêm estreitos laços e que as mudanças eram um facto natural no processo do seu desenvolvimento.

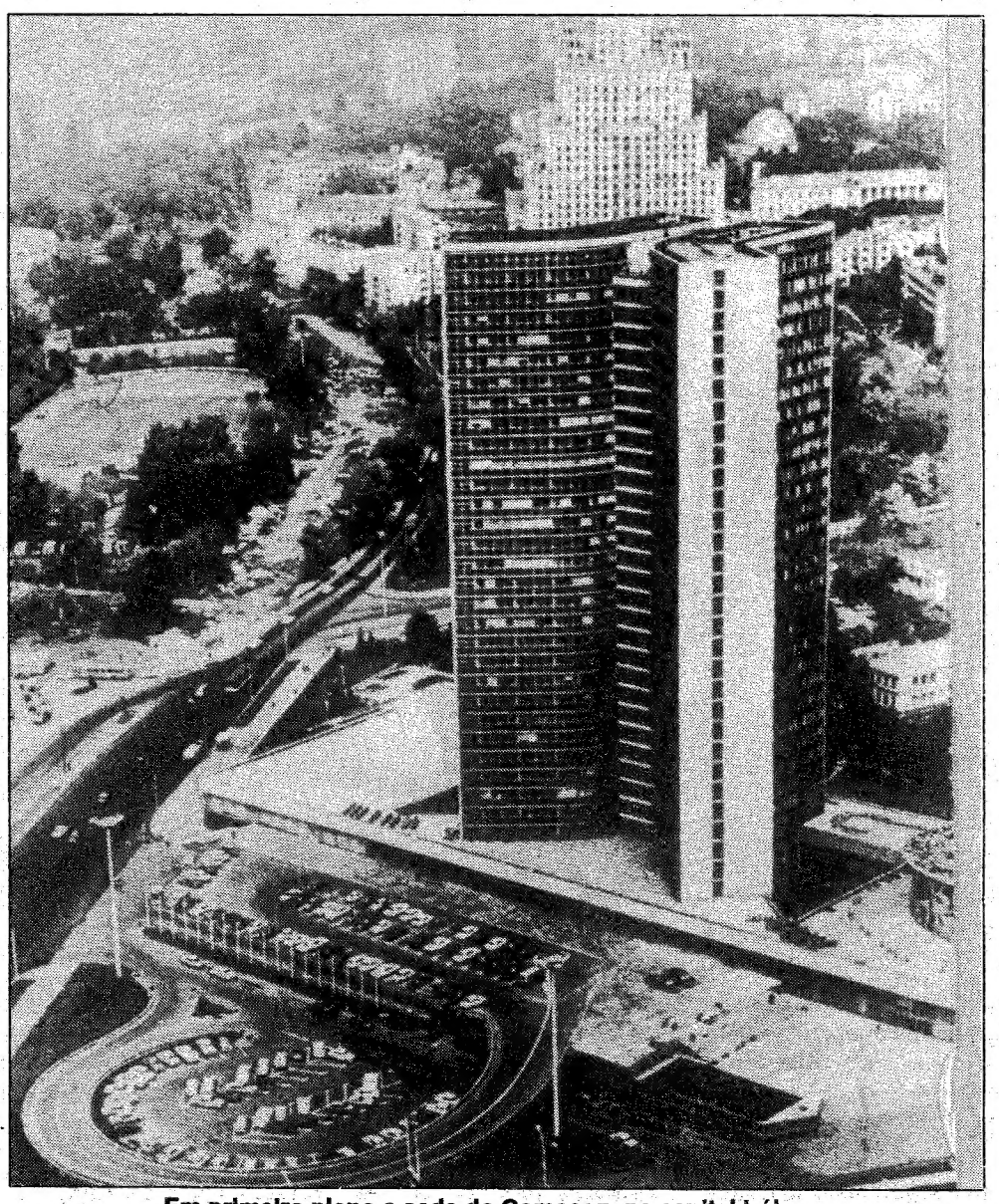
"Não é simples para este ou aquele Governo detruí-los", disse. "A nossa posição é a de aprofundar a integração económica dos membros do CMEA (Comecon) em todos os sentidos, para constituir o seu mercado comum".

Para além das mudanças na estrutura do Comecon, a reunião está a analisar a coordenação dos planos económicos da organização para 1991-95, questão que não é pacífica entre os países membros.

A agenda de trabalhos inclui também a análise de uma proposta de modernização do sistema monetário do Comecon e o estabelecimento de relações directas entre empresas dos países membros, de acordo com uma notícia divulgada pela agência noticiosa húngara, MTI.

Ainda recentemente, o porta-voz do Ministério soviético dos Negócios Estrangeiros, Guennady Guerassimov, afirmou que actualmente "não existe dinamismo, nem sinais de melhoria na estrutura comercial, nem progresso tecnológico", tendo defendido "medidas radicais para reestruturar os mecanismos da cooperação".

Com efeito, a estagnação das trocas comerciais no Leste contrasta notoriamente com o dinamismo do comércio mundial.



Em primeiro plano a sede do Comecon, na capital búlgara

Por outro lado, as trocas de cada país membro com o Ocidente crescem de forma desvantajosa para os parceiros entre si, dada a necessidade de moeda forte para essas transacções.

URSS à frente do processo

As mudanças no Comecon surgem como uma necessidade imperiosa, sob pena de se criar uma situação generalizada de tipo "salve-se quem puder".

Mas não é de prever que essas mudanças ocorram de um dia para o outro. Nenhuma economia do Leste está em condições de enfrentar a concorrência do Ocidente sem recorrer ao fornecimento de matérias primas e ao apoio da União Soviética. Nestas circunstâncias, Moscovo permanece, até ver, na liderança do processo.

É de referir ainda que, face às dificuldades políticas internas que a URSS está actualmente a atravessar, não é provável que os restantes países de Leste queiram contribuir para agravar a situação, apresentando propostas demasiado radicais, ou que de algum modo ponham em causa a sobrevivência do Comecon.

Redacção DL/Lusa/ Reuter/Le Monde

Os passos de uma experiência falhada

O Conselho de Ajuda Mútua Económica (Comecon) é a organização da Europa de Leste que, com pouco acerto, tem sido comparada à Comunidade Económica Europeia. Fundado em Janeiro de 1949, como contrapeso à Europa do plano Marshall, o Comecon agrupa os sete países do Pacto de Varsóvia, bem como Cuba, Mongólia e Vietname.

Concebido no âmbito do sistema soviético de planificação centralizada, teve por objectivo, no início, a reconstrução, e depois a integração económica de países muito diferentes: a URSS de Estaline controlava inteiramente os países industrializados como a Alemanha de Leste e a Checoslováquia, e os países agrícolas como a Bulgária e a Roménia.

O Comecon foi relativamente eficaz, durante os dois primeiros decénios da sua existência, na tarefa de homogeneização dos mecanismos económicos (planificação centralizada e monopólio estatal do comércio externo) e de desenvolvimento da indústria pesada.O projecto soviético de instaurar uma verdadeira "divisão internacional socialista do trabalho", não foi conseguido. A organização falhou na satisfação das necessidades em produtos de consumo, tanto quantitativa, como qualitativamente. Mas em contrapartida conseguiu impedir que cada país perseguisse objectivos diferentes, desenvolvesse as suas próprias estruturas de preços e de salários e, enfim, tivesse a sua própria política económica.

Uma ideia enganadora

Não é raro considerar-se o Comecon como o "Mercado Comum dos países de Leste", mas nunca foi mais do que uma zona de trocas controladas. Para justificar a designação de mercado, sempre lhe faltaram três elementos fundamentais: a procura, a moeda e os preços.

Em matéria de procura, o Comecon nunca conheceu mais do que as necessidades previamente definidas pelos planos quinquenais. A rigidez de tal sistema é agravada pelo estrangulamento dos aparelhos produtos; e daí as penúrias verificadas constantemente e que sempre foram compensadas por importações de terceiros países, pagas em divisas fortes. É o falhanço de um sistema originariamente concebido para funcionar em circuito fechado.

A "moeda" das trocas no seio do Comecon é o "rublo transferível", designação enganadora, já que o rublo não é convertível. As trocas são geralmente realizadas entre dois países, ao abrigo de um grande número de contratos anuais ou quinquenais, visando o equilíbrio das contas. Quando há excedentes, estes não podem ser usados para comprar produtos junto de um terceiro país (com o qual o comércio externo é também impedido por uma outra série de contratos bilaterais).

Graves distorções

Ter excedentes em rublos transferíveis não oferece nenhum interesse, o que explica a cólera dos húngaros, que acumulam importantes excedentes em relação à URSS. Este último não fornece as quantidades previstas pelos contratos bilaterais de energia e de matérias primas. O valor do rublo transferível é calculando com base na conversão dos preços mundiais dum produto em rublos correntes no mercado oficial, o que é sempre perfeitamente arbitrário. O debate sobre a convertibilidade - bilateral ou multilateral - constituirá um dos principais assuntos das tentativas de reforma do Comecon.

Outra faceta desta questão é o problema dos preços. O Comecon sempre fabricou os seus preços, inspirando-se nos preços mundiais. Mas a planificação obrigou a médio prazo ao bloqueamento, durante cinco anos, dos preços dum período anterior, gerando aberrações, como por exemplo no caso do petróleo.

Nos anos 70, a URSS só muito tardiamente fez repercutir a alta mundial nos seus preços: subvencionou fortemente os seus parceiros, a tal ponto que uma revisão do sistema de preços teve que ser feita nos anos 80. Mas quando os preços mundiais desceram, o petróleo soviético não foi orientado no sentido da baixa, contiuando a ser facturado a preços superiores, desta vez em detrimento dos outros países membros.

Com efeito, o Comecon parece ter falhado largamente na sua missão de desenvolvimento do comércio entre os países do Leste.

Exlusivo Le Monde/DL
Trad. e adapt. J.F.

O primeiro-ministro húngaro, Miklos Nemeth, considera que o Comecon deve "mudar ou morrer"

Uma história de acordos e divergências

Aparentemente dois blocos de costas viradas, a Comunidade Económica Europeia e o Conselho de Assistência Ecomónica Mútua (CAEM ou Comecon) têm mantido relações pontuadas por entendimentos e acordos que, caso o futuro breve seja definidor de uma reformulação de conceitos dos países socialistas, podem vir a ser muito maiores e benéficos para ambos os lados.

Se os países membros da CEE têm, cada um por si, entabulado negócios com os parceiros que integram o Comecon, o que é uma realidade é que a Comunidade, apesar da delineação de aproximação e a par das negociações bilaterais com diversos Estados do CAEM, tem mantido um comércio, com esses países, principalmente no campo das importações, na base de um sistema autónomo de importação.

Segundo a Comunidade, a sua política tem visado desenvolver as relações comerciais com todo o mundo, pelo que tem mantido relações com a maioria dos Estados europeus que são o bloco maioritário no CAEM.

Os conceitos organizacionais dos dois blocos divergem: ao contrário da CEE, o CAEM não é uma instituição supranacional, mas sim intergovenamental e os países que a ele aderiram não têm nem mercado nem política comuns, para além de não ter órgãos executivos comparáveis aos da Comunidade Europeia nem dominar as relações económicas externas.

Vigilância

Desde 1969 que as relações comerciais entre a CEE e o CAEM têm sido alvo de medidas de vigilância comunitária e, depois dessa data, todas as negociações bilaterais feitas pelos diversos Estados membros têm sido ratificadas pela Comunidade. A partir de Janeiro de 1975 tem aplicado, para as relações comerciais com os países do Comecon, medidas autónomas, principalmente de restrições quantitativas no que respeita a produtos sensíveis.

A apetência dos países do CAEM por novas tecnologias aplicáveis em nações com mão-de-obra qualificada mas necessitadas de inovações, tem sido uma das vantagens dos organismos ocidentais que, de certa forma autónoma, estabelecem acordos bilaterais. Nessa campo Portugal tem sido um parceiro recentemente activo, com francas possibilidades de aumentar e diversificar essa cooperação.

Remonta aos finais de 1974 a proposta comunitária de um acordo-quadro de natureza comercial, onde estava preconizada a conclusão de acordos comerciais bilaterais não preferenciais entre a CEE e cada membro do CAEM. Dois anos depois este propôs, em seu lugar, um acordo entre o Comecon e os seus países membros, por um lado, e a CEE e os seus Estados membros, por outro.

Trocas comerciais

No conjunto das exportações da CEE, 6 por cento foram-no para o CAEM, de onde provêm 7 por cento das importações comunitárias, sem ter em contra as trocas inter-alemãs, feitas ao abrigo de um acordo especial.

Os problemas existentes nas relações comerciais com os países do Comecon não têm tido alteração sensível nos últimos anos, apesar do crescente clima de abertura. Uma situação de endividamento e de carência de divisas convertíveis tem levado a que uma parte considerável das trocas comerciais se desenrole através de operações de compensação, tendo os parceiros comerciais do Ocidente dificuldade em escoar os produtos, pouco concorrenciais, provenientes do CAEM.

Por esse motivo a Comissão da CE teve, por diversas vezes, de instaurar processos «antidumping», devido às perturbações dos mercados comunitários causadas pelas exportações a baixo preço feitas pelos países do CAEM, principalmente nos sectores do aço, dos têxteis e dos produtos químicos.

O sector dos tansportes tem sido uma área sensível, com a CEE a queixar-se de distorções da concorrência e prática de «dumping» por parte de empresas estatais do Leste europeu, o que tem feito oscilar as posições no mercado das empresas comunitárias de transportes.

Como previsto logo no início do ano, as transformações nos países de Leste, tal como a possível abertura (defensiva) da CEE a mais Estados, pode proconizar que não só o CAEM acabe enquanto tal, como a própria Comunidade seja, em breve, uma instituição referencial para estratégias futuras.

A.H. (com apoio de documentação do PE)

COMENTÁRIO

Para sossego do mundo

As tendências nos países dez países que constituem o Comecom estão a inflectir para uma convergência de opiniões : a de modernizar a instituição, despindo-a do seu carácter intergovernamental e dando-lhe uma feição supranacional que possa actuar cooperativamente no domínio económico (produção de produtos, bens e serviços, mercados internos e externos, política monetária, ciência e tecnologia...).

Estas tendências contrapõem-se às que propõem a simples e pura extinção do Comecom, mas que esquecem que os blocos económicos sólidos e solidários, dinâmicos e modernos, são essenciais para se sobreviver no mundo de hoje e do futuro.

Que alternativas se colocariam aos dez países do Leste que tão esforçadamente procuram libertar-se de um passado de erros que, mais do que políticos, são essencialmente económicos, pois que o pensamento que está na sua génese bebe directamente da coisa económica? Tentar cada um por si aderir a um bloco já existente (e o mais próximo seria o da Comunidade Europeia), ou tentar sobreviver sozinho numa luta desigual contra poderosos blocos?

As diferenças, de concepção, de prática e de estádio de desenvolvimento, das economias dos países do Leste relativamente ao Ocidente são de tal forma abissais que só daqui a muitos anos se poderá pensar na sua hipotética integração nas instituições supranacionais ocidentais.

Quanto a uma eventual sobrevivência de um país isolado numa economia crescentemente internacionalizada e mundializada, mesmo que baseada em políticas de baixos preços, só resultaria num espaço de tempo tão curto que nem daria para fazer história, pois que ninguém admitiria uma concorrência desvirtuadora dos mercados internacionais baseados nos mecanimos da oferta e da procura.

O Prof. Jacinto Nunes disse recentemente ao **DL** que «*seria uma concorrência desastrosa se cada país* (do Ocidente) *decidisse intervir isoladamente para ajudar as economias do Leste a resolver os seus problemas*". Que ele nos permita a ousadia, mas vamos afirmar que seria desastrosa qualquer tentativa de os dez países do Leste tentarem sobreviver sem uma instituição supranacional que os congregue e lhes permita ser **uma** voz activa no concerto da economia mundial, que o mesmo é dizer no concerto da política internacional, pois que esta cada vez mais é comandada pelos interesses económicos.

E não vemos outro caminho, mais à mão e mais imediato, do que o recurso a um Comecon modernizado, dinâmico, actuante numa crescente cooperação interna e externa, que congregue esforços para avalizar e concretizar de forma consolidada o espírito reformista e liberalizante que grassa pelo Leste Europeu.

Porque é necessário às economias do Leste, é certo, mas também às do Ocidente que, desta forma, beneficiarão de um novo e poderoso fôlego, sejamos realistas, consubstanciado num forte incremento das trocas comerciais.

E se os «revolucionários» exigirem que se lhe mude o nome, então que se mude, mas que fiquem as intenções e as acções de uma instituição virada para a solução, pela via da cooperação interna e externa, dos problemas económicos concretos dos dez países que, sejamos optimistas, a vão constituir a partir de hoje ou de um futuro próximo. Para sossego do mundo.

Victor Leitão

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira
Coordenadores de Secção:
Adelino Cardoso, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, António José Teixeira, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias de Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), José Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Aivim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa ,Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alves Henriques, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
José António Carvalho, Jorge Santos, Nuno Teixeira e Óscar Figueiredo

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutelo
Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

FORUM

HOJE NÃO ESCREVO!

Esta passagem de ano foi tão rica em acontecimentos, que entro na nova década apanhado na ratoeira do embaraço da escolha.

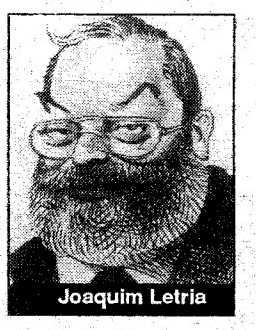
Primeiro, estive para escrever sobre o nosso Presidente da República na Checoslováquia. É mesmo bom homem, aquele dr. Mário Soares. Um santo homem!

Lá foi ele naquela visita que más línguas dizem ter sido patrocinada pela Renault, lá se prestou a andar ao relento naquele frio de Praga, a fazer horas, a comer em cantinas estudantis, a apertar a mão a um bispo que, Deus lhe perdoe, parecia mesmo não saber quem era o nosso Presidente; lá se sujeitou o dr. Soares a abrilhantar comícios, a dar entrevistas àquele enviado da RTP que tem o patrocínio da Burberry's, lá teve de aturar o nosso simpático e aturdido embaixador até, finalmente, poder encontrar menos fortuitamente o teatral Havel.

Eu cá, se fosse o dr. Mário Soares, dizia-lhe!... Não o convidava para Portugal. Pedia ao Sousa Cintra para o convidar para o Sporting - Penafiel, ou Sporting - Tirsense, aparecia-lhe no intervalo, fazia-me encontrado, tratava-o por cima da burra não vá o homem, ainda por cima, querer retribuir o Renault com um Skoda...

Depois, estive para escrever sobre o nosso Primeiro-Ministro e a remodelação governamental. Esta última semana da década é que foi - o prof. Cavaco deve ter utilizado furões e foi ver os coelhos todos a saltarem da toca. Saltou desde caça grossa, empapada em «respeito, amizade e solidariedade» por ele, mas o que quer é a toca do dr. Cavaco, até aos cucos milharucos que se contentam com umas migalhas que dêem para pagar uns favores que lhes permitam ter uma garrafita de «whisky» em «boîtes» de bom tom e de má nota e manter apalavrados alguns colaboradores de jornais daqueles que tornam as pessoas colunáveis.

A seguir, estive para escrever sobre a remodelação em Macau. Aquilo ali é que é! Zás, trás, catrapás, já está, que não há tempo a perder nem comissão a discutir. Em Macau, a coisa é fina... quem está por fora só percebe mais tarde mas não necessita de intérprete. É ver quem ganhou as adjudicações sem concurso. Perceber a quem tocou o incinerador do lixo ou a segunda fase das obras do Porto e, principalmente, esperar para saber quem vai ficar com o assoreamento e comercialização da Praia Grande. Deixem o aeroporto para mais tarde, que isso é só galgo posto a correr pelo sr. Ho. Não se preocupem, que está tudo previsto. Em Macau, quer dizer, em Belém, no Imaviz e nas Amoreiras, a coisa é muito mais fina do que vocês julgam...


Joaquim Letria

Em quarto lugar, elegia aquela manifestação dum grupo de cidadãos portugueses que vai dar o seu apoio às novas autoridades romenas, à porta da embaixada de Bucareste em Lisboa.

A intenção é boa. A ironia da situação reside, porém, no facto dos neoliberais portugueses e dos nossos comunistas perestroikados irem manifestar-se junto dum bando que foi cá posto pela dinastia Ceausescu. Claro que já se passaram todos para os novos senhores, mas que haviam eles de fazer? Abriam um novo restaurante, «Os Cárpatos», no Bairro Alto?

Escusam os nossos estimados manifestantes de quererem saber quem eram, na embaixada, os rapazes da Securitat. Quando entregarem lá o abaixo-assinado, basta jogarem ao *dolitá*, que acertam sempre. Eles passaram-se com tanta velocidade para os novos donos, que só tiveram tempo de queimar a papelada depois...

Por fim, encarei as hipóteses mais sérias: a de deixar estes «fait-divers», dignos de crónica policial, e tratar assunto sério, como seja a manipulação da media internacional a partir da Roménia e do Panamá, tal como eu a vi estes dias em Nova Iorque. Mas não há espaço nem paciência. Podia escrever antes sobre a nova patifaria feita à nossa Rosa Mota, impedida de nos representar em Barcelona. Podia aproveitar, a propósito, para chamar a atenção do sr. ministro da Educação para o que acontece nas nossas estruturas desportivas e lembrar a todos o que está a acontecer a Leste aos burocratas corruptos. Mas penso ser melhor deixar este tema para a secção desportiva do «Diário de Lisboa». No fundo, a única decisão acertada que posso tomar é esta: Hoje não escrevo!

Cartoon de Pedro Palma

Um exclusivo Faces of the World/DL@1990

VIVER EM LISBOA

Agora que o novo presidente da Câmara de Lisboa inicia funções e herda, e com ele todos nós, as marcas bem visíveis do deplorável consulado Abecasis e do impecável cumprimento da promessa-ameaça de que a cidade não seria a mesma no fim dos seus mandatos, creio que é importante pensar aquilo que se espera de Lisboa e da vida da cidade.

Para quem, como eu, viveu dois anos numa outra cidade, num outro país, não é simples voltar a Lisboa. Em dois anos muitas coisas mudaram em Lisboa. Não creio, no entanto, que fossem as pessoas a mudar, já que ainda aí estão aquelas de quem gosto, aquelas de quem me recordava até ainda aí estão, claro está, aquelas de quem não gosto. Não penso sequer que a alteração essencial seja nas paisagens, uma vez que há dois anos era já bem visível a destruição da cidade que os últimos tempos agravaram.

Aquilo que me parece ter-se alterado de uma forma radical é o ritmo da cidade. Lisboa, como me dizia um dia destes um amigo meu, estrangeiro, que trabalha no Teatro e nos jornais e por cá vive, já há uns largos anos deixou de ser uma cidade de nostálgicos para passar a ser uma cidade rápida e agressiva.

Nestes dois anos, Lisboa deixou definitivamente de poder ser reconhecida no retrato que dela fazia Tabucchi, reportando-se ao momento em que a conheceu, como uma cidade parada no tempo, para se aproximar muito mais da descrição, bem mais prosaica, que dela fazia, recentemente, outro italiano, enviado especial do jornal «Italia Oggi», apresentando-a como uma espécie de estaleiro gigante, permanentemente em construção e a braços com uma especulação imobiliária desenfreada.

Que o tempo não está para nostálgicos, parece-me, de facto, claro. Nem o tempo nem os sítios. Que dos cafés e bilhares onde gastávamos os dias até ao Monumental das «matinées clássicas», onde iam tantos dos que escrevem neste jornal e até o seu director (de quem, a propósito de «matinées clássicas» e de nostalgia, não resisto a recordar o belo texto sobre o *Esplendor na Relva*, escrito na morte de Natalie Wood), tudo ou quase tudo desapareceu.

Parece-me, também, claro, que era necessário que mudasse o ritmo de Lisboa, por muito encanto que tivesse. Nesse ritmo de nostálgicos havia muito de passadismo e de incapacidade de assimilar as inovações. Foi talvez ele que justificou que um personagem de um livro de Roger Vailland pudesse dizer que em Portugal encontrara, pela primeira vez, um povo que se desinteressara da história.

Na mudança de ritmo de Lisboa parecem-me, no entanto, ter-se perdido alguns valores essenciais que marcavam a vida da cidade e dos seus habitantes: a solidariedade, a amizade, o prazer do convívio. Em troca foram poucos os valores que se ganharam num processo de modernidade acelerada que veio agravar ainda mais os contrastes e desigualdades sociais na cidade e torná-la bem mais difícil de viver para uma larga faixa da sua população.

Essencial teria sido conseguir, ao longo destes anos, fazer a síntese entre os valores tradicionais de Lisboa e os da modernidade e eficiência, mas creio bem que foram muito poucas as pessoas que o conseguiram fazer sem se perderem pelo caminho.

Um dia destes, falando com uma destas pessoas, disse-lhe que pensava que ela era a pessoa que eu conhecia que melhor tinha feito essa síntese. Ficou-me a olhar surpreendida, porque, como sempre acontece com as pessoas que são assim, tudo o que faz, faz bem e de um modo natural que não lhe permite sequer dar-se conta de como é única.

Foi com ela que um dia destes fiquei longas horas a olhar para Lisboa, enquanto dizíamos: adoro Lisboa. Só que ambos sabíamos que se alguém nos perguntasse porque é que adorávamos Lisboa responderíamos, em versão nostálgica, com a canção da Ella Fitzgerald, «why do I love Paris? Because my love is near», ou, em versão moderna, com a evocação do Indiana Jones, no terceiro filme da série, «I love Venize».

Porque a verdade é que Lisboa não é, hoje, uma cidade que se possa adorar a menos que se pense, como no fado (Lisboa obriga) que o «amor é louco»; Lisboa é, pelo contrário, uma cidade onde é difícil viver com prazer, mergulhada no caos do trânsito, confrontada com as dificuldades de transporte, com o estado geral de conservação das ruas, com a destruição de tantos belos sítios, com a ausência de espaços de festa e de convívio.

É por isso que é preciso esperar que a nova Câmara seja capaz de fazer com que se possa adorar Lisboa por ela própria. Torná-la numa cidade em que aqueles que são felizes tenham condições para viver a felicidade e não a tenham de proteger de tantas agressões exteriores e aqueles que não são felizes ao menos encontrem alguns motivos de felicidade no facto de viver numa cidade que os acompanhe e que seja solidária com eles.

Creio que esta é a cidade a que temos direito. Boa sorte Jorge Sampaio.

Eduardo Paz Ferreira

CARTAS NA MESA

Margarida Marante, o «DL» e «A Hora da Verdade»

Da coordenadora do programa televisivo «A Hora da Verdade», Margarida Marante, recebemos, dirigida ao nosso director, a carta que adiante se transcreve e comenta:

Ao abrigo da Lei de Imprensa e em referência a um artigo publicado na edição de 29 de Dezembro, no jornal que V. Ex.ª dirige, e atendendo à gravidade das acusações feitas à reportagem sobre adopção e negócio com crianças, exibido no dia 21 de Dezembro, vimo-nos obrigados a esclarecer os seus leitores do seguinte:

1 - O «Diário de Lisboa» tomou partido e fez-se porta-voz dos interesses de uma senhora (Adélia Silva Melo), visada na nossa reportagem e que nela figura como protagonista de um caso, dos muitos que se verificam no nosso país, de guarda de crianças à margem da segurança social, e dos tribunais.

2 - A nossa reportagem não sugere que se esteja perante o rapto de uma menina. As imagens filmadas, com o pleno conhecimento da organização Interaid, documenta a entrega de uma criança contra a sua vontade e de forma extremamente violenta. A qualificação do acto deixámo-la, intencionalmente, ao critério do telespectador. Curiosamente a beneficiária desta «adopção selvagem», defendida, implicitamente no texto, do «Diário de Lisboa» é uma vez mais Adélia Silva Melo.

3 - Não compete ao jornalista avaliar da idoneidade da dr.ª Adélia como eventual candidata à adopção de uma criança. No entanto, segundo informação que a própria nos prestou, foram os serviços da Misericórdia de Lisboa que a excluíram, e talvez não como afirma, por ser solteira, já que em 1989 como foi referido na reportagem, foram aceites como candidatos à adopção 53 casais e 6 pessoas singulares.

4 - Em nenhum momento da reportagem foi afirmado que a criança em causa tinha sido vendida.

5 - A anunciada tentativa de regularização, «a posteriori», da situação de facto consumado, relativamente à menina angolana muito nos anima mas não diminui nem anula o acto violento em que Adélia Melo participou.

6 - Tal como afirmado pelo director-geral dos Serviços Tutelares de Menores, no debate que se seguiu à reportagem, este tipo de entrega de crianças não configura uma adopção e é um acto nulo à luz da Lei vigente.

7 - É mentira que tenhamos omitido qualquer tipo de informação. A circunstância das crianças, Heliana e Helma, serem ou não irmãs é irrelevante. Como é irrelevante também toda a história da sua família. O que está em causa é a forma como o seu destino foi emcaminhado ou o acordo pouco transparente que deu origem à sua entrega à dr.ª Adélia. Mas se algo ficou por dizer em relação a esta professora foi, que antes de ter levado Helma, uma outra criança da instituição Interaid esteve também aos seus cuidados. De nome Armando, a criança viveu mais de um ano em casa desta senhora. Mas a dr.ª Adélia recusou-o. Queixou-se dos problemas que teve com ele e devolveu-o um ano e meio depois à mesma instituição. Num processo de adopção legal todo o cuidado é posto na escolha dos pais adoptivos e no estudo do seu relacionamento com a criança, de modo, justamente, a evitar situações como esta em que a criança se vê rejeitada uma segunda vez. A primeira pela sua família natural e a segunda pelos pretendentes a pais adoptivos.

8 - Ao decidirmos abordar tema de tão grande melindre, tínhamos perfeita consciência das dificuldades que nos iriam ser colocadas. No entanto, uma vez estabelecidos os factos e dada toda a informação disponível, não é a ameaça de procedimento judicial que nos intimida ou que nos impede de informar, com todo o rigor e isenção, que temos como regra de trabalho.

Neste combate diário que é informar temos tido, felizmente, grandes aliados. Não é o caso do «Diário de Lisboa» que, pelos vistos, está mais interessado em acusar-nos, dolosamente, de manipulação.

Intencionalmente o «DL» tomou o partido da pretensa parte lesada. Nós, tomamos o das crianças e das instituições que pretendem dar transparência e legalidade à adopção de menores no nosso país.

Margarida Marante

Nota da Direcção - Como facilmente se pode constatar pela leitura do artigo que origina a carta de Margarida Marante, nunca o «Diário de Lisboa» acusou aquela jornalista, ou o programa «A Hora da Verdade», ou, sequer, a jornalista responsável pela reportagem em causa, Fernanda Bizarro, de manipulação.

O que o «Diário de Lisboa» fez foi tratar um acontecimento que desde o dia anterior vinha sendo notícia - a intenção da prof.ª Adélia Silva Melo de processar as pessoas e entidades responsáveis pelo programa - ouvindo as diversas partes envolvidas no processo: a própria Adélia Silva Melo, a organização Interaid, a única familiar conhecida da criança filmada, e a jornalista responsável pela reportagem.

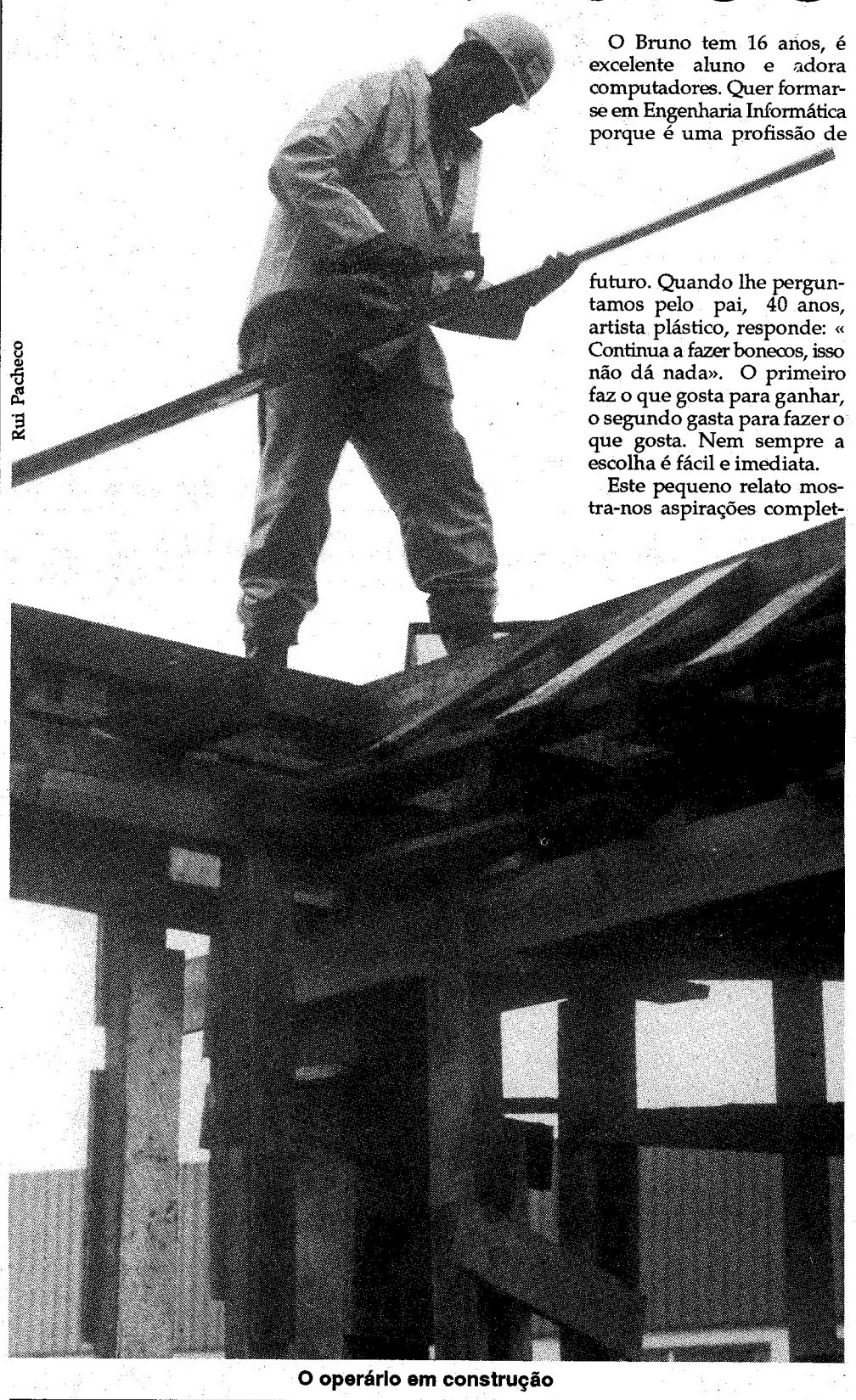
Não vemos como isto possa ser transformado em algo como *acusar, dolosamente, de manipulação* o programa «A Hora da Verdade». Tal como não vemos que isso possa bastar para nos acusar de *tomar partido e fazer-se porta-voz dos interesses de uma senhora*, sobre a qual não nos escusámos a dizer aquilo que, afinal, Margarida Marante adianta na sua carta: que a Misericórdia de Lisboa a excluiu como candidata à adopção.

Acrescenta Margarida Marante que *o facto de as duas crianças serem ou não irmãs é irrelevante* e que *a qualificação do acto deixámo-la, intencionalmente, ao critério do telespectador*. É um critério. Outro critério, que foi e é o nosso, é tentar explicar que factos se escondem por trás de uma imagem ou de uma notícia.

Mas essa diferença de critérios não basta, cremos, para justificar acusações - dolosas ou, simplesmente, pouco cuidadosas - de Margarida Marante ao nosso jornal.

Os portugueses

Entre o fazer e o haver



Rui Pacheco

O operário em construção

O Bruno tem 16 anos, é excelente aluno e adora computadores. Quer formar-se em Engenharia Informática porque é uma profissão de futuro. Quando lhe perguntamos pelo pai, 40 anos, artista plástico, responde: « Continua a fazer bonecos, isso não dá nada». O primeiro faz o que gosta para ganhar, o segundo gasta para fazer o que gosta. Nem sempre a escolha é fácil e imediata.

Este pequeno relato mostra-nos aspirações completamente diferentes. Estas não estão ligados só a sentimentos ou tendências individuais, mas principalmente à percepção e à representação do mundo exterior. O meio social e cultural é determinante na imagem que os indivíduos têm de si e dos outros. Um outro problema é a possibilidade de escolha dos indivíduos.

A sociedade actual, através dos *mass media*, publicita o «homem novo» como um indivíduo bonito, educado e com sucesso. O sucesso define-se por uma profissão de prestígio e bem remunerada. É o futuro da geração do Bruno. Há 30 anos defendiam-se ideias menos conservadores e materialistas. Era a época do sonho, da criatividade, aquela que formou os pais do Bruno. Os símbolos da juventude eram outros. Hoje, o dinheiro tornou-se uma variável importante no estudo das aspirações. A forma como as pessoas projectam o seu futuro profissional e familiar é limitada pelas condições económicas. A situação financeira tem um papel fundamental na relação entre aspirações e meio social.

Contrariando esta tendência do mundo moderno, a nossa sondagem revela-nos que os portugueses são pouco materialistas na escolha da profissão. Face a dois empregos, um bem remunerado e outro mais interessante, a maioria, 56,3 por cento, opta pelo segundo. Ou seja, o salário não é importante.

A pouca afeição que tem ao dinheiro é também patente quando 53,6 por cento das pessoas afirma que os bens dos outros não os escandaliza. Mas, mais uma vez, se deve fazer a distinção entre a ideia que as pessoas têm de si, o julgamento que fazem dos outros e aquilo que pensam que os outros esperam de si. Uma análise destes três

Operário profissão de futuro

As pessoas não estão interessadas no dinheiro. O importante é ter uma profissão interessante. Já o sabemos, disseram-nos os inquiridos nesta sondagem. Nós chegámos a outras conclusões quando fomos à procura dos estudantes das profissões do futuro. Falámos com alunos da Construção Civil, Engenharia e Gestão. Sendo diferente as aspirações de um aprendiz de estucador ou de gestor, o objectivo é o mesmo, ter uma boa profissão, ganhar bom dinheiro.

As opiniões não diferem muito no seu conteúdo. Apenas na forma se nota a clivagem social e cultural. Em contraponto duas atitudes e maneiras de encarar a vida. Se o João, 19 anos, do Fundão, revela :« Já tive muitas profissões, mas esta é a única que dá mais dinheiro. Posso ganhar mais de cem contos por mês», O Carlos, da mesma idade, de Beja diz-nos: «Eu queria qualquer tipo de engenharia, mas pensei que com Engenharia Civil talvez tivesse mais facilidade de colocação» , acabando por reconhecer que com este curso pode ganhar mais. Profissão interessante e salário elevado estão, muitas vezes, associados. A maioria dos alunos do Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas (CENFIC) são africanos, em especial da Guiné, Cabo Verde e Angola. Grande parte dos estudantes portugueses vêm da província. Este dado é bem representativo do que se passa na Construção Civil. As idades oscilam entre os 15 e 26 anos.

O que os levou a frequentar estas acções de formação financiadas pela CEE foi a necessidade de obterem uma qualificação profissional. Muitos deles já trabalhavam como serventes. Segundo um dos monitores « um aluno nestas condições evolui mais rapidamente. Em três meses começa a fazer trabalhos que lá fora leva anos a aprender». Não podemos esquecer, ainda, que recebem um subsídio de 28 mil escudos, muito perto do salário mínimo nacional.

Para os formandos de estucador, pedreiro e carpinteiro, o que os levou a escolher estes ramos foi a necessidade de «ganhar dinheiro e ter uma boa profissão», onde há falta de mão-de-obra. A resposta mais curiosa é a do Fernando, 26 anos, Guiné:«Faço isto para ajudar a minha família. Era servente, mas os estucadores ganham mais. Há outros na construção civil que também ganham bem, mas nós trabalhamos à sombra, dentro de casa».

Os estudantes de Engenharia Electrónica e Computadores e Engenharia Civil pretendem exercer uma actividade interessante. Muitos fizeram a sua opção quando estavam no 9º ano unificado, ainda não pensavam num emprego. Hoje são funções bem remuneradas, o que torna mais aliciante a escolha. O mesmo se passa com os alunos de Gestão, profissão nova e em expansão. Por exemplo, Mário, 24 anos, 4º ano, gosta desta área, mas reconhece: «É uma profissão de muito futuro, em termos de mercado de trabalho no nosso país, é o que tem mais saídas profissionais».

C.N.

Inquérito - Sondagem «Diário de Lisboa» - Euroteste

Imagine que lhe ofereciam dois empregos que lhe davam, qualquer deles, o suficiente para viver bem. No entanto, aquele que profissionalmente era menos interessante, pagava muito melhor. Qual escolheria? O menos interessante profissionalmente que pagava muito mais ou o mais interessante profissionalmente que pagava menos?

%

	REGIÕES					
	TOTAL	Grande Lisboa	Grande Porto	Litoral	Int. Norte	Int. Sul
Menos inter. profis.	26,0	18,9	33,8	33,5	16,5	22,5
Mais inter. profis.	56,3	75,3	50,9	51,3	45,8	53,3
Não sabe	16,0	5,7	15,1	13,5	34,6	20,4
NR	1,7	0,2	0,2	1,7	3,1	3,8

%

	HABITAT				
	TOTAL	Até 2000	2000 a 10000	10000 a 100000	Mais de 100000
Menos inter. profis.	28,1	18,9	25,7	25,5	
Mais inter. profi.		48,8	60,1	66,0	69,3
Não sabe		21,1	19,1	6,8	4,9
NR		2,0	2,0	1,5	0,3

%

	CLASSES				
	Total	A/B	C1	C2	D
Men. inter. prof.	26,0	24,0	21,8	32,1	21,2
Mais inter. profi.	56,3	70,1	67,4	50,3	38,7
Não sabe	16,0	4,7	10,0	15,7	37,1
NR	1,7	1,2	0,8	1,8	3,0

%

	Idades			Sexo	
	15/34	35/54	+55	Masc.	Fem.
Men. inter. profi.	23,5	34,3	20,4	27,5	24,8
Mais inter. prof.	68,6	53,8	42,0	60,4	52,6
Não sabe	7,4	11,3	33,2	11,4	20,1
NR	0,5	0,6	4,4	0,7	2,5

%

	RELIGIÃO					
	TOTAL	Católica	Protestante	Ortodoxa	Teste. Jeová	Agnóstico
Menos inter. prof.	26,0	27,0	27,6		21,8	18,6
Mais inter. prof.	56,3	54,1	68,2		74,0	79,5
Não sabe	16,0	17,2		100,0	4,2	1,8
NR		1,7	1,7	4,2		

Universo e amostra

O universo desta sondagem foi constituído por indivíduos com 15 anos ou mais, residentes no Continente em localidades de 100 ou mais habitantes. A amostra foi de 1000 entrevistas. Destas, 37,4 por cento foram realizadas no Litoral, 23,5 na Grande Lisboa, 15,7 no Interior Norte, 12,6 no Interior Sul e 10,8 no Grande Porto.

Por faixas etárias, a sondagem reservou 39,5 por cento da amostra ao grupo dos 15 aos 34 anos; 32 por cento ao grupo dos 35 aos 54 anos; e 28,5 aos de mais de 54 anos.

Por classes, a amostra foi constituída por 185 indivíduos das classes A/B; 423 da classe C1; 316 da classe C2; e 76 da classe D.

A caracterização das classes foi feita, sumariamente, pelos seguintes elementos:

Classe A: rendimento familiar superior a 150 contos e nível de instrução universitário; **classe média alta (B):** rendimento entre 100 e 150 contos, nível de instrução média; **classe média superior C1:** rendimento entre 60 e 100 contos e instrução média profissional; **classe média inferior C2:** rendimento entre 30 e 60 contos, operários e trabalhadores, com instrução primária; **classe baixa (D):** rendimento até 30 contos, trabalhadores não especializados e dos serviços domésticos, de instrução primária incompleta, residentes em zonas pobres.

e o dinheiro (7)

é difícil escolher

Escolher ou não uma profissão interessante

vectores levaria, como se poderá ver na interpretação de outras questões, a conclusões diferentes. Por exemplo 36,6 por cento dos indivíduos consideram-se mal pagos.

Entendemos que a variável idade, pelas diferenças de valores e situação profissional, pode suscitar outra leitura. De facto, há uma grande pertcentagem de jovens, 25,7 por cento, a optar por uma profissão bem remunerada. Sendo este grupo etário, 15 a 24 anos, a principal vítima do desemprego e encontrando-se no início de uma vida activa e familiar, é natural a preocupação monetária.

O mesmo não se poderá dizer da classe de idades entre 35 e 54 anos, a que escolhe com mais frequência um salário elevado, 34,3 por cento. São pessoas estabilizadas na vida, dando particular valor a um certo bem estar social, o grau de consumo é muito maior. Em situação oposta encontram-se os indivíduos entre 25 e 34 anos. Revelando uma posição idealista, 74,5 por cento opta por um trabalho com interesse.

O meio sociogeográfico revela-nos três atitudes face à questão. Os que escolhem o emprego mais interessante, os que dão uma importância relativa ao salário e os que têm dificuldade em responder. No primeiro caso encontramos Lisboa, 75,3 por cento escolhe um trabalho mais criativo. Este resultado é explicável por na capital existir uma maior opção de escolha e salários mais elevados. No segundo, registamos as percentagens do Grande Porto e Litoral, 33,8 e 33,5 por cento, respectivamente. Não podemos esquecer que são zonas do país em grande ascenção económica, onde o dinheiro assume um papel cada vez mais importante. No terceiro, surge o Interior Norte, 34,6 por cento não sabe qual escolher.

As possibilidades de acesso bem como o meio social explicam melhor a posição dos indivíduos. São as classes altas aquelas que escolhem maioritariamente o emprego mais interessante, 70,1 por cento. Na situação inversa encontramos duas classes, a média inferior (C2), 32,1 por cento opta pelo que pagava melhor e a classe baixa (D), 37,1 por cento não sabe o que escolhia. Para as classes superiores não existem problemas económicos, têm garantidos um nível de vida elevado, por isso o dinheiro não assume um papel preponderante como acontece nas classes inferiores.

Estas não têm satisfeitas as necessidades mínimas de subsistência. Na classe baixa, com menor poder de escolha e economicamente mais débil, o importante é ter emprego. Se é bem remunerado, se é mais interessante, é uma questão secundária.

Céu Neves

Bata branca substitui o sujo fato macaco

Quando se fala em profissão de futuro pensa-se em colocação imediata e salário elevado. Foi a primeira conclusão a que chegámos na nossa investigação. No Fórum Estudante, num debate sobre este tema, um dos convidados, especialista em comunicação empresarial, perguntou a outro que defendia a educação como uma via a explorar: «Quanto ganha um professor?» A resposta foi: «Tudo tem de ser ensinado.» No entanto, em Portugal, o ensino não faz parte da lista de empregos com futuro. Estes encontram-se nas áreas da Engenharia, Informática, Biologia, Gestão/Marketing e Construção Civil. Em regra, os alunos preferem usar uma bata branca, optam por trabalhos limpos.

É evidente que sobre este tema várias são as opiniões. Empregos em desenvolvimento e expansão, profissões de prestígio e funções bem remuneradas são situações completamente diferentes. O último « Semanário» publica uma sondagem revelando que, para os inquiridos, Economia e Direito são os cursos mais indicados para se fazer parte da élite portuguesa.

Para os organizadores do Fórum as profissões do futuro passam por uma licenciatura. Com opinião diferente, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) entende que a Construção Civil é uma fonte inesgotável de emprego. Numa colecção intitulada "Profisssões do Futuro" podemos encontrar informações sobre soldador, estucador, pedreiro, carpinteiro, etc. No que todos parecem estar de acordo é que o mais importante é ter uma boa formação, ter uma qualificação.

Rui Pacheco

A lotaria da escolha do curso

A análise às ofertas de emprego publicitadas nos jornais, em Outubro do ano passado, revela que as profissões mais procuradas são técnicos comerciais, 20 por cento dos anúncios, gestores /economistas, 15 por cento, e engenheiros electrónicos, 10 por cento. Este estudo feito pela MSL, empresa de recrutamento e selecção de pessoal, e publicado no "Semanário " de 30 de Novembro do ano passado, indica que os sectores de actividade com maior procura são importação/exportação, 19 por cento, electrónica, informática e telecomunicações, 14 por cento, ensino e químico-farmacêutico, 10 por cento e construção civil, 9 por cento. Em termos de remunerações, os quadros superiores dos transportes aéreos destacam-se de todos os outros.

Uma outra pista para encontrar as profissões de futuro são os cursos existentes num país. Nos últimos cinco anos as áreas de estudo em que se oficializaram mais licenciaturas foram a Engenharia, Informática, Educação e Gestão. O que quer dizer que o sistema educativo tem, de alguma forma, acompanhado a evolução profissional. Em contrapartida, desapareceram algumas licenciaturas de Letras.

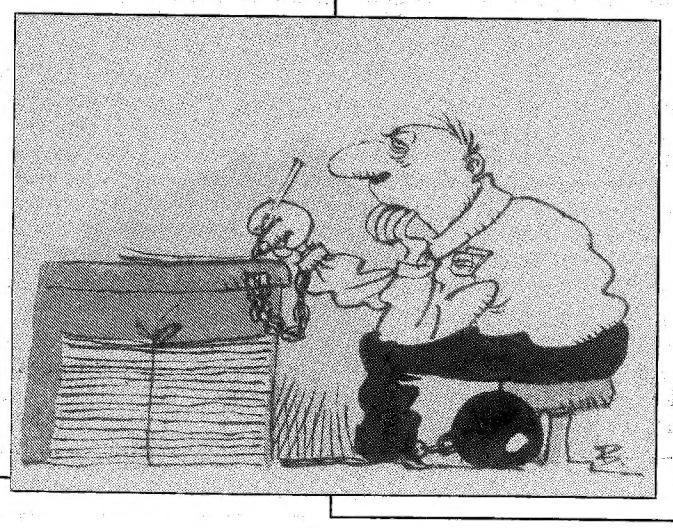
A formação profissional do IEFP, em colaboração com as empresas, procura incentivar os trabalhos ligados á construção civil e indústria.

O acesso à profissão é sempre limitado pelo estatuto socio-cultural de cada indivíduo. No entanto, este aspecto nem sempre é tido em conta pelos jovens que procuram o primeiro emprego, como nos referem as técnicas do IEFP, Fernanda Leitão e Telma Ruas. As pessoas estão mais viradas para as chamadas profissões limpas. Qualquer actividade ligada ao terciário é bem aceite, mesmo quando apenas se tem a quarta classe. Os trabalhos sujos, de fato macaco, apesar da facilidade de colocação e do salário, um mestre ganha cinco contos diários, têm dificuldade em arranjar alunos. Os cursos de informática são os mais procurados nos Centros de Emprego deste organismo.

Sobre as preferências dos alunos o Ministério da Educação, po estranho que pareça, não tem estudos. No entanto, a observação das listas de candidatos para o Ensino Superior publicadas recentemente permite-nos concluir que há, de facto, uma boa aceitação dos cursos mais recentes. Por exemplo, no Instituto Superior Técnico, Engenharia Electrónica e Computadores é o que tem maior número de inscritos, 1834 alunos.

Em segundo lugar encontra-se Engenharia Civil, 1340 e Engenharia Informática, a iniciar este ano lectivo, ocupa o quarto lugar das preferências, 1086 inscrições. Num total de 8231 candidatos, estas três licenciaturas têm a preferência de metade..

C.N.



POLÍTICA

À MARGEM

A Europa começa na ilha das Flores

Convicção ontem afirmada em S. Bento por Sottomayor Cardia e Carlos César, este ainda não transferido para a liderança dos socialistas açorianos no Parlamento Regional: a Europa começa (ou acaba) na ilha das Flores. Tal preocupação foi manifestada numa proposta de emenda ao projecto socialista de realização de um colóquio parlamentar internacional sobre o Leste Europeu.

Cardia a César não se opõem, obviamente, ao projecto do seu grupo, mas querem substituir a expressão «Europa do Atlântico aos Urais», como tema do colóquio, pela expressão «Europa da Ilha das Flores aos Urais».

A questão só será resolvida durante a votação na especialidade. Mas ficou desde já a saber-se que, lá para o meio do Atlântico, outros mundos há, como o provam também as reverências que parlamentares socialistas e não só ontem prestavam, nos corredores de S. Bento, a Martins Goulart, líder dos socialistas açorianos e uma das estrelas da última noite eleitoral.

Se não é a Nona, é outra de Beethoven

Um dos porta-vozes do PS, de serviço ao plenário para debater os prejuizos das cheias, reivindicou para si os louros de técnico de agricultura e quis ainda enriquecer a grinalda com umas flores de cultura. Para isso ensaiou a comparação da *música* do Governo sobre agricultura à Nona Sinfonia: mas faltaram-lhe as luzes para completar o raciocínio e desculpou-se dizendo que, se não era a Nona, era outra sinfonia semelhante e também de Beethoven.

Ouve-se uma voz dissonante na bancada da Maioria: «Se não sabes tocar, não nos dês música!»

Resposta pronta do orador, minimizando o lapso de memória:

«Vocês queriam era outra música, mas essa não vola dou. Têm que me ouvir sobre agricultura porque quem sabe dessa música sou eu».

Estação de Almodôvar: contra só os Verdes e o PC

Já discutido na passada quinta-feira, foi ontem a votos o pedido de autorização para os americanos instalarem, em Almodôvar, uma estação de rastreio de satélites.

Votação sem surpresas: só os Verdes e o PCP se manifestaram contra e todas as outras bancadas chegaram e sobraram para dar luz verde ao acordo.

Ontem, ainda, foi aprovado na generalidade e por unanimidade um projecto socialista para a Assembleia organizar um debate aprofundado sobre a evolução no Leste Europeu e as suas consequências no futuro da CEE.

Um mero político da terceira bancada

O ministro Valente de Oliveira quantificara a pluviosidade medida no Algarve durante as cheias recentes (quatro vezes maior que o normal para a época) e perspectivara o que pode vir aí de chuvas, lá para Fevereiro e Março.

Cansado de o ouvir cantar tantos números, levanta-se Luis Filipe Madeira para lhe dizer:

«Oh senhor ministro, esqueça lá os números, um instante, e veja-me lá essa coisa da Via do Infante».

Fez-lhe depois perguntas várias sobre o impacte ambiental da contestada via rápida algarvia, não sem deixar de lhe pedir desculpa pela ousadia.

É que, disse o deputado socialista ao ministro, «V. Excia é um reputado técnico especialista e eu um modesto especialista de ideias gerais, mero político da terceira bancada do meu partido».

As cheias e os prejuízos nos braços da Comissão

Comunistas e socialistas submeteram ao plenário projectos de resoluções diferenciadas, mas convergentes, no sentido de se avaliarem os prejuizos causados pelas cheias e se atenderem as populações mais atingidas.

Como Governo e Oposição não se entendiam sobre saber como foi e o que fazer, o PSD requereu a baixa de todos os projectos à Comissão de Agricultura. Votou-se e, por unanimidade, a criança ficou nos braços dos especialistas para se pronunciarem sobre a matéria, no prazo de quinze dias.

«Eleições, a quanto obrigam!», apetecia comentar ontem, no Parlamento, face ao esforço da Maioria para se entender com a Oposição. Consequências do 17 de Dezembro, que mudou certas caras na bancada do PSD

A súbita descoberta do consenso

«A fase da traulitada já lá vai: agora, as condições políticas são outras e outros são, também, os protagonistas», dizia-nos, ontem, um destacado membro da bancada da Maioria, em saudação ocasional, à entrada para o hemiciclo de S. Bento. Conferido lá dentro o cenário, em visão periférica à procura das caras novas, e avaliados o tom e o som das intervenções, pela tarde fora, não quedam dúvidas: por esta amostra, o PSD decidiu-se, mesmo, a mudar no Parlamento.

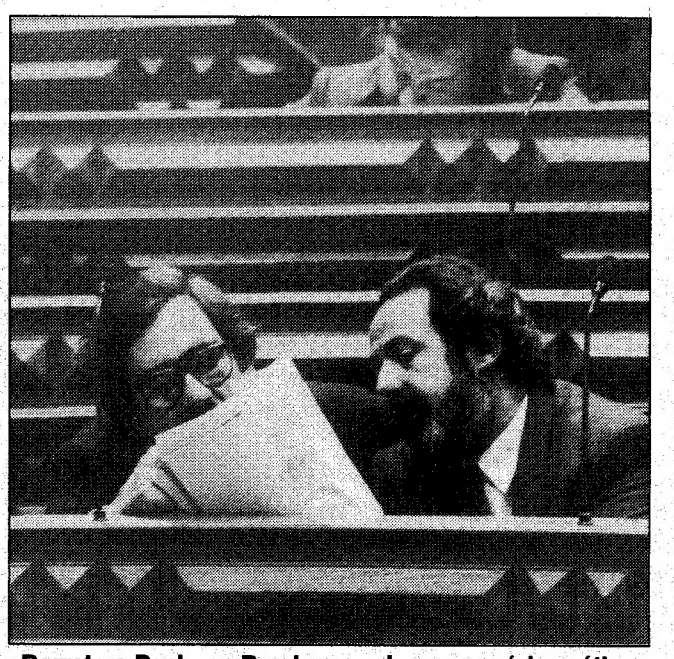
Era ver os esforços de Pacheco Pereira para chegar a acordo com o PS em compromissos tão importantes como o do futuro relacionamento institucional, aprofundado e regular, entre o Governo e o Parlamento! Certo que no horizonte desse relacionamento se encontravam as mudanças no Leste Europeu e as consequências de tais mudanças na CEE. Mas fosse, aqui há uns dois meses, alguém propor à Maioria para se convocar o Governo a um debate desta natureza na Assembleia...

Ontem até se chegou a falar de um «debate permanente e estrutural», com a participação do Governo, assim como a Maioria deu o seu acordo tácito a que a Assembleia atribuisse prioridade ao relacionamento com os países de Leste e recomendasse prioridade idêntica ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Idênticas conclusões se poderiam tirar do debate sobre os prejuízos das cheias e o modo prático de minorar as suas consequências negativas para as populações mais atingidas no Ribatejo, no Douro e no Algarve.

É verdade que entre a tensão dramática encenada pelo PS, o PCP e o PRD e a despreocupação relativa apresentada pelo ministro Valente de Oliveira, não havia simpatias detectáveis. Mas logo o PSD acorreu, mais uma vez à procura do consenso possível, para requerer a baixa à Comissão de Agricultura e, aí, a resguardo dos holofotes de cena e das luzes da ribalta, se avaliarem prejuizos e se arbitrarem indemnizações.

Boa seja a paz com o Governo ao menos quando se trata de acorrer às calamidades: e o que verdadeiramente estava em causa, era saber se devia ou não decretar-se o estado de calamidade para as regiões atingidas, de modo a tornar mais acessíveis o crédito e os subsídios em condições favoráveis.



Barreto e Pacheco Pereira em pleno exercício prático de procura de consensos

O ministro do Planeamento não pareceu muito convencido mas a sua bancada deixou transparecer a ideia de que vai tentar, como tentou já ontem, insistentemente, descobrir interesses comuns que, até agora, ostensivamente ignorava.

Ao beija-mão da bela Teresa

Parece óbvio que a Maioria de suporte ao Governo tirou as suas lições dos resultados eleitorais e, no enfiamento da remodelação governamental, surge de fatiota nova no Parlamento e se ajeita, mais ou menos à vontade, ao novo figurino.

A mudança de visual esteve, aliás, patente nas bancadas onde se operaram alterações de certo relevo. As mais visíveis foram o regresso ao palco parlamentar de primeiras figuras como Teresa Patrício Gouveia e Leonor Beleza, para não falarmos de Rui Carp, que cumpriu ontem o terceiro dia parlamentar de toda a sua vida.

E se a deputada Beleza tratou de avisar que não prestava declarações, já a bela Teresa gerou um corropio de parlamentares, de todas as bancadas, ao beija-mão de boas vindas. Nem só beija-mão, diga-se: alguns ficaram por lá, longo tempo, em longas conversas, como Hermínio Martinho e Pacheco Pereira, quando a ex-ministra e a ex-secretária de Estado se juntaram na mesma fila, lá para o meio da massa anónima da bancada da Maioria.

Eurico de Melo e Álvaro Barreto também passaram pela Assembleia, mas foram lá de manhã, assinar o ponto e pedir de imediato a suspensão do mandato por períodos de 30 dias. Voltarão, talvez, mais tarde, já refeitos dos abalos sofridos no rescaldo do 17 de Dezembro.

Um última mudança assinalável – esta também idónea para ajudar ao clima de distensão a que o Parlamento parece ter aderido – foi a de Carlos Encarnação. Ele abandonou a vice-presidência do Grupo Parlamentar do PSD e passou a ocupar a bancada do Governo, como secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares, e a olhar de frente os deputados. Mas quer o líder da Maioria, quer o do maior partido da Oposição, fizeram questão de sublinhar o agrado com que tinham privado com Encarnação, do lado de cá da trincheira. Ele prometeu continuar a comportar-se, no lado de lá, com a regra de sempre, a da amizade.

O novo secretário de Estado deu, aliás, o seu rápido contributo para a tal procura de consensos que temos vindo a assinalar como ideia-chave da sessão de ontem no Parlamento: quase que encarecidamente, pediu ao Partido Comunista uns minutinhos emprestados para o ministro Valente de Oliveira poder responder a meia-dúzia de perguntas.

E não é que o PCP emprestou esses minutinhos ao Governo?

Daniel Reis

Versão socialista da Alta Autoridade contempla pretensões dos jornalistas

Uma tentativa de emenda aos péssimos negócios celebrados com o PSD, em sede de revisão constitucional, foi ontem divulgada pelo Partido Socialista na Assembleia da República.

Trata-se da versão socialista da lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social que vai ser discutida, conjuntamente com a proposta do Governo, na sessão plenária da próxima terça-feira e contempla algumas exigências mínimas de independência daquele orgão já defendidas em público pelo Sindicato dos Jornalistas.

No essencial, o projecto do PS diverge da proposta do Governo quanto aos quatro elementos, em treze, cujo processo de escolha fora deixado pela Constituição ao critério do legislador ordinário. Assim, enquanto para o Governo eles devem ser cooptados pelos demais nove membros, o PS quer vê-los designados por instituições independentes. Seriam um jornalista designado pelas respectivas organizações profissionais, um elemento pelas associações de defesa dos consumidores, outro pelo Conselho de Reitores das Universidades e o quarto representando os autores portugueses.

O PS não prevê a extinção do Conselho de Imprensa e especifica ao pormenor as competências da Alta Autoridade, nomeadamente para determinar o número máximo de filmes de longa metragem que as estações privadas a licenciar podem emitir e as quotas máximas de publicidade das novas estações de rádio e televisão.

Das possibilidades de conjugação entre os dois textos, para que a Alta Autoridade faça jus ao qualificativo de «orgão independente», imposto pela Constituição, ver-se-à a partir de agora. Interessada nisso está muita gente e em particular os profissionais da Comunicação Social.

POLÍTICA

Cavaco vai discutir com Bush papel de Portugal em Angola

Há muitas dúvidas sobre o interesse dos norte-americanos na ajuda portuguesa

Do nosso enviado especial

Pode Portugal desempenhar um papel mais activo no processo de paz em curso nas suas antigas colónias? Até que ponto estão nessa estratégia interessados não apenas os países destinatários mas também os Estados Unidos, que não são propriamente um espectador passivo? Finalmente, em caso positivo, estará o nosso País em condições de corresponder a solicitações dessa natureza?

Eis três perguntas, afinal correlacionadas, que poderão servir de pano de fundo ao encontro de Cavaco Silva, que amanhã chega aqui a Washington, com as autoridades americanas. Dúvidas sobre o interesse norte-americano em potenciar a participação de Portugal são muitas. Certezas quanto ao interesse pelo menos de Angola, essas não faltam.

Com efeito, as autoridades angolanas já demonstraram interesse em fazer chegar o assunto à mesa de trabalho. Só nessa perspectiva pode ser entendido o gesto de José Eduardo dos Santos, que se apressou a instar junto de Cavaco para que fosse portador de uma mensagem para Bush. Ainda que não seja conhecido o teor da mensagem, o simples facto de o presidente angolano ter recorrido ao nosso país - e de ter convidado o secretário de Estado Durão Barroso para uma «visita-relâmpago» oficialmente, para colocar Portugal a par do processo de paz - é por si só significativo.

Eduardo dos Santos e seus pares têm consciência da necessidade de comprometer países terceiros na árdua tarefa de «converter» os Estados Unidos às suas teses - ou pelo menos de atenuar a força do «lobbie» pró-UNITA, cujas posições têm feito força de lei. Angola estará convencida de que Portugal - que durante os Governos de Cavaco Silva tem defendido uma «solução africana» para os conflitos nas antigas colónias - pode dar um «empurrão», apesar de o Governo ter finalmente levantado os entraves à visita de Jonas Savimbi. Resta saber, evidentemente, que crédito terão na Casa Branca os «bons ofícios» portugueses. E que há quem considere que defender uma «solução africana» não é mais do que a demonstração da nossa frágil capacidade de intervenção.

URSS acusada de envolvimento

Por ora, a administração americana, que continua a seguir a par e passo o que se passa no continente negro, não estabeleceu qualquer conexão entre os recentes acontecimentos em Angola e a visita do Primeiro-Ministro. Visita que, aliás, não tem merecido por estas bandas o mínimo relevo nos órgãos de Comunicação Social - nem uma linha nos jornais ou dez segundos nas televisões. Noriega é, de momento, a vedeta incontestada do noticiário internacional, apesar de já ter sido «nacionalizado». O Leste em convulsão, esse, leva bem a palma à Europa do lado de cá do muro derrubado. Cavaco talvez ganhe uma coluna do «Post», o influente diário da capital, apenas após o seu «desembarque» em Washington.

EUA exigem suspensão das operações

O facto de o Departamento de Estado norte-americano ter, entretanto, tomado posição sobre a ofensiva militar das FAPLA contra a UNITA empresta uma outra «coloração» aos encontros com Bush e o vice-presidente Dan Quayle. Os Estados Unidos exigiram a «suspensão imediata das operações», chamando a atenção para o facto de terem sido desencadeadas num momento em que o movimento de Savimbi se prepara para um cessar-fogo. Mais importante, no entanto, foi a afirmação - aliás imediatamente desmentida a partir de Luanda - de envolvimento de «conselheiros militares soviéticos».

Por outro lado, os Estados Unidos receberam, como se sabe, com alguma reserva - para não dizer desconfiança - a proposta de paz avançada por Eduardo dos Santos no discurso do final do ano e não reagiram ainda à abertura política ontem anunciada pelo presidente moçambicano Joaquim Chissano. De qualquer modo, subsiste aqui em Washington a ideia de que as autoridades americanas consideram a estabilização política mais viável em Moçambique do que em Angola.

Perante este cenário, é de novo a questão inicial que se coloca: está Portugal em condições de intervir, sobretudo na pacificação da sociedade angolana? Para o fazer, terá de assegurar uma posição de equidistância entre as diversas forças em presença - às quais subitamente está a tentar juntar-se um homem que parecia politicamente morto, o antigo líder da FNLA, Holden Roberto.

Estratégia que, estando longe de prefigurar mediação, pode comprometer os interesses portugueses em Angola - e não apenas no quadro da cooperação...

Paulo Martins

Cavaco leva uma mensagem de José Eduardo dos Santos

«Governo completo»

Luís Marques Guedes é o novo sub-secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, ficando na dependência directa de Luís Marques Mendes que por sua vez é o novo porta-voz do Governo, ao contrário do que ontem noticiámos. Substitui neste cargo Fernando Nogueira, que até agora tem assegurado essa função.

«Negócio dos hélis» entra na agenda?

A «mudança de agulha» no negócio dos helicópteros para equipar a Armada portuguesa, um dos últimos actos de Eurico de Melo na Defesa, poderá também entrar na agenda dos encontros de Cavaco nos Estados Unidos. Pelo menos, essa possibilidade tem sido colocada com alguma insistência aqui em Washington, apesar de oficialmente se manter um muro de silêncio a este respeito.

Em causa está a aquisição - ainda não formalizada mas prevista num contrato-promessa - de helicópteros Westland Lynx a uma empresa britânica, a que a Imprensa portuguesa já aludiu. O Governo esteve à beira de efectuar a operação com os Estados Unidos, em condições altamente vantajosas, o que leva a administração americana a interrogar-se acerca das razões da mudança.

Ao abrigo de programas relacionados com a utilização da base das Lajes, os norte-americanos estavam na disposição de vender a Portugal cinco aparelhos Kaman SH-2F no valor de 92 milhões de contos por apenas 25 milhões. Cavaco vai ter de dar alguma explicação ao secretário da Defesa, Dick Cheney, com quem se encontra amanhã, sobre as opções do seu antigo «compagnon de route», com quem se incompatibilizou no início do ano.

P.M.

No Tribunal de Direitos do Homem

Grevista das FP-25 apresentou queixa

José Ramos dos Santos, o preso FUP/FP-25 que entrou hoje no trigésimo dia de greve da fome, enviou à Comissão Europeia dos Direitos do Homem uma queixa contra o Estado português.

De acordo com uma fonte do Comité de Solidariedade Contra a Repressão, na queixa enviada terça-feira para a sede do Conselho da Europa, em Estrasburgo, Ramos dos Santos insurge-se contra o facto de continuar detido apesar de já ter cumprido o período máximo de três anos de prisão preventiva.

O detido encontra-se internado em Caxias, no Hospital-Prisão de S.João de Deus, em estado «estacionário». No documento que mandou para Estrasburgo, Ramos dos Santos considera o período de prisão preventiva em Portugal «excepcionalmente alto» e diz que, ainda por cima, «não é respeitado».

Entrou entretanto no Tribunal de Relação de Évora um recurso da decisão judicial que mantém preso José Ramos dos Santos, do primeiro processo das FP-25, anunciou o Conselho Superior de Magistratura. Aquele órgão referiu ontem, em comunicado, que «não recebeu até às 18 horas qualquer contacto por parte do Provedor de Justiça» sobre os detidos das FP-25, em greve da fome. Esta posição surgiu na sequência de declarações feitas sobre a intervenção «humanitária» do Provedor de Justiça.

Recorde-se que Ângelo de Almeida Ribeiro afirmou que iria interceder junto daquela instituição e também do ministro da Justiça, a favor de José Ramos dos Santos, há 30 dias em greve da fome.

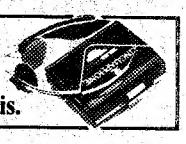
Deixe o Linguaphone colocá-lo numa aula só para si.

Se não quer fazer parte da maioria silenciosa e pretende falar outra língua contacte já hoje o Linguaphone.

Ficará a saber tudo acerca do nosso método sem par.

É prático, absorvente e divertido. Dispendendo apenas meia hora por dia, dará por si a falar confiante, correctamente e em pouco tempo a língua da sua escolha.

OFERTA GRÁTIS — Se encomendar o seu curso dentro de 14 dias receberá um leitor de cassettes completamente grátis.



Com o Linguaphone pode estudar nos seus tempos livres, tranquilamente, onde e quando quiser — de facto está numa aula exclusivamente sua.

Porque não pede mais pormenores já hoje?

Para informações imediatas poderá contactar-nos através do telefone n.º 32 20 68

A sua visita será igualmente bem-vinda ao Instituto Linguaphone, Rua Garrett, n.º 72 - 1200 LISBOA (Galeria Império).

ASSINALE A LÍNGUA QUE QUER FALAR

Linguaphone oferece mais de 30 línguas. Marque com uma cruz a língua da sua escolha.

INGLÊS ☐ FRANCÊS ☐ ALEMÃO ☐ ITALIANO ☐

OUTRAS LÍNGUAS ☐

Queiram enviar-me, grátis sem qualquer compromisso, o vosso catálogo e cassette.

DL 1/90

NOME _____

MORADA _____

_____

CÓDIGO POSTAL _____ TELEF. _____

Envie este cupão hoje mesmo para:

INSTITUTO LINGUAPHONE VALENTIM DE CARVALHO CI. SA.
RUA GARRETT, N.º 72 — 1200 LISBOA (GALERIA IMPÉRIO)

LINGUAPHONE
ouça e veja como é fácil

Novo elenco governativo

Primeiro-Ministro: Cavaco Silva.
- Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: Luís Marques Mendes.
- Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros: Luís Marques Guedes.
- Secretário de Estado da Cultura: Pedro Santana Lopes.
- Secretário de Estado da Modernização Administrativa: Isabel Corte-Real.

Ministro da Presidência e da Justiça: Fernando Nogueira.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Justiça: José Borges Soeiro.
- Secretário de Estado da Administração Judiciária: Laborinho Lúcio.

Ministro dos Assuntos Parlamentares: Dias Loureiro.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares: Carlos Encarnação.

Ministro da Defesa Nacional: Carlos Brito.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Defesa Nacional: Eugénio Ramos.

Ministro das Finanças: Miguel Beleza.
- Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais: Oliveira e Costa.
- Secretária de Estado do Orçamento: Manuela Leite.
- Secretário de Estado das Finanças: Elias da Costa.
- Secretário de Estado do Tesouro: Carlos Tavares.

Ministro do Planeamento e da Administração do Território: Valente de Oliveira.
- Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território: Nunes Liberato.
- Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional: Isabel Mota.
- Secretário de Estado da Ciência e da Tecnologia: Sucena Paiva.

Ministro da Administração Interna: Manuel Pereira.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Administração Interna: Branquinho Lobo.
- Secretário de Estado da Administração Interna: Luís Madureira.

Ministro dos Negócios Estrangeiros: João de Deus Pinheiro.
- Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação: Durão Barroso.
- Secretário de Estado da Integração Europeia: Vítor Martins.
- Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas: Correia de Jesus.

Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação: Arlindo Cunha.
- Secretário de Estado da Alimentação: Luís Capoulas.
- Secretário de Estado da Agricultura: Álvaro Santos Amaro.
- Secretário de Estado das Pescas: Jorge Oliveira Godinho.

Ministro da Indústria e Energia: Luís Mira Amaral.
- Secretário de Estado da Indústria: Luís Alves Monteiro.
- Secretário de Estado da Energia: Nuno Ribeiro da Silva.

Ministro da Educação: Roberto Carneiro.
- Secretário de Estado do Ensino Superior: Alberto Correia Ralha.
- Secretário de Estado da Reforma Educativa: Pedro d'Orey da Cunha.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Educação: Alarcão Troni.

Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações: Oliveira Martins.
- Secretário de Estado-Adjunto e das Comunicações: Salter Cid.
- Secretário de Estado dos Transportes Exteriores: Conceição Rodrigues.
- Secretário de Estado da Habitação e dos Transportes Interiores: Rui Vicente.
- Secretário de Estado da Construção e das Vias Terrestres: Carlos Loureiro.

Ministro da Saúde: Arlindo Carvalho.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Saúde: Albino Aroso.
- Secretário de Estado da Administração da Saúde: Jorge Pires.

Ministro do Emprego e Segurança Social: Silva Peneda.
- Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional: Bagão Félix.
- Secretário da Segurança Social: Vieira de Castro.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro do Emprego e Segurança Social: Jorge Almeida Seabra.

Ministro do Comércio e Turismo: Joaquim Ferreira do Amaral.
- Secretário de Estado do Comércio Interno: Jorge Antas.
- Secretário de Estado do Turismo: Miguel Sarmento.
- Secretário de Estado do Comércio Externo: Miguel Horta e Costa.

Ministro-Adjunto e da Juventude: Couto dos Santos.
- Secretário de Estado-Adjunto do Ministro-Adjunto e da Juventude: Albino Soares.
- Secretário de Estado da Juventude: Miguel Macedo.

Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais: Fernando Real.
- Secretário de Estado do Ambiente e da Defesa do Consumidor: Macário Correia.

POLÍTICA

Gabinete sombra do PS mete mãos à obra

Os socialistas preparam uma «abordagem moderna» da sociedade portuguesa

Os novos membros do gabinete sombra do Partido Socialista vão começar a trabalhar dentro de dias na elaboração de um programa de Governo.

Jorge Sampaio, João Cravinho, António Guterres, Joaquim Mestre, Almeida Santos, Ferro Rodrigues, Jaime Gama, Emanuel Jardim Fernandes e Martins Goulart vão reunir-se em breve para definirem tarefas.

O DL apurou que, por enquanto, ainda não foram distribuídos pelouros e é bem provável que «o programa do Governo socialista não obedeça às regras tradicionais, trata-se de definir as bases filosófico-políticas de uma abordagem moderna dos problemas da sociedade portuguesa».

A presença de nomes como Almeida Santos, Jaime Gama, Emanuel Jardim Fernandes e Martins Goulart surge como indicador da vontade da actual direcção do PS de ter à sua volta membros representativos de todas as tendências. Além disso, uma fonte socialista garantiu ao «Diário de Lisboa» que «ninguém é excluído das actividades do partido».

O PS não dispensa a contribuição de Almeida Santos

A verdade, porém, é que o Partido Socialista não pode dispensar quadros técnicos com o nível de Jaime Gama, especializado em assuntos de Defesa, nem a valiosa contribuição de Almeida Santos. Aliás, este histórico do PS tem mantido muito boas relações de trabalho com Jorge Sampaio. O líder socialista não prescinde dos seus conselhos na elaboração de projectos de lei.

O DL soube ainda que os elementos desta comissão, que está a preparar o programa do executivo não são necessariamente os futuros ministros socialistas.

As mexidas no PS processaram-se de forma pacífica, embora se tenham registado algumas alterações significativas. No secretariado nacional, apesar de não existir o pelouro da organização, que tanta polémica suscitou noutros tempos, há todo um trabalho de ligação às bases do partido que ficou nas mãos de dois homens de confiança de Sampaio.

António Costa fica com a responsabilidade dos contactos com as Federações e Jorge Lacão com as autarquias, dois pelouros destinados a manter «um intercâmbio de informação entre as estruturas de base e a direcção do partido sobre as grandes questões nacionais».

Uma fonte socialista disse ao DL que este relacionamento «não é para marcar or organizar as eleições nas federações, que devem ter autonomia para tal, mas para levar rapidamente junto dos militantes ideias dos dirigentes nacionais e deles receber sugestões».

O debate interno pode, segundo a mesma fonte, ser alargado ao exterior. O principal objectivo é captar quadros técnicos que, embora não pertencendo ao Partido Socialista, possam vir no futuro a integrar a lista de militantes do PS.

Eurico quebra silêncio para agradecer a Soares

Eurico de Melo não faz comentários às declarações de Cavaco Silva e não quer falar, por enquanto, da sua demissão do Governo. «Por mais ardilosa que seja a pergunta, quando eu não quero responder não respondo», disse, ao ser interrogado ontem pelos jornalistas, depois de uma audiência no Palácio de Belém .

O homem que até há dias era «o braço direito» de Cavaco limitou-se a dizer que mantinha o lugar de deputado na Assembleia da República embora tenha pedido a suspensão de mandato por um mês para «ficar em casa a descansar e reflectir»

.Questionado sobre a sua eventual presença no Conselho Nacional dos sociais-democratas, Eurico de Melo afirmou que «ainda não tinha decidido».

No final da audiência de uma hora com o Presidente da República, Eurico de Melo fez questão de salientar o seu bom relacionamento com Mário Soares referindo que o encontro se destinou «a agradecer em meu nome e da minha mulher ao Presidente e a sua esposa Maria Barroso a atenção que sempre recebemos enquanto fui ministro».

Fontes próximas da Presidência destacaram também o «excelente» relacionamento entre os dois, o que justifica o pedido de audiência de Eurico e a conversa informal que manteve com Mário Soares.Tudo indica que o ex-ministro debateu com o Presidente da República assuntos pendentes em matéria de defesa.

Visita de Savimbi divide opiniões

O PCP considera que deveria ser recusado a Savimbi o visto para visitar o nosso País, em nota distribuida pelo Gabinete de Imprensa daquele partido, que responsabiliza o Governo «pelas consequências que uma tal visita possa ter para as relações entre Portugal e a República Popular de Angola, sobretudo a verificarem-se actos que ponham em causa o anunciado carácter *particular* da mesma, designadamente o envolvimento de órgãos de soberania».

Esta posição do PCP surge na sequência do voto contrário à audiência pedida por Savimbi à Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia da República e das declarações do chefe da diplomacia portuguesa, João de Deus Pinheiro, nos termos das quais este membro do Governo não verá qualquer inconveniente num encontro com o presidente da UNITA.

O PCP acusa Savimbi e a UNITA de subserviência perante o regime do *apartheid* e de acções terroristas contra os angolanos e os cooperantes portugueses em Angola.

Nos antípodas desta posição está a Confederação do Comércio Português, que convidou já Savimbi para visitar a sua sede no sentido de recolher junto dos beligerantes «impressões globais sobre o seu posicionamento em relação à paz e democracia em Angola, ao investimento naquele país e ao recrudescimento das relações comerciais» luso-angolanas.

A CCP preconiza «a negociação séria entre o Governo do MPLA e a UNITA» como forma de pôr fim ao conflito armado em Angola. Jonas Savimbi chega a Portugal no dia 13, para uma visita de oito dias a começar no Porto.

Presidente defende unidade europeia

O Presidente da República, Mário Soares, considerou hoje que a Comunidade Económica Europeia, «está, agora a acelerar a sua unidade política e a reforçar as suas instituições económicas e financeiras».

Mário Soares, que discursava na cerimónia de apresentação de cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático, sublinhou o facto de esta evolução política ser exigida pelas transformações surgidas nos países de Leste. «Para poder recuperar a sua posição autónoma num mundo que deixa de ser bipolar tem hoje três grandes pólos de desenvolvimento económico e tecnológico: os Estados Unidos/ Canadá, o Japão e a Comunidade Europeia», acrescentou o Chefe de Estado, referindo-se à Europa.

«A liberdade e os direitos do Homem são valores indissociáveis e, como se tem demonstrado, não é legítimo invocar, para justificar o seu cumprimento, as chamadas razões de Estado», afirmou Mário Soares ao referir-se à situação em Timor Leste.

O Chefe de Estado acrescentou que «Portugal, fiel à sua vivência democrática, não deixa de lutar pelo direito à autodeterminação e à independência do povo de Timor-Leste, consagradas na carta das Nações Unidas».

«Portugal é um país tranquilo, coeso, com instituições democráticas que funcionam, em regime de solidariedade institucional, baseando a legitimidade do poder político na vontade popular, expressa em eleições livres», sublinhou o Chefe de Estado.

I Série
N.º 8
Dia 10
de
Janeiro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 2/90:
Dá assentimento à viagem do Presidente da República à Checoslováquia entre os dias 27 e 31 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 16/90:
Adapta o quadro do CETAL ao novo regime de carreiras da função pública.

Ministério das Finanças

Decreto Regulamentar n.º 1/90:
Cria o Serviço de Administração do Imposto sobre o Rendimento (SAIR).

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 2 922 917 contos.

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 2 286 073 contos.

Ministério da Administração Interna

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 419 443 contos.

Maioria do Comecon quer abertura ao mercado livre

Cuba é o parceiro mais reticente, devido aos receios de perder o benefício dos preços preferenciais

A Checoslováquia, Hungria e Polónia, como membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica do bloco de Leste (Comecon), disseram que a União Soviética tem de pagar pelos seus 40 anos de estagnação económica.

Comentando a proposta apresentada pela União Soviética na reunião em Sofia do Comecon para que os pagamentos entre os países membros da organização passem a ser feitos, a partir de 1991, em divisas livremente convertíveis e de acordo com os preços mundiais, aqueles três países referiram que o processo de liberalização imediata poderá ter efeitos desastrosos e exigiram que os custos sejam repartidos por dos os Estados membros.

O vice-primeiro-ministro checoslovaco, Vladimir Dlouhy, recordou que o seu país era a décima potência económica mundial antes da segunda Grande Guerra e "retrocedeu como membro" da organização.

Adiantou que, por isso, a União Soviética deveria partilhar os custos da proposta transição.

Num balanço crítico à presença da Checoslováquia no Comecon, o primeiro-ministro checoslovaco, Marian Calfa, sublinhou que o seu país contabiliza agora "os prejuízos causados pelo afastamento artificial da economia checoslovaca em relação aos recursos de equipamento e tecnologias modernas e as vantagens da divisão mundial do trabalho".

Marian Calfa realçou que o objectivo da Checoslováquia é, pois, "a restauração da posição natural" do país "na economia mundial e na Europa em particular".

Cuba por seu turno também apoiou a reorganização do Comecon, mas afirmou que o bloco económico não deverá aderir por inteiro às políticas de mercado livre e propriedade privada.

A agência Prensa Latina citou declarações do vice-Presidente cubano, Carlos Rafael Rodriguez, em Sofia, segundo as quais a reestruturação proposta pela URSS não deverá significar o abandono pela organização dos seus princípios básicos.

Rodriguez considerou que uma das principais conquistas do Comecon fora a política de preços preferenciais para os membros não-europeus mais desfavorecidos.

O Comecon integra Cuba, a Mongólia e o Vietname, para além dos sete países do Pacto de Varsóvia.

O primeiro-ministro checoslovaco, Marian Calfa (na foto à direita) contabiliza os prejuízos sofridos pelo seu país após a integração no Comecon

Preparação de novos estatutos

O Comecon decidiu entretanto formar uma comissão especial para redefinir os princípios estruturais da organização.

Os chefes de Governo dos dez países membros aprovaram uma proposta da Polónia para a formação de uma comissão que formule propostas de alterações aos estatutos da organização e apresente um relatório em Março.

O ministro checoslovaco das Finanças, Vaclac Klaus, que tem defendido a reestruturação do Comecon, disse em conferência de Imprensa que as mudanças terão de ser "dramáticas e radicais" e "têm de ser feitas já".

A proposta foi no entanto recebida com reservas por alguns países, que receiam perder os mercados soviéticos para as suas exportações se tiverem de competir com os produtores ocidentais.

O primeiro-ministro soviético, Nikolai Rijkov, sublinhou que "a sociedade socialista se liberta do estado de isolamento e dá passos para a abertura a uma ampla interacção com o mundo exterior".

Participam na reunião de Sofia, que termina hoje, os primeiros-ministros da Alemanha Democrática, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Mongólia, Polónia, Roménia e União Soviética, e os vice-primeiros-ministros da Mongólia, Vietname e Cuba.

Ofensiva japonesa

O primeiro-ministro japonês, Toshiki Kaifu, que ontem iniciou uma série de visitas a países europeus, anunciou em Berlim Ocidental um programa de ajuda à Polónia e Hungria, no montante de mil milhões de dólares.

Kaifu, que fez o anúncio após ter conferenciado com Helmut Kohl, disse que o seu país "está disposto a apoiar positivamente a democratização na Europa de Leste".

O primeiro-ministro japonês declarou igualmente que, nos próximos três anos, o Banco Japonês de Importações e Exportações vai conceder empréstimos à Polónia e Hungria, no valor de 500 milhões de dólares.

O Japão concederá ainda 350 milhões de dólares para garantias de investimentos japoneses na Polónia e, com o mesmo objectivo, 400 milhões de dólares para a Hungria.

Para além dos aspectos de ajuda económica, Kaifu expressou ainda a sua posição acerca das mudanças políticas nos países de Leste.

"Estou convencido que o Japão, como membro das democracias industriais, deverá desempenhar, não só um papel económico, como também um papel político" na evolução do processo de democratização na Europa de Leste, disse Toshiki Kaifu.

O primeiro-ministro japonês visitou a porta de Brandenburgo, no muro de Berlim, onde conversou com guardas fronteiriços da Alemanha Democrática e reuniu-se depois com o presidente do Município de Berlim Ocidental.

De referir que a ofensiva japonesa tem em vista a penetração no grande mercado aberto pela liberalização em curso nos países de Leste, os quais oferecem vários atractivos, entre os quais a mão-de-obra barata.

Redacção DL/Lusa/Reuter

(Ver páginas 2 e 3)

Mercado Comum Soviético admitido por Moscovo

Hoje, na véspera da chegada de Gorbachev à Lituânia, o seu mais conhecido conselheiro sobre questões de ideologia, Vadim Medvedev, que já se encontra em Vilnius, capital lituana, disse que o PCUS «beneficiaria de uma maior descentralização» (referência à proclamação de independência do PC lituano).

Também Eduardas Vilkas, presidente da Academia de Ciências da República da Lituânia e membro do Comité Central do PC lituano, afirmou que a União Soviética deverá ser, no futuro, sobretudo uma união económica ou um Mercado Comum de repúblicas, acrescentando que, no caso da Lituânia e da sua desejada independência, esta não representará uma cisão em relação à URSS mas sim a aplicação das ideias de Gorbachev sobre a Casa Comum Europeia.

Segundo a Reuter, a rádio de Moscovo parece estar a preparar a opinião pública russa para uma eventual declaração de independência da Lituânia, precedida, como já foi, pela separação entre os PC lituano e soviético.

Divulgou a rádio os resultados de uma recente sondagem na Lituânia, de acordo com a qual 82 por cento da população é favorável à independência do PC lituano, embora, simultaneamente, tenha diminuido a popularidade do Sajudis (Frente Popular da Lituânia) e aumentado a popularidade de Gorbachev. Este o pormenor de interesse para a rádio de Moscovo, tanto mais que se aproximam eleições legislativas livres na Lituânia, face às quais as perspectivas dos comunistas da Lituânia não eram, até há pouco, brilhantes.

Redacção «DL»/ Lusa/Reuter

Ligação Roménia-CEE

A Frente de Salvação Nacional da Roménia comunicou ao Comissário das Relações Externas da Comunidade Europeia, Frans Andriessen, o seu desejo de que abra em Bucareste uma delegação da CEE, para a concretização da vontade romena de estabelecer relações diplomáticas com a CEE.

Um porta-voz, em Bruxelas, disse que Andriessen deverá estar em Bucareste no próximo domingo para, precisamente, discutir esta aproximação entre a Roménia e a Comunidade Europeia.

A Roménia e a Albânia têm sido, até agora, os únicos países do Leste que não tinham relações com a CEE.

Silvin Brucan, membro do Conselho da Junta de Salvação Nacional romena, disse que «...houve problemas de distribuição e roubos na ajuda internacional que chegou à Roménia.»

Comentando as deficiências verificadas na distribuição dos alimentos e medicamentos que muitos países enviaram para a Roménia, Brucan afirmou que «...se verificaram roubos por parte das pessoas que estão encarregadas de receber estes abastecimentos no Pavilhão de Exposições de Bucareste, onde é concentrada toda a ajuda internacional à Roménia».

Brucan lançou um apelo dirigido à juventude da Roménia, pedindo-lhe para que exerça, neste aspecto, uma acção de vigilância, «...porque a juventude não é corrupta e porque se deve confiar nela depois do papel fundamental que desempenhou no êxito da revolução romena».

Continuam as difíceis estatísticas sobre o número de mortos causados pelos confrontos que levaram à queda do ditador Ceausescu e à derrota da Securitate. Os novos dirigentes da Roménia disseram que se pensa que houve um máximo de 10 mil vítimas mortais.

Lusa

Bomba em Luanda causa três feridos

Uma explosão de forte intensidade explodiu, ontem ao fim da tarde, em pleno centro da cidade de Luanda, causando três feridos e elevados prejuizos materiais. A carga explosiva, colocada à frente de um prédio de habitação, a cerca de 50 metros do centros de Inprensa Anibal de Melo, destruiu completamente a entrada do edifício, danificou quatro viaturas e quebrou as vidraças das montras do todo o quarteirão.

O atentado ainda não foi reivindicado. No entanto, a explosão deu-se na sequência de uma série de cinco falsos alarmes de bomba, segundo declararam fontes do ministério do Interior angola à agência Lusa. As mesmas fontes adiantaram ainda que, durante os últimos dias, as empresa Elf Aquitaine, TAP-Air Portugal, Teixeira Duarte, Varig e o «Jornal de Angola» receberam telefonemas advertindo para a existência de engenhos explosivos nas referidas instalações, tendo-se posteriormente verificado tratarem-se de ameaças sem fundamento.

De referir que no edifício em que se deu a explosão funcionavam os serviços de registo criminal de Luanda. Na passada segunda-feira, uma explosão com idênticas características deu-se nas instalações do edifício do Arquivo de Identificação, desta vez na cidade de Benguela.O atentado verificado ontem em Luanda, é o segundo verificado no prazo deum mês na capital angolana. A última bomba explodiu num prédio de habitação anexo ao Ministério do Comércio Externo, em Dezembro passado.

Kasimorov desmente envolvimento de soviéticos

Entretanto, o embaixador soviético em Angola desmentiu qualquer envolvimento militar soviético nas zonas de combate, contra os contigentes da UNITA estacionados no Sul do país.

«Não é segredo algum que em Angola trabalham, de facto, especialistas militares soviéticos», frisou Kasimorov, acrescentando, no entanto, que «não se envolvem em combates».

O embaixador soviético em Luanda vem assim desmentir recentes afirmações do Departamento de Estado norte-americano que acusa a União Soviética de envolvimento nos confrontos.

Num comunicado divulgado no passado fim-de-semana, num balanço das baixas verificadas na frente de combate até então, a UNITA reivindicava a existência de quatro soviéticos feridos.

Ontem, num novo comunicado distribuido pelos rebeldes angolanos em Lisboa, a UNITA afirma que as Forças Armadas Angolanas (FAPLA) iniciaram uma nova ofensiva, apoiada «por forças estrangeiras».Segundo ainda o comunicado, trata-se de uma ofensiva bifurcada que partiu do Yonde, província do Cunene, em direcção ao Savate e à fronteira com a Namíbia.

Lusa

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PRÉMIO VALMOR 1988

EXPOSIÇÃO DOS PROJECTOS

Prémio atribuído, por unanimidade ao edifício Lloyds Bank Plc, sito na Av.ª da Liberdade, 222, com projecto do arquitecto António Augusto Moreira Nunes de Almeida.

Local: Clube dos Empresários
Até 15 de Janeiro
Das 11 horas às 23 horas

Primeira manifestação no Panamá contra a intervenção americana

Estudantes e intelectuais panamianos manifestaram-se ontem pela primeira contra a invasão norte americana ao Panamá, iniciada a 20 de Dezembro passado.

Os manifestantes aproveitaram a ocasião do aniversário da chamada «gesta dos martires de 9 de Janeiro de 1964», que causou a morte de 22 cidadãos panamianos em confrontos com soldados dos Estados Unidos, para protestarem também contra a actual ocupação militar.

Durante a marcha, os manifestantes transportavam cartazes nos quais se liam frases como «a Pátria está de luto» ou ainda «Noriega, a oligarquia e a CIA, a mesma porcaria».

Na manifestação participaram também alguns sacerdotes. A marcha foi mesmo antecedida por uma missa. O sacerdote panamiano José Mediana disse que «durante a invasão aconteceram momentos de regozijo pela queda do general Noriega, que depois se transformou em cofusão e agora em reflexão».

Um outro sacerdote que afirmou também durante a homilia que se «no ano passado sentia pena pelos acontecimentos no Panamá» agora sente «vergonha pela invasão».

Igreja dividida

Mas esta posição parece não ser, no entanto, partilhada em todos os sectores da Igreja católica panamiana. Durante ainda o dia de ontem o arcebispo Marcos Acgrath disse numa eucaristia celebrada nos arredores da capital, e à qual assistiu o Governo do Presidente Guillermo Endara, ter confiança no futuro e que a invasão «deveria ser recordada como uma libertação».

Entretanto, os dois Presidentes antecessores de Endara, Francisco Rodriguez e Manuel Solis Palma, foram acusados e processados por alegados delitos cometidos durante os seus mandatos.

Francisco Rodrigues é acusado pelo Presidente da Câmara da capital panamiana, Guillermo Cochez, de participar na «corrupção administrativa» durante o anterior regime. Solis Palma, por sua vez, enfrenta um processo judicial por não ter correspondido a um mandato para se apresentar na Procuradoria Geral da República, segundo informações de fontes judiciais panamianas.

«Causa Justa» em balanço

Washington anunciou, ontem, que pelo menos 220 civis e 314 membros das forças de defesa panamianas morreram nos confrontos ocorridos durante a invasão norte-americana.

A porta-voz do Departamente de Estado, Margaret Tutwiller, acrescentou que estas primeiras previsões oficiais sobre as vítimas durante a invasão das tropas dos Estados Unidos ao Panamá foram tramsmitidas pelo comando Sul do Exército, após várias consultas a hospitais, instituições humanitárias e outros organismos.

Segundo ainda sublinhou a porta-voz do Departamento de Estado, estes dados correspondem aos civis e militares mortos em consequência directa da operação «causa justa» que levou ao derrube e extradição do general Noriega, o ex-homem forte do país.

Redacção DL/Lusa/Reuter

Cidadãos panamianos revistam o escritório do general Noriega já depois de ter sido saqueado

Chissano aceita diálogo directo com a Renamo

O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, anunciou ontem em ter respondido positivamente a uma carta dos mediadores do processo de paz em Moçambique, propondo a realização de conversações entre a Renamo e o executivo de Maputo.

Chissano afirmou aos cerca de 3.000 moçambicanos concentrados num comício, difundido em directo pela rádio Moçambique, que a referida carta, enviada à Renamo e ao Governo da República Popular de Moçambique pelos Presidentes do Quénia, Daniel Arap Moi, e do Zimbabwe, Robert Mugabe, considera ser altura de as duas partes "se encontrarem e falarem directamente".

"Nós respondemos que aceitamos o diálogo directo, com base em certos princípios, mas o Dhlakama (dirigente da Renamo) diz agora que não quer falar com o Governo, quer é falar com a Frelimo", prosseguiu o chefe de Estado, sublinhando que o líder rebelde não reconhece o Governo, as instituições e as leis existentes em Moçambique.

"O problema não é esse, porque as leis podem ser mudadas, com ordem, não ao sabor de grupinhos, mas nós estamos aqui a introduzir mudanças e bem profundas (no anteprojecto de revisão constitucional).

"Nós dizemos-lhes que venham aqui discutir connosco a Constituição, que venham sem medo discutir onde é preciso discutir mais e, se não nos entendermos, vamos à votação", afirmou Chissano, convidando a assistência a pronunciar-se sobre a possibilidade de aceitar a Renamo como um partido legal em Moçambique.

Os temas "quentes"

Durante as mais de quatro horas de duração do comício, o Presidente abordou diversos temas "quentes" no país, como a questão das greves, o anteprojecto de revisão da Constituição e a polémica do multipartidarismo em Moçambique.

Chissano reconheceu o sistema pluripartidário como uma das vias de gestão política mais defendida a nível internacional, reunindo aspectos válidos e outros aproveitáveis por interesses menos válidos, mais preocupados com "lutas pelo poder" do que a "defesa dos interesses do povo".

Sustentou que em muitos sistemas multipartidários os partidos da oposição preocupam-se mais em denegrir a acção do Governo só porque não estão no poder, alheando-se da validade da política seguida.

"Devemos ter atenção às consequências que as disputas de poder podem ter no nosso país, pois estamos numa fase em que a unidade nacional é ainda tarefa prioritária", sublinhou o Presidente, apontando que "as carências e as dificuldades" podem ser manipuladas nestas lutas."Poderá haver um dia em que os políticos, no nosso país, poderão falar, falar, e a máquina continuar a andar, como acontece em outros locais, onde às vezes os Governos mudam várias vezes, mas o país continua".

Lusa

INTERNACIONAL

Transformar espadas em arados

O desarmamento mundial cria a possibilidade de as verbas da Defesa serem investidas no desenvolvimento

As dramáticas mudanças na Europa oferecem uma oportunidade única de efectuar um corte nos 34 mil milhões de dólares que todos os anos são gastos no mundo em armamento, redistribuindo verbas para usos mais produtivos. No entanto, existe o perigo de que estas mudanças no hemisfério Norte preocupem tanto as superpotências e as nações europeias que a atenção sobre os países em desenvolvimento, do Sul, seja desviada.

Na Comunidade Económica Europeia, estão a subir as pressões para que os montantes destinados aos orçamentos de auxílio ao desenvolvimento sejam agora injectados na Europa de Leste.

Segundo rumores recentes, uma parte dos membros da Comissão Europeia já foi posta a trabalhar na ajuda alimentar aos países de Leste. Antes desempenhavam essa mesma função em relação aos países em desenvolvimento do Sul.

Um sinal encorajante veio dos Estados Unidos, onde a Comissão do Senado para as Relações Exteriores propôs um «pacote» de auxílio à Polónia com verbas no valor de 1.25 mil milhões de dólares a serem retiradas do orçamento da Defesa. Mas a proposta tem ainda que percorrer um longo caminho até ser aceite.

No hemisfério Sul, as grandes incertezas da nova ordem mundial, com a rivalidade entre as superpotênciasa ser substituída por aquilo que os especialistas denominam «multipolaridade», pode levar ao aumento das pressões para se dispender mais na Defesa (com o incentivo dos comerciantes de armas dos países do Norte) reduzindo os gastos com o combate à pobreza.

Excedente bélico

Outro factor condicionante do aumento da venda de armas poderá vir da Europa, segundo Jane Sharp, uma experiente investigadora do Instituto para a Paz Mundial de Estocolmo (SIPRI).

O sucesso das conversações para a redução do armamento, pode levar a um excedente bélico na Europa aumentando as pressões para que as armas sejam vendidas aos países em desenvolvimento, embora o planos preconizem a reconversão das indústrias da Defesa em actividades produtivas civis.

Os responsáveis pela criação do Mercado Único Europeu de 1992 e a NATO têm pedido uma maior estandartização do equipamento o que significa uma racionalização das indústrias de Defesa europeias. Segundo estimativa dos sindicatos do sector, estas indústrias estariam com 40 por cento de produção excedentária.

Sem reconversão, isto pode levar a um massivo aumento do desemprego e da busca de um alargamento dos mercados de exportação, geralmente situados nos países em desenvolvimento.

Ainda no campo das más notícias verifica-se que a diminuição dos gastos bélicos a nível mundial em 1988, não trouxe um decréscimo na militarização do Terceiro Mundo, segundo uma revista editada no ano passado pelo SIPRI («SIPRI Yearbook 1989: World Armaments and Disarmament»).

Houve a substituição do Médio Oriente como o maior mercado - esta região detinha 48 por cento das aquisições de armamento em 1984 e apenas 39 por cento em 1988 - pela Ásia, com os países da zona Sudeste asiático a comprar 22 por cento do total mundial, contra os 12 por cento de 1984.

Dívida provoca militarização

As crises provocadas pela dívida externa dos países do Terceiro Mundo, com movimentos sociais e travessias atribuladas para a democracia, também funcionam como incremento à militarização, sugere o relatório publicado na revista. Por outro lado, a luta pelo pagamento dos serviços da dívida leva os Governos a cortar gastos, aumentar as receitas e financiar o déficit interno.

Se o corte nos gastos - medida geralmente recomendada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial - implicar na redução do orçamento militar, isso pode provocar descontentamento entre as Forças Armadas. Se os cortes, como é costume, se derem no sector social (financiamento de habitação, Saúde Educação), haverá protestos da população o que conduz ao aumento da militarização para controlar a situação interna.

O incremento das receitas, por sua vez, dá-se na maior parte dos casos através da venda de produtos oriundos do sector primário, dependentes da flutuação dos preços nos mercados internacionais. Países como a China e o Brasil, porém, descobriram um novo produto de venda mais segura: armas.

Imprimir dinheiro para financiar o déficit interno conduz à hiper-inflação, o que também causa o descontentamento popular e cria um clima propício a golpes militares. Em relação a este aspecto o relatório avisa ainda que « o mais importante é a dúvida que fica a pairar sobre a capacidade organizacional dos Governos civis, incapazes de solucionar os problemas do país; os militares acabam por ser considerados mais eficientes».

Armas e Meio Ambiente

A ideia de que o poder militar pode oferecer segurança é atacada num relatório do «Worldwatch Institute», um centro de reflexão sobre questões de Ambiente sediado em Washington, que considera os níveis actuais dos gastos militares, tanto nos países pobres como nos ricos, como a maior ameaça à Ecologia («National Security: The Economic and Environmental Dimensions», Michael Renner, Worldwatch Paper 89).

Uma grande militarização enfraquece a economia de um país, sustenta o autor do relatório, Michael Renner, dando Israel como exemplo. « As Forças Armadas de muitos países alimentam-se dos sectores civis dos seus países», afirma, acrescentando à lista dos exemplos a Indonésia, a Tailândia, a Guatemala, o Egipto e a Turquia.

O relatório apela para uma mudança de mentalidades, fazendo com que a segurança no Meio Ambiente seja a base para a cooperação entre as nações e para o abandono da noção de segurança nacional, que hoje em dia significa uma maior insegurança para o cidadão comum de todos os países do mundo.

A preocupação sobre um desenvolvimento apoiado em questões ambientais pode não ser favorável às classes mais pobres, se se expressar através do ponto-de-vista habitual dos países do Norte. O perigo reside no facto de que as pessoas mais ricas, no Norte e no Sul, vão culpar os pobres por tudo. Além disso o Norte vai tentar impôr parâmetros aos países do Sul, que estes não têm capacidade de suportar.

Como resultado, o Norte pode não adoptar as custosas medidas para controlar o impacto ambiental nos seus próprios países e falhar a transferência de tecnologia para o Sul impedindo que o Terceiro Mundo se desenvolva sem pôr em perigo o equilíbrio ecológico.

Alargar conceito de Defesa

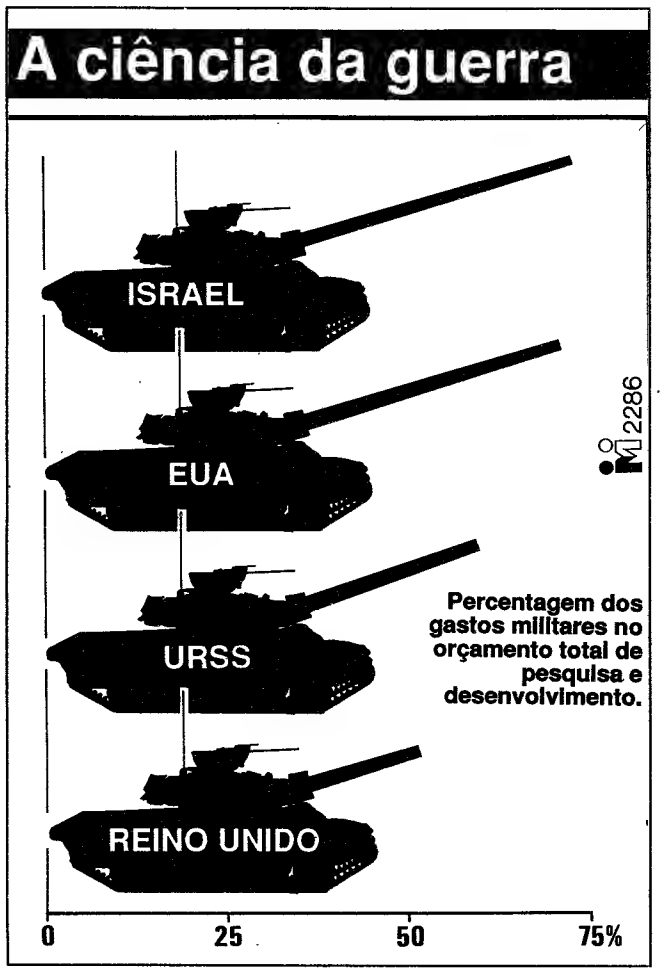
Na área da tecnologia, na qual as fontes renováveis de energia são vitais, o Norte tem um papel a desempenhar se, reconhecendo os seus próprios interesses a longo prazo, alargar o conceito de Defesa ao Meio Ambiente e à justiça social, não o limitando a exércitos e guerras.

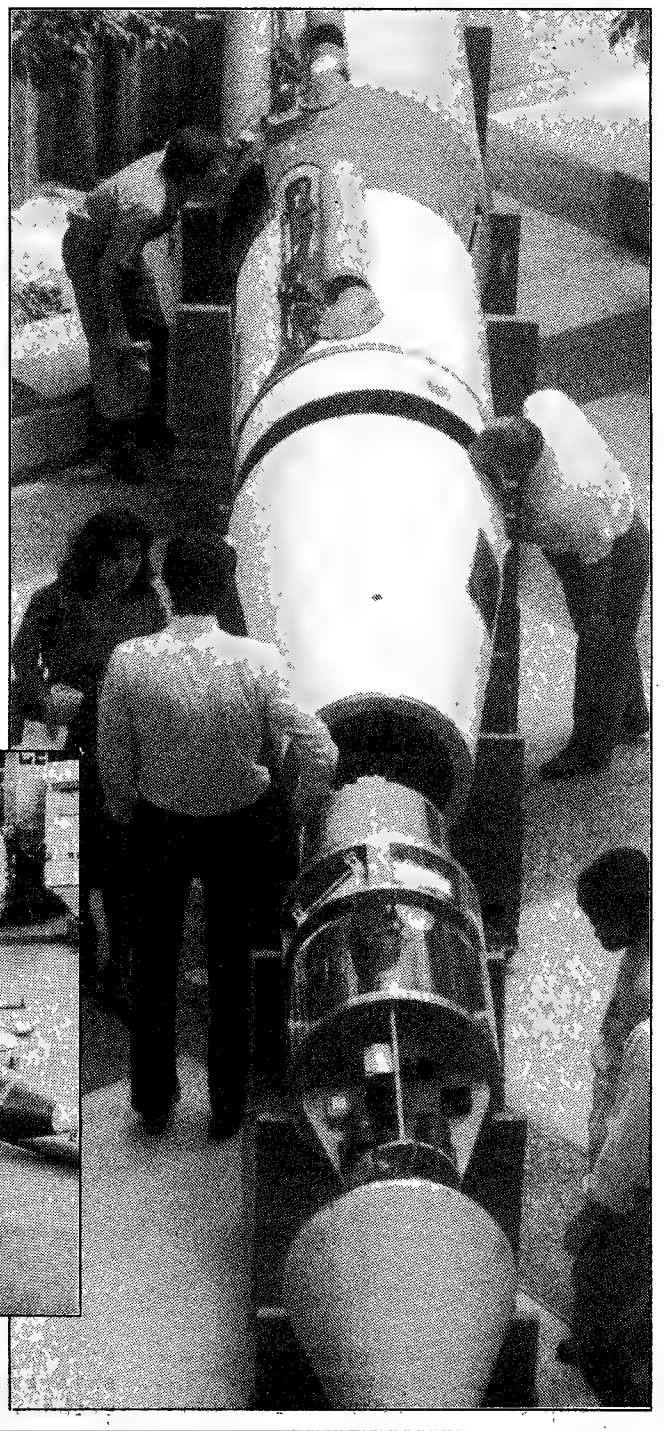
Isto requere uma redistribuição dos recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento no sector militar - que neste momento absorve entre um terço e metade de toda a actividade científica no mundo - para uma tecnologia que permita um progresso harmonioso com o Meio Ambiente, incluindo os meios que já são utilizados pela humanidade há milhares de anos. Uma nova Europa, com um nível mais baixo de armamento convencional, facilitaria isso. Não apenas no que diz respeito às negociações Dívida Externa/Ambiente mas também no binómio Defesa/Ambiente. Os Governos ocidentais deveriam ainda dar ouvidos ao Presidente soviético, Mikhail Gorbachev, quando este propõe que as verbas obtidas com o desarmamento deveriam ser aplicadas no desenvolvimento internacional e não apenas na revitalização das economias dos países do hemisfério Norte.

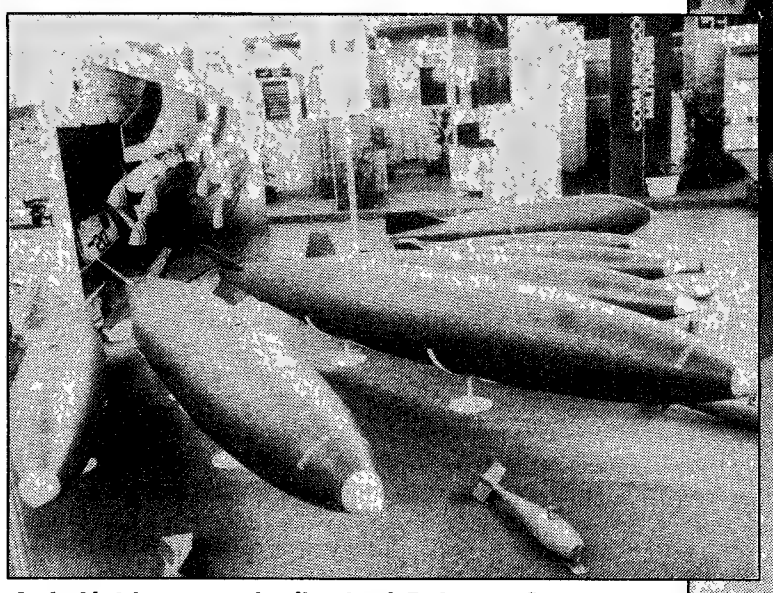
Pela primeira vez em quarenta anos, existe a perspectiva de repensar o que, porquê e quanto é dedicado à Defesa e uma oportunidade de redistribuir recursos para o desenvolvimento, tanto no Norte como no Sul. Mas isso não acontecerá nem automaticamente, nem facilmente.

Vai ser preciso a boa vontade dos políticos ocidentais para compreender esta nova visão, tal como os seus congéneres da Europa de Leste parecem já ter conseguido. A dúvida é se eles têm a capacidade de fazê-lo sem uma forte pressão da opinião pública.

Geoffrey Tansey
Exclusivo Gemini/DL







As indústrias europeias ligadas à Defesa terão que ser reconvertidas ao sector civil para evitar o desemprego em massa

QUOTIDIANO

BREVES

Rádios locais definem estratégia

As rádios associadas em cadei nacinal reúnem-se sábado, em Lisboa, para definir a estratégia face às medidas governamentais tendentes a limitar a sua actividade.

O Governo, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, enviou uma nota às rádios que funcionam em cadeia nacional dando-lhes um prazo até sexta-feira para suspenderem este tipo de emissão.

Escola do Feijó reabre segunda-feira

Os alunos da Escola Secundária do Feijó vão recomeçar as aulas na próxima segunda-feira, depois de concluídas as obras de beneficiação daquele estabalecimento de ensino, anunciou o presidente da Asociação de Pais da escola. O estabelecimento estava encerrado desde dia 3, por falta de condições de funcionamento.

As associações de pais e alunos, bem como representanres dos professores, foram ontem recebidos por responsáveis do Ministério da Educação, depois de uma concentração junto do Ministério promovida pelos professores, estudantes e seus pais.

Desemprego aumentou em Outubro

O desemprego registado em Outubro do ano passado pelos centros de emprego em Portugal continental, Açores e Madeira aumentou em 1,6 por cento relativamente ao mês anterior e em 2,5 por cento face a idêntico período de 1988, segundo dados divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Do total de 329 mil 777 pedidos de emprego, 302 mil 402 eram provenientes de trabalhadores desempregados, distribuindo-se os restantes pelas categorias de ocupados em programas especiais de emprego -- 14 mil 776 – e de candidatos empregados que pretendem mudar de emprego -- 12.599.

Reitor dos Açores denuncia falta de condições

O reitor da Universidade dos Açores denunciou a precariedade das instalações deste estabalecimento de ensino e a falta de comodidades mínimas aí existentes.

Machado Pires, que falava na sessão comemorativa do 14º aniversário da Universidade dos Açores, criticou igualmente o facto de não serem utilizadas, cabal e atempadamente, as verbas que lhe são destinadas no plano.

Laura Ayres nega situação de alarme

O Ministério da Saúde aconselha a vacinação contra a gripe. Os médicos sublinham carácter benigno do vírus

«Não há razão para alarme. O vírus gripal é o corrente e não assume grandes proporções» - disse, esta manhã, ao «DL» a drª Laura Ayres, do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, onde o vírus está a ser estudado. Trata-se de um micro-organismo de características benignas, mas que pode causar complicações de certa gravidade, nomeadamente pneumonias, em pessoas com doenças crónicas. Contactado, esta manhã, pelo «DL», o Hospital S. José informou que nas últimas 12 horas não tinha aparecido um único caso de gripe no balcão de urgência daquele hospital.

No entanto, um comunicado do Ministério da Saúde, divulgado ontem, refere que Portugal está perante uma situação de «epidemia ou pré-epidémica» e alerta a população para a existência de uma vacina anti-gripe, a qual «confere um certo grau de protecção».

O vírus da gripe transmite-se de pessoa a pessoa, geralmente através de gotículas de saliva expelidas quando se fala, tosse ou espirra, sendo os arrepios, febre, dores de cabeça, musculares e tosse os seus sintomas mais frequentes.

Em Coimbra, no Hospital Pediátrico daquela cidade, o número de consultas duplicou, devido ao surto de gripe que tem afectado, sobretudo, as crianças. Desde o Natal que têm afluído diariamente às consultas de pediatria cerca de duas centenas de crianças, o que representa um acréscimo de 100 por cento relativamente ao serviço normal.

Também no Centro de Saúde Miranda do Corvo o número de consultas registou um aumento nos últimos dias, tendo sido atendidas diariamente cerca de 90 pessoas, valor que representa também um aumento de 100 por cento em relação à actividade normal.

Na Grã-Bretanha, o vírus da gripe que assola aquele país, causou, nas primeiras semanas de Dezembro, 1254 mortos.

Laura Ayres esclarece que o vírus da gripe que afecta os portugueses é de natureza corrente

Centrais sindicais criticam novos salários mínimos

As duas centrais sindicais consideraram «insuficientes» os aumentos dos salários mínimos aprovados ontem pelo Conselho de Ministros. Para a indústria, comércio e serviços o valor subiu para 35 mil escudos, mais mil escudos que para a agricultura.Em 1991 o salário mínimo nacional estará uniformizado, sendo a partir de então igual em todos os ramos da actividade.

As reacções da CGTP e da UGT não tardaram, logo que os aumentos foram conhecidos. Os valores apresentados «não têm em conta o carácter social do salário mínimo, cujo aumento deve ser sempre superior ao do salário médio», afirmou João Proença, do Secretariado da UGT. A CGTP considera, por seu turno, que o salário mínimo «não tem acompanhado», nos últimos anos, o aumento geral dos salários, devendo ocorrer o mesmo em 1990.

A Inter acusou ainda o Governo de reduzir a «eficácia social» do salário mínimo e de sancionar, uma vez mais, «uma política de baixos salários», ao passo que João Proença sublinhou que, mesmo assim, os valores mínimos não irão acompanhar o crescimento da inflação e a absorção dos ganhos de produtividade».

Sobre o salário mínimo para a indústria, comércio e serviços as centrais sindicais são unânimes ao referir que o aumento para 35 mil escudos representa um acréscimo de 11,1 por cento em relação ao salário mínimo em vigor desde 1 de Julho (31 500 escudos) e de 13,8 por cento quando se considera a média dos valores do salário mínimo em 1989 (30 750 escudos).

Para a UGT, que sempre se bateu pela aproximação gradual e uniformização dos salários mínimos, o facto de terem agora crescido a uma percentagem maior para a agricultura, é «um factor positivo».

A Confederação dos Agricultores de Portugal não tem quaisquer objecções a fazer ao aumento do salário mínimo para 34 mil escudos, no sector. O secretário-geral desta organização afirmou que o novo valor fixado pelo Conselho de Ministros «é perfeitamente aceitável face ao crescimento da economia portuguesa».

O aumento para 35 mil escudos na indústria, comércio e serviços representa um acréscimo de 11,1 por cento em relação a 1 de Julho de 1989, e de 13,8 quando se considera a média dos valores do salário mínimo em 1989 (30 750 escudos).

Quando em 1974 foi instituído, o salário mínimo era de 3 300 escudos, passando para quatro mil em 1975, na indústria. Só em 1977 passou a ser aplicado na agricultura, no valor de 3 500 escudos, quando na indústria e serviços era de 4 500 escudos.

Em 1978 estendeu-se ao serviço doméstico.

Aos 35 contos da indústria, comércio e serviços correspondem presentemente 34 500 na agricultura e 28 mil escudos no serviço doméstico.

Esperança relançada na luta contra cancro

O director do centro do Porto do Instituto Português de Oncologia (IPO) mostrou-se confiante nas perspectivas da luta contra o cancro na década que agora se iniciou, designadamente com a introdução, a curto prazo, das técnicas de auto-transplante medular e da radioterapia intra-operatória. Guimarães dos Santos acrescentou, em declarações feitas à Lusa, que estas técnicas «vão proporcionar aos portugueses todas as possibilidades de tratamento e cura que a ciência moderna põe à disposição de todo o homem doente».

Ao reafirmar o cancro como «o problema sanitário mais importante dos países desenvolvidos», Guimarães dos Santos salientou esperar vontade política capaz para atingir os seus objectivos na luta contra aquela doença, contando, para tal, com o apoio do ministério da Saúde.

«Seria trágico que o governo não entendesse a mensagem da Europa contra o cancro, campanha que aponta para uma diminuição de 15 por cento da mortalidade cancerosa até ao ano 2000, sob pena de ser tarde de mais», sustentou. Segundo dados revelados pelo director do IPO do Porto, o tempo de espera de uma consulta diminuiu, naquele estabelecimento, de 8,4 dias para 7,6 em relação a 1988.

Apesar de se ter registado um aumento significativo do número de doentes consultados, internados e operados, verificou-se, no índice de patologia clínica, uma diminuição dos exames laboratoriais, o que traduz -- de acordo com o especialista -- uma resposta positiva à política contra o consumismo encetada pelo IPO.

Foi no domínio da cirurgia que o maior aumento percentual aconteceu, com 22 por cento de variação em relação a 1988. No centro realizaram-se cerca de oito mil intervenções cirúrgicas durante 1989.

QUOTIDIANO

Esplanada da Avenida ganha bónus de 10 anos

Nuno Abecasis deu luz verde para a esplanada fronteira ao São Jorge e levantou o embargo ao auto-silo da Avenida dos EUA

O executivo camarário lisboeta votou favoravelmente a prorrogação do prazo de ocupação da esplanada na Avenida da Liberdade, localizada frente ao cinema S. Jorge. Assim, a sua permanência naquela área foi alargada para 25 anos (eram 15 inicialmente) e além disso, a volumetria do edifício deverá ser reduzida, disse ao DL fonte camarária.

Nuno Abecasis está a gastar os últimos foguetes do seu mandato. De facto, esta deliberação traduz-se em mais uma «batata quente» para o seu sucessor, Jorge Sampaio.A decisão foi ontem aprovada com os votos favoráveis do PSD e CDS, duas abstenções do PS e MDP e com cinco votos contra do PCP e PPM. Segundo a mesma fonte, o promotor daquele empreendimento beneficiará ainda, durante um período inicial de 10 anos, da isenção de pagamento de direitos de superfície, relativos à área coberta pela esplanada.

Com esta proposta, Nuno Abecasis procurou ressarcir o construtor da esplanada dos prejuízos sofridos com a interrupção das obras (desde Março de 1989) e também com alteração da volumetria a que esta ficará sujeita.

Esplanada da Avenida. Alguns também lhe chamam «mamarracho»

Na verdade, e de acordo com a deliberação camarária, a redução da volumetria implica a destruição de parte das obras já feitas, nomeadamente na cúpula da esplanada.

Segundo Rui Godinho, vereador do PCP, a solução agora encontrada não terá sido a melhor, pois, na sua opinião, o Município deveria ter negociado com o promotor uma localização diferente para o empreendimento, não descurando, no entanto, os compromissos assumidos.

Auto-silo desembargado

Outra decisão polémica saída da reunião camarária foi a do levantamento do embargo às obras de construção do auto-silo da Avenida dos Estados Unidos da América. De salientar que o PS, o MDP, PSD e CDS votaram favoravelmente esta proposta, o PPM abandonou a sala antes da decisão enquanto que os vereadores do PCP votaram contra.

A Câmara, considerando as apreciações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) sobre o problema e o relatório apresentado pela mesma entidade, no qual são enunciadas as medidas de segurança, resolveu cancelar a suspensão das obras.

A mesma fonte do município disse que outro argumento relevante para a decisão foi o facto de o promotor do silo ter apresentado, durante um debate público realizado em Novembro do ano passado, um aditamento aos cálculos do LNEC, um projecto de ajardinamento para a zona e um sistema de controlo de exaustão de gases.

Além destas alterações, que fizeram mudar a postura que anteriormente assumiu, a câmara ficou particularmente «tocada» com a decisão do construtor do auto-silo de reservar, por um período de cinco anos, 20 lugares (livres de encargos) para as viaturas dos moradores vizinhos do empreendimento...

LAB

MALHAS DA JUSTIÇA

Sem papas na língua

Zulmira não tem papas na língua. Nunca teve e não é agora, quarenta e tal anos já feitos, que vai deixar de dizer algumas «verdades», doam elas a quem doerem. Ainda para mais, quando a liberdade do filho, acabadinho de sair de Monsanto, corre, de novo, perigo. Vai daí, toca a insultar tudo e todos, mesmo ali nas barbas da polícia. PSP, Tribunais e Governo, tudo no mesmo saco, tudo pela mesma bitola, tudo «uma cambada de gatunos».

Ela explica: foi à secção da Amadora, como estava escrito no postal que os agentes lhe entregaram de manhãzinha, ainda antes das oito horas. Soube então que o filho tinha uma multa para pagar (cerca de seis mil escudos) se não quisesse sujeitar-se a mais quatro dias de prisão. Logo ele, coitado, que acabava de sair de Monsanto sem dinheiro nenhum e que procurava, desesperadamente, um emprego noutras bandas. Mais: Zulmira tem a certeza de ter visto no postal uma quantia bem menor (mil escudos) e, por isso, não paga. Porque não tem dinheiro e porque lhe parece uma roubalheira. É verdade e não tem medo de repetir a quem quer que seja, diz.

Palavra puxa palavra, o agente garantiu-lhe que o caso estava preto e que ou «pagava ou ia para a cadeia». Zulmira ficou «passada da cabeça», di-lo agora, em Tribunal, com voz suave, quase suplicante. Que mal ouviu dizer que podia «ir dentro», a língua se lhe soltou. Disse que os polícias eram todos uns ladrões, lá isso é verdade, agora os juízes, nunca, nem pensar. Sorriso geral, na sala. E ei-la, a pergunta sacramental: então, e os membros do Governo?

Exalta-se. Repete, uma vez mais, a história sabida de cor pelo Tribunal. Interrompe os magistrados, é difícil calá-la, agora que «se excitou dos nervos». E os membros do Governo?

Não, não veio o Governo à baila. Só chamou ladrões aos polícias, não acusou mais ninguém, ela bem sabe o que disse.

Três agentes são chamados. Zulmira soltou as goelas, ali mesmo no postigo da polícia, convidaram-na para o gabinete do chefe de secção e ela lá foi, arrastada, em alta gritaria, chamando gatuno a tudo o que é autoridade.

O julgamento prolonga-se e a sentença também. Após a pausa para almoço, Zulmira lá está, no banco dos réus, cabelo desgrenhado e voz quase infantil. O Tribunal deliberou e ela aguarda, nervosa, o veredicto. «A arguida é primária, confessou parcialmente os factos e proferiu as expressões contra os órgãos globalmente considerados. Visto não ter daí resultado qualquer dolo específico ou alteração de ordem, absolvo-a. Vá em liberdade». Zulmira não se contém, quase grita de satisfação. «Muito obrigada. Muito obrigada!». Aperta as mãos contra o peito, adivinha-se um rol de agradecimentos prestes a saltar e a juíza interrompe, mesmo a tempo.

« A Justiça não se agradece. Está encerrada a audiência.»

Emília Maria

Arquitectura desenha ritual de doutoramento

José Lamas, co-autor do Plano do Martim Moniz, doutorou-se pela Faculdade de Arquitectura perante júri exigente

O arquitecto José Manuel Ressano Garcia Lamas é o mais recente doutor das artes, letras e ciências da academia lusitana, após ter ontem concluído, com «louvor e distinção», as provas de doutoramento em Arquitectura perante um júri presidido pelo Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, profº Simões Lopes.

«Morfologia Urbana e Desenho da Cidade», título da tese apresentada por José Lamas, é o primeiro trabalho de investigação na área do planeamento urbanístico a consagrar ao seu autor, pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa, o grau de doutoramento, e é, simultaneamente, o segundo título de doutor que este estabelecimento de ensino superior confere.

A evolução das formas da cidade e o seu desenho ao longo dos tempos, principais temas sobre os quais versa a tese apresentada por José Lamas, foram ontem alvo de abordagem e discussão ao longo de quatro fatigantes horas. Pelas palavras dos arguentes do júri que presidiu às provas públicas de doutoramento - os professores doutores Castelo Branco e Clara Mendes - as teses sustentadas por José Manuel Lamas foram dissecadas passo a passo, por vezes alvo de críticas aparentemente duras vindas do alto da imponência das togas negras dos ilustres avaliadores.

Entre os aspectos meramente formais e o alcance do conteúdo cientificamente inovador da tese, o arquitecto José Lamas defendeu acerrimamente os pontos de vista mais discordantes dos sustentados pelos arguentes do júri, tanto quanto o sempre escasso tempo para tão grande *mise en scène* o permitiu.

À intimidade que o profº Simões Lopes tentou imprimir à sessão de ontem, com a sua intervenção inicial, José Lamas contrastou com a enérgica pose de quem está também - e já - habituado ao estrado universitário, pedindo para falar de pé (concedido) e para projectar para a assistência - em que pesava a presença de alunos de arquitectura - uma série de diapositivos «que melhor ilustravam o que estava a ser discutido»... Habilmente o júri contornou a concessão de tal prerrogativa, inabitual em provas deste tipo, apesar da logística para o efeito já estar montada na própria sala... e a referida projecção, afinal, acabou por não acontecer, mantendo assim intocáveis os destinos intemporais das praxes dos doutoramentos .

Na mesa do júri, Tomás Taveira reaparece em público num acto oficial

José Lamas em pleno momento de defesa da sua tese de doutoramento

Por fim, praticamente esgotado o tempo devido a este tipo de provas (três horas), foi o momento do juri se retirar para decidir acerca do resultado a atribuir a tão elevada prova académica.

Aquilo que as conversas sempre inacabadas projectaram para «alguns vinte minutos ou meia hora», acabou por demorar muito mais do que esperava a assistência.

Mais de uma hora de deliberações em sala contígua à da cerimónia não deixou contudo de fazer adivinhar o fim normal deste tipo de prestação académica: o «louvor e a distinção» unanimemente atribuída pelo juri «para um trabalho da envergadura do apresentado».

Depois das felicitações e cumprimentos pessoalmente dados pela esmagadora maioria da assistência ao novo doutorado, o *coktail* da praxe esperava tudo e todos para uma comemoração mais informal que, na forma dos aperitivos, dos portos e das taças de champanhe, encerrava assim o segundo doutoramento conferido pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

O júri das provas de doutoramento do arquitecto José Lamas, para além do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, foi constituído pelos professores doutores Clara Mendes, Castelo-Branco, Mª João Madeira Rodrigues, Gonçalves Proença, arqº Augusto Brandão e arqº Tomás Taveira.

José Manuel Ressano Garcia Lamas, de 41 anos, formou-se na ESBAL em 1972, tendo-se posteriormente pós-graduado em Urbanismo na Universidade de Aix-en-Provence (França). Assistente da ESBAL e da Faculdade de Arquitectura nas cadeiras de Planeamento Urbano e Projecto de Arquitectura, exerce igualmente profissão liberal em associação com o Profº Arqº Carlos Duarte, de cuja parceria sairam diversos projectos e obras entre os quais o Plano do Martim Moniz, a Escola Superior Agrária de Castelo Branco e o Plano de Ponta Delgada.

A Faculdade de Arquitectura de Lisboa, institucionalizada em 1983/84 e integrada na Universidade Técnica de Lisboa a partir do departamento de Arquitectura da ESBAL, vê com este seu segundo doutoramento (o primeiro na área do planeamento urbanístico), consolidarem-se as suas estruturas pedagógicas e a organização do seu quadro docente, num momento em que os ramos da investigação e da divulgação dos trabalhos portugueses além fronteiras assume particular importância.

M.A.M.

1890 - 1990 O Ano

Notas de história diplomática (conclusão)

A perda de uma irrepetível oportu

Finalizadas as negociações com a França, Barros Gomes dispôs-se imediatamente a negociar com a Alemanha a fronteira sul de Angola, no prosseguimento da política definida por Barbosa du Bocage. Embora viesse a sacrificar algum território indiscutivelmente português, obteria a linha de fronteira do Cunene e o seu prolongamento até ao Zambeze. Em troca, obtinha também a delimitação das esferas de influência portuguesa e alemã na costa oriental pela linha do Rovuma até ao lago Niassa.

Pelo mesmo convénio, que se traduziu pela Declaração Luso-Alemã de 30 de Dezembro desse mesmo ano de 1886, o Governo português conseguia do governo alemão a renúncia à extensão da sua influência à zona entre Angola e Moçambique, considerando-a área de expansão reservada de Portugal, salvo direitos adquiridos por terceiros. Igualmente, proceder-se-ia à elaboração corrigida da primeira versão da *Carta Meridional da África Portugueza*, sendo esta segunda versão a representação definitiva do célebre quão problemático *Mapa Cor-de-Rosa*.

O limite norte de Angola havia ficado estabelecido com a Associação Internacional do Congo, em Fevereiro de 1885; o limite sul de Moçambique havia ficado determinado por Sentença Arbitral, em Julho de 1875; a fronteira sudoeste desta província com o Transval, ficara determinada em Julho de 1869. Assim, com estes dois instrumentos diplomáticos com a França e a Alemanha ficavam consignadas as futuras áreas de expansão portuguesa.

Não seriam documentos suficientes na definição internacional do *hinterland* das suas possessões, mas não seriam sucessos diplomáticos negligenciáveis.

Com efeito, faltava concretizar a ocupação efectiva daquela imensa área, mas existia uma base a negociar com outra potência colonial - a Grã-Bretanha - com interesses a norte e a sul da mesma. Havia, então, que tornar compatíveis os interesses portugueses com os objectivos britânicos, operação que não se quedaria pacífica dada a grandiosidade daqueles e a desproporcionalidade de recursos dos dois países aliados.

O protesto britânico

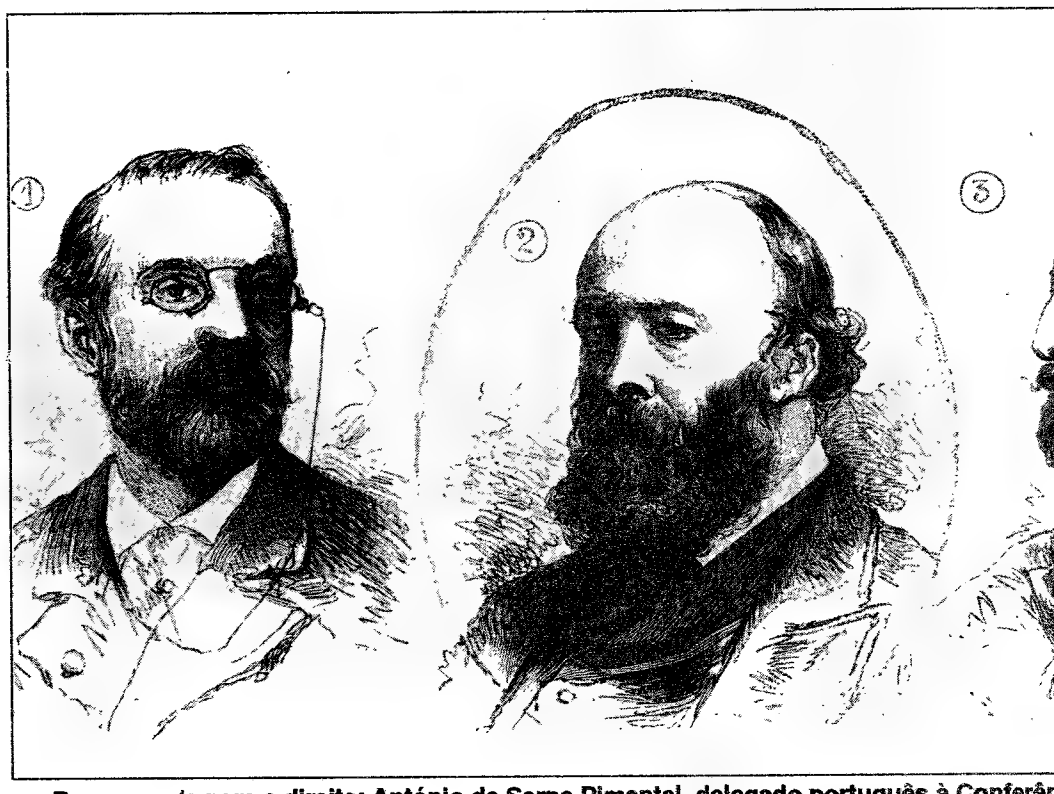
Deste modo, apresentados os convénios para ratificação nas Cortes, em Julho de 1887, a representação britânica em Lisboa obteria diligentemente exemplares dos respectivos *Livros Brancos* e a reacção não se faria esperar. Em 13 de Agosto, era apresentado um protesto formal ao Governo português sobre as reclamações territoriais deste descritas no *Mapa Cor-de-Rosa*. No essencial, o protesto britânico declarava que não existia qualquer sinal de autoridade ou jurisdição portuguesa na esmagadora maioria daquela área e que os signatários do Acto Geral de Berlim haviam admitido o princípio de que qualquer reclamação de soberania territorial em África estava sujeita à verificação da ocupação dos territórios reclamados. Em consequência, continuava o protesto, o governo britânico não reconhecia a soberania portuguesa em nenhum território que não estivesse sob uma autoridade suficientemente forte para manter a ordem, dar protecção aos estrangeiros e controlar as populações nativas. Tais objecções, acrescentava, aplicavam-se especialmente aos distritos do lago Niassa, ocupados por comerciantes e missionários britânicos e aos Matabeles.

Ficavam, assim, explicitadas as áreas onde a Grã-Bretanha iria demonstrar uma das mais persistentes oposições à expansão territorial de Moçambique. O *Mapa Cor-de-Rosa* entrava na história das relações luso-britânicas como factor de conflito e de colisão de interesses coloniais. Deste modo, se Portugal não ocupava, *de facto*, toda a região reclamada, também a Grã-Bretanha não preenchia os mesmos requisitos que vinha exigir a Portugal; se, por outro lado, o governo britânico argumentava com o princípio da ocupação efectiva estatuído pela Conferência de Berlim, ele apenas ficara estipulado para as costas e não para o interior do continente africano. Portugal poderia argumentar com os seus direitos históricos, mas, em breve, a superioridade dos recursos britânicos decidiria qual o *direito* que vingaria no estabelecimento de soberanias na área em disputa.

Já não eram desprovidas de desinteligências as relações diplomáticas luso-britânicas, nesses meados de 1887. A ocupação portuguesa da baía de Tungue, em Fevereiro, culminando um longo diferendo com o Sultanato de Zanzibar, lançara as primeiras nuvens no relacionamento entre Lisboa e Londres. A peremptória reacção britânica ao *Mapa Cor-de-Rosa* era um sério aviso ao Governo português sobre a área de interesses estratégicos britânicos. Tal foi, de resto, complementado quando, através da Colónia do Cabo, em Fevereiro de 1888, a Grã-Bretanha obtinha um Tratado com o Lobengula, régulo dos Matabeles e pretenso soberano dos Macalacas e Mashonas. A partir de então, ficava barrado o caminho à expansão ocidental de Moçambique, desde o Transval até à linha do Zambeze, tornando-se a Grã-Bretanha também potência ribeirinha deste importante curso fluvial.

Estas alterações enfraqueceram decisivamente a posição portuguesa urgindo, portanto, negociar. Barros Gomes não o fará. Com efeito, agudizam-se as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha. Todas as relações de vizinhança, na África centro-austral, são factores de fricção, quer se trate de precisões de limites nos Amatongas e Mussuates (Sul e Sudoeste de Moçambique), quer se relacione com a navegação no Zambeze e no Shire. Aqui, a situação torna-se complicada, pois que tais rios são as únicas vias de acesso e abastecimento para os estabelecimentos britânicos do Niassa. A Grã-Bretanha pretende a liberdade de navegação e de trânsito - mesmo para armas e munições -; Portugal só se mostra disposto a concedê-las mediante o reconhecimento da sua soberania.

Pressionado pela evolução desfavorável dessas relações, mas já com algum tempo e vantagens perdidas, Barros Gomes ensaiaria, em Abril de 1888, uma aproximação à Alemanha, solicitando que esta potência intervenha junto do gabinete de Londres. Porém, o governo alemão não se arriscaria a intrometer-se no diferendo luso-britânico, onde nada tinha a ganhar e quando é a situação europeia que mais ocupa a diplomacia bismarckiana. Simultaneamente, o Governo português decidiria enviar expedições para Moçambique, disposto a obter no terreno o que não conseguia pelas vias diplomáticas. Para lá partiriam Paiva de Andrada, Vítor Cordon e António Maria Cardoso. As suas áreas de acção localizar-se-iam na Zambézia, para os dois primeiros, e nas margens sul e sueste do lago Niassa, para o último.



Da esquerda para a direita: António de Serpa Pimentel, delegado português à Conferên Salisbury, primeiro-ministro inglês; e Henrique Barros Gomes, ministro dos Negóc

Entretanto, em finais de Outubro de 1888, o ministro britânico em Lisboa, recentemente regressado de Londres, proporia a Barros Gomes que, dada a crescente tensão diplomática entre os dois países, se tornava conveniente chegar a uma base mínima de entendimento. Tal seria possível se Portugal deixasse de reclamar a sua soberania sobre a região do lago Niassa e sobre os territórios sujeitos ao Lobengula e, ainda, se declarasse a liberdade de navegação e de trânsito no Zambeze e seus afluentes. Em troca, o governo britânico dispunha-se a reclamar apenas a região a sul do Zambeze como zona de sua influência exclusiva e a reconhecer a exclusiva influência de Portugal para norte do mesmo rio e para ocidente do Zumbo, com a condição de não ficar barrado o trânsito britânico para os estabelecimentos do Niassa. Todavia, Barros Gomes não se mostraria receptivo a estas propostas. Distante e frio, declararia que seria infrutuoso qualquer acordo que não contemplasse o reconhecimento da soberania portuguesa nas regiões reclamadas e sugeria que a Alemanha deveria ser associada às negociações luso-britânicas. Cumulativamente, insinuaria que havia recebido conselho de «experientes e enérgicas autoridades coloniais» para que não se deixasse limitar por concertos diplomáticos, quando elas, em breve, estariam em condições de obter mais para Portugal do que qualquer negociação poderia proporcionar.

Um erro capital

Henrique de Barros Gomes cometia, então, um erro capital ao recusar explorar a oferta britânica de negociações, designadamente a do reconhecimento de uma esfera de influência exclusiva a norte do Zambeze. Tal proposta constituía uma irrepetível oportunidade para a substancial concretização do projecto de união contido no *Mapa Cor-de-Rosa* e foi lamentável que o ministro português dos Negócios Estrangeiros assim não o tivesse interpretado. Quase tão grande como o erro de Barros Gomes, seria o desapontamento do ministro britânico que, por finais de Dezembro desse ano, daria por consumada a ruptura de negociações sérias com o Governo português.

Em inícios de Janeiro de 1889, Lord Salisbury queixava-se fortemente ao ministro de Portugal em Londres do comportamento do Governo português, avisando-o de que as relações entre os dois países não poderiam resistir às tensões a que estavam sendo sujeitas. De facto, iam-se agravando os incidentes e Portugal era acusado de fazer obstrução às ligações da costa com os estabelecimentos britânicos do Niassa. Ao mesmo tempo, era igualmente acusado de estar em curso com expedições fortemente armadas que, como a de António Maria Cardoso, punham os mesmos em perigo.

O Governo português encontrava-se numa posição difícil, num dilema irresolúvel. Se facilitasse a liberdade de navegação e trânsito no Zambeze e Shire, nomeadamente de armas e munições, abdicava da sua soberania e possibilitava o reforço dos estabelecimentos do Niassa; se mantivesse a sua posição e procurasse, justamente, aumentar o controlo da área por meio de expedições, agravava o conflito com a

A.M.A.
Auto Monumental de Aveiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

no do Ultimatum

tunidade

Conferência de Berlim; Lorde
s Negócios Estrangeiros

o Grã-Bretanha. Fora-se longe
tro de mais por este caminho, o
de brio nacional e a opinião
ria pública não deixavam alter-
de nativas.
o

Em Março e Abril desse
de ano, numa derradeira mis-
ry são a título oficioso, chegava
ao a Lisboa o cônsul nomeado
em para Moçambique, Harry H.
nto Johnston. Apoiado pelo
ês, ministro britânico, concluiria
ões um acordo de princípio sobre
não o diferendo luso-britânico
ões com o ministro Barros Gomes.
tas. Todavia, demasiado tarde. As
do missões escocesas do lago
era Niassa e a *African Lakes*
ção *Company* haviam agitado a
os opinião pública na Grã-
cos Bretanha contra a posição
po, portuguesa e, agora, Salis-
de bury não se arriscava a ratifi-
ões car o acordo aceite pelo
ue, Gabinete de Lisboa. De-
ria masiado tarde ainda, porque,
nos pela mesma altura, chegava
a Londres Cecil Rhodes que
ia propor a constituição da
en- *British South African Company*,
ção destinada a estender a in-
ir- fluência britânica através do
ib- Zambeze e a assegurar as
sito comunicações da Colónia do
da- Cabo com os estabelecimen-
es, tos do Niassa.
a e
los Apesar de tudo, Barros
sa: Gomes continuava a confiar
o e na possibilidade de obter *in*
te, *loco* vantagens territoriais com
rea as expedições que, depois,
es, pudesse apresentar ao
a governo britânico como fac-
tos consumados. Em Maio
de 1889 chegaria novamente
a Moçambique o explorador
Serpa Pinto. Chefiando uma
missão técnica destinada a
estudar a possibilidade de
uma ligação ferroviária de
Quelimane até à confluência
do Shire com o Zambeze,
rapidamente assumiu o
comando de uma expedição
de *pacificação* dos Makololos
e, em princípios de Novem-
bro, havia sujeitado ao
domínio português todo o
planalto do Shire.

Era, porém, outra a sorte
das relações entre Lisboa e
Londres. Em finais de Ou-
tubro, a Rainha Vitória con-
cedia uma carta patente à
British South African Company.
Em princípios de Novembro,
o Governo português respon-
dia a tal medida com a criação
do distrito do Zumbo. O
governo britânico protesta e
apenas reconhece como
pertença da soberania portu-
guesa as localidades de
Zumbo e Tete e pouco mais.
Barros Gomes retorquirá
então com um longo
despacho, enviado em finais
de Novembro, argumentando
com os direitos históricos
portugueses, sustentados pela
Tratado concluído com o
Imperador do Monomotapa
e por testemunhos de antiga
ocupação. Todavia, Lord
Salisbury recusa-se a aceitar
a validade dos «argumentos
arqueológicos» apresentados
por Portugal, declarando que
a «controvérsia tem de ser
decidida em outros termos»!

Casus belli

Estava em marcha o
processo de escalada do
conflito. Com efeito, base-
ando-se em informações re-
cebidas de Moçambique, em
princípios de 1890, enviadas
pelo cônsul britânico, que
davam como consolidadas as
posições portuguesas no Shire
e entre Sofala e o território
dos Matabeles, Salisbury
considerará que se encontram
ameaçados os estabelecimen-
tos britânicos e tal figurar-se-
á como *casus belli*.

Assim, em 10 de Janeiro,
instruiria o ministro britânico
em Lisboa para apresentar
uma nota cominatória ao
Governo português, que se-
ria entregue em 11 e que
passaria à História sob a
designação de *Ultimatum*: -
«O governo de Sua Mages-
tade não pode aceitar como
satisfactorias ou sufficientes,
as seguranças dadas pelo
governo portuguez taes como
elle as interpreta.

O consul interino de Sua
Magestade em Moçambique
telegraphou, citando o pro-
prio Major Serpa Pinto, que a
expedição estava ainda ocu-
pando o Chire, e que Katunga
e outros logares mais no ter-
ritorio dos makololos iam ser
fortificados e receberiam
guarnições. O que o governo
de Sua Magestade deseja e
em que insiste é no seguinte:
// Que se enviem ao Gover-
nador de Moçambique in-
struções telegraphicas imme-
diatas para que todas e
quaesquer forças militares
portuguezas actualmente no
Chire e nos paizes dos
makololos e machonas se
retirem. O governo de Sua
Magestade entende que sem
isto as seguranças dadas pelo
governo portuguez são illu-
sorias. // Mr. Petre ver-se-
ha obrigado, á vista das suas
instrucções, a deixar imme-
diatamente Lisboa com to-
dos os membros da sua le-
gação, se uma resposta satis-
factoria á precedente inti-
mação não for por elle re-
cebida esta tarde; e o navio
de Sua Magestade *Enchant-
ress* está em Vigo esperando
as suas ordens».

O futuro das colónias nas Cortes

A Escola encarregou-se de transmitir a sucessivas gerações a comoção popular que abalou Portugal na sequência do «Ultimatum» inglês de 11 de Janeiro de 1890.

Tudo se teria passado como num estremeção em que os próprios alicerces da Nação ficaram abalados. A agitação republicana apoderou-se do tema, e com o decorrer dos meses a intransigência da opinião pública impede a ratificação do Tratado de 10 de Agosto de 1890 no qual a Grã-Bretanha ainda aceitará a existência de um corredor sob soberania portuguesa ligando Angola a Moçambique.

Longe pareciam, da opinião pública portuguesa, as advertências de um Oliveira Martins quando recomendava em 1880:

«... para fazer alguma coisa num ponto, seria mister pôr de parte os domínios vastos e as tradições históricas, concentrar num lugar os recursos e as forças disponíveis, se acaso os há. Alienar, mais ou menos claramente, além do Oriente, Moçambique, por enfeudações a companhias; abandonar as pretensões ao domínio nas bocas do Congo; e congregar as forças de uma política sábia e sistematicamente na região de Angola: eis aí o que talvez não fosse ainda inteiramente insensato.»

Seis anos depois, Portugal era levado a sonhar que um mapa cor-de-rosa e que uma aliança com a Alemanha nos assuntos africanos, que não correspondia minimamente à estratégia de Bismark. E nem mesmo assim os ânimos ponderavam.

O próprio António Enes não deixava de assinalar no seu «Moçambique»:

«Acabrunhou-me tanta grandeza, comparada em todos os nossos apoucamentos, e – perdoem-me as nobres ambições patrióticas! – lastimei os esforços e sacrifícios que temos feito para ainda mais nos dilatarmos naquela imensidade, em que antes devêramos desde muito ter-nos concentrado.»

A causa de todos os males

O «Ultimatum» inglês será assim antecedido e seguido de importantes debates sobre a situação internacional de Portugal e sobre a natureza dos domínios coloniais. Mesmo os que defendem a política colonial não a confundem com a essência da Nação, embora possam ver nela um objectivo nacional ou tão-só um modo de combate ao regime monárquico.

Assim, um grupo de estudantes de Coimbra lançará um manifesto «Aos Republicanos Portugueses» datado de 15 de Novembro de 1890, assinado, entre outros, por Afonso Costa, António José de Almeida, Fernando Homem de Brederode, Alberto de Oliveira e no qual se afirma:

«A causa de todos os males do nosso pequeno mas nobre país tem sido a Inglaterra e a Monarquia (...) de tal arte que a isto chegámos: ser violentados pelo 'Ultimatum' de 11 de Janeiro de 1890, escarnecidos pelo convénio de 20 de Agosto, escravizados pela ditadura do gabinete regenerador...»

Entretanto, esta situação ainda irá piorar. Londres exaspera-se com as reticências de Lisboa em relação ao convénio de Agosto que atribuía territórios onde jamais a soberania portuguesa se havia exercido, e, em Maio do ano seguinte propõe um outro tratado ainda mais severo para as pretensões coloniais de Portugal.

A movimentação da opinião pública declinava. Antero de Quental afastava-se, ele que ao aceitar presidir à Liga Patriótica do Norte dissera profeticamente:

«Eu sacrifico a minha saúde, que naufragará de todo no meio disto, e muito provavelmente o meu nome, que antes de seis meses estará manchado. Não importa. Quero sacrificar a vida, e morrerei contente se tiver vivido seis meses ao menos da verdadeira vida de homem que é a da acção por uma grande causa.»

As ruas e as salas de conferência esvaziavam-se. Chegava de novo a hora dos políticos práticos entrarem em cena; era a passagem do testemunho da multidão agitada na sociedade civil para a tribuna das instituições parlamentares.

Assim, enquanto o Partido Republicano declarava ser necessário derrubar a monarquia e libertar Portugal da tutela inglesa para defender as colónias, os políticos que serviam na monarquia constitucional adoptaram uma atitude muito flexível em relação ao futuro do império ultramarino.

Desse ponto de vista é deveras eloquente o *Parecer n.º 102 da Câmara dos Pares* apresentado a 9 de Junho de 1891, relativo às ratificações do tratado entre Portugal e a Grã-Bretanha que consagrou praticamente as fronteiras das possessões coloniais em África até 1974, assim como a discussão a que deu origem na Câmara dos Pares.

O Parecer abre com claridade: *«Ao cabo de porfiada luta tivemos na verdade de sacrificar aos interesses da Grã-Bretanha alguns territórios a que Portugal julga ter legítimo direito, e de consentir também em benefício daquela potência nalgumas restrições ao exercício de nossa soberania. Alcançámos, porém, para compensação destes sacrifícios, a delimitação definitiva dos territórios que nos ficam pertencendo...»*

Antes perder a África...

Curioso verificar é o facto de em muitas intervenções dos pares do reino se colocar abertamente a questão da alienação desses territórios ultramarinos.

Vaz Preto insurge-se contra as condições do tratado que obriga Portugal a tomar medidas de fomento e a abrir as colónias ou comércio internacional:

«Por este famoso documento nós somos obrigados a fazer estradas, caminhos-de-ferro e telégrafos, para servir pronta e principalmente os interesses dos súbditos ingleses. (...) (e) restringe-nos a faculdade tributária não permitindo que o imposto exceda 3%. Obriga-nos a abrir ao comércio de toda a Europa, sem poder lançar o mais leve tributo, o Zambeze e o Chire.»

E rematava há cem anos o Par do Reino:

«Antes perder a África agora, salvando a nossa dignidade, do que mais tarde, depois de a ter benfeitorizado e arruinado a metrópole com enormes somas ali gastas.»

Quanto ao visconde de Moreira de Reis ele é muito mais desabrido: *«Que calamidade maior poderia resultar da rejeição do tratado?*

Tomarem-nos toda a nossa África, uma e outra costa?... haja alguém que exclame 'que calamidade!' ele orador responderá 'que fortuna!'.»

Para este parlamentar, a solução do problema está no recurso ao referendo para que o país se pronuncie sobre o futuro das colónias!

Outra intervenção significativa nessa sessão da Câmara dos Pares de 10 de Junho de 1891 é a de Barros Gomes, responsável pela movimentação diplomática decorrente do objectivo do mapa cor-de-rosa, nomeadamente pelas aproximações tentadas à Alemanha de Bismark (muito menos interessada em África do que julgavam os autores do mapa cor-de-rosa), e ao Transvaal. Nesse debate, Barroco Gomes afirma que esse objectivo de ligar Angola a Moçambique jamais constituiu nos seus mais que insuperáveis obstáculos a inteligências com a Inglaterra.

Vistas as coisas um século depois torna-se óbvio observar que, contrariamente ao que se proclamava na altura, a aliança luso-britânica não constituia mais um seguro de existência para a dinastia de Bragança.

É claro que o governo inglês na altura pouco se importou com as consequências do «ultimatum» na política interna portuguesa.

Mesmo após as grandes manifestações de repúdio ocorridas em Portugal e conduzidas pelos republicanos, o governo britânico propõe o Tratado de Agosto de 1890, que anulava o esforço de Serpa Pinto e irá mesmo ao ponto de agravar os seus termos no «modus vivendi» apresentado às Cortes em Junho de 1891.

O futuro do regime político em Portugal não entrava nos cuidados do governo britânico.

Imperceptivelmente, a Inglaterra passa da defesa e suporte da dinastia de Bragança como se depreendia do Art.º 1.º do Tratado de 26 de Janeiro de 1642, à posição de agente indutor de mudanças de regime em Portugal, mesmo que involuntariamente.

Curiosamente, a tomada do triângulo de Quionga no norte de Moçambique pelos alemães em 1894 não despertará a mesma ira suscitada pela coacção diplomática inglesa quatro anos antes.

Após ter reunido o Conselho de Estado, nessa mesma noite, sob a presidência do Rei D. Carlos, o Governo português decidiria - sob a ameaça de iminente ruptura de relações diplomáticas e de todas as suas consequências - ceder às exigências do governo britânico.

Perante a esmagadora superioridade estratégica britânica perdia-se uma batalha no campo diplomático. Era, no entanto, necessário travar ainda muitas outras, ao longo de mais um ano e meio de negociações, no encontro de uma solução que tornasse compatíveis os projectos coloniais dos dois países. Barros Gomes - e o Gabinete *progressista* a que pertencia - ainda que numa defesa dos interesses nacionais, não souberam evitar um desfecho que o perigoso aumento de conflitualidade faria prever. O processo seria bastante atribulado e as instituições nacionais foram profundamente abaladas com tal terramoto político e as suas sequelas. Em África, esfumar-se-ia de vez a possibilidade de união portuguesa das duas costas do continente, mas restava ainda o bastante onde Portugal construiria o essencial do seu terceiro Império Ultramarino, herança recebida pelos actuais países lusófonos de Angola e Moçambique.

José Medeiros Ferreira

(Docente na F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Publicou um trabalho sobre «O Ultimatum na perspectiva da coacção diplomática», inserido no livro «Estudos de Estratégia e Relações Internacionais», I.N., 1981)

Carlos Lima Silva Mota

Subs
da responsa
do P

ECONOMIA

Comércio quer incentivos

Uma proposta de trabalho feita pela Confederação do Comércio Português (CCP) vai ser analisada por um grupo criado pelo Governo, com vista a criar o recentemente anunciado Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio de Portugal, o que representa um investimento global de cerca de 15 milhões de contos.

Para este investimento a ser criado pelo Governo, cerca de cinco milhões de contos serão provenientes do Orçamento de Estado e das Comunidades, sendo os restantes nove milhões (60 por cento) dos empresários do comércio que formulem projectos de investimento.

O grupo de trabalho criado pelo Governo, por despacho a aguardar publicação, irá analisar o documento da CCP «Estratégias de um programa de incentivos de modernização do comércio português», para além de preparar um programa e apoiar as entidades competentes nas negociações com a Comissão Europeia, bem como elaborar o projecto de diploma regulamentar da atribuição de incentivos.

A responsabilidade da criação do grupo de tabalho é assumida em despacho conjunto dos ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Indústria e Energia, do Emprego e da Segurança Social e do Comércio e Turismo.

A importância desta iniciativa, para o comércio nacional, está patente nas afirmações da CCP, frequentemente crítica do Governo, que se congratula agora pela dinamização da mesma. O próprio Executivo reconhece, no despacho, o mérito da proposta feita pela Confederação.

Correios em Santarém com melhores serviços

Santarém conta, desde esta semana, com um novo edifício dos Correios onde estará a generalidade dos serviços dos CTT e que irá servir cerca de 30 mil habitantes.

A inauguração do edifício, na passada segunda-feira, «*consubstancia o objectivo de modernização da empresa e uma melhor adequação das infraestruturas de atendimento*», segundo refere o conselho de administração dos CTT.

O presidente da empresa, Silva Marques, lembrou, na cerimónia de inauguração, que o actual edifício, denominado em 1938 por Palácio das Comunicações, passou por alterações que representaram um investimento que demonstra a garantia de que os Correios acompanharão a evolução das necessidades não só de Santarém, mas de todo o país.

Nas novas instalações trabalham 126 pessoas, 80 das quais ligadas à estação de Correios e Centros de Distribuição Postal, 42 nos serviços centrais do Departamento Postal e as restantes nas actividades sociais internas.

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS — 125 ANOS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por Unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	49$70	55$70
ALEMANHA FED. (marco)	87$35	88$55
ÁUSTRIA (xelim)	12$45	12$65
BÉLGICA (franco)	3$975	4$225
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	126$60	129$10
(notas de 5 a 1000)	127$10	129$60
DINAMARCA (coroa)	22$50	22$90
ESPANHA (peseta)	1$302	1$422
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	146$15	149$65
(notas de 5 a 1000)	146$65	150$15
FINLÂNDIA (marka)	36$75	37$35
FRANÇA (franco)	25$60	26$30
HOLANDA (florim)	77$45	78$55
IRLANDA (libra)	232$60	235$60
ITÁLIA (lira)	$106	$121
JAPÃO (iene)	$971	1$026
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	244$15	248$65
SUÉCIA (coroa)	23$90	24$40
SUÍÇA (franco)	96$20	97$70
VENEZUELA (bolívar)	3$257	4$057

OBSER

1 — ...te a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título informativo.

2 — ...perações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Serviço Videoconferência poupa tempo e dinheiro

Rapidez do êxito comercial depende da facilidade com que se ultrapassem hábitos sociais que são contrários à eficácia e ao rigor da comunicação entre pessoas

Poupar tempo e dinheiro é uma receita apenas aparentemente perfeita para um êxito rápido do serviço de Videoconferência ontem lançado em Portugal. Os responsáveis das Telecomunicações dos CTT não estão, embora não pondo de parte esta hipótese, à espera de grandes volumes de utilização a curto prazo.

É que há hábitos sociais e culturais que se torna necessário ultrapassar para que as pessoas se convençam que a melhor forma de fazer negócio não é à mesa de restaurantes ou com longas e prolongadas viagens.

«*Há que eliminar inibições e encetar um processo de habituação*», disse ao DL José Godinho Ferreira, director de Evolução de Serviços das Telecomunicações dos CTT, que fez a apresentação da Videoconferência. Contudo, mostra-se cauteloso em avançar previsões, pois, revela, «*já mais que uma entidade mostrou interesse por este serviço*».

De facto, tempo e dinheiro são dois bons argumentos para convencer mesmo os mais renitentes. Mas não só, pois que a Videoconferência coloca ao dispor dos participantes meios complementares de informação que não podem ser transportados para um restaurante ou para um hotel situado longe do local habitual de trabalho. Quer isto dizer que as reuniões efectuadas com recurso a este meio de comunicação podem ser mais profíquas.

Videoconferência: um serviço aberto à concorrência privada

Compensador

É evidente que, explica Godinho Ferreira, a Videoconferência não é para ser utilizada em qualquer situação. «*Quanto maior for a distância e o número de participantes mais economicamente compensadora é a Vidoconferência*», refere.

Na verdade, imagine-se os custos e os transtornos que tem uma deslocação, por exemplo, de três gestores do Porto a Lisboa para tratar de negócios com parceiros da capital. Ou de um simples elemento de uma empresa a Londres ou a qualquer outra cidade europeia.

Para estarmos aptos a ter um termo de comparação acrescentamos que uma hora de Videoconferência (com dois estúdios fixos) orça actuamente pelos 50 contos no território nacional e pelos cerca de 70 contos com transmissão para a Europa.

«*Se houver disciplina de utilização (e ela é exigida), a Videoconferência é altamente compensadora*», afirma Godinho Ferreira, garantindo que foram caracterizadas diversas situações em que é economicamente mais razoável utilizar este serviço do que fazer deslocar pessoas de um lado para o outro.

Videoconferência

Videoconferência é um serviço que permite que uma ou mais pessoas (até dez pessoas sentadas em cada estúdio de transmissão, no caso português) possam estabelecer comunicação entre si, simultaneamente e em tempo real, de dois ou mais locais geograficamente distantes.

Como se trata de um «serviço de valor acrescentado» pode ser instalado e explorado, para uso próprio ou para comercialização, por entidades privadas. É assim que, para além dos estúdios públicos, explorados pelas Telecomunicações dos CTT, prevê-se que grandes empresas, gabinetes goveramentais, hotéis e operadores privados, venham a criar estúdios fixos ou móveis, sendo apenas necessário que tenham acesso à rede digital a 2 Mbit/segundo.

O serviço público arranca com dois estúdios fixos (um em Lisboa e outro no Porto) e um móvel, que pode ser instalado em em qualquer cidade para transmissão. Godinho Ferreira revela ao DL que está nos obejectivos dos CTT instalar mais quatro postos fixos: no Funchal, Ponta Delgada. Coimbra e Faro e que é provável que se adquira mais um estúdio móvel.

Vantagens

Disponível 24 horas por dia durante sete dias na semana, o serviço de Videoconferência, para além das vantagens já atrás referidas, disponibiliza comodidade e confidencialidade.

Mas mais importante do que isso, é a gama de apoios técnicos e tecnológicos que proporciona aos conferencistas e que lhes permitem acompanhar as suas palavras com gráficos, documentos ou outros dados julgados necessários, bem como enviar mutuamente esses mesmos elementos através de monitores de videos.

Transmissão de gráficos com alta resolução, projecção de diapositivos e transparências, transmissão de cassettes videos e áudio, quadro auxiliar para complemento das exposições orais, telecópia, interligação de computadores pessoais, projecção para auditório da conferência em estúdio, são algumas das vantagens que a Videoconferência oferece.

Este factor mostra-se de grande relevância para uma outra utilização (que com o tempo deixará de ser marginal) de apresentação, demonstração e venda de produtos, bens ou serviços a distância.

BPA mais activo na Europa

O Banco Português do Atlântico (BPA) continua a defender a sua posição de principal parceiro da banca portuguesa nas relaçõe s com o estrangeiro, pelo que aderiu recentemente, como membro activo, à Associação para a União Monetária da Europa (AUME), que tem em funções um grupo de trabalho em Portugal e cujo objectivo principal é a criação do Banco Central Europeu.

A AUME foi criada em finais de 1987, por sugestão dos fundadores do Sistema Monetário Europeu (SME) e do ecu, do Presidente francês e do Chanceler alemão-federal. Engloba cerca de 200 empresas, que representam mais de cinco milhões de trabalhadores.

Os seus principais objectivos são o reforço do SME, a fim de assegurar a estabilidade monetária interna e externa como base para um melhor crescimento económico e a criação do Banco Central Europeu (BCE), com um estatuto independente em relação aos Governos.

O BCE terá de facilitar a cada vez maior utilização do ecu e será obrigado a manter a estabilidade dos preços, em moldes que possibilitem o crescimento económico.

Nos objectivos da Associação está também a completa liberalização do movimento de capital dentro da Comunidade, de forma a que todas as regiões beneficiem igualmente de novas oportunidades de investimento.

Outro ponto é o desenvolvimento do ecu como moeda comum na Europa, com vista a baixar o custo das transações na gestão dos riscos de câmbio e a simplificar os procedimentos do comércio internacional.

CULTURA

A partir do próximo sábado no Canal 1

A Morgadinha da RTP

A história da «Morgadinha dos Canaviais» começou em 1868 quando o doutor Joaquim Gomes Coelho, lente da Escola Médico-Cirúrgica, iniciou a publicação de um folhetim com esse mesmo título no «Jornal do Porto». Escrevia sob o pseudónimo de Júlio Dinis e o sucesso obtido justificou a reunião dos fragmentos dispersos por vários números daquele periódico num único volume que ainda hoje é o livro favorito dos jovens estudantes da disciplina de Português. Dessa época distante até à actualidade foram várias as adaptações cinematográficas e teatrais conhecidas pelo romance da voluntariosa Morgadinha com o tímido mestre-escola dos meninos do Mosteiro, havendo desde agora a necessidade de acrescentar à listagem a série televisiva realizada por Ferrão Katzenstein que, a partir do próximo sábado, procurará animar os pacatos serões dos portugueses.

Apresentada em antestreia aos jornalistas na passada segunda-feira, a série é constituída por cinco episódios de cinquenta e cinco minutos cada, contando com as interpretações de Virgílio Castelo, São José Lapa, Eunice Munoz, Natália Luiza, Curado Ribeiro, entre muitos outros actores mais ou menos conhecidos do grande público graças a outras produções (quase todas de má memória) transmitidas pela «caixinha mágica».

Rodada em pouco mais de sessenta dias, sem particulares dificuldades, segundo afirmou o «DL» o realizador Ferrão Katzenstein, a série tem, para nós, o seu maior trunfo no aproveitamento da beleza natural das paisagens nortenhas em benefício das cenas rodadas no exterior. A adaptação de uma obra literária ao pequeno «écran» terá que ser, no entanto, mais que um programa publicitário da Região de Turismo do Alto Minho e terá que contar com uma direcção de actores que se pressinta na actuação destes que, se não pode ser brilhante, se devia pautar, todavia, pelas regras do bom-senso.

Não é o que acontece. Há cenas em que um dos intervenientes salta, como que tomado de um impulso irreprimível, de trás de um qualquer arbusto para proferir uma frase cheia de protestos de leal cavalheirismo. Mas há mais. Há aqueles que parecem não saber o que fazer ou o que dizer quando a câmara se detém sobre eles, não obstante todo o profissionalismo demonstrado pelos mais veteranos.

Após a conclusão desta «Morgadinha dos Canaviais», e da realização de «Os Maias» há uma boa dezena de anos, Ferrão Katzenstein aspira agora à adaptação do «Mandarim» de Eça de Queirós. Só esperamos que até lá a RTP não se esqueça de reflectir sobre a mediocridade desta sua Morgadinha.

Maria João Martins

B R E V E S

Antestreia de «O Processo do Rei» na próxima sexta-feira

«O Processo do Rei», última longa-metragem de João Mário Grilo, galardoada no ano passado com o prémio especial do júri do Festival de Cinema do Rio de Janeiro, será exibido pela Cinemateca em sessão de antestreia que terá lugar na próxima sexta-feira. O filme que conta com Carlos Daniel, Aurelle Doazan, António Solmer e Carlos Medeiros como principais intérpretes, remete-nos para o século XVII e para as lutas entre D. Afonso VI e seu irmão, o infante D. Pedro, o futuro rei D. Pedro II. A estreia verificar-se-à em Lisboa, Coimbra, Braga e Viseu no dia 19 de Janeiro.

Dizzie Gillespie em Lisboa

O «jazzman» norte-americano Dizzie Gillespie estará em Lisboa na primeira semana de Fevereiro para interpretar um dos principais papéis no filme «O Inverno em Lisboa», da autoria do espanhol J. Zorrilla. O filme é uma grande co-produção franco-espanhola-portuguesa em que estão envolvidos respectivamente os produtores Alain Sarde, Angel Amigo e Tino Navarro.

Governador de Macau condecora Ileana Cotrubas

A soprano romena Ileana Cotrubas vai ser condecorada, na quinta-feira, pelo governador de Macau com a medalha de mérito do território, como reconhecimento pelas suas contribuições no Festival Internacional de Música de Macau.

Cotrubas será condecorada no decorrer de uma actuação na Universidade da Ásia Oriental por ocasião da oitava conferência da Federação para a Promoção Cultural da Ásia, de que é convidada de honra.

Morreu Terry Thomas

O actor britânico Terry Thomas que se especializou em papéis de «cínico» em cerca de 200 comédias, morreu segunda na pobreza, vítima da doença de Parkinson aos 78 anos.

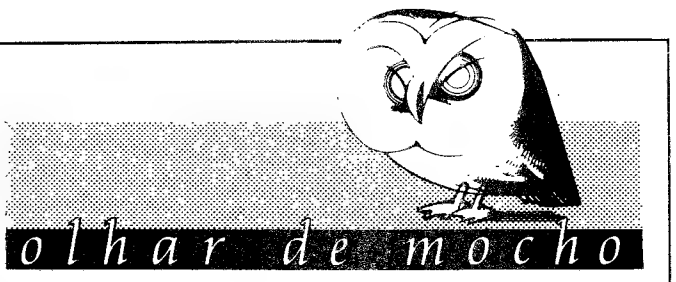
A morte de Thomas veio juntar-se à dos actores britânicos Kenneth More, Sir Michael Redgrave e Dame Anne Neagle que também morreram vítimas da doença de Parkinson.

Abaixo-assinado contra demolição de cineteatro

A projectada demolição do cineteatro de Vila Nova de Famalicão está a provocar um movimento de protesto na cidade.

A gerência desta casa de espectáculos pretende demolir o edifício para construír, no mesmo lugar, um complexo habitacional que inclui um banco, lojas e um estúdio de quinhentos lugares.

O abaixo-assinado que circula em Vila Nova de Famalicão pede à Câmara Municipal e aos actuais proprietários do cineteatro que «estudem uma solução para os problemas existentes que passe pela conservação e melhoramento daquela sala de espectáculos».



Ligeiras suspeitas

Se o padre Brown ainda estivesse em efectividade de funções ao serviço do seu patrão, G. K. Chesterton, o famoso detective eclesiástico, sempre habituado a resolver os «disparates do mundo» fazendo mais e mais perguntas, e com o cuidado de que todas fossem racionais, ele, o padre Brown, duvidaria britânica e fleumaticamente de tudo o que lhe impingiram ontem à noite, contra o cancro e contra o tabagismo na sessão europeia passada no Canal 1.

Para começar, atiram-nos à cara, a propósito de cancro e tabagismo, «que é preciso mudar de vida».

Enumeremos, sinteticamente, alguns chavões que têm a ver em linha directa com o irrespirável ar cancerígeno que se produz na Europa Comunitária: escapes dos automóveis, dióxidos de enxofre lançados na atmosfera pelos grandes colossos industriais, centrais nucleares, pesticidas e herbicidas, rios irremediavelmente perdidos por existência nas suas águas de metais pesados e de resíduos de mercúrio, hormonas injectadas criminosamente nas carnes dos bifes e salsichas que comemos, corantes e conservantes da lata de ervilhas, alfaces previamente submetidas a radiações para manterem, para além do dia da colheita, mais alguns de aparente frescura.

Existe ainda, de recente moda ou descoberta, a questão dos micro-ondas, objectos suspeitos em opinião pública já razoavelmente significativa, de produzirem radiações cancerígenas. Mudar de vida, mas como, se, por exemplo, a poluição causada pelos escapes dos carros se está a tornar incontrolável e a evocar imagens de suicídios colectivos de baleias? Sem árvores e sem oxigénio para que serve a cura do cancro? E o «cancro» da Amazónia não será argumento de peso para fomentar o consumo do bom charuto em cima de um belo bagaço com intenções de ajudar a esquecer angústias paisagísticas?

Peço licença ao G.K. Chesterton para intelectualmente plagiar o padre Brown, e lançar ligeiríssimas suspeitas: com esta história do antitabagismo não haverá por aí quem tenha interesses em desviar atenções sobre o que se faz e se omite nos outros rios de produtos cancerígenos que nos atiram para os narizes? Um cigarrito fumado em esplanada virada ao Atlântico (sobretudo com nortada rija) intoxicará mais os pulmões que passar duas horas em filas de carros e isto todos os dias? Campanha antitabaco e propaganda maciça pró-automóvel? Não fume mas ande de carro, não ande de carro mas fume? O Diabo que escolha. Não me venham já dizer que uma coisa não tira a outra e que as calças são distintas daquilo que elas calçam. A minha ligeiríssima suspeita é que andam a pintar o Diabo em quadro de parede para que todos olhem a tela e ninguém veja os outros mafarricos que impunemente continuam à rédea solta.

José S. Monteiro

Falar de Cinema

Um amargo «Regresso a Viena»

REGRESSO A VIENA (Wellcome in Vienna) - R: Axel Corti (Áustria, 1986); A. Georg Stefan Troller e Axel Corti; F (p/b): Gernot Rool; M: Hans Georg Kock e «Quinteto em Ut Maior», de Schubert; Mont: Ulrike Pahl e Claudia Reineck; Cen: Fritz Hollergschwandtner; P: Thalia Film; I: Gabriel Barylli, Nicolas Brieger, Claudia Massner, Karlheinz Hackl, Joachim Kemmer, Heinz Trixner, Liliana Nelska, etc. D: 121 m; Dist: Animatógrafo; Est: Quarteto; Cl: **** (M/12 anos).

«Regresso a Viena» de Axel Corti

Do cinema austríaco pouco se sabe entre nós e todavia muitos são os nomes internacionalmente citados como de cineastas particularmente interessantes revelados nos últimos anos. Entre eles, avulta o de Axel Corti, autor de uma importante trilogia, a que deu o título genérico de *«Viena para Recordar»* e que se compõe por filmes rodados em 1981 (An Uns Glaubt Gott Nicht Mehr/Deus Já não Acredita em Nós), 85 *(Santa Fé)* e 86 *(Wellcome in Vienna* - Regresso a Viena, que se estreia agora em Portugal como obra isolada).

Homem com uma acentuada formação teatral e uma grande experiência no campo da televisão, Axel Corti deixa transparecer estas duas características em *Regresso a Viena*, sendo inclusive de referir que toda a trilogia é uma produção para a televisão que, em virtude da sua qualidade, logrou saltar do pequeno ecrã para as salas de cinema das principais capitais do mundo. Em Portugal isso sucedeu também, mas, como sempre, com alguns anos de atraso e não de forma integral (a trilogia tem cerca de 6 horas e bem poderia justificar uma atenção particular por parte da RTP!), mas mesmo assim há que louvar a ousadia do Animatógrafo e do Quarteto, sobretudo tratando-se de uma obra não anglo-saxónica, de uma cinematografia desconhecida do grande público e, ainda por cima, a preto e branco (fabuloso preto e branco, acrescente-se desde já).

Se a trilogia se inicia em 1938 e vai até ao final da II Guerra Mundial, *Wellcome in Vienna* ocupa-se somente dos últimos dias da guerra e dos primeiros tempos da paz, época que se apresenta como uma terra de ninguém, sem idealismos ou heroísmos possíveis na frente da batalha, onde tudo está já determinado e se espera apenas, de um lado e outro das trincheiras, que surjam os panfletos, anunciando o termo das hostilidades. Na retaguarda, nas ruínas das cidades como Viena, vai-se limpando as ruas do restolho e ensaiando novos tecidos sociais adaptados às situações políticas. É neste contexto impreciso, onde tudo pode acontecer, que Axel Corti situa o cenário deste *Regresso a Viena* que parte das experiências pessoais do argumentista Georg Stefan Troller e nos fala de algumas figuras à deriva neste tempo de crise.

Freddy Wolff e George Adler são austríacos, o primeiro estivera ligado ao teatro, o segundo ao jornalismo desportivo, e ambos tinham deixado a Áustria e partido para a América, logo no início da anexação austríaca em virtude de serem judeus. Regressam agora, integrados nas tropas americanas e ambos acreditam que tudo será muito melhor depois da guerra terminada.

Adler acredita no Partido Comunista, onde se procura reintegrar, para logo aí sofrer a primeira e decisiva desilusão que o lança no mais completo nihilismo; Wolff é mais consistente no seu idealismo e por isso lhe chamam «arcanjo».

Mas a realidade do pós-guerra é tão trágica quanto o fora a guerra e, se durante esta poderia ainda existir a justificação dos campos extremados e da violência à flor da pele, em tempo de construção da paz tudo se revela de uma hipocrisia e corrupção totais: são os coronéis nazis a serem tratados como «aliados», tendo em vista as informações secretas sobre o novo inimigo, a URSS: são as «desnazificações» compradas no mercado negro; são os favores concedidos por interesse; são as formações políticas ressurgindo com designações «democráticas»; são as fardas a imporem o seu poder e os civis a serem tratados como «nada»; é a prostituição desenfreada, oferecendo-se à porta dos quartéis em troca de cigarros ou comida, ou, mais camuflada, fazendo valer os seus trunfos para se subir na carreira ou se usufruir das senhas de racionamento...

O filme é de um preto e branco quase em alto contraste, granulado e nocturno, e este *Regresso a Viena* não se imagina doutras cores.

O oportunismo instala-se numa sociedade que se reconstrói sobre as ruínas, alheia à qualquer tipo de valores morais, e que, anos mais tarde (coincidindo com a saída do filme), irá permitir que seja eleito Presidente da República da Áustria, Kurt Waldheim, um homem com mais do que suspeitas de ter pertencido às falanges nazis.

Com uma secura de tom que ronda a reportagem, manuseando realidades «soltas» que só adquirem um significado quando integradas numa realidade mais vasta, Axel Corti dá-nos um filme admirável de contensão e pudor, mas ácido e vigoroso, sombrio e amargo, que nos recorda o «puzzle» de uma Europa dividida à saída de uma guerra.

O que é interessante de analisar, numa altura em que a mesma Europa se reorganiza em função de novas experiências e ideias. Uma bela surpresa que nos faz esperar ver entre nós os dois outros títulos que compõem o tríptico.

Lauro António

Axel Corti

Nasceu em 1933 em Paris, mas passou a infância não só em França, como na Itália, Suíça, Alemanha, Inglaterra e Áustria, onde frequentou treze escolas, fez estudos de filologia alemã e línguas românicas, aprendeu agricultura, foi jornalista e locutor da radiodifusão austríaca e, entre 1956 e 1960, foi chefe do Serviço das Emissões Dramáticas da Radiodifusão do Tirol. Trabalhou no teatro a partir de 1958, tendo sido contratado pelo Teatro Nacional de Viena. Foi encenador e realizador de emissões teatrais. Sempre muito ligado ao teatro, Alex Corti foi encenando obras nos palcos, adaptando-as ao cinema e à televisão, alcançando muitos e diversos prémios nos mais variados festivais e manifestações de TV e Cinema. É precisamente um dos mais prestigiados autores do moderno cinema austríaco, que atravessa uma fase de grande renovação.

Filmografia (incompleta):

1960: Marquês Von Keith; Miriam; Katze Auf dem Gleis; 1972: Verveigerung; Der Bauer Und der Millionar; Die Beiden Freundinnen; Das Gluck und das Andere; Totstellen; Herrenjahre; Uma Letra de Mulher Azul Pálido; 1981: An Uns Glaubt Gott Nicht Mehr; 1985: Santa Fé; 1986: Wellcome in Vienna (Regresso a Viena) (estes três últimos filmes integram a trilogia «Wohin und Zuruch» (Viena para Recordar).

Cinema: «A ementa do dia»

*****

A BELA DE DIA, de Luis Bunuel (reposição)

****

REGRESSO A VIENA, de Axel Corti
RECORDAÇÕES DA CASA AMARELA, de João César Monteiro

***

REGRESSO AO FUTURO, II, de Robert Zemeckis
PERIGOSA SEDUÇÃO, de Harold Becker
SEXO, MENTIRAS E VÍDEO, de Steven Sodenberg
O ABISMO, de James Cameron
TAP, A DANÇA DE DUAS VIDAS, de Nick Castle

**

O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA, de Blake Edwards
COMO O CÉU SE ENGANA, de Emile Ardolino
ENTRE PRIMOS, de Joel Schumacher
O VELHO GRINGO, de Luis Puenzo

*

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS, II, de James Uys
OS CAÇA-FANTASMAS II, de Ivan Reitman

Eugénia Melo e Castro Anos 90

Espectáculos ao vivo: a aposta

Eugénia Melo e Castro, ao apresentar na próxima sexta-feira, no Teatro S. Luís, o primeiro espectáculo ao vivo em Lisboa, faz efectivamente uma aposta - a grande aposta da sua carreira, nesta viragem de decénio.

Em sua casa, onde a fomos encontrar super atarefada com os retoques finais para a "grande noite", falámos de tudo em pouco: mais do presente e do futuro, mas deu também para recordar alguns momentos do passado recente, indispensáveis ao encadeamento de toda uma carreira que pode considerar-se incomum.

- Como é que são estes dias que antecedem um espectáculo - especialmente este do S. Luís?

«Sim, este muito especialmente. Desde que tive a confirmação da data e da sala, que comecei a movimentar tudo, que comecei a mexer com tudo, é que eu sou assim tipo formiguinha - formiguinha irrequieta - meto o nariz em tudo».

- Quando é que ficou decidido que o espectáculo se faria naquela sala?

«Há cerca de dois meses. E a partir daí foi aquela coisa de calcular que, pelo menos, teríamos que aguentar 15 dias de inércia (no Natal e fim-de-ano as coisas não funcionam), por isso tivemos que fazer toda a preparação antes, mas acho que normalmente é assim».

- Sonhava com um espectáculo há muito tempo?

«Sim, há muito...»

- Então, porque só agora?

«Olhe, o "há muito tempo", para mim, é há um ano e meio, porque eu só comecei a ganhar coragem para cantar ao vivo há cerca de ano e meio, dois anos. Comecei então a perceber que era capaz, que não tinha nenhuma anomalia».

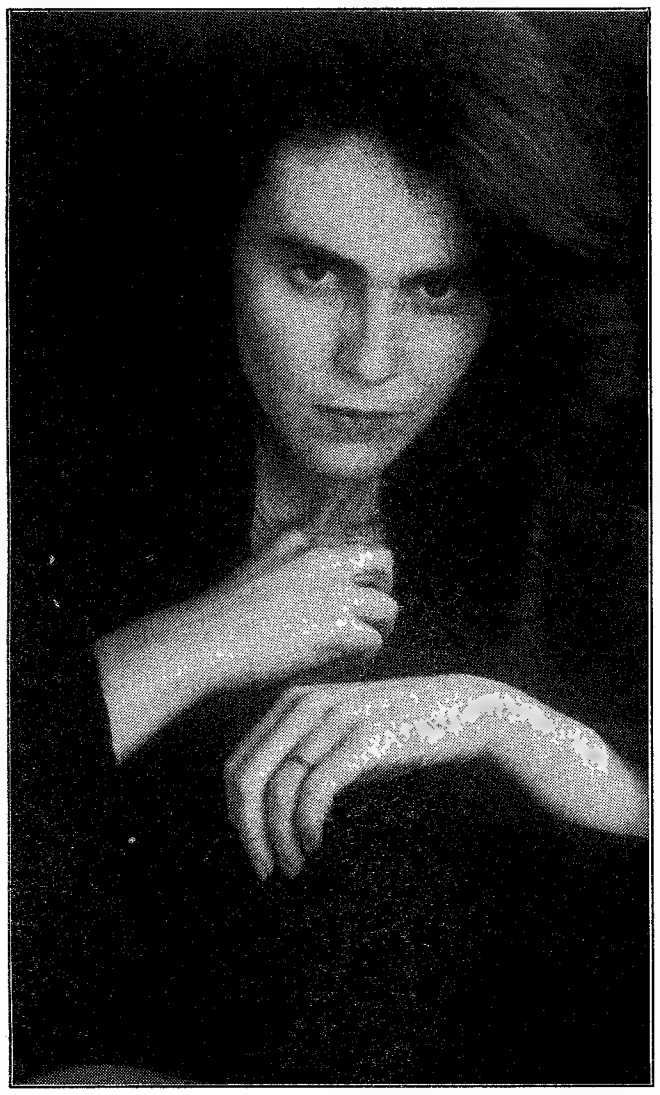
E entretanto, cresci...

- No princípio da carreira, o seu trabalho foi essencialmente de estúdio, não é assim?

«Foi, foi. Discos, programas de televisão, porque não me achava com capacidade para subir a um palco e transpor o que fazia em estúdio, porque eu sou super ferfeccionista e achava que não ia conseguir as coisas bem, não me sentia com segurança. E entretanto cresci, pronto».

- Todavia, sei que foi fazendo alguns espectáculos, ainda que poucos...

«Sim, fui fazendo sempre, mas sem qualquer espécie de ousadia, ao passo que este do Teatro S. Luís vai ser uma coisa completamente exposta, e eu não tinha muita coragem. De repente, claro, que com o trabalho e a vida a gente vai aprendendo. Não temos mais vinte anos e, agora que atingi os trinta e um, parece-me a idade boa. Sinto-me neste momento com muita tranquilidade para encarar esta fase da minha carreira. É claro que há todo aquele nervosismo, mas no dia em que uma pessoa não tiver nervosismo em relação a uma coisa em que está envolvida, é porque está morta. Obviamente que tudo isto dá muito trabalho, mas é um trabalho de que eu gosto, a produção já não aguenta mais ver-me, porque - repito - meto o nariz em tudo».



Geninha: «Sempre procurei fazer as coisas que me agradam»

- Falemos agora da sua produção discográfica. Como vê, à distância, os quatro álbuns que gravou?

«Os dois primeiros, foram feitos em anos consecutivos: em 82 o "Terra de Mel" e depois o "Águas de Todo o Ano", que pertencem ambos à mesma época, ao mesmo *pick*, à mesma rapidez. Esta foi uma primeira fase. A seguir foi um período de três anos em que - pelo menos em dois - estive afastada dos discos, foi o tempo em que residi no Brasil, entre 1984 e 86».

- Mas continua a deslocar-se ao Brasil com uma certa frequência, não é verdade?

«Sim, mas já não tenho lá casa. Agora faço temporadas de trabalho. Quando, por exemplo, tenho que lançar discos e fazer espectáculos, claro que vou, porque eu consegui uma grande vitória no Brasil, que foi fazer uma carreira paralela à que faço aqui, e é óbvio que nunca irei na vida descuidar da minha carreira no Brasil, porque me saiu do pelo, eu sei muito bem quanto tive de batalhar para conseguir um lugar ao sol, lá, no outro lado do Atlântico».

Fazer as coisas que me agradam

- Continua a preferir cantar compositores brasileiros?

«Nunca foi uma questão de preferência, a questão é que eu sempre procurei fazer as coisas que me agradam. Se as pessoas não fossem brasileiras, seriam portuguesas, ou francesas... O trabalho, em si, é que me atraía muito. O Brasil é um país que atrai muito em termos musicais, trata-se de um campo muito rico, em todos os sentidos. Existe uma grande prática de espectáculos ao vivo, no Brasil a gente chega lá e sabe para que lado é que se há-de virar, porque tem milhares de coisas para escolher. As opções são imensas, a todos os níveis e gostos».

- Quer isso dizer que começou a trabalhar com músicos brasileiros porque gosta do som deles? É isso?

«Exacto, porque tinha oportunidade, porque eles eram e são pessoas acessíveis, com quem compor é uma coisa natural, não é chegar ao pé de uma pessoa e ter que estar horas para tentar explicar o que se quer, é uma coisa que surge naturalmente».

- Normalmente, a Geninha escreve a maioria das letras das canções que interpreta. Nunca pensou em publicar os seus versos?

«Não me interessa nada publicar. Pode-se até dizer que é um traumatismo, familiar. Eu acho que não tenho obra para ser publicada, por enquanto».

- Mas não exclui a hipótese de isso poder vir a acontecer um dia, pois não?

«Não sei se isso irá acontecer, alguma vez na vida. Não posso dizer nunca, porque já disse na vida tantos nuncas que depois tive que os engolir, mas o que acho, concretamente, é que encontrei a minha maneira de dizer aquilo que escrevo, e aquilo que escrevo é de propósito para cantar. Eu não estou rigorosamente a escrever poemas, mas sim letras para canções, que já têm a carga toda».

- Há muito tempo que escreve?

«Quando era miúda escrevia muita poesia, e isso foi o grande incentivo».

- E cantava também?

«Não, isso não. Só que, depois, fui aproveitar montes de coisas, era como se tivesse ali uma espécie de baú onde fui buscar as minhas ideias, repare que eu escrevia coisas com 13, 14 e 15 anos, algumas delas que são de uma actualidade inacreditável, e tenho agora aproveitado. Por exemplo, o meu primeiro disco, o "Terra de Mel", tem duas letras escritas quando tinha 13 anos. E isso é um bocado giro, não é?

E agora, que projectos?

- Falando de espectáculos ao vivo: que projectos para depois do S. Luís?

«Claro que tenho projectos. Tirando cerca de um mês que tenciono aproveitar para uma deslocação ao Brasil - para apresentar a colectânea "Canções e Momentos", gravar um programa na TV Manchete e fazer alguns espectáculos - vou ficar em Portugal para fazer concertos, já tenho contactos, 1990 vai mesmo ser um ano em que vou apostar bastante nos espectáculos ao vivo, mesmo pelo país todo».

- Tem-se falado também de um CD Video e de um novo álbum. Quer especificar?

«Sim, neste momento está a ser negociada a ida para o ar de um programa de televisão que deu origem ao CD Video e que na verdade já está gravado, com o Wagner Tiso ao piano, que veio de propósito a Lisboa para o efeito. Sobre o próximo disco, posso adiantar que já tenho tudo na cabeça, letras quase todas minhas e algumas músicas também, o que acontece pela primeira vez. Desta vez vou gravar com o Mário Laginha, que tem também a seu cargo, sexta-feira no S. Luís, a direcção musical, os arranjos e ainda o acompanhamento ao piano».

- Como vai ser esse espectáculo?

«Para começar, será uma adaptação musical, feita pelo Mário Laginha, das minhas músicas, daquelas que eu mais gosto, que são as minmhas "queridas do coração", e tenho mais umas quatro ou cinco...».

- Quais são as suas "queridas do coração"?

«Olhe, a "Diferença Horária", "O Cais", "Um Gosto de Sol", "E Assim" - que adoro».

- Como é que se define a Eugénia Melo e Castro? Quer fazer uma espécie de auto-retrato?

«Eu tenho um lado prático, que considero extremamente objectivo e rápido. Em termos de pensamento e raciocínio. Sou bastante determinada e teimosa, sem ser teimosia burra e cega, sou teimosa porque sou persistente, quando meto uma coisa na cabeça é muito difícil tirá-la. Por outro lado, tenho a minha faceta caseira, angustiada, neurótica, nostálgica. É quando me meto em casa, quando preciso de me isolar, é aqui que escrevo, que crio. Mas também há dias que acordo e digo: eu hoje vou para os copos, quero rir, quero dizer disparates, mas isso acontece muito pouco. Quando acontece, eu vou mesmo genuinamente, para me rir e para "não sei quê, não sei quê..."

- Sonha muito?

«Sonho, mas quase sempre consigo concretizar os meus sonhos, o que eu acho um privilégio. Por exemplo, quando tinha os meus 17 anos, sonhava conhecer o Milton Nascimento, o Chico Buarque, e outros, que eram os meus ídolos e de repente encaminhei a minha vida de tal forma que isso aconteceu, e hoje somos todos amicíssimos, compomos, cantamos...».

- Neste momento, em que é que pensa?

«Agora, e até sexta-feira, não penso em mais nada senão no espectáculo. A partir de sábado dia 13, vamos ver o que acontece».

- Optimista a cem por cento?

«Estou, se não tivese a certeza não estava com esta tranquilidade».

Rodrigues Borges

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA

ÉDITOS

Arquivo 7037 Processo 1/1620

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do Art.º 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente o projecto apresentado pela EDP — Electricidade de Portugal, EP, Centro de Distribuição Santarém a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

Linha aérea a 15 kV, com 1720 metros, origem no PTC STR 146 de Vale do Carro e terminus no apoio n.º 12 da linha para o PT STR 149 de Alqueidão do Rei, na freguesia de Alcanede, concelho de Santarém, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM durante 15 dias, nas horas de expediente.

Estará também patente na DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, n.º 81, 3.º andar, tel. 548807, durante 15 dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL ou na Secretaria daquela CÂMARA MUNICIPAL, dentro do citado prazo.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1989.

João Manuel F.C. Garcia
Director de Serviços

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA
DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA

ÉDITOS

Arquivo 7037 Processo 1/1732

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do Art.º 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente o projecto apresentado pela EDP — Electricidade de Portugal, EP, Centro de Distribuição Santarém a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

Linha aérea a 15 kV, com origem no apoio n.º 6 da linha para o PT STR 69 C Batista & Filhos, Lda. e término no PT STR 190C de Marcenaria Henriques Primos, Lda., com 476 metros, na freguesia de Pernes, concelho de Santarém, Secretaria CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM durante 15 dias, nas horas de expediente.

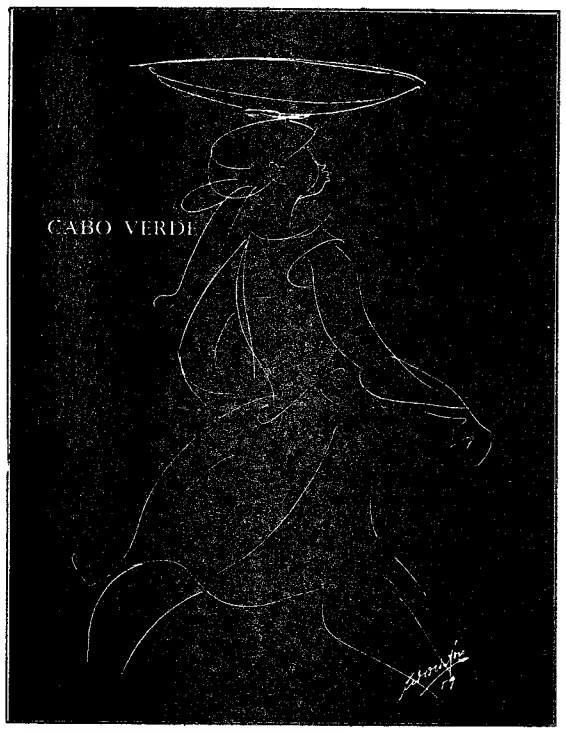
Estará também patente na DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL DE LISBOA, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, n.º 81, 3.º andar, tel. 548807, durante 15 dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República».

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta DIRECÇÃO DE SERVIÇOS REGIONAL ou na Secretaria daquela CÂMARA MUNICIPAL, dentro do citado prazo.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1989.

João Manuel F.C. Garcia
Director de Serviços

LIVRO ABERTO



A Memória dos Barcos

Retenho a ave nos
dedos: o mar

O cheiro da tua
boca
em linha: a
água

Então digo:
a
foz

Esta é a memória dos
barcos não emite
som e serve a pele
agitada do teu longo
rir

Respondes: os peixes

Ao cais do teu grito venho
ouvir: a margem

E largamos em bando a sujar as
pernas na madrugada: as
algas do teu secreto
dar

David Mestre

(Poema extraído de «50 Poetas Africanos», de Manuel Ferreira, Plátano Editora. O livro compreende poemas dos sécs. XIX e XX, de naturais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Prefácio dizendo das razões da selecção, notas biográficas, desenhos, fotografias e motivos africanos.)

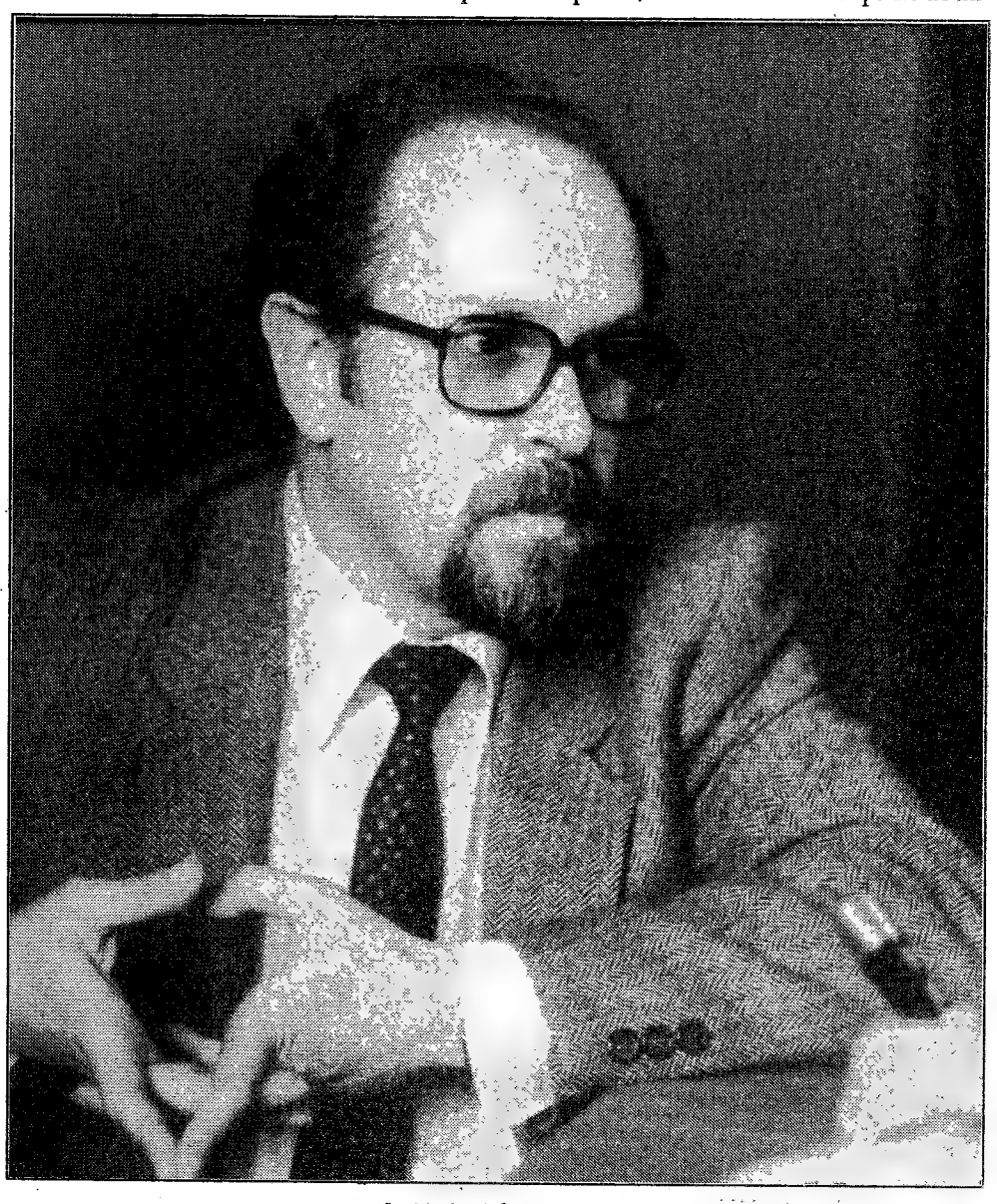
«Invenção na Sombra», António Silva Graça

Quando o frio se desnuda

Através da editora Relógio d'Água, e nos primeiros dias da década que acaba de entrar, chega-nos às mãos «Invenção na Sombra» de António Silva Graça, um livro de poemas merecedor de atenção. Para os mais esquecidos, convém se lembre aqui que António Silva Graça fez parte de uma corrente crítica do PCP (conhecida por «Grupo dos Seis»), partido de que saíu em Agosto do ano passado. O livro agora sob os nossos olhos dá-nos um homem receptivo ao mundo em seus variadíssimos aspectos. Uma questão, para já, se põe: o autor de «Invenção na Sombra» certamente que sempre assim foi, isto é, não se apresentou com uma outra personalidade quando militava na organização política acima mencionada. Não faltará, no entanto, quem talvez se atreva a afirmar que unicamente irrompeu poeticamente a partir do momento em que abandonou a militância política e se tornou crítico de certas orientações que, em seu íntimo juízo, afectavam essa mesma militância. Quanto a nós, apreciação errada - e isso por que (para não irmos a mais casos) o próprio secretário-geral do Partido alvo de críticas por parte do «Grupo dos Seis» (e também da «Terceira Via»), Álvaro Cunhal, tem no seu activo literário um romance notável, «Até amanhã, camaradas», sob o pseudónimo de Manuel Tiago, para não falarmos já dos seus conhecidíssmos «Desenhos da Prisão».

Língua e linguagem

Voltemos, porém, a António Silva Graça e ao seu livro de poemas. O problema que o livro nos põe, para além do aspecto estético do seu conteúdo, é o do binómio língua - linguagem. Enquanto a língua é um paradigma, a linguagem, pelo contrário, é a casa (como diria Heidegger) em que habita a realidade diversificada de toda a existência. Por exemplo: enquanto que dentro das normas da língua se dirá (e bem) «Hoje está muito frio», dentro da liberdade da linguagem poder-se-á dizer «Rrrr!, que dia tão, tão, irra!, tão fri-fri!» - o que de imediato nos mostra como a primeira é homogénea e a segunda heterogénea. Em «Hoje está muito frio» formula-se um juízo que se limita a verificar um facto, enquanto que em «Rrrr!, que dia tão, tão, irra!, tão fri-fri!» se exterioriza a personalidade de quem está a sofrer o frio, proporcionando-nos indicações que vão do mau tempo que faz ao apelo dos dias solares, passando, como se detecta pela expressão, por uma solicitação de companhia, de comunhão, de estar com os outros.



António Silva Graça

No primeiro caso, temos normas e regras, as quais, muitas vezes, nos conduzem à infalibilidade, ao exacto-exacto, ao dogma; e no segundo, para nossa surpresa e emoção, depara-se-nos a pessoa constituída por múltiplas maneiras de ser. Aqui residem precisamente a liberdade e o poder de comunicação do ente humano, desdobrando-se em toda a sua íntima subjectividade, desmultiplicando-se em fracções que se vão adicionar às fracções circundantes, e só assim se originando o grande abraço da intersubjectividade.

Coloquialidade

Ora os poemas de «Invenção na Sombra», vinte e oito ao todo, proporcionam-nos aquela coloquialidade que unicamente a linguagem permite, dando-nos o autor, como acima dissemos, receptivo ao mundo em seus variadíssimos aspectos. Atente-se no poema (sem título) inserto na pág. 14: «Não sei se vai chover ou não. / Nem se a greve entupirá as ruas. / Haverá comboios? Autocarros? / Barulho no andar de cima? // Certo, só o chá das sete. / Que pode ser às oito ou nove. / Mas é sempre chá e quente. / Feito num bule de porcelana fina. // Dias há que o seu aroma fresco / me transmite algum sossego. / Mais tranquilo e desperto / começo então a escrever. // Umas vezes com rigor. / Outras vezes nem por isso. / Depende muito do chá / e da forma como o tomo.» Muito embora dentro da nossa língua (i. e., respeitando as suas regras básicas, secas, paradigmáticas), a verdade é que os sintagmas se processam de feição fluente, num tu cá-tu lá inerente à própria vida, e nunca descaíndo num falar por falar de fácil construção.

Fácil construção, aliás, que se encontra muito longe dos propósitos de António Silva Graça. Basta que tenhamos em conta (outro exemplo) o poema intitulado «O Bule de Ezra Pound» (pág. 49), em que versos escritos em português alternam com versos escritos em inglês, ofertando-nos a sensação de dois tempos num tempo - e, mais do que isso, aquela noção de globalidade que do mundo devemos ter dentro do respeito por todas as linguagens que o habitam.

Que o leitor medite esse poema: logo se dará conta de que em poesia (e não só) anda tudo ligado, mesmo que um poeta (Pound) se confessasse fascista, e o outro (Silva Graça) se situe num pensamento político absolutamente contrário àquele modo de ser. Interessa, sim, é salientar (no caso presente, et pour cause) a liberdade de espírito do autor de «Invenção na Sombra» - liberdade essa que o faz percorrer um itinerário que tem por estações, entre outros, os poemas «Ana Akhmatova», «Moscovo, 1956», «Recordando Jimmy Durante», «Popova», «Striptease»...

E tudo isto, e muito mais, no seio das regras homogéneas da língua pátria, mas fluindo na linguagem heterogénea que a liberdade impõe a fim de que o universal não seja o lugar único e só do nosso egoísmo sombrio e sem invenção generosa. - Capa de Luís Miguel Castro.

Pedro Alvim

CABELEIRAS DINABEL

Mod.: Sissi

Mod.: Geny

Mod.: Katy

A actual moda das perucas é um adorno fascinante para conservar bonitos penteados, com nova e encantadora aparência.
Completo sortido de cabeleiras, tranças e postiços para senhoras e próteses capilares para homens.

Visite a exposição da
CASA DINABEL
Rua Morais Soares, 82-2.º F — 1900 LISBOA ou Telef.: 83 44 34

DESPORTO

Torneio Philips/Cidade de Lisboa: 3-1 aos holandeses

Reserva benfiquista verga ex-poderosos do PSV

Eriksson persisitiu em colocar o seu desportivo ponto de vista acima dos propósitos financeiros da colectividade da águia, que (em devido tempo) se comprometera a apresentar no torneio com holandeses a sua melhor formação. Considerando-se alheio a essa cláusula contratual, novamente o técnico sueco fez descansar vedetas (Silvino, Veloso, José Carlos, Aldair, Samuel, Valdo, Mats Magnusson, César Brito, Thern e Pacheco) e, também não podendo contar com outras três unidades de plano cimeiro (Ricardo, Vata e Vítor Paneira, estão lesionados) colocou no palco a reserva benfiquista que, sem problemas de monta, chegou e sobrou para bater o PSV de Eindhoven que (pelos vistos) veio apenas excursionar até estas áreas, aproveitando a paragem do seu campeonato para se deliciar com uma opípara mudança gastronómica.

Dois anos depois de Estugarda, o Benfica (mesmo a meia potência) «aviou» os parceiros de Romário, que tiveram no brasileiro a única figura que tentou replicar a um meio campo português que dominou completamente a situação e facilitou a vida de Lima, que conseguiu dois golos de bom tom: o primeiro, com um tirão a três dezenas de metros da meta holandesa; o segundo, após fintar dois contrários para disparar perfeitamente à vontade o 3-1.

Entre a abertura e o encerrar do triunfo rubro aconteceu um empate (belo «chapéu» de Romário a Dias Graça) e no início do tempo complementar, o tento para 2-1: obra de Sousa na recolha de um passe de Álvaro. Depois, a troca de Diamantino por Fonseca reflectiu o pensamento do treinador da *águia:* defender um «placard» que *limpava a onda* de Estugarda e obrigava a enfiar no bucho qualquer eventual protesto dos incrementadores do torneio. O Benfica, com a reserva, já deitava abaixo o PSV, que mais se poderia exigir?

Lima: dois golos ante os halandeses

Boa actuação de Lima, Álvaro, Sousa, Chalana, Hernâni, Diamantino e Paulo Madeira. Romário foi (na acepção do termo) o único constante artista da companhia forasteira: todos os demais (talvez escapando Chovanec e Breukleen) mostraram preferir sombra e água fresca. Vieram cá para recarregar baterias. Quanto à arbitragem, teve erros de monta: não assinalou uma grande penalidade cometida por Paulinho e outra pelo guardião contrário e errou algumas vezes na apreciação de choques e *foras de jogo*. Enfim: esteve igual para as duas bandeiras. Sempre foi uma pequena virtude.

Com arbitragem medíocre do lisboeta Jorge Coroado (que esteve aocmpanhado por António Sousa e João Ferreira) alinharam:

Benfica: Dias Graça; Álvaro,Paulinho, Paulo Madeira e Fernando Mendes; Hernâni, Abel (Sousa) na 2.ª parte Ademir e Chalana; Lima e Diamantino (Fonseca, 60m).

PSV Eindhoven: Van Breuklen; Gerets; Nielsen, Koot, e Heintze (Linskens, 77m); Boerebach, Valckx, Chovanec e Ellermen; Romário Poulsen.

Marcadores: Lima (10 e 72m), Romário (25m) e Sousa (55 m).

Cartão amarelo para Poulsen, Paulo Madeira e Van Breuklen, Romário e Paulinho.

Hoje, pelas 20 horas, em Alvalade, disputa-se a final deste «Torneio Philips/Cidade de Lisboa». Com o PSV em último lugar e o Benfica no 3.º posto, resta a incógnita sobre o triunfador: Ajax (com todas as suas normais «estrelas») ou Sporting (que, além de outras ausências, não vai apresentar Luisinho e Douglas)?

Carlos Valente, Francisco Silva e Veiga Trigo: presidente do Vitória de Guimarães não morre de amor por eles

O fio das palavras

Presidente dos vimaranenses não gosta de três árbitros

«Na minha perspectiva, há três árbitros que não devem ser nomeados para jogos do Vitória de Guimarães, nomeadamente no encontro que o meu clube vai disputar nas Antas, no próximo domingo».

Pimenta Machado (presidente do Vitória de Guimarães) à Rádio Renascença. Em complemento, Ribeiro Cristóvão adiantou (na passada 2.ª feira, aos microfones daquela emissora, que os árbitros visados eram Carlos Valente, Francisco Silva e Veiga Trigo.

«Por vezes, os jogadores entram em campo nervosos e isso reflecte-se no seu rendimento (...) Tem de haver alegria no jogo: é assim que eu gosto do futebol».

• Manuel Fernandes, treinador do Vitória de Setúbal ao «Correio da Manhã».

«Não conheço esse senhor (...) A Associação de Futebol de Faro não pode ficar entregue a quem ambiciona o lugar, mas sim a quem demonstra competência (...) Constituiria um tremendo erro deixar a AFF nas mãos de um indivíduo sem qualquer ligação ao mundo do futebol».

• Daniel do Adro (presidente do Louletano) falando ao «CM», de Eduardo Cruz, candidato à presidência da Associação de Futebol de Faro.

Colectividades

Sport Lisboa e Campolide

realiza-se na próxima sexta-feira (dia 12), pelas 21 horas,a cerimónia da posse dos futuros dirigentes do Sport Lisboa e Campolide, cujo executivo será liderado por Vítor Manuel Martins Costa sendo presidente-adjunto Manuel João Bagorro e «vices» Nuno José Santos Conceição, Artur Lourenço Marques e Artur Barciela. A presidência da assembleia geral caberá a Diamantino José Vieira e o Conselho Fiscal terá como figura cimeira José Eduardo Sousa Alves.

Grupo Desportivo de Chelas

Para «apreciação, discussão e votação do relatório e contas do ano de 1989, e eleição dos corpos gerentes para o biénio 1990/91» ocorrerá no próximo dia 19, a partir das 20 horas, a assembleia geral ordinária do Grupo Desportivo de Chelas.

A sessão terá lugar na sede social da colectividade da zona oriental de Lisboa.

Hernâni e Zé Beto: mudanças no ar

FUTEBOL POR CÁ: assediado pelo Múrcia para ir já fortalecer a turma da 2.ª divisão espanhola, o médio «internacional» Hernâni entregou o caso ao empresário Manuel Barbosa, sendo pouco crível que o centro-campista do Benfica deixe a Luz nesta altura da temporada. Por seu turno, é duvidoso o futuro de Zé Beto, que o FC Porto quer arredar das suas fileiras: publicamente, Rio Ave e Portimonense afirmam que não estão interessados na contratação do guarda-redes que, esta época, ainda não disputou jogos oficiais.

• O «cartão jovem» dá desconto em todos os encontros da próxima ronda, excepto no Porto-Guimarães e no Sporting-Belenenses.

• Para a Taça de Portugal jogam hoje (15 horas, no campo das Laranjeiras) Paredes e Quimigal. À mesma hora processam-se encontros em atraso nos escalões secundários: Guarda-Mirense (Zona Centro) e Olhanense-Torreense (Zona Sul), ambos da 2.ª divisão; Vila Pouca-Mirandela (Série A), Sabugal-Mortágua e Oliveira do Hospital-Mealhada (Série C) e Leões de Tavira-Sesimbra (Série F) do 3.º escalão. No nacional de juvenis (Série C) tem lugar o Sporting-Estoril Praia (15 horas). Reservas lisboetas: Belenenses-Sporting e Estoril-Benfica (15 horas), Amadora-Moscavide, Atlético-Torreense e Alverca-Sintrense (21 horas).

• Outras notícias: César Brito renovou com o Benfica por duas temporadas e Luciano dÓnnofrio é o nome preferido pela nova gerência federativa para um lugar de «Relações Públicas», a nível internacional.

• Teixeira (Belenenses) foi operado aos dois joelhos, pelo dr. Camacho Vieira, estando a ausência dos rectângulos prevista até fins de Abril.

Futebol lá fora

MANFREDONIA: o futebolista do Roma, que foi vítima de ataque cardíaco durante um encontro a contar para o campeonato italiano, recebeu alta hospitalar, sem que os médicos tenham conseguido diagnosticar a causa do acidente. Muito provavelmente, Lionello Manfredonia não voltará a jogar futebol.

CARECA: o popular *ponta de lança* do Nápoles contraiu uma lesão durante o treino de ontem, devendo ficar inactivo por um período de quatro semanas. A lesão (fissura num osso do pé direito) resultou do choque com o seu compatriota Alemão.

ARBITRAGEM: os árbitros de futebol de Espanha exigem a demissão imediata do presidente do Conselho Nacional (Jose Plaza) por este ter criticado a actuação do juiz Brito Arceo no recente encontro Barcelona-Sevilha que os andaluzes venceram por 4-3.

TAÇA DE INGLATERRA: resultados da eliminatória realizada ontem: Liverpool, 8-Swansea, 0; Darlington, 1-Cambridge, 3; Millwall, 1-Manchester, 1; Burnley, 3-Scarborough, 0; Nottherwell, 0-Hibernian, 2; Albion, 0-Hamilton, 0; Partrick, 1-Morton, 2 e Stenhousemuir, 1-Berwick, 3.

BREVES

PARIS-DAKAR: o finlandês Ari Vatanen voltou a ser o piloto mais rápido, ao vencer a 11.ª etapa da mais longa prova automobilística disputada no deserto, enquanto nas motos o triunfo foi para o espanhol Carlos Mas, que reduziu em 46 minutos a distância que o separa do líder Edi Orioli. Vejamos como os pilotos se encontram escalonados:

Automóveis: 1.º Ari Vatanen (Peugoet 405 T 16), 17.14,45; 2.º Philippe Wambergue (Peugeot 205 T 16), a 1.54,07; 3.º Bjorn Waldegaard (Peugeot 405 T 16), a 1.58,27; 4.º Alain Ambrosino (Peugeot 205 T 16), a 4.25,44; 5.º Andrew Cowan (Mitsubishi), a 4.49,51.

Motos: 1.º Edi Orioli (Cagiva), 52.45,17; 2.º Carlos Mas (Yamaha), a 1.12,11; 3.º Franco Picco (Yamaha), a 2.27,19; 4.º Thierry Magnaldi (Yamaha), a 2.41,34; 5.º Gilles Picard (Yamaha), a 2.46,36.

A etapa de hoje compreende um percurso de 638 quilómetros — 492 de prova especial — a disputar entre Niemey e Gao (Mali).

ESGRIMA: a equipa portuguesa de florete júnior irá estar presente nos dias 13 e 14 do corrente em França, no Torneio Ecureuil. Foram seleccionados: Rui Ruas, Filipe Melo e Miguel Machado, que serão acompanhados pelo presidente do Conselho Técnico (José Valarinho) e pelo mestre Robert Schatz. No ano passado, Portugal esteve também representado neste torneio, sendo Rui Ruas o português melhor classificado, ao passar a 1.ª volta de «poules» com 2 vitórias.

RÂGUEBI: a selecção de Lisboa venceu no campo n.º 2 do complexo do Jamor, uma equipa da Universidade de Cambridge por 16-10. A turma lisboeta alinhou com os seguintes elementos: Lupi Belo (CDUL); Vasco Durão (Cascais), Tomaz (CDUL), Sequeira (Agronomia) (depois Paulo Gaspar Ramos (Benfica) e António Abreu (Direito) 4; Vilar Gomes (Cascais) 8 e Lino (Direito), António Cunha (Belenenses) 4, Jonatas (CDUL) e Pedro Ferreira (Direito); Pedro Rodrigues (Benfica) e Pedro Gaspar (Belenenses) (depois Temudo (Direito); Toni Marques, Luís Filipe (ambos de Direito) e Rui Duarte (Benfica).

GOLFE: a Câmara Municipal de Oeiras decidiu apoiar um projecto de instalação de um campo de golfe de 18 buracos, em Casal de Cabanas. O projecto, de índole turístico-desportivo, ocupará a área de 150 hectares, no desenvolvimento de uma estrutura de grande interesse para o concelho,e que incluirá, ainda equipamento desportivo complementar e apoio hoteleiro.

Andebol

Torneio de Loures testa selecção

Federação Portuguesa de Andebol e Câmara Municipal de Loures apresentaram ontem, em conferência de Imprensa, o «2.º Torneio Internacional de Loures/Portugal 90» em andebol, prova que decorrerá de amanhã até domingo no Pavilhão Paz e Amizade.

Luís Santos (presidente), Rui Coelho e João Correia (vice-presidentes), Costache Mircea (coordenador das selecções) e Carlos Cruz (director-técnico nacional), por parte do organismo federativo e Marques Ribeiro e Gabriela Freire (vereador e chefe da divisão de desporto), respectivamente por banda da edilidade, foram anfitriões deste encontro com a Comunicação Social.

Participarão nesta prova: as selecções da Jugoslávia, Polónia, Portugal (A e B), e ainda, a turma soviética do Skif Krasnodar. A prova será efectuada em «poule» (todos contra todos) e serão atribuídos prémios aos melhores marcadores e guarda-redes, e também, à equipa mais disciplinada.

Luís Santos enalteceu a colaboração prestada pela autarquia frisando que a diferença entre o orçamento previsto e o que foi atribuído à Federação só poderá ser suprimida através de colaborações como esta.

Marques Ribeiro agradeceu à FPA a confiança depositada na edilidade, garantindo apoio idêntico daqui para diante. Salientou o facto de o concelho de Loures ser o maior em número de colectividades na área da Associação de Lisboa e terminou dizendo que «a competição é indispensável mas a prática mais importante».

Carlos Cruz afirmou que este Torneio vem no seguimento da política de desenvolvimento da Federação, fez uma breve apresentação das equipas que nos vão visitar e indicou como objectivo principal desta realização a preparação dos nossos «AA» para o próximo Mundial C, a realizar na Finlândia dentro de cerca de 3 meses. Quanto ao Seminário Internacional disse que «a melhoria da qualidade do jogo passa pela formação dos treinadores:», daí a vinda até nós de «experts» na matéria como Ivan de Dios Roman (responsável do andebol espanhol até aos JO de Seul, leitor da IHF, autor de diversos livros, etc.) e Janus Czerwinsky (ex-seleccionador da Polónia e Grécia, actual presidente da Federação Polaca, leitor da Federação Internacional). Estarão igualmente presentes Mircea, Monge da Silva (reconhecida autoridade em metodologia de treino) e o próprio director-técnico nacional.

O programa do «Portugal 90» é o seguinte: Dia 10: 19.30 Portugal A — Portugal B e 21.00 Skif Krasnodar - Polónia: Dia 11: 19.30 Polónia - Jugoslávia e 21.00 Portugal A — Skif Krasnodar e Dia 12: 19.30 Portugal B - Polónia e 21.00 Skif Krasnodar - Jugoslávia: Dia 13: 16.30: 16.30 Jugoslávia - Portugal B e 18.00 Portugal A - Polónia. Dia 14: 15.00 Portugal A - Jugoslávia e 16.30 Portugal B - Skif Krasnodar.

●

Costache Mircea, coordenador das selecções de andebol portuguesas, foi preciso e incisivo nas declarações públicas que fez na alocução perante a Imprensa, por ocasião da apresentação do Torneio Internacional Portugal 90.

Depois de pedir à Comunicação Social para lhe atribuir somente as suas ideias, afirmou não estar contente visto não ter controlo sobre a forma desportiva da selecção e seus componentes, de forma a tê-la no «top» aquando do Mundial na Finlândia. «*Cada período de estágio tem o seu objectivo*», disse o romeno, concluindo que «*se tal não for possível, não se faz*», referência à anulação da concentração prevista para 2 de Janeiro (destinada a um trabalho de oxigenação), devido a só dispor de dois dias (manifestamente pouco) para tal.

«*Porquê a jornada do dia 17?*», questionou Mircea os técnicos da Associação Nacional de Clubes de Andebol (ANCA), frisando que essa ronda engloba jogos - choque do campeonato (o Porto-Benfica é o exemplo mais flagrante), que a maioria dos seleccionados pertencem aos clubes interessados nessas partidas e, por isso mesmo, «*não sei quais as instruções dos seus técnicos*» numa altura em que se pretende que os atletas dêem o máximo.

«*Não sou mágico, sou treinador*», afirmou o seleccionador nacional aludindo à falta de tempo de trabalho (após constatar na Holanda as carências dos nossos «AA») de forma a termos êxito na Finlândia. Considerou o Torneio de Loures como uma oportunidade de pôr a jogar elementos que nos seus clubes são utilizados 5 minutos (daí a equipa B de Portugal integrar elementos das Promessas e dos «AA») para se ver a sua resposta em confronto com formações de categoria superior.

«*Se me querem ajudar, aceitem a minha proposta de jornadas triplas (à sexta, sábado e domingo)*» para haver uma habituação às exigências da disputa do Mundial, onde Portugal terá 6 jogos em 7 dias, enquanto o Nacional é disputado de semana a semana. Afirmando existir neste momento um grupo de trabalho coeso e forte frisou, contudou, ser necessário treinar ainda mais em conjunto após a avaliação do nível de jogo durante o torneio.

«*Vou fazer tudo para obter um bom resultado*» confessou Mircea, terminando a sua intervenção com a interrogação acerca do comportamento dos nossos representantes em Loures: «*Vão jogar no máximo das suas potencialidades ou estarão a pensar na jornada n.º 19?*».

Seguidamente, foi interpelado Luís Santos, presidente federativo, acerca da possibilidade da mudança da ronda de dia 17. Afirmando que «*a FP Andebol pode (mas não deve) alterar a data visto esta ter sido proposta inicialmente, assentou nos interesses dos clubes a sua justificação para a exigência da data polémica. Deu a conhecer que a Federação tinha indicado alternativas, revelou ainda a má condição física de alguns seleccionados antes da partida para a Holanda (avaliada em testes) e a sua melhoria na jornada do Nacional após o regresso, com utilização a meio gás no Emmen 850 por decisão de Mircea.* Pastor (do ABC) e Mário Macedo (da Académica) foram os exemplos apontados para ilustrar esta situação, tendo marcado na 17.ª jornada (a que está em questão) 6 e 10 golos, respectivamente.

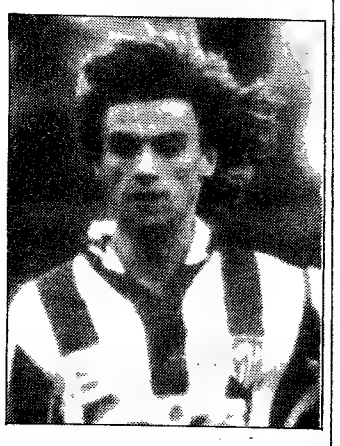
Guerra fria entre Federação e ANCA? Costache Mircea foi bastante crítico, Luís Santos cauteloso. Resta a resposta da Associação de Clubes.

Jorge Marques

Personalidades

JORGE GONÇALVES: o antigo e polémico presidente da direcção do Sporting Clube de Portugal regressou a Luanda (cidade onde nasceu) com o propósito de «*tentar ajudar o desenvolvimento empresarial da sua terra usando o prestígio que alcançou em Portugal como dirigente desportivo*» segundo declarações feitas ao «Jornal de Angola», acrescentando que vai «*canalisar, para aquele país, em termos empresariais, uma série de situações de interesse por parte de parceiros importantes*». Por cá, fica um rasto de dívidas.

JOÃO PINTO estreou-se no passado domingo no futebol espanhol envergando a camisola do Atlético Madrileno (filiar e clube satélite do Atlético de Madrid), defrontando o Castilla FC. O novo clube do jovem ex-boavisteiro triunfou por 1-0 tendo João Pinto actuado durante 78 minutos saindo, devido a ainda não se encontrar completamente restabelecido da lesão contraída no recente encontro Boavista-FC Porto.



MODALIDADES

NATAÇÃO: cerca de 160 concorrentes de ambos os sexos, representando 17 clubess de todo o País, participam na 4.ª edição do Torneio de Natação Sporting Golden-Cup, que se disputa no próximo fim-de-semana, em Lisboa.

A prova, que ontem foi apresentada aos órgãos de informação, desdobra-se em duas jornadas (sábado e domingo) ambas na piscina municipal do Areeiro, com início às 10 e 17 horas, respectivamente.

As entradas para espectadores serão gratuitas, competindo nadadores das categorias de infantis, juvenis, juniores e seniores, de ambos os sexos. No final, haverá duas classificações: uma colectiva geral e outra por categoria, as quais competem separadamente.

O torneio integra (também) uma prova específica: o Km Golden-Cup, que obrigará os nadadores participantes, de ambos os sexos, a fazerem um total de 46 piscinas.

XADREZ: o primeiro campeonato nacional por equipas de partidas semirápidas de xadrez, vai decorrer nos próximos dias 27 e 28, na Marinha Grande, realizando-se, em simultâneo. O nacional da mesma especialidade, mas destinado a equipas jovens, que deverão incluir o máximo de dois jogadores juniores e o mínimo de um infantil entre os seus quatro elementos.

BREVES

Automobilismo: licença de Senna em causa

O piloto brasileiro Ayrton Senna poderá ter a sua licença recusada, a não ser que retire as acusações de que o título atribuído a Alain Prost foi manipulado. A decisão foi revelada hoje pelo Conselho Mundial da Federação Internacional de Automobilismo (FIA) e anunciada pelo presidente Jean-Marie Balestre, em Paris.

Balestre informou que Senna (antigo campeão do mundo) tinha recusado retirar qualquer acusação de que dirigentes da FISA, incluindo Balestre, tinham favorecido Prost para a conquista do título.

Ténis: Lendl lidera «ranking»

O checoslovaco Ivan Lendl mantém a liderança do «ranking» da Associação de Tenistas Profissionais (ATP), segundo a lista divulgada em Ponte Vedra, Flórida.

O alemão-federal Boris Becker ocupa a segunda posição, enquanto no terceiro lugar da tabela encontra-se o sueco Stefan Edberg.

Seis norte-americanos preenchem os seis lugares seguintes, sendo eles: Brad Gilbert, John McEnroe, Michael Chang, Aaron Krickstein, Andre Agassi e Jay Berger.

Ajax: onze nas malhas da lei

Um total de 11 dirigentes e futebolistas do Ajax, da primeira divisão holandesa, vão comparecer, em Maio, num tribunal para responderem a acusações de fraude e evasão fiscal.

Um delegado do Ministério Público de Amesterdão, Leo de Wit, afirmou que os 11 elementos do Ajax estão envolvidos num negócio de centenas de milhares de contos, mas recusou-se a especificar o seu valor exacto ou a identificar os arguidos. Os 11 réus enfrentam a possibilidade de serem condenados a uma pena máxima de oito anos de prisão e punições financeiras.

«O tribunal vai notificá-los por correios e os seus advogados poderão reagir ou pedir mais investigações até dia 12 (sexta-feira)».

O negócio tornou-se do conhecimento público em 1988 e, em Agosto do ano passado, o gabinete holandês de investigação de fraudes fiscais concluiu as suas investigações sobre os detalhes financeiros das transferências de alguns futebolists realizadas desde 1980.

Entre os nomes de futebolistas cujos negócios de transferências investigados, contam-se Hanning Jensen, Felix Gasselich, Wim Kieft, Piet Hamberg, Simon Tahamata e Soren Lerby.

Recorde-se que Soren Lerby, o presidente Anton Harmsen e os ex-dirigentes do Ajax, Lou Bartels e Adrie van Aijden foram detidos em 1988, o que conduziu à demissão em bloco da direcção do clube. Apenas quanto ao negócio da transferência de Soren Lerby, as autoridades fiscais holandesas procuram descobrir o «paradeiro» de 1,5 milhões de florins (cerca de 120 mil contos0.

Lerby, de 31 anos, abandonou o Ajax em 1983 e, após representar os alemães-federais do Bayern de Munique e os franceses do Mónaco, regressou à Holanda para alinhar no PSV Eindhoven, um dos rivais do clube de Amesterdão.

Os responsáveis do fisco holandes suspeitam que os dirigentes do Ajax tenham exagerado os números de determinadas despesas e efectuado pagamentos «paralelos» aos futebolistas, no sentido de reduzir a sua tributação fiscal.

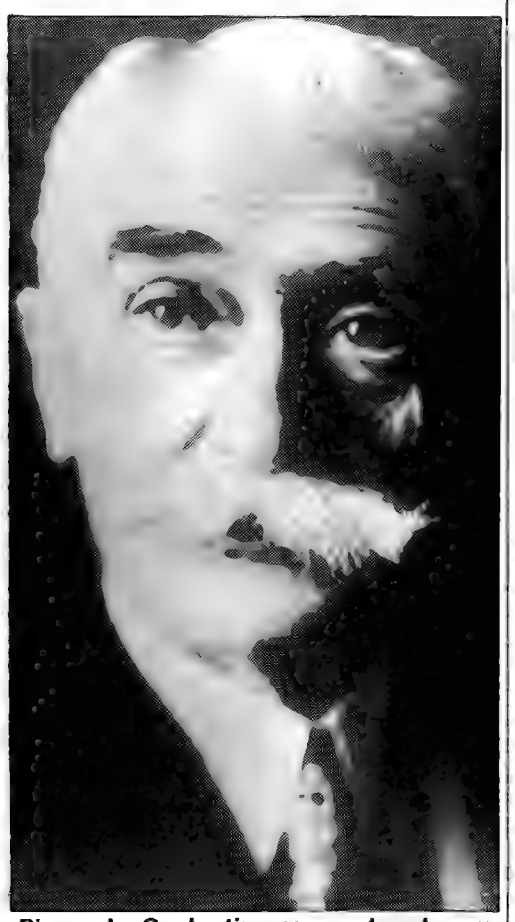
Em 1989, o Ajax teve de pagar 9,4 milhões de florins (cerca de 730 mil contos) em impostos adicionais, incluindo uma multa de três milhões de florins (cerca de 240 mil contos) por efectuar pagamentos «paralelos».

Lusa/«DL«

Jogos Olímpicos: de Olímpia a Barcelona (1)

Comerciante de Alexandria foi o primeiro apoiante do barão Pierre de Coubertin

Barcelona-92: é este o símbolo



Pierre de Coubertin: renovador de um ideal

Barcelona é aqui ao lado e, faltam pouco mais de 500 dias, para ser ali o atear da pira a dar início à XXV Olimpíada da Era Moderna.

O «maior espectáculo do mundo» lá estará, a cimentar a suprema ambição de milhares de jovens e a mobilizar a atenção de milhões de espectadores de todas as latitudes do Glofo. Em Barcelona, estarão mais de 15 mil atletas, em representação de 160 nações, com o desporto a estabelecer relações de generosa e pacífica emulação. Como afirmara o barão Pierre de Coubertin, *«o Movimento Olímpico, no seu conjunto, serve não só para defender os exercícios físicos e os brilhantes lucros do desporto na alta competição mas, principalmente, para ajudar a criar pessoas humanas que se distinguem pela sua ética, carácter e comportamento.»*

O «DL» vai publicar um pouco da história das anteriores edições. E o romance começa assim:

Os Jogos Olímpicos constituem um fenómeno universal de extrema importância. A sua repercussão é enorme em todos os sectores existentes e as nações, regra geral, tendem a apresentar os seus melhores atletas de modo a conseguirem lugares no pódio com direito às medalhas mais desejadas.

Os Jogos conheceram diversas etapas. Primeiro, intimamente ligados ao mundo helénico, realizaram-se os chamados Jogos Míticos. Mais tarde, pela mão do pequeno rei da Heliada, surgiram os primeiros Jogos da Cidade de Olímpia (884 a. C.). Mesmo assim, as teorias formuladas acerca do nascimento dos JO têm uma origem que se perde na memória dos tempos, sendo a Grécia, com a sua conhecida mitologia, o país que divulgou a maior parte deles. Uma quase lenda diz que foi instituída uma corrida entre jovens peregrinos para apurar que teria a honra de receber do sacerdote a chama que acenderia o fogo no altar dos sacrifícios.

A trégua olímpica

Chamava-se Olimpíadas ao espaço de tempo (quatro anos) que decorria entre a realização de dois Jogos Olímpicos. Estas competições tinham algo de religioso e nelas não podiam participar todas as pessoas, já que os admitidos teriam que preencher determinados requisitos, como, por exemplo: ser grego, ser filho legítimo e não ter cometido nenhum crime.

Durante a realização dos Jogos, a vida da nação interrompia-se até à sua finalização. O negócio parava, o trabalho esperava e até a guerra travava, numa espécie de tréguas até ao fim das provas.

No início, as emulações processavam-se em corridas de velocidade e de obstáculos, corridas com armaduras, luta de mão aberta (combates em que só se podia usar a mão aberta), pugilismo e pentatlo, que constava de lançamento do dardo, lançamento da lança, corridas e luta. O vencedor recebia uma coroa de folhas de oliveira e loureiro, enquanto que um heraldo subia a um enorme bloco de mármore e gritava o nome do vencedor, do seu pai e da sua própria pátria.

A estes primeiros Jogos, seguiram-se mais 293 edições, até que no ano 394 d. C., o imperador romano Teodósio proibiu o espectáculo a pedido de São Ambrósio (bispo de Milão) que, considerando os Jogos Olímpicos como cruéis, sangrentos e circenses, pediu a sua imediata suspensão: e estes foram proibidos sob pena de morte para quem tentasse retomá-los.

A reivindicação turca

Mil e quinhentos anos passaram até à realização dos primeiros Jogos dos nossos tempos. O ano de 1896 ficará para sempre gravado na história do Movimento Olímpico: foi precisamente nesse ano que a Grécia, mais concretamente Atenas, se assumiu como sede dos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna. No entanto, a Turquia também reclama a paternidade desses Jogos da Era Moderna, pois há quem afirme que as modernas olimpíadas se realizaram, pela primeira vez, numa cidade turca e não na capital grega.

Garantem os defensores desta teoria que existem provas arqueológicas que comprovam, de modo irrefutável, tal facto. Entre os dados apontados, figura o facto de as estatuetas desportivas mais antigas do Mundo terem sido descobertas na Anatólia (Turquia). Diz-se, também, que quando os gregos decidiram realizar os seus Jogos na Olímpia importaram da Anatólia as modalidades desportivas tradicionais, entre elas a corrida de 192,25 metros que se realizava em honra do deus Marduk.

Todavia, embora não se possa afirmar (verdadeiramente) quais os «inventores» dos Jogos Olímpicos, tudo parece indicar que foi a Grécia o autêntico berço do Movimento Olímpico.

Ao falar de ressurgimento do ideal olímpico, torna-se forçoso referir o nome de Pierre de Fredi, barão de Coubertin, um aristocrata francês apaixonado, por igual, pela Grécia e pelo desporto. O grande sonho da sua vida foi fazer reviver os Jogos, mesmo à custa do seu dinheiro, ideal que sempre perseguiu com o fim de criar um mundo unido pelo desporto.

A longa batalha do barão

Coubertin gastou mais de 450 mil francos/ouro para organizar os Jogos Modernos. Procurou apoios, seleccionou modalidades desportivas e tentou sensibilizar diversas pessoas influentes, tudo com o objectivo de colocar de pé uma ideia que esteve a pontos de morrer logo à nascença. O problema surgiu devido à deficitária economia da altura. A salvação dos Jogos, no entanto, chegou pelas mãos de um comerciante de Alexandria (de nome Averoff) que concedeu a fundo perdido, um milhão de dracmas a favor da causa olímpica.

Pouco a pouco, Coubertin convenceu o Mundo do seu ideal de paz. E, mesmo o rei da Bélgica e o Príncipe de Gales não lhe negaram ajuda. No entanto, mesmo os auxílios de pessoas importantes e as ofertas monetárias tornavam-se escassas para os seus projectos: todavia, Coubertin continuou com a sua árdua tarefa, sensibilizando a juventude francesa para o ideal olímpico e estendendo igual sentimento ao resto do mundo.

Pierre de Coubertin, nascido em 1863 e filho de um pintor, seguia firmemente a sua ideia, apesar de alguns contratempos. Para isso, fundou uma «sociedade» desportiva (a União dos Desportos Atléticos), na tentativa de difundir a prática do desporto como contributo para o desenvolvimento da mente. Apesar de tudo, algo se conseguiu, mas ainda faltava um longo caminho a percorrer.

A actividade do barão em prol dos desporto alargou-se consideravelmente, escrevendo ele próprio algumas obras em que dava a conhecer todo o seu projecto olímpico. De igual modo pediu ajuda aos governos, centros de cultura e universidades, conseguindo (em parte) que a sua ideia fosse levada a sério. Contudo, não foram poucos os que consideraram o projecto como «ligeiro e algo utópico».

Contudo, o grande sonho não tardaria em tornar-se realidade, muito embora devido a dois factores com que o barão não contava: primeiro, a contribuição de Averoff (com a qual se restauraram as ruínas do Estádio Panathenean) e, segundo, talvez mais importante, o apoio incondicional do príncipe Constantino, que se ocupou da organização, utilizando todos os recursos que o cargo lhe permitia.

Na Primavera de 1896, data fixada pelo próprio barão de Coubertin, mil quinhentos anos depois da proibição de Teodósio, os Jogos Olímpicos ressurgiram das cinzas, para que cerca de 60 mil espectadores vibrassem e dessem graças a um homem que concedeu tudo o que tinha para conseguir o seu ideal.

Pierre de Fredi (barão de Coubertin) morreu em Genebra, em 1937, um ano depois dos chamados grandiosos Jogos de Berlim. Até à sua morte, assistiu a dez olimpíadas e pelo seu trabalho foi-lhe concedido o título de presidente de honra dos Jogos. Com ele ficou imortal a frase: «*O importante no desporto é participar*».

Vitória espanhola na escolha olímpica: «alcalde» de Barcelona e o presidente Felipe Gonzalez triunfaram sobre a concorrência

José Delgado/EFE
Adaptação: Alves Henriques

AGENDA

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território: - céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco soprando por vezes moderado de Leste no Algarve. Formação de geada nos locais abrigados do interior
Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 metros na Coosta Ocidental e cavado com ondulação Sueste de 1 a 2 metros na Costa Sul.

AÇORES

Grupos Ocidental e Central: - céu muito nublado Vento Sudoeste moderado a forte. Períodos de chuva. Mar cavado a grosso com ondulaçáso Noroeste de 3 metros.
Grupo Oriental: -céu geralmente muito nublado. Vento fraco ou moderado de Sul. Períodos de chuva fraca para o fim do dia. Mar cavado com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros.
Amanhã: Grupos Ocidental e Central - Céu geralmente muito nublado. Vento Sudoeste forte. rodando para Noroeste durante a manhã e enfraquecendo.Períodos de chuva passando a aguaceiros.
Grupo Oriental - Céu geralmente muito nublado. Vento Sudoeste moderado. Períodos de chuva fraca.
Depois de amanhã: - Céu geralmente muito nublado. Vento Sul fraco a moderado. Períodos de chuva fraca.

MADEIRA

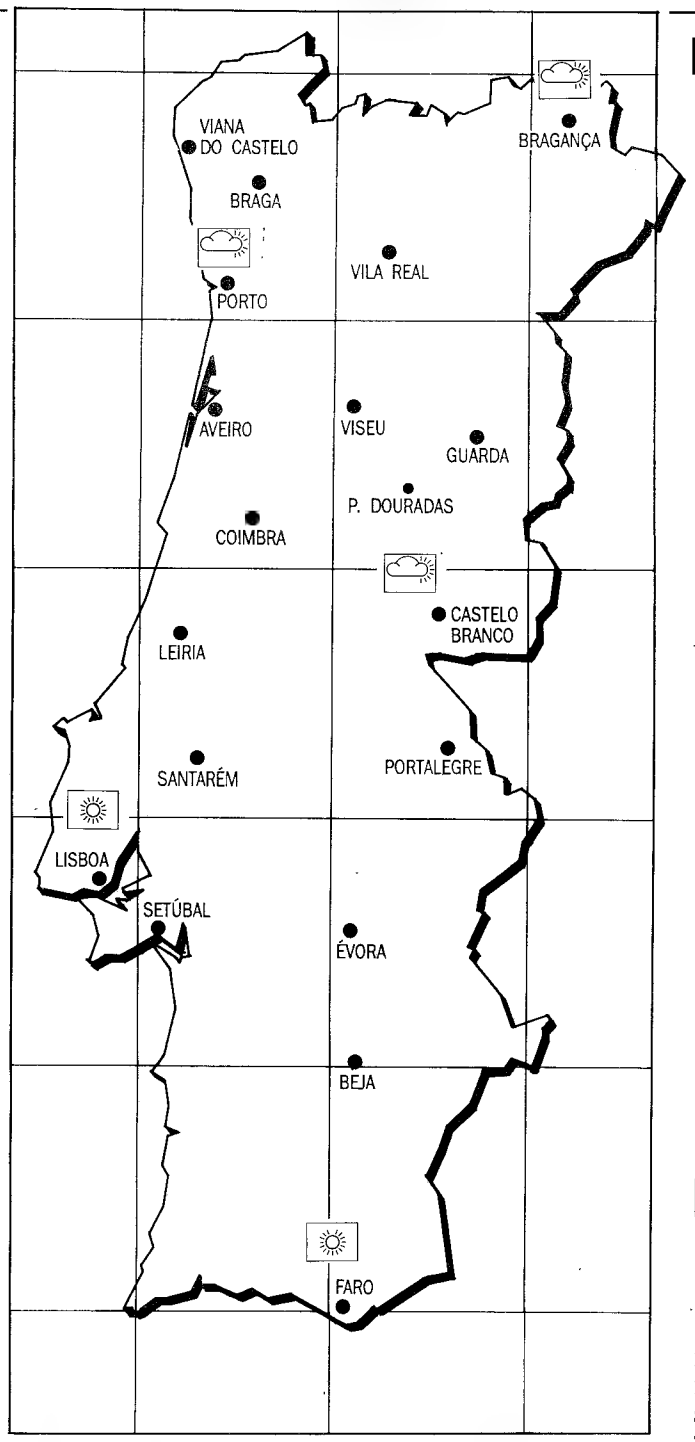
Períodos de céu muito nublado. Vento Nordeste moderado, soprando por vezes forte.Mar cavado com ondulação Norte de 2 a 3 metros na Costa Norte e encrespado a de pequena vaga com ondulação Sueste de 1 metro na Costa Sul.
Amanhã: - Períodos de céu muito nublado. Vento Nordeste moderado, soprando fraco no Funchal.
Depois de amanhã: - Períodos de céu muito nublado. Vento Nordeste moderado, por vazes forte e soprando fraco no Funchal.

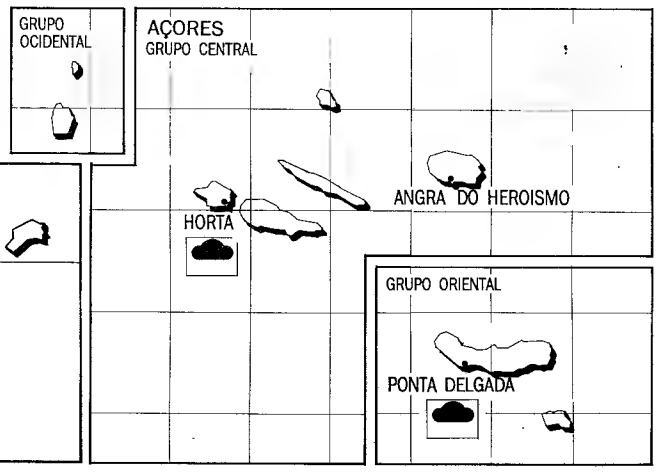
AMANHÃ

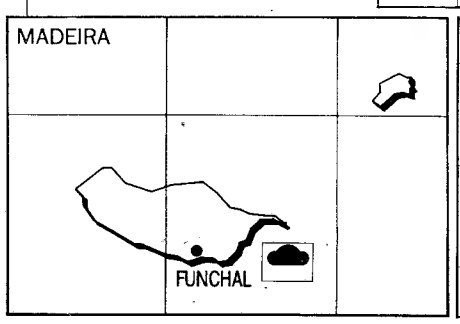
Amanhã
No Continente. céu pouco nublado ou limpo. Vento geralmente fraco. Formação de geada nos locais abrigados do interior.

Depois
No continente: - Céu pouco nublado. Vento geralmente fraco. Formação de geada nos locais abrigados do interior. Neblina ou nevoeiro matinal no litoral Norte e Centro.

* Informação do Instituto de Metereologia e Geofísica







Céu limpo	
Céu pouco nublado	
Céu muito nublado	
Chuva	
Trovoada	
Neve	
Vento	
Mar calmo	
Mar encrespado	

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
02.10	3,8m	08.03	0,8m
14.39	3,6m	20.13	0.8m
Amanhã			
02.58	3,9m	08.49	0,7m
15.26	3,7m	20.56	0,8m

* Informação do Instuto Nacional de Meteorologia e Geofisica

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	-1	-1	P. nub.
V. Castelo	2	2	P. nub.
Vila Real	0	0	Nevoeiro
Porto	4	6	Limpo
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	5	5	P. nub.
C. Carvoeiro	9	9	Limpo
C. Branco	2	2	P. nub.
Portalegre	7	7	P. nub.
Lisboa	6	6	Limpo
Évora	6	7	Limpo
Beja	5	6	Limpo
Faro	7	7	Limpo
Sagres	7	7	P. nub.
P. Delgada	14	15	Neblina
Horta	16	16	Encoberto
Funchal	14	15	M. nub.
Sines	-	-	-

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 14; Porto, 15, Faro, 16; P. Delgada, 15; Funchal, 20.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	3	3	M. nub.
Londres	9	10	M. nub.
Paris	4	5	M. nub.
Bruxelas	5	5	M. nub.
Amesterdão	7	7	Neblina
Genebra	-1	-1	Neblina
Roma	2	3	Neblina
Oslo	0	1	M. nub.
Copenhaga	2	2	Neblina
Estocolmo	0	1	P. nub.
Berlim	3	4	Nevoeiro
Viena	-5	-4	Neblina
Varsóvia	0	2	Chuva
Atenas	1	2	P. nub.
Moscovo	-2	-2	N. forte

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	-3	4	Aguaceiros
Houston	8	23	Neblina
Los Angeles	11	26	Limpo
Montreal	-3	-1	Neve
Nova Iorque	3	7	Aguaceiros
S. Francisco	12	17	M. nub.
Toronto	0	1	Neve
Vancover	1	7	Aguaceiros
Washington	3	7	Aguaceiros
Hong Kong	14	19	Aguaceiros
Melbourne	16	27	P. nub.
Pequim	-6	3	Limpo
Perth	17	28	Aguaceiros
Singapura	25	29	Aguaceiros
Sydney	19	22	Aguaceiros
Tóquio	3	10	Aguaceiros
Wellington	9	19	Limpo

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa

COMEÇAMOS AMANHÃ A REPETIÇÃO DAS GRAVURAS

CAIU A MURALHA PERTO DA GIBALTA

* MILHARES DE PESSOAS VIERAM À «BOLEIA» PARA LISBOA

Caíu a muralha da Gibalta

Ninguém sabe ao certo a hora a que a muralha junto ao farol da Gibalta aluíu na zona entre Algés e a Cruz Quebrada, permitindo ao mar esventrar a linha férrea, levantar carris, arrastar impetuosamente areia e pedras, fazer, enfim, parar a circulação dos comboios entre Lisboa e Cascais. Percursos possíveis: Cascais-Paço d'Arcos e Algés-Cais do Sodré. (...) Às 8 e 44, o trâfego (por via única e em marcha lentíssima) ficou restabelecido. Antes, no entanto, milhares de moradores da linha recorreram à boleia.

A Líbia entrega aviões ao Egipto

Os israelitas receberam mal, mas sem surpresa, a notícia de que a firma francesa de aviação Dassault vai vender à Líbia 50 jactos do tipo «Mirage». A cláusula que impede a Líbia de transferir os aviões a terceiros é considerada «sem significado».

Cidade biafrense conquistada

As tropas nigerianas do sector oriental apoderaram-se de Arochucu, uma das principais cidades biafrenses a leste da estrada que vai de Ikot-Ekpene a Umuhaia - foi afirmado em Lagos.

EFEMÉRIDES

1875

É fundado o Partido Socialista, ao qual ficou ligado o nome de José Fontana.

1911

Tem início, em Portugal, uma greve dos ferroviários, considerada como das mais importantes da primeira república.

1925

Morre, em Elvas, o poeta António Sardinha, defensor do integralismo lusitano.

1929

«Tintin» e o cão «Milou» («rom-rom»), de Hergé, aparecem, pela primeira vez, num semanário católico de Bruxelas.

1976

O matutino «O Diário» inicia a sua publicação

1980

Vicente Reis é eleito presidente da Fretilin e da República Democrática de Timor-Leste, sucedendo a Rogério Lobato, morto em combate em 1978.

1986

Morre o poeta checoslovaco Jaroslav Seifert, 84 anos, Prémio Nobel da Literatura em 1984.

1987

Três pilotos portugueses descolam de Sagres, Algarve, num pequeno monomotor, propondo-se reviver a primeira ligação aérea Portugal-Macau.

AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

PERMANENTE

À Av. Estados Unidos n.º 9: Nova Lisboa, Rua Guilhermina Suggia, 12, Tel. 887721; **Chile - Arco Cego:** São Jorge, Largo Leão, 3 A-B, Tel. 534027; **Estrela:** Aurélio Rego, Calçada da Estrela, 139, Tel. 661758; **Graça:** Almeida Dias, Largo da Graça, 38-39, Tel. 862909; **Jerónimos:** Remísio, Rua dos Jerónimos, 14-C, Tel. 3631699; **Largo Campo Pequeno:** Miranda, Largo Campo Pequeno, 36 B-C, Tel. 770776; **Lumiar:** Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93 A-B, Tel. 7591131; **Olivais Velho:** Olivais, Rua Alves Gouveia, 19, Tel. 311237; **Palhavã:** Curie, Av. Madame Curie, 15-A, Tel. 7263220; **São José - Tivoli:** Fernandes, Rua São José, 187, Tel. 326476; **Brandoa - Amadora:** Correia, Urb. Alfornel - Cel. G - Lote 137 - Lj. B (Poente), Tel. 4104556; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A; **Odivelas - Quinta do Mendes:** Almeida, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Lote 110, Tel. 9324242; **Pontinha:** Cruz Correia, Estrada Santo Elói, 41-A, Tel. 992453.

REFORÇO

Alameda - Fonte Luminosa: Ibéria, Rua Barão Sabrosa, 235-235-A, Tel. 888277; **Alvalade:** Alvalade, Av. da Igreja, 18-A, Tel. 892070; **Amoreiras:** Ivone, Rua Silva Carvalho, 232-C, Tel. 650760; **Anjos - Lisboa Ginásio Clube:** São José, Rua Anjos, 41-A, Tel. 570730; **Bairro Alto:** Veritas, Rua da Misericórdia, 135, Tel. 327564; **Beato:** Grijó, Rua do Grilo, 25, Tel. 385264; **Benfica - Charquinho:** Macedo, Rua República da Bolívia, 69-C, Tel. 7511227; **Calvário - Alcântara:** Calvário, Rua José Dias Coelho, 4, Tel. 3631635; **Chelas - Av. Dr. Aug. Castro - Carris:** Sacramento, Rua Actriz Palmira Bastos, Lote 42, Tel. 8590904; **Estrela - Possidónio Silva:** Tagus, Rua Possidónio da Silva, 162-A, Tel. 669485; **Saldanha:** Cruz Nunes, Praça Duque Saldanha, 14-15, Tel. 521845; **Santa Apolónia - Cam. Ferro:** Pereira Suc., Rua Paraíso, 98 - St.ª Clara - Hosp. Marinha, Tel. 863224; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loje E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305;

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Miramar, R. Ernesto Silva, 83, Tel. 4104953. Permanente; **Linda-a-Velha:** Pinto, R. Antero Quental, 9, Tel. 4190610. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Paço de Arcos:** Trindade Brás, R. Costa Pinto, 184, Tel. 2432034; **Nova Oeiras:** Leal, Quinta da Palmeira, Lote 24, Tel. 2478737; **Parede:** Macau, R. José Elias, 42, Tel. 2471785. Até às 22 h; **Murtal:** Primavera, R. das Parreiras, 2, Tel. 2472278; **Sassoeiros:** Amaral, Quinta da Encosta, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476362. Até às 22 h; **Madorna:** Aragão. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Monte Estoril:** Ostende, R. Espinho, 1, Tel. 260391. Até às 22 h; **Cascais:** A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C, Tel. 280214. Até às 22 h.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Romeiro, Rua E, Casal de S. Brás, Lote 116, c/v Dt.ª, Tel. 4949050. Permanente; Correia, Av. Rui L. Gomes, Lote 137-B - r/c - Brandoa, Tel. 4740122. Permanente; São Jorge, R. Pero del Negro, 3-D - Reboleira, Tel. 4951703. Até às 22 h; **Damaia:** D. João V, Av. Gurgel Amaral, 2-A, Tel. 970461, Até às 22 h; **Queluz:** O'Neill Pedrosa, R. Casal do Olival, Lote A-3, Massamá, Tel. 4377205. Permamente; Albergaria, L. Prof. Dr. Jorge Mineiro, 42, Queluz de Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Silva Duarte, R. Elias Garcia, 167, Tel. 9248120. Permanente; **Mem Martins:** Cristina, Av. Vitorino Nemésio, 14-A, Tel. 9214820. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rio de Mouro:** Dumas Brousse, Calçada Rinchoa, 2, Rinchoa, Tel. 9260404. Até às 22 h; **Sintra:** Simões, R. Heliodoro Salgado, 26, Tel. 9230832. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente.

OUTRA

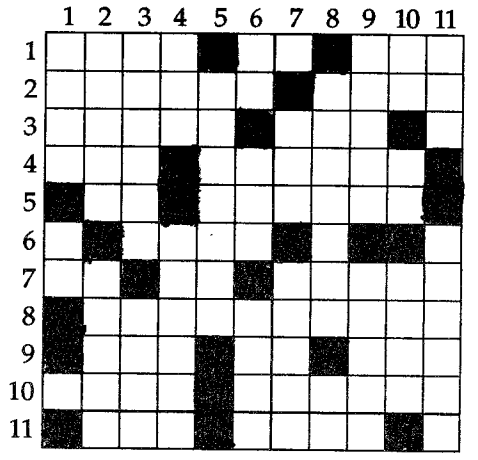
BANDA

Almada: Central, R. Olivença, 11-B, Tel. 2750504. Permanente; **Cova da Piedade:** Cerqueira Afonso, L. 5 de Outubro, 18, Tel. 2750254. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Higiénica, Av. da República, 23, Tel. 2900020. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Feijó, R. Borges Rego, 7, Tel. 2290911. Até às 22 h; **Sesimbra:** Leão, Av. da Liberdade, 134, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Barreiro:** Central, Av. Alfredo da Silva, 48, Tel. 2073207. Permanente; **Baixa da Banheira:** Teixeira, R. Moçambique, 84-B, Tel. 2040946. Até às 19 h; **Corroios:** Bento Lino, Estrada de Vale Milhaços, Tel. 2532601. Até às 19 h; **Amora:** Duarte Ramos, R. Bafatá, 11, Loja 30, Centro Comercial Belsul, Cruz de Pau, Tel. 2243143. Permamente; **Seixal:** Lusitana, P. Cândido dos Reis, 10, Arrentela, Tel. 2210007. Até às 22 h; **Montijo:** Diogo Marques, R. Almirante Reis, 50, Tel. 2310032. Até às 22 h; **Moita:** Ass. Soc. Mútuos, União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga, Tel. 2390025. Até às 19 h; **Alhos Vedros:** Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30, Tel. 2040020. Até às 19 h; **Alcochete:** Gameiro, L. Ant.º Santos Jorge, 15, Tel. 2340100. Até às 19 h; **Setúbal:** Higiene, R. Frei Agostinho Cruz, 51, Tel. 22408. Permamente; Sália, P. Bocage, 96, Tel. 22484. Permanente; Cunha Pinheiro, Estrada Canarinha, 32, Tel. 29215. Até às 22 h.

MÉDICO DE URGÊNCIA

☎ 766171
766178
766179

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17833

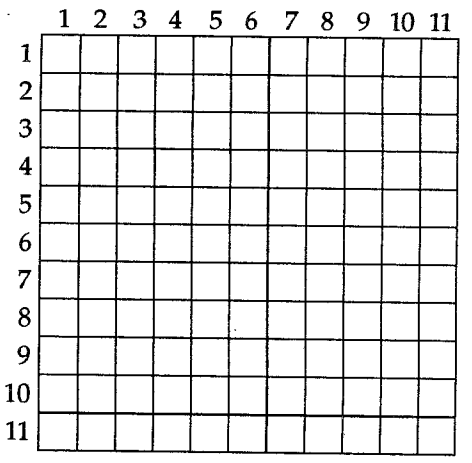
HORIZONTAIS:

1 Paixão. Centímetro. Preposição.
2 Região da Itália central, ao longo do mar Tirreno. Educa.
3 Rezara. Enguia.
4 Zombar. Mulher de Isaac.
5 Nesse lugar. Zelosos.
6 Composição poética (pl).
7 Era cristã. Seguia. Anda com as pernas tortas.
8 Associarias.
9 Palavra gaélica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses. Brisa. Chefe etíope.
10 Fora! Vasilha de madeira.
11 Ilha da Polinésia. Guarnecem de asas.

VERTICAIS:

1 Grande afeição. Pronome reflexo.
2 Nome de mulher. Ilha do estado do Pará.
3 Lenço usado entre os Romanos para limpar a boca. Habitação ou bairro pobre de indígenas, na ex-Índia Portuguesa.
4 Raer. Pseudónimo poético de Tomás António Gonzaga.
5 Actor francês criador da mínica do tipo Bip!
6 Centiare. Aqui está. Salário.
7 Conc. do distrito de Cabo Delgado. Rostos.
8 Tostar. Ruim.
9 Falta de habilidade (Prov. minh.). Observem.
10 Interjeição brasileira. Campeão. Entre os semitas ocidentais, nome dado a Hadad, d eus da Atmosfera.
11 Conjunção. Atravessas.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



PROBLEMA N.º 16643

HORIZONTAIS:

1 Cidade do México.
2 Versejar. Machos das galinhas.
3 Ovários dos peixes. Cobre de iodo.
4 Sadias. Familiar. Rente.
5 Brisa. Rio de Itália. Autores. Manuscrito.
6 Freguesia do concelho de Estarreja.
7 Nome de homem. Lavrem.
8 Peça a que se prende a lança de uma viatura.
9 Ofereces. Suspiros. Estava.
10 Vila e concelho do distrito de Aveiro. Içar.
11 Apelido. Venero.

VERTICAIS:

1 144. Mágoa.
2 Dar uivos. Destemida.
3 Gostas muito de. Crença. Figura que simboliza o povo americano.
4 Concedes. Tira a pele a. Letra grega.
5 Brisa. Tempo do verbo ir. Batráquio.
6 Deus dos pastores. Pessoa muito magra (fig.).
7 Prata (s.q.). Madre. Carta de jogar.
8 Moeda da Pérsia. Grande cão de fila. Preposição latina que designa movimento.
9 Impulso. Brisa. Gavinha.
10 Girem. Vaguear.
11 Guarnecessem de asas. Anel.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17832

HORIZONTAIS: 1 – A. VERDADE. É. 2 – Credo. Sardo. 3 – Ouriços. Geo. 4 – Cravos. 5 – Enio. CCC. 6 – Orlas. CMIII. 7 – El. Iradas. 8 – Omitimos. Sm. 9 – Rã. Alpaca. 10 – Frígia. Asar. 11 – Aarão. Grita. **VERTICAIS:** 1 – Acordo. ORFÃ. 2 – Ru. Remara. 3 – Vercelli. Ir. 4 – Edirna. Taga. 5 – Roçais. Ílio. 6 – Ovo. Impa. 7 – Asso. Croa. 8 – Dá Mascar. 9 – Erg. Cid. Asi. 10 – Descias. At. 11 – Eoo. Cismara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16643

HORIZONTAIS: 1 – Pa. Abre. Uma. 2 – Ama. Airó. As. 3 – Giraram. Ena! 4 – Aa. Sr. 5 – Doaras. Aí. 6 – Será. Sa. 7 – Pás. Ga. 8 – Simularias. 9 – AC. Morar. Ar. 10 – Bateras. Ari. 11 – Ares. Eras. **VERTICAIS:** 1 – Bagodá. Sabá. 2 – Ami. Picar. 3 – Arearam. Te. 4 – Sumes. 5 – Barras. Rol. 6 – Ria. Segaras. 7 – Erma. Raras. 8 – Aba. Ir. 9 – Aa. Ar. 10 – Mansas. Sara. 11 – Asariam. Ris.

PROVÉRBIO: A VERDADE É ORFÃ.

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM Zona de Lisboa

15.00: Contraste; **17.00:** Antena 1 - Regiões; **17.15:** Porto d'Abrigo; **20.00:** Torneio Internacional Cidade de Lisboa

Onda Média e FM Estéreo

17.00: Sete Mares; **19.00:** Música; **20.00:** No Estúdio e no Estádio.; **20.15:** Musical; **20.30:** A Voz de Roma (a palavra do Papa em Língua Portuguesa); **20.45:** Musical; **21.00:** Música Portuguesa; **21.30:** Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional F.M. 2 - Estéreo

17.00: Novo destaque para o timbre do dia; **17.30:** Sinfonia n.º 5 em si bemol maior de Schubert, pela Orquestra Sinfónica de Colômbia; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - Os 23 quartetos de cordas de Mozart, pelo Quarteto Italiano; **19.27:** Álbum Musical. - Obras de Satie, Rossini, Bach, Bartok e Mozart.; **20.40:** Esta Madrugada no Dois; **21.00:** Concerto Nocturno. Obras de Mussorgsky, Prokofiev e Mahler; **23.00:** Euroradio; **00.15:** Serão com a música de câmara de Paganini; **02.00:** Música na Madrugada . Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397 m

17.00: Contactos; **19.00:** Peça que a Gente Passa; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Portugal e a CEE; **22.15:** Religiosos; **22.30:** 24.ª Hora; **01.00:** Fantástico. **02.00:** Serviçoo Nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz

16.00: Rock em Stock; **18.00:** Círculo em FM; **19.00:** Ao Fim e ao Cabo; **20.00:** Topo de Gama; **22.00:** Pessoal e Transmissível; **00.00:** Morrison Hotel; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Serviço Nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

16.00: Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Revista; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento Especial da BBC; **23.55:** Meditando. Noticiários de hora a hora.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico. Noticiários de hora a hora.

VOZ DO ALENTEJO

15.00: Boa Tarde, Alentejo; **18.00:** Jornal da Tarde - Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Alentejo em Notícia.; **20.00:** Ligação ao Canal 1

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB
Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
ENTRE PRIMOS
Filme de Joel Schumacher c/ Ted Danson e Isabella Rosselini.
Maiores de 12 anos
Sessões às 14,00 16.30, 19.00, 21.30 e 2400 horas.

ALFA 1
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Filme de Robert Zemeckis com Michael J.Fox e Christopher Lloyd.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00.

ALFA 2
OS CAÇA FANTASMAS PARTE II
Filme de Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyd.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
COMO O CÉU SE ENGANOU
Filme de Emile Ardolino c/ Cybill Shepperd e Robert Downey.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Um filme de Robert Zemeckis.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.30, 15.30, 16.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 3
PERIGOSA SEDUÇÃO
Um filme de Harold Becker com Al Pacino e Ellen Barkin.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas

AMOREIRAS 4
O MEU AMIGO MAC
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 5
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Filme de Steven Soderbergh c/ James Spader e Andie MacDowell
Maiores de 16 anos.
Sessões às 13.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 6
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7
OS CAÇA FANTASMAS PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 E 00.15 horas.

AMOREIRAS 8
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões ás 14, 16.30, 19, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9
A SENHORA
Maiores de 16 anos.

CARTAZ

Regresso a Viena
Em exibição na sala 3 Quarteto — Filme qualidade — M/12 anos

Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 10.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 10
COMO O CÉU SE ENGANOU
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jamie Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.15, 18, 21.30

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
SIESTA-O OUTRO LADO DA NOITE
De Gary Kurfirst
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
CASTA MATULONA
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
A TURMA DO SEXO
Hard-core-1ºescalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.3, 16.45, 19, 21.30 e 23.30.

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
LIGAÇÕES PERIGOSAS
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
Telef. 9434762
GOLPE DE VINGANÇA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA
ESTÚDIO SHEZA
ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maires de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
ABISMO
Filme de qualidade de James Cameron.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme Ivan Reitman com Bill Murray e Den Aykroyid.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
O APELO DO AMOR
Com Brian Keith e Alexandra Paul
Maiores de 6 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme de Ivan Reitman
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia.
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
RECORDAÇÕES DA CASA AMARELA
Filme de qualidade de João César Monteiro.
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2
A BELA DE DIA
Filme de qualidade de Luis Buñuel com Catherine Deneuve e Jean Sorel.
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Filme de Jamie Uys.
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
ESTRANHA ATRACÇÃO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
OS CAÇA FANTASMAS II
Filme de Ivan Reitman com Bill Marray e Dan Aykroid.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
O VELHO GRINGO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3
COMO O CÉU SE ENGANOU
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
TAP-A DANÇA DE DUAS VIDAS
Filme de Dick Castle
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4

SAGRUP — RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, SA

Sociedade anónima, com sede na Rua de Jau, 47-r/c, Lisboa, com o capital social de doze milhões e quinhentos mil escudos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 362, titular do cartão de pessoa colectiva número 502 116 102;

Certifico que por escritura lavrada no 20.º Cartório Notarial de Lisboa em 27 de Dezembro de 1989, a folhas 91 e seguintes do livro 184-F, das notas do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, Joaquim Eduardo da Mota Veiga Carvalho e Carlos Norberto do Carmo, na qualidade de administradores e em representação da sociedade em epígrafe e conforme o deliberado em reunião do conselho da administração de 8 Setembro do ano findo, aumentaram o capital social para 75 000 000$, mediante o reforço de 62 500 000$00, em numerário, e foram emitidas, em consequência, 62 500 acções de mil escudos cada; e, alteraram o artigo quarto do pacto social, por meio da eliminação do seu número quatro e de nova redacção do número um, mantendo-se os actuais números dois e três, nos termos seguintes:

Artigo 4.º — 1 — O capital social, que está integralmente realizado, é de setenta e cinco milhões de escudos e acha-se dividido em setenta e cinco mil acções com o valor nominal de mil escudos cada uma.

2 —.....

3 —.....

Que em tudo o mais se mantém o que consta actualmente do pacto social.

ESTÁ CONFORME.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1990

A Ajudante,
Ass. ilegível

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
5.º JUÍZO CÍVEL
Anúncio

Por este Tribunal, na execução que Sumária que a Exequente: Electro Arco SA com sede na Rua Vice-Almirante Azevedo Coutinho, n.º 4 Venda Nova — 2700 Amadora move à Executada: Discolixas, Máquinas e Ferramentas, Ld.ª com sede na Rua António Aleixo, lote 602 r/c na Brandoa-Amadora, correm éditos de vinte dias, contados da data da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos daquela executada para, no prazo de dez dias posterior aos dos éditos, virem à execução deduzir os seus direitos.

Lisboa, 17 de Novembro de 1989

O Juiz de Direito,
Manuel Maria Duarte Soares
Pel'O Escrivão de Direito,
Maria Fernanda A. Miguel Assis Fuentes

«DL» 10/1/90 2.ª Pub.

PATENTE

Vende-se ou concede-se licença para exploração em Portugal da Patente de Invenção n.º 74523, «PROCESSO APERFEIÇOADO PARA PRODUZIR UM COPOLÍMERO EM BLOCO DE PROPILENO/ETILENO»

Trata: CLARKE, MODET & C.ª, LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 - 3.º - Esq.º
1000 LISBOA
Telefs. 651339-654613-692815

TECTO
COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA, C.R.L.

CONVOCATÓRIA

Nos termos Estatutários e a pedido da Direcção, convoco a Assembleia Geral da CHE TECTO para uma reunião Ordinária e a realizar no dia 26 de Janeiro de 1990, pelas 21h. na Rua Prof. Delfim Santos — Bloco G-3/4 — Telheiras, em Lisboa, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

1 — Discussão e votação do Plano de Actividades para 1990.
2 — Apreciação e votação do Orçamento para 1990.
3 — Eleição da Comissão Eleitoral.

O Presidente da Assembleia Geral
Orlando Gaspar Serrenho

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos mesmos estatutos convoco a Assembleia Geral da CHE TECTO para uma reunião Extraordinária a ter lugar no local e data acima mencionados, a partir das 21.30h., com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

1 — Informações.
2 — Análise do processo das escrituras de compra e venda das habitações.
3 — Cedência de posição dos cooperadores José Inácio de Sousa Palma e de Carlos Manuel Marques Lobato, a favor dos respectivos cônjuges.
4 — Discussão e votação da proposta de regulamentação do exercício do direito de preferência pela CHE TECTO de alienação de fogos em regime de propriedade individual.
5 — Proposta de exclusão de sócios com mais de um ano de quotas em atraso.

O Presidente da Assembleia Geral
Orlando Gaspar Serrenho

CARTAZ

Telef. 326283
BRAÇO DE VINGANÇA
Maiores de 18 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19 e 21.30 horas.

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
ACADEMIA DE DEVASSAS
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
ABISMO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
TAP - A DANÇA DE DUAS VIDAS
Filme de Nick Castle.
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24 .00 horas.

QUARTETO 3
REGRESSO A VIENA
Filme de Alex Corti
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 17.15, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
SKINDEEP - O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
De Blake Edwards.
Maiores de 12 anos.
Às 14.30, 16.30, 18.15, 20, 22 e 24 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

SÃO JORGE 2
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3
OS DEUSE DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
PERIGOSA SEDUÇÃO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 368446
O ÁS E O JOKER
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas
A NOITE DE ESPANTO Nº2
Maiores de 18 anos. Às 23.30 horas.

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS PARTE II
Maiores de 6 anos.
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

CACÉM- ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
Encerrado para descanso do pessoal

QUELUZ - KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
OS CAÇA FANTASMAS II
Mairoes de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.15 horas
SALA 2
CYBORG
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15 e 16.45 horas.
SALA 3
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17, 19.30 e 21.45 horas

CASCAIS

OEIRAS ALTO DA BARRA 1
Telef. 4439759
REGRESSO AO RIO KWAI
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

ALTO DA BARRA 2
AS VOZES DA IRA
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS - CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
CAÇA FANTASMAS PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas

CINE PALMEIRAS 2
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS - MIRAMAR
1
Telef. 2841744
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

M IRAMAR 2
O ABISMO
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
REGRESSO AO FUTURO PARTE II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DA CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telf. 2905350
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 21.45

TEATRO

LISBOA

A BARRACA - CINEARTE
Largo de Santos, nº 2 -
Telef. 665360 ou 686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas.
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita

TEATRO DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanço à 4ªFeira.
SALA 1
PÉCORA de Natália Correia.
SALA 2
Sexta às 21.30, Sáb. às 16.00 e 21.30; Domingo às 16 horas.
A PREGAÇÃO
De João Brites, pelo Grupo O Bando

RITZ CLUB
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 3ª a Sábado às 21.30; Sábado e Domingo às 16.00 horas.
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA.
Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas.
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha - Telefone 778898
De 5ª a Sábado às 21.30 horas. Domingos às 16 horas.
HAPPY END
De Dorothy Lane/Bertolt Brecht.

TEATRO DA POLITÉCNICA
R. da Escola Politécnica, 58 - Telef. 674474
De 3ª a Sábado às 21.00; Domingos às 16 horas.
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patrício

TEATRO DA TRINDADE
R. Nova da Trindade - Telef. 320000
De 3ª a Sábado às 21.30; Domingos às 16 e 21.30 horas.
«VERÃO»
De Edward Bond c/ Fernanda Alves e Isabel de Castro.

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037.
De 3ª a Domingo às 21.30; Domingos e Feriados às 16.00 horas.
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ.
Versão livre de Henrique Santana.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45; Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas.
ORA BATE...BATMAN'SO

OUTRAS LOCALIDADES

ESTORIL
TEATRO DO CASINO
Telefone 2684521
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS?
Texto e encenação de Filipe La Féria.

ODIVELAS
TEATRO DA MALAPOSTA
R. de Angola, Olival de Basto - Telefone 9873299
De 3ª a Sába. às 21.30; Domingos às 16.00 Horas.
O RENDER DOS HERÓIS
De José Cardoso Pires.
Encenação de José Martins, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garret.

PORTO
TEAR
R. do Heroismo, 86 - Telef. 573265.
De 3ª a Sáb. às 21.30; Domingos às 16.00 horas.
JARDIM DAS CEREJEIRAS
De Anton Tchekov, pelo TEAR. Encenação de Rogério de Carvalho.

EXPOSIÇÕES

LISBOA

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jerónimos): de terça a domingo, das 10 às 12,30 e das 14 às 17, uma exposição permanente que integra centenas de milhares de peças, entre as quais um conjunto pré-histórico de 300 peças de ouro.

MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.

MUSEU NACIONAL DO TRAJE: até Abril de 1990, "Tramas e Sortilégios" de Teresa Segurado Pavão;

PALÁCIO NACIONAL DOS COCHES: até 17 de Janeiro, a exposição "Falcoaria Real".

BIBLIOTECA NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa

PALÁCIO FOZ: até 15 de Janeiro, a exposição «Desporto é Vida» integrada na VII Quinzena Cultural Bancária, organizada pelo Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas com a colaboração da Direcção-Geral da Comunicação Social.

PALÁCIO GALVEIAS (Campo Pequeno): integrada nas comemorações do 125º aniversário do Diário de Notícias, uma exposição subordinada ao tema "A Vida dos Imagens", reunindo um importante conjunto de

Óleo de Tomás Mateus-1966

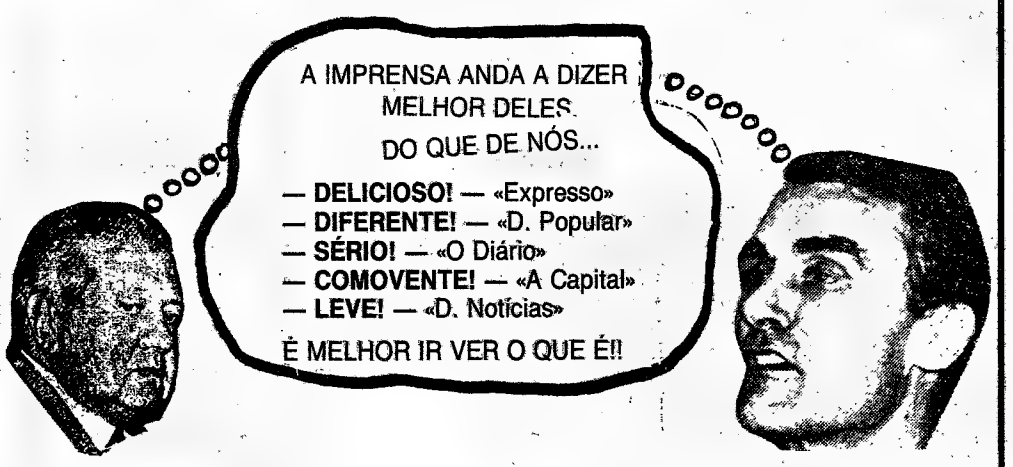
TEATRO

Rita Club
Telef.: 32 51 40
Rua da Glória, 57 à P. da Alegria

3.ª a Sábado 21.30 h.
2.º MÊS!

Sáb. e Domingos 16 h. P/Todos
Marque já Mesa!

Rita Club
Telef.: 32 51 40
Rua da Glória, 57



«o regresso de BUCHA e ESTICA» !!!

CARTAZ

documentos fotográficos recuperados nos arquivos do "DN".

ALFAMA-GALERIA DE ARTE (R. das Flores, 109): Pintura e Escultura Espanhola Contemporânea.

BAR IMPREVISTO (Tv. da Laranjeira, 35): até 21 de Janeiro, Pintura de Wanda Campos.

GALERIA EMI-VALENTIM DE CARVALHO (R. da Cruz dos Poiais, 111): até 31 de Janeiro, de segunda a sexta das 11 às 13 e das 15 às 19, sábados das 15 às 19, uma exposição de escultura e desenho de José Barrias intitulada "Vestígios".

GALERIA ARTELA (R. Prof. João Barreira, loja 15-Telheiras): até 14 de Janeiro, "Ideias Soltas", pintura de Rui de Azevedo.

GALERIA JOÃO HOGAN (R. Voz do Operário, 13): até 27 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 ás 20 e sábados das 15 às 19, Pintura de Ormond Fannon.

GALERIA BARATA (Av. de Roma, 11A): Fotografia de Antón io José Alegria.

GALERIA DIFERENÇA (R. S. Filipe Nery, 42): até 28 de Janeiro, Fotografia de Mafalda Reis Moore (Branca de Neve) e de Eduardo Nery (Lugares).

GALERIA 111 (Campo Grande, 113): até 12 de Janeiro, de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19 e sábados das 10 às 13, Pintura de Eduardo Batarda.

GALERIA RESTAURAÇÃO (Av. Guerra Junqueiro, 18-C): até 13 de Janeiro, de segunda a sábado das 9,30 às 13 e das 15 às 19, colectiva de Pintura com obras de Alfredo Luz, Artur Bual, Cruzeiro Seixas, Fernando Ançã, Helena San-Payo, Ribeiro Farinha, Rogério Amaral e Silva Palmeira.

GALERIA TRIÂNGULO 48 (Av. D. Vasco da Gama, 48.A): até 2 de Fevereiro, exposição de homenagem a Tomás Mateus, com venda de algumas das suas obras.

GALERIA EUROARTE (R. Rodrigo da Fonseca, 107-C): até 22 de Janeiro, de segunda a sexta das 10,30 às 13 e das 15,30 às 19-sábados das 10,30 às 13 e das 16 às 19 horas, Pintura de Margarida Vigoço.

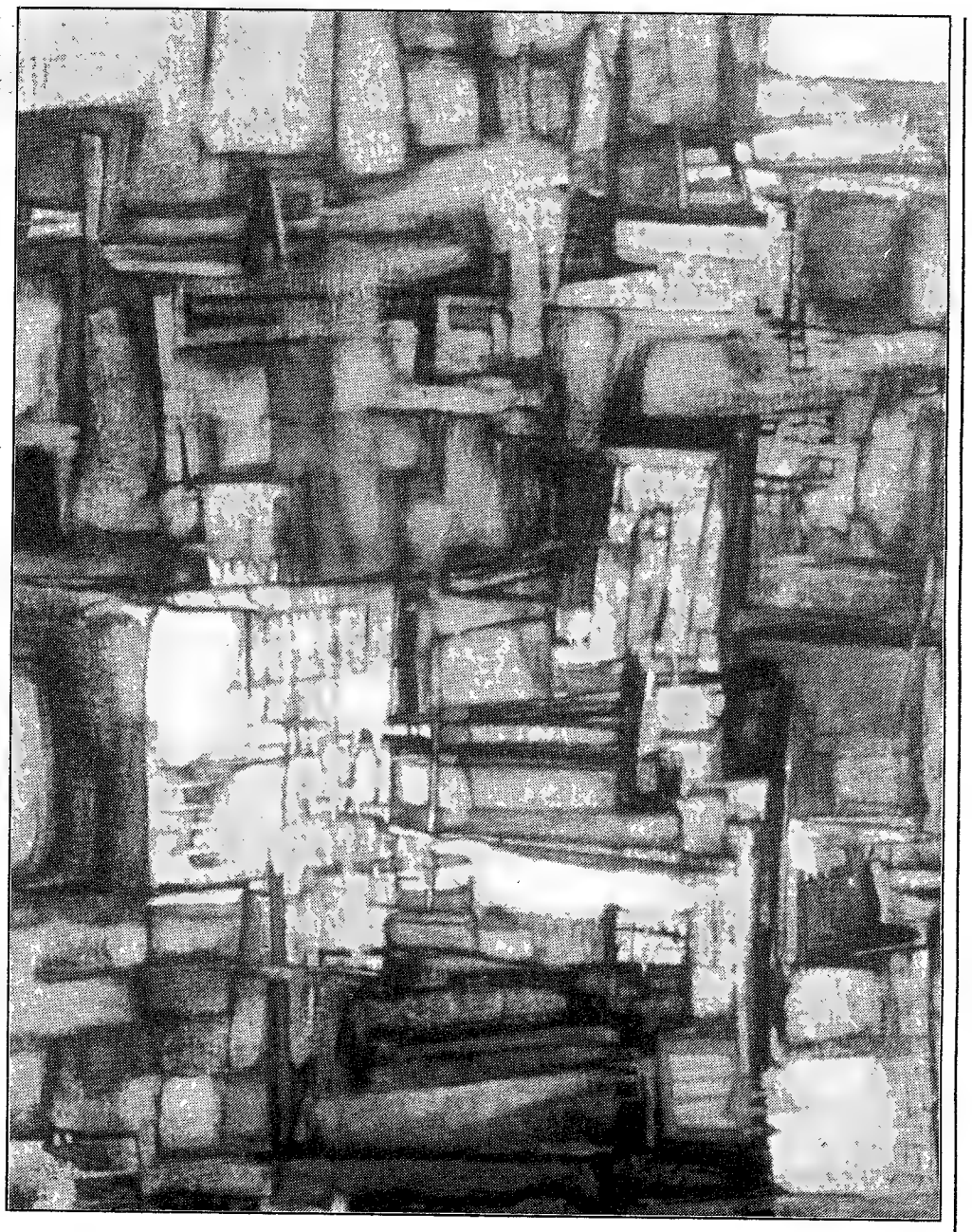
GALERIA ESPIRAL (Pª Ilha do faial, 14-A): Pintura de Luísa Costa Cabral.

GALERIA MULTIFACE (C. Comercial Gemini, loja 65-R. Sousa Lopes): até 15 de Janeiro, Pintura de Bual.

GALERIA NÁRTICE (R. Augusto Rosa, 18): até 18 de Janeiro, Pintura de Inácio Matsinhe.

GALERIA NOVO SÉCULO (R. do Século, 23): até 20 de Janeiro, de terça a sábado das 14 às 20, «Arremessos», Pintura-Video-Instalação de Miguel Telles da Gama e Paulo Cancela d'Abreu.

HOTEL ALFA LISBOA (Av. Columbano Bordalo Pinheiro): até 15 de Janeiro, de segunda a sábado das 16 às 20,30, Pintura de Sérgio Ribeiro.



Óleo de Tomás Mateus, na Galeria Triângulo 48 até 2 de Fevereiro

HOTEL MERIDIEN LISBOA (R. Castilho, 149): até 22 de Janeiro, diariamente das 9 às 23,30, a exposição de Pintura e Escultura do «GAP - Grupo de Artistas Portugueses».

AAPACO (Ex-Atelier 15-R. Freitas Gazul, 24D): a "Colectiva Fim de Ano", de terça a sexta das 18 às 21, sábados das 15 às 19 horas.

ALFA MIXTA-ESPAÇO D'ARTE (R. Escolas Gerais, 34): até 13 de Janeiro, Pintura de José Mouga.

LOJA DA ATALAIA (R. da Atalaia, 63): até 18 de Janeiro, os "Encontros de Fotografia de Coimbra" apresentam em Lisboa uma exposição com trabalhos de Joel Peter Witkin.

RATTON-CERÂMICAS (R. Academia das Ciências, 2-C): Exposição de obras de Graça Morais, Jorge Martins, Luisa Correia Pereira, Mafalda Reis Moore e Júlio Pomar.

GALERIA PRÍNCIPE REAL (Pª Príncipe Real, 32 r/C): até 13 de Janeiro, «Paisagens» de Olivero Masi.

GALERIA MOIRA (R. Nova da Piedade, 33): até 19 de Janeiro, de segunda a sexta das 14 às 19,30 (excepto feriados), escultura em grés de Jorge Mealha.

GALERIA DE SÃO BENTO (R. do Machadinho, 1 - ao Quelhas): até 16 de Janeiro, uma colectiva de Pintura e Escultura.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES (R. Barata Salgueiro, 36): a exposição "Salão Convívio" com obras de artistas sócios da SNBA.

GALERIA S. MAMEDE (R. da Escola Politécnica, 167): até 24 de Janeiro, Pintura e Escultura de Francisco Simões.

CASA DO HUMOR (Museu Raphael Boldallo Pinheiro-Campo Grande, 382): Encontro Luso-Brasileiro de Humor - caricaturas de artistas brasileiros e portugueses.

GALERIA GRAÇA FONSECA (R. da Emenda, 26 c/v): de terça a sábado das 15 às 20, Pintura de Graça Pereira Coutinho.

GALERIA DIVERSA (R. dos Sapadores-à Graça- nº 85): até 13 de Janeiro, pintura de Glória Elena e escultura de Silvia Westphalen

LIVRARIA BARATA (Av. de Roma, 11-A): a exposição "Suportes e Contentores" de Cristina Ataíde.

POLIGRUPO/ RENASCENÇA (R. Ivens, 14): a exposição "O Algarve e os Descobrimentos" da autoria de Maria Carolina Alho.

SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES (Av. Duque de Loulé, 31): até 19 de Janeiro, "Linhas do Desejo", fotografias de Guilherme Silva.

ARREDORES

GALERIA MUNICIPAL DA AMADORA: até 28 de Janeiro, a exposição «Francisco Valença - a Vida e a Obra»

RECREIOS DA AMADORA: até 21 de Janeiro, das 15 às 23, a "Exposição de Arte da Quirguizia - URSS".

GALERIA JF DE CASCAIS: até 31 de Janeiro, desenhos de Hector Ramsay.

CASA MUSEU DE VERDADES FARIA (Av. Saboia-Monte Estoril): "Um Olhar sobre Cascais através do seu património", uma iniciativa da Câmara Municipal e da Associação Cultural de Cascais

GALERIA DO CASINO ESTORIL (Espaço 2): até 17 de Janeiro,, todos os dias das 15 às 24 horas, uma exposição de fotografias intitulada "Série Quadrada", de Pedro Mónica.

GALERIA O PATAMAR (R. da Ferraria, 13-Sintra): até 12 de Janeiro, pintura e escultura de Hélio Xavier, João Mário, Maria Fernanda Amado, Vítor Vieira e Tina Passos.

HOTEL TIVOLI SINTRA: até 12 de Janeiro, uma colectiva com óleos de Artur Bual, Cohen Fusé e Pinheiro de Santa Maria e aguarelas de Paulo Ossião.

O OUTRO LADO DO ESPELHO (R. Dr. Alfredo Costa, 14 - Sintra): até 31 de Janeiro, Pintura de Hugo Ferrão "Cabeças de Estrela".

PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ: até Junho de 1990, com entrada livre, em exposição uma colecção de Pintura Portuguesa de 1842 a 1979.

ATELIER EC (Várzea de Colares): até 21 de Janeiro, exposição colectiva de pintura e escultura, comemorativa do 2º aniversário.

GALERIA DE SANT 'IAGO (Centro M. Bica, loja 63 - Almada): Pintura de Maria José Camões.

«Elenco de Ouro». «O duelo Isabel de Castro, Fernanda Alves é algo de inesquecível, os jovens M.ª José Pascoal e José Walenstein não deixam os seus créditos por mãos alheias, Ruy Furtado é só por si um espectáculo» — **Diário de Notícias**
«Um festival de interpretações e uma das melhores encenações de Carlos Fernando» — **A Capital**

3.ª a Sáb. às 21.30h. Domingos às 16.00h.
Marcações pelo Telef.: 32 00 00 SUB. SEC

PATROCÍNIO Círculo de Leitores

APOIOS: Lanalgo, Louis Vuitton, Paris em Lisboa, Pinhol, Pollux, Antena 1, Rádio Comercial, Rádio Minuto, Diário Lisboa, JL, Vitor Hugo, Voz do Operário, Ytong Ibérica.

SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
A preencher a emissão de hoje, os mais novos podem assistir a novos episódios de "Virgul", "O Urso Bolke" e "Os Amigos de Ovide". Por fim, o Bocas fará das suas e perturbará a calma da herdade.
18.40- RUA SÉSAMO
48º episódio: Os nossos amigos Poupas e Ferrão protagonizam uma história sobre higiene. A letra C e o número 12 serão também abordados neste programa. A terminar, um espaço para as figuras inseridas, neste caso, o círculo.
19.05 - JOGO DE CARTAS
Concurso
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS
20.11 - BOLETIM AGRÁRIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA
"Reds", um filme de Warren Beatty, com Diane Keaton, Jack Nicholson, Edward Hermann, Jerzy Kosinski, Paul Sorvino, Maureen Stapleton, Nicolas Coster e Gene hackman. John Reed é um jornalista norte-americano, cuja defesa pelo ideal comunista o leva até à Rússia, onde irá assitir à Revolução de Outubro e, consequentemente, ao surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. De regresso aos Estados Unidos, John confrontar-se-á com a "caça às bruxas".
00.50 - 24 HORAS
01.05 - REMATE

RTP-2

16.55 - OS CAMPBELLS
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
8ºepisódio: Mike Cerre, correspondente da Globe TV, regressou, com outros oito veteranos de guerra, a Danang, Ho Chi Minh City, Hué, Chu Chi e Hanoi, cidades marcadas pela guerra que pôs face-a-face soldados americanos e vietnamitas. As memórias da guerra e as suas consequências no Vietname são, nesta emissão, trazidas a lume...
17.55 O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
15º episódio: O Dr. Ricardo sugere a Helena que ela instale um posto médico na cidade para dar continuidade às obras do comendador e logo se prontifica a dirigir o novo hospital. Muito religiosa, a professora Cecília, ao ouvir dizer que Diogo e Eugénia fazem "trabalhos" de macumba, fica estarrecida e leva a empregada para falar com o padre Rozendo.
18.30 - O HOMEM DA TERRA
1º episódio: o nascimento dos impérios e das cidades-capitais, os progressos da civilização agrícola e a logística dos produtos da terra são os temas abordados neste episódio.
19.25 - CLÁSSICOS DA TV
«O Homem da Carabina» e «O Homem Invisível»
20.20 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O JOGO FINAL
1º episódio
22.30 - SÉCULO XX
"A Revolução Genética"

No 1º canal ás 21.25, em Lotação Esgotada, "Reds" de Warren Beatty

Amanhã ás 22.50, a fechar a programação do 2º Canal, "Quinta Dimensão"

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS

AMANHÃ

RTP-1

09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ, COM RUA SÉSAMO
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA DIA A DIA
13.30 - UM ANJO NA TERRA
14.15 - PALAVRAS CRUZADAS
15.15 - ARCO-IRIS AFRICANO
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.35 - RUA SÉSAMO
19.05 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - DESCOBRIR OS DESCOBRIMENTOS
20.11 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.05 - JUSTIÇA CEGA
22.45 - 24 HORAS
23.15 - REMATE

RTP-2

15.25 - AGORA, ESCOLHA!
16.55 - BENJI E O PRÍNCIPE EXTRA TERRESTRE
17.20 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.25 - OS HENDERSON
19.20 - CLÁSSICOS DA TV
20.10 - MAGAZINE MUSICAL
20.40 - PROGRAMA MUSICAL
Gilberto O'Sulivan e Ney Matogrosso
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - MAUDE
21.55 - SINAIS DOS TEMPOS
Israel
22.50 - QUINTA DIMENSÃO

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...
RTP 1
LOTAÇÃO ESGOTADA
RTP 2
O JOGO FINAL
BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença

«Carlos Brito: ' Em 1990, o que quero? Ter netos!'»
Título de "O Diabo", 09.01.90

A PERGUNTA DO DIA

Luís Marques Guedes
Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

O que é que vai fazer o subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros?

«A nomeação de um subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros obedece à preocupação de reforçar a actividade do chamado centro do Governo.

Em termos práticos, a actividade fundamental tem que ver com a competência legislativa do Governo, ou seja, com a preparação técnica da acção legislativa do Conselho de Ministros.

Como se calcula, no momento em que o primeiro- ministro decide introduzir alterações profundas na composição e estrutura do seu Governo, é natural que ao nível da Presidência do Conselho de Ministros se proceda ao reforço considerado adequado para permitir ao colectivo governamental uma nova dinâmica, uma intervenção renovada e, desejavelmente, uma eficácia acrescida.

Espero conseguir contribuir para o sucesso dessa firme intenção do nosso primeiro-ministro.»

MEDIA

Tem pouco mais de dois meses e é a primeira experiência jornalística neste campo, em Portugal. Chama-se «Diário Económico» e tem um semanário como pai

Um diário na economia

Há pouco mais de três anos, antes da euforia da Bolsa, era impensável que alguém se aventurasse a lançar em Portugal um diário de informação económica. De então para cá, o espaço da informação económica tem vindo a crescer de forma significativa e há pouco mais de dois meses está nas bancas o «Diário Económico». Lançado pelo «Semanário Económico», também ele um jornal recente, vem responder a necessidades crescentes de informação no campo da economia e finanças.

«Lançámos um diário económico porque era altura de ocupar este espaço, este nicho de informação. Portugal era um dos poucos países da CEE que não possuía uma publicação deste tipo» - afirmou ao *DL* Jaime Antunes, director do «Diário Económico» e primeiro responsável pela «Proinfec», a sociedade proprietária. Esta empresa é uma sociedade por quotas formada por seis sócios, todos jornalistas.

O crescimento da economia, do investimento estrangeiro, o aumento dos negócios, as privatizações são factores que originaram mais informação disponível e, simultaneamente, maior necessidade de informação. Daí que diários e semanários de informação geral passassem a incluir cadernos destacáveis de economia. O «Diário de Notícias» foi o pioneiro e outros se lhe seguiram. Foi o que aconteceu com a «Proinfec» ao especializar-se nesta área.

A história deste grupo empresarial remonta a finais de 1986, quando Jaime Antunes, então director de informação da agência Anop, decidiu empenhar-se num novo projecto.

Trouxe consigo os jornalistas da secção de economia daquela agência e avançou para um novo projecto: o «Semanário Económico». O primeiro número surgiu em 18 de Janeiro de 1987, algumas semanas depois de reentrar no mercado o «Jornal do Comércio», também com a mesma especialização e que, entretanto, viria a desaparecer. Bolsa e negócios, mercados, indicadores actualizados de informação financeira são a receita editorial deste semanário.

O público e o mercado publicitário reagiram bem. Não é que os números de vendas tenham uma dimensão comparável aos jornais de grande expansão, mas como o seu público é vocacionalmente restrito, os resultados são de assinalar. Os destinatários são quadros de empresa, mediadores financeiros, investidores, um público com elevado poder de compra e com grande poder de decisão.

O crescente dinamismo da economia decidiu a «Proinfec» a acreditar que era possível prolongar a experiência editorial. Assim, à segunda, terça, quarta e quinta-feiras temos o «Diário Económico» e à sexta mantem-se o «Semanário Económico». A fórmula editorial é a mesma, com a diferença de o semanário possibilitar maior espaço para o comentário ou a entrevista.

O «Diário Económico» tem 16 páginas, oito das quais são informação de mercados. Tem uma Redacção diminuta, conseguindo baixos custos de produção, até porque é a mesma estrutura a produzir os dois jornais. As vendas situam-se nos 7 mil exemplares, segundo informações da empresa, para uma tiragem de 17 mil. É necessário agora, para Jaime Antunes, aproximar mais as vendas da tiragem.

Estes resultados parecem satisfazer os objectivos iniciais, sobretudo quando comparados com os obtidos por dois congéneres espanhóis que têm tiragens na ordem dos 20 mil exemplares. Afinal, uma diferença pouco significativa se tivermos em conta a dimensão da população, da economia e da base de leitura do país vizinho.

Os resultados obtidos pela «Proinfec» são animadores. Em 1987 teve um lucro de cerca de 3 mil contos, em 88 cerca de 22 mil e em 89 prevê-se o mesmo resultado, «apesar dos custos suportados com o lançamento do 'Diário Económico'», como afirmou ao *DL* Jaime Antunes.

A empresa participa no capital da «Edifisco», editora da revista «Fisco», e vai lançar uma nova empresa organizadora de conferências, seminários e acções de formação profissional.

Nos próximos dias 9 e 10 de Fevereiro, assinalando o quarto aniversário do «Semanário Económico», vai estar em Portugal Henry Kissinger que vai falar sobre «A perestroika e os equilíbrios geoestratégicos». É uma das muitas iniciativas que a empresa desenvolve e que contribui para promover as suas publicações.

À porta do mercado único europeu, há já grupos de Imprensa internacionais interessados em participar no capital social da «Proinfec». Jaime Antunes apenas adianta que são dois os grupos com quem está em negociações, garantindo, contudo, que a sociedade de jornalistas manterá em qualquer das hipóteses o controlo editorial dos jornais.

António José Teixeira

Quinta-feira no
Diário de Lisboa

A crónica de Francesco Alberoni

O auto-retrato de Maria Filomena Mónica

Televisão privada em Grande Angular

O centenário do Ultimatum

meteorologia

Diálogos

Uma velha senhora foi encontrada, esquecida, num enorme palácio. Desidratada, movimentando-se de gatas como um animal, teve de ser alimentada a biberon antes de ser levada para o hospital.

- Que idade tem? - perguntaram-lhe.

- Não sei ao certo, talvez 97, talvez 103 anos, não sei: quando era nova gostava de passear de barco. Onde estão a minha filha e o meu genro?

Era a mãe de Elena Ceausescu.

Beckett, digo eu.

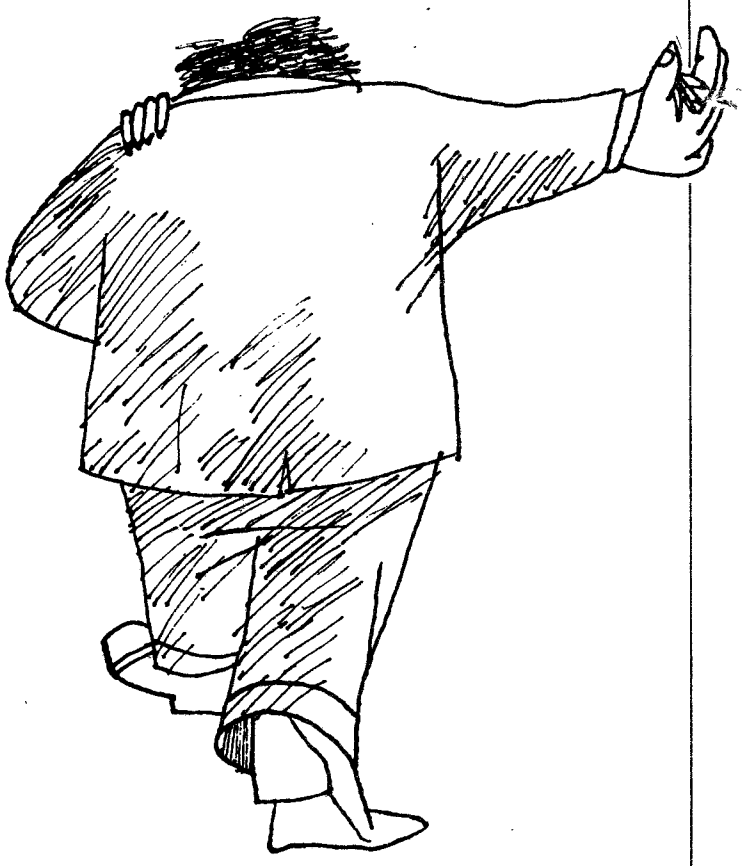
***

Na esquina, diante de uma farmácia (pharmácia), em frente da casa onde nasci, Bairro 7, Praga, Checoslováquia. Frio de rachar, domingo, meio-dia. Na rua ninguém. Só eu que voltei. Mas sim: um senhor, mais ou menos da minha idade, cabelos grisalhos cortados à escovinha, barbicha curta. Observa-me atentamente. Talvez fosse um meu condiscípulo de carteira há meio século e tente reconhecer-me. Aproxima-se. Fala.

- O senhor é checoslovaco?
- Sim.
- Pensei que era sueco. Parece sueco.
- Não, sou checoslovaco.
- Eu também.

E cada um vai para o seu lado.

Diria, Ionesco.



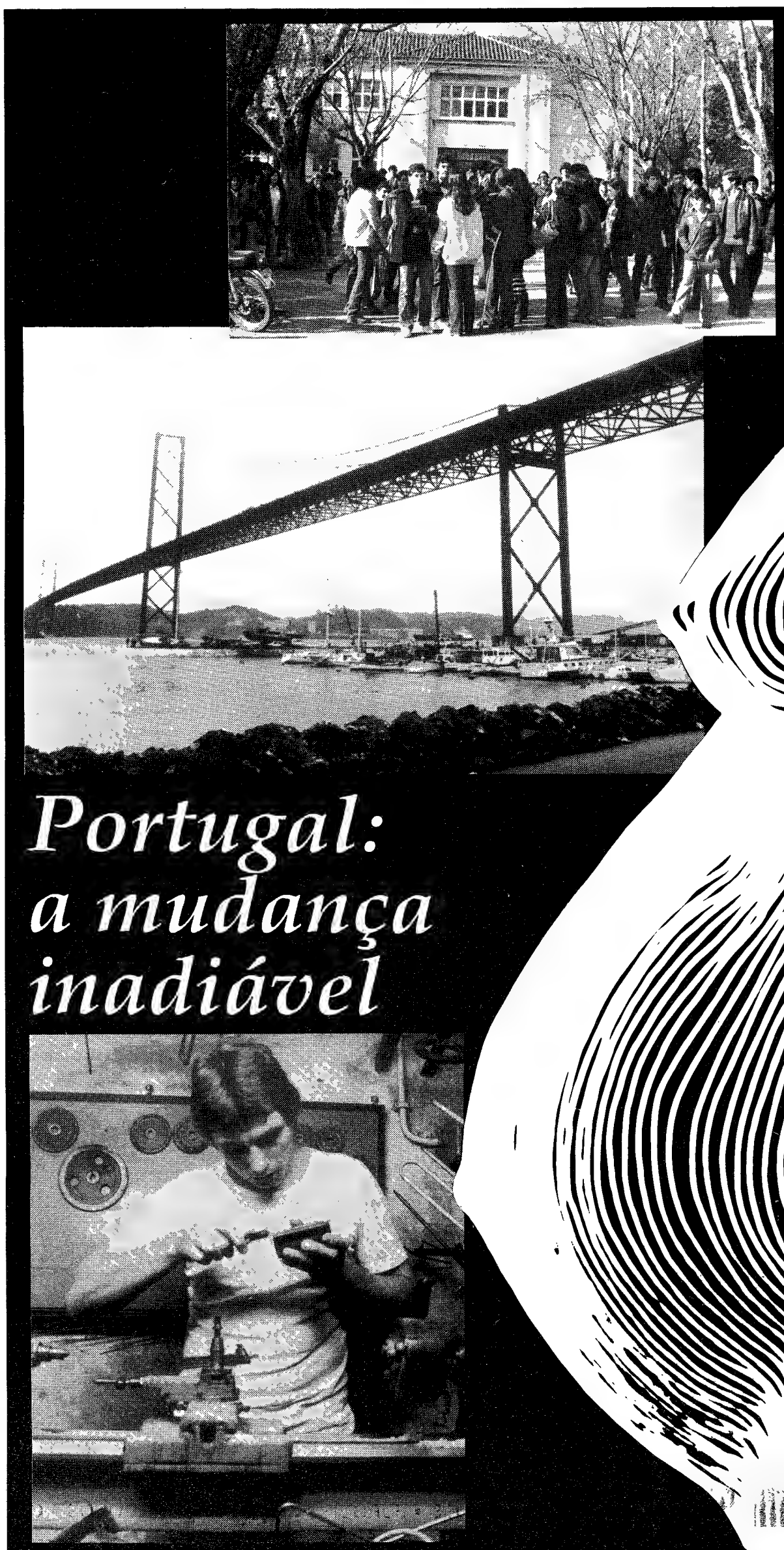
***

Já Oscar Wilde afirmava que não é a arte que imita a natureza, mas é a realidade que imita a arte. Nos momentos dramáticos então imita a dramaturgia.

Jorge Listopad

A.M.A. Auto Monumental do Areeiro S.A.
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

DL ESPECIAL ANOS NOVENTA 4.



Portugal: a mudança inadiável

Tempo cada vez mais curto para acertar o passo

Temos passado décadas a fixar prazos para eliminar o atraso a que estamos dos niveis de desenvolvimento de alguns paíse s nos quais não vemos ou não queremos ver razões para estarem à nossa frente. Particularmente desde a nossa adesão à Comunidade Europeia, a meta ambicionada tem sido, não evidentemente os companheiros de grupo que vão lá à frente, mas, modestamente, uma posição mais condigna com os brios patrióticos do que a que temos agora e é a última.

Se em todas essas décadas mais não conseguimos do que ficar ainda um pouco mais atrás, nada há de novo que nos faça supor que será desta vez que vamos conseguir, pelo menos, iniciar a reaproximação. A única coisa que é sempre nova é a cada vez maior necessidade de o conseguirmos e o tempo cada vez mais curto para o fazermos sem que definitivamente se fique fora da corrida.

O desejo de ser europeu

Europeu é um conceito que cada vez menos tem - ou só tem - um significado geográfico. Ser europeu não é apenas ter lugar a um canto do continente, como nós temos, mas ter lugar à mesa da Europa, uma mesa que tanto se pode entender como aquela em que se traçam as linhas do seu futuro, como aquela em que se repartem os frutos de uma abastança de privilegiados.

Durante muitos anos, o anatma da ditadura impediu-nos de transpor a soleira das casas europeias. Foi o tempo da exaltação da miséria, do fadinho «Pobrezinhos mas honrados», quando não tinhamos dívida externa, mas apertávamos (quase todos) o cinto, até nos partirmos em dois, para pagar a guerra colonial - outro opróbio que nos afastava do convívio europeu.

Para nos ajudar a fazer a aprendizagem da democracia,a sermos integralmente europeus, a Europa abriu-nos os braços. Já não estaríamos só no cantinho do seu mapa: ficávamos também no cantinho da sua mesa. E ficámos, timidamente, como convem a parentes pobres.

Mas ninguém tem mais direito a querer ser rico do que os pobres. Os portugueses querem ser tão ricos como os seus parceiros da Comunidade, o que, aliás, no conceito do cidadão comum, era o único objectivo da adesão.

Benificiando de vantagens transitórias, durante um período de adapatação e de compensação do seu atrazo, Portugal não conseguiu ainda por-se minimamente a par da média europeia, nem dos que mais perto lhe mostram as costas. Poder-se-á dizer que o período foi curto e que as compensações foram insuficientes e não há dúvida que se revelaram assim, a avaliar pelo que foi feito. Mas seria o tempo pouco e as vantagens exíguas, para o que poderia ter sido feito.

Entrando-se na década com o Governo que temos desde a adesão - o que não faz prever alterações políticas de fundo relativamente ao problema, num futuro próximo - , não se antevendo vantagens acrescentadas concedidas a Portugal, nem se detectando alteração sensível nas mentalidades dos que, na esfera governamental ou na esfera política, poderiam talvez alterar a situação, o mais certo é que tudo continue como dantes. Afinal, talvez o motivo de tudo isso seja o facto de sermos todos portugueses...

Uma oportunidade inadiável

É evidente que a necessidade de Portugal criar condições para o seu desenvolvimento não é consequência da adesão à CEE. Esta foi, pelo contrário, o processo escolhido para o conseguir, mas a escolha implica redobradas exigências, por nos colocar em apertada comparação com padrões muito superiores, e acrescentadas responsabilidades, porque o esforço agora não é só nosso - é também dos que subsidiam os nossos projectos de europeização.

Perder a oportunidade que esses apoios comunitários representam - oportunidade que não é provável (além de não ser nem moral nem legítimo) que se adie ou prolongue para além do previsto - é reduzir a probabilidades ínfimas as nossas hipóteses de atingirmos, nesta ou na geração seguinte, o estatuto de país desenvolvido.

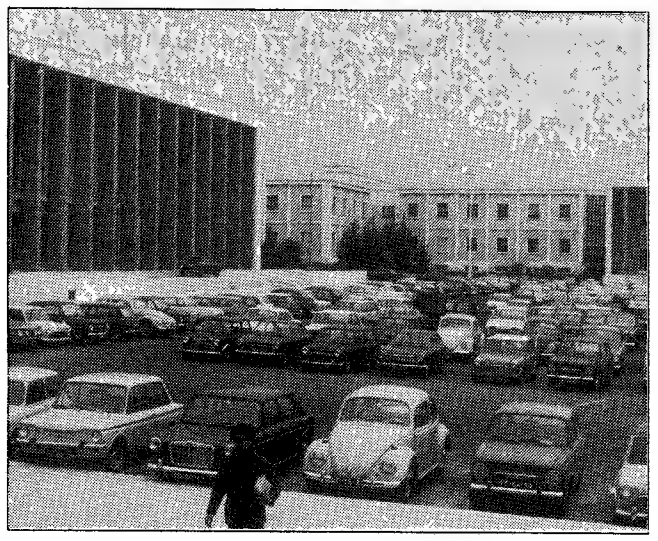
É por isso que as perspectivas da evolução mundial na nova década que nestes suplementos se têm feito, ganham, quando particularizadas para Portugal, uma tonalidade de certo modo diferente, falando-se por igual no que é provável que seja e no que é necessário que seja.

Ensino e investigação: condições do desenvolvimento

Tem-se ouvido do actual Governo as mais clarividentes declarações sobre a importância do ensino e da investigação científica e técnica como condição do desenvolvimento económico do País.

Não tem sido apenas o titular da pasta a que estes assuntos estão afectos a subscrever as mais louváveis considerações sobre o carácter prioritário das medidas que visam o objectivo de preparar os jovens portugueses para as exigências crescentes de uma preparação técnico-profissional e de dar à inteligência científica do País as condições necessárias para a criação de riqueza que constitui o saber novo, nos diversos sectores do conhecimento humano. O próprio primeiro ministro considerou a educação como objectivo prioritário dos esforços do Governo - declaração solene com que cruamente contrasta a sua tradução prática em termos de investimento.

Não é evidentemente exclusiva deste governo a falta de entusiasmo pelos empreendimentos que não rendam lucros eleitorais a curto prazo. Os investimentos na Educação ou na Investigação não são rapidamente reprodutivos e, por isso, os dinheiros do Estado são frequentemente desviados para empreendimentos mais imediatamente visiveis, rapidamente prontos a integrar a lista das realizações do partido no poder. Raros são os governos com a honestidade e a coragem de deitar mãos a uma obra de que provavelmente outros irão colher os louros, mas de que todos iremos finalmente beneficiar.



Dizer que a melhoria do ensino a todos os graus é uma questão prioritária, é um lugar comum desde os tempos em que o poder começou a ter necessidade de expor aos eleitores os seus planos. O que é urgente é que o Governo - este ou qualquer outro - tenha a coragem de passar das palavras para os factos, o que é o mesmo que dizer de dar um primeiro longo passo para no sentido de um progresso estável e de um aumento substancial do nível de vida dos cidadãos, sejam quais forem as características e as dimensões das sociedades que integrem.

Que esse acto definitivo ocorra ainda nesta época, são os nossos mais definitivos votos

R.C.

O Conselho de Concertação Social é positivo mas insuficiente

«É necessário reduzir a probabilidade de conflituosidade, face às questões do mundo económico novo.»

A última década do século vai caracterizar-se por profundas mutações do tecido económico com inevitáveis repercussões no plano social. Num País com as reconhecidas fragilidades produtivas do nosso mais declaradamente se vão acentuar os choques provenientes das indispensáveis reconversões e alterações de atitude. Não tenhamos ilusões nem evitemos os problemas com discursos demagógicos ou expedientes de ocasião.

Se quisermos ultrapassar situações de acentuada tensão laboral, de que já sentimos os pronúncios, temos de criar a tempo os meios próprios de diminuir conflitos. O Conselho de Concertação Social foi um passo positivo, mas insuficiente. A projectada criação do Conselho Económico e Social, de que o actual Conselho de Concertação Social seria uma secção, poderá vir a proporcionar um meio idóneo para a definição de uma ampla política socioeconómica resultante do consenso possível entre os parceiros em presença. Temos de agarrar o tema com amplitude e ambição. Não devemos confinar-nos à tentativa de resolução casuística. O único grande contributo para essa definição global de que dispomos até agora devêmolo à UGT. As confederações patronais e associações empresariais atrasaram-se. O Governo e os partidos políticos também.

Torna-se igualmente imperioso contribuir por todos os meios para reduzir a probabilidade de conflituosidade face às questões do mundo económico novo. O esforço no domínio da educação e da formação profissional deve continuar a aperfeiçoar-se. Os apoios comunitários são nesse domínio estimulantes desde que bem aplicados. Os cursos de gestão para a modernidade devem igualmente ser incrementados com a acção directa das associações empresariais. As áreas da informação e da qualidade são prioritárias. O trabalho a desenvolver junto das PMEI e do comércio é fundamental. O choque vem aí não só pelas consequencias da adesão de Portugal à CEE, mas pela própria evolução acelerada da economia comunitária.

Finalmente, se as portuguesas e os portugueses querem ter um fim de século menos atribulado devem procurar nas suas opções políticas as soluções mais propícias à formação de governos mentalizados, preparados e posicionados para o diálogo. A alternativa do socialismo democrático ou da social-democracia verdadeiramente assumida é com com certeza mais favorável para o consenso com os sindicatos e para a compreensão pelos interesses das PMEI e do comércio, como elementos estruturantes da classe média, do que as correntes liberais, assim como os empresários se sentirão mais seguros e confiantes no diálogo ao centro do que se tiverem de enfrentar a atitude do radicalismo de esquerda. E também será muito importante que o Chefe do Estado seja uma personalidade consensualista e de pendor moderador. Não basta ter um árbitro para se prenunciar em questões extremas. Mas neste caso estamos bem servidos. Basta conseguir convencer o dr. Mário Soares a recandidatar-se a bem do País confiando que depois venha a escolher-se um político do estilo para retirarmos plenamente as vantagens do acerto da opção da maioria do eleitorado em 1986.

(Vice-presidente da A.I.P.)

Joaquim da Silva Pinto

«Há que ter em conta que o Governo não tem o monopólio das ideias»

Os desafios do futuro exigem coesão e negociação permanentes

Presumimos que, logo no início da década de 90, serão criadas novas e mais promissoras condições para a negociação e para a concertação.

Na verdade, a revisão da Constituição da República prevê a criação de um Comité Económico e Social, instituição que constituirá uma base mais alargada de diálogo social, na medida em que congregará em si outros parceiros sociais, para além dos que fazem parte do CPCS.

Embora não se substituindo ao CPCS, que continuará a ser o órgão ideal e privilegiado da concertação macro (económica e social), poderá ser um elemento de estímulo para a negociação institucional em Portugal.

Por outro lado, exige-se na próxima década um maior empenhamento do primeiro-ministro e do Governo (sejam eles quem e qual forem) no CPCS, bem como um maior respeito pelas iniciativas e pelas posições dos restantes parceiros sociais (patronais e sindicais). As questões agendadas por estes últimos são para ser analisadas com dignidade e vontade política de, no que houver conjugação de pontos de vista, serem levadas à prática.

Há que ter em conta que o Governo (qualquer que ele seja) não tem o monopólio das ideias.

A modernização da economia, a regionalização e o desenvolvimento regional, a imparável adesão à Comunidade Económica Europeia e as questões que se colocam com a instituição do Mercado Único Europeu, são domínios em que nenhum Governo pode avançar sozinho. Há que desenvolver uma acção harmoniosa que só pode ser alcançada pelo diálogo, pela negociação, pela concertação, pois que nenhuma solução credível e viável será alcançada que não seja numa perspectiva de uma crescente coesão económica e social.

No CPCS, no Comité Económico e Social, nos sectores de actividade económica e nas empresas tem de imperar a vontade negocial, sob pena de nos afastarmos irremediavelmente da Europa a que pretendemos aderir, mas aderir de forma inteira: económica, social e culturalmente, no respeito pelos legítimos interesses das partes. Será o Governo actual capaz de assumir este desafio de modernidade? Esta a grande incógnita para os anos 90.

Victor Hugo Sequeira

Incógnita que, mais do que nunca, tem de ser resolvida pela positiva. Porque essa é a vontade de uma Europa que agora enfrenta também o desafio que vem do Leste. Um desafio aliciante, é certo, mas que transporta consigo muitas perplexidades de ordem social e económica.

A década de 90 vai dizer-nos, estamos certos, de que o processo não vai ser fácil nem para o Leste nem para o Ocidente. Se não vejamos apenas três questões: uma mão-de-obra fortemente qualificada e extremamente barata poderá ficar disponível no Leste e procurar, através da emigração para Ocidente, as suas oportunidades de trabalho; a aceleração das reformas poderá levar, em alguns casos, à estruturação de uma economia de mercado para a qual os países do Leste não têm experiência recente, pelo que será legítimo esperar grandes tensões económicas; finalmente, nos países de Leste, pese embora a recente falta de respeito pelos direitos fundamentais do homem, a verdade é que têm estruturas de assistência social bem mais desenvolvidas que no Ocidente.

Portanto, a década de 90 transporta consigo grandes esperanças, mas também grandes dúvidas quanto ao realinhamento dos grandes blocos políticos, mas também possivelmente económicos. Gigantes adormecidos acordam. À área do Pacífico, ao bloco Estados Unidos/Canadá, à Comunidade Económica Europeia, poderão juntar-se na concorrência a China e um bloco do Leste organizado, já não numa base político-militar, mas económica.

E se a nível dos diversos espaços nacionais e regionais se impõe na década de 90 uma crescente negociação e concertação, também entre os grandes blocos económicos se requer uma intensa cooperação, tanto a nível da produção de bens e serviços, materiais e imateriais, como da comercialização.

Para haver estabilidade social a década de 90 vai exigir negociação e concertação, para haver paz entre as nações vai exigir cooperação. Os economicistas liberais estão condenados a desaparecer. A modernidade cada vez vai falar mais a linguagem do social.

(*) Membro do Secretariado da UGT

Reflexo das mudanças nas zonas de emigração

Possibilidades do ressurgimento do fenómeno «retornados»

As transformações em curso na África do Sul — país hospedeiro de uma importante colónia de portugueses — não se afigura poderem conduzir ao regresso maciço desses nacionais a Portugal. Predominantemente constituída por naturais da Madeira e com importantes núcleos de ex-residentes em Moçambique e Angola, a laboriosa comunidade portuguesa na África do Sul vive, na sua maior parte, em cidades, ocupando algumas das suas zonas periféricas, ou os bairros mais antigos. Dedicam-se às actividades do terciário e também à indústria. Em qualquer dos casos são, frequentemente, pequenos ou médios empresários, com notáveis exemplos de alguns grandes empresários.

O processo de descompressão racial — eufemismo aqui utilizado como significando o desmantelamento do odioso e intolerável regime de «apartheid» — não terá de conduzir necessariamente a convulsões raciais graves, de incalculáveis consequências.

Às mudanças políticas recentemente operadas constituem sinal de inequívoca vontade política de desmantelamento controlado do sistema. E não se visualiza crédito para as manifestações de radicalismos de extrema-direita, que o poder constituído não toleraria. Se uma tal e desgraçada situação viesse a ocorrer, a desordem assumiria aspectos de calamidade social que exigiria a intervenção da comunidade internacional. Em tal caso não se estaria em presença de um fenómeno de migração de apenas uma comunidade, mas de várias.

Os portugueses conheceram uma amarga experiência de ter acollhido várias centenas de milhares de cidadãos e a aplicação de esquemas de integração especificamente criados permitiu que, passados 10 anos, o gravíssimo problema social se tenha esbatido a ponto de serem hoje muito raras as suas referências no tecido social.

Constituímos uma comunidade agora acrescida, mais forte e empreendedora, a que faltará apenas prolongar a solidariedade aos mais idosos e às manchas de fome e pobreza.

De modo bem diferente se aborda a eventualidade das consequências migratórias do acordo celebrado com a China para a transferência da soberania portuguesa de Macau.

Minúsculo território situado no delta do rio das Pérolas, nele vive uma comunidade de cerca de meio milhão de pessoas.

Uma pequena parte, não ultrapassando as 10 000 pessoas, descendentes de portugueses que as navegações e o comércio levaram àquelas paragens nos finais dos séculos XVI e XVII. Conservam o uso da língua portuguesa e falam igualmente o cantonense. Prósperos outrora, as vicissitudes da História e da governação colonial empurraram a sua maior parte para a função pública. A língua oficial era, em exclusivo, o português; alguns outros dedicavam-se ao comércio e outros, ainda, a profissões liberais. Mandavam estudar os filhos a Portugal ou ao exterior. Muito poucos regressavam a Macau findo o seu curso.

Conheceram as vicissitudes das sucessivas crises da China, alguns regressaram de Xangai na sequência da «guerra do ópio» e, como pequena comunidade minoritária e indefesa, mantêm um bom relacionamento com a comunidade chinesa, que não exclui seríssimas reservas em relação aos chineses, em particular, aqueles que vivem para além das Portas do Cerco.

Gente boa, hospitaleira e afável, são verdadeiros portugueses e para Portugal virão, na sua maior parte, antes do final do século.

Poderá ainda distinguir-se um razoável número de quadros técnicos, cujo número não pára, aliás, de crescer desde 1974, agora que o «hábito» de administrar colónias se confinou a Macau.

Não participam na vida comunitária convivendo geralmente entre eles. Regressarão a Portugal por substituição de quadros locais, em formação acelerada.

Se os grandes projectos públicos em curso arrastarem a fixação de grupos empresariais portugueses, poderão estar na origem de um pequeno fluxo migratório de substituição.

Surge, depois, um grupo considerável de chineses com a cidadania portuguesa cujo número rondará os 100 000 indivíduos e que até

Os portugueses vindouros

Maria Beatriz Rocha (*)

A Europa, a África do Sul, a Namíbia e Macau são regiões onde actualmente vivem largos milhares de portugueses. As alterações políticas nessas regiões — em curso, programadas ou simplesmente previsíveis - poderão originar o regresso de muitas dessas pessoas. Portugal, país de emigração, tem, todavia, demonstrado uma notável capacidade de absorção desses fenómenos de retorno.

Portugal, por força da sua confinidade com o mar e da prática de convivência com muitas outras civilizações, sempre fez jus à qualidade atribuída, por próprios e por outros, de país dador de gentes. Para a descoberta e para a conquista, para o povoamento e para colonização, para o exílio ou para o trabalho, milhões de portugueses, ao longo dos séculos, trocaram a sua por terras de outrem. De toda esta fluência caudalosa e continuada resultou a memória dos que partem, a imagem das despedidas, a recordação dos que estão fora, a permanência afectiva dos ausentes. Esta imagem mascara, porém, a realidade dos movimentos em sentido inverso: notados temporariamente, logo se esquecem os emigrantes que voltam, por sucessos conseguidos ou por esperanças desiludidas; os homiziados que foram perdoados, ou a quem favoreceu uma viragem do poder; os que cumpriram missões ou se cansaram de servir; os que, por qualquer outra razão e mesmo sem o desejarem, são forçados a regressar.

Por muito que o débito e o crédito de gentes se pudessem equilibrar (e é muito maior o capital humano despendido do que o havido) somos ainda, por introspecção como no juízo dos outros, um País de emigração.

E, no entanto...

No entanto, Portugal tem vindo a demonstrar, nos anos mais recentes da sua história, uma inesperada capacidade de se adaptar ao acréscimo de gentes, por diversas que foram as razões e circunstâncias dessa aquisição. De sopetão, muitas centenas de milhar de refugiados radicados ou nascidos em terras africanas ou oceânicas, acolheram-se a uma terra europeia a que chamaram prática, por causas de segurança ou de ideologia. Poucos anos depois, refizeram-se vidas e profissões, radicaram-se casas, actividades e relações, perderam a acuidade traumas, memórias e sofrimentos; e, se os próprios não esqueceram, para todos os demais o drama dos retornados é, hoje, apenas uma recordação distante.

Antes desses, outros tinham vindo já para Portugal: desde que Goa passou para a soberania da União Indiana e que as guerras estalaram em África, muitos portugueses demandaram estas terras onde, discretamente, vieram integrar-se.

Outros, por diferente razão, mais próxima daquelas que têm feito emigrar os portugueses, vieram aqui procurar trabalho e residência: em maior parte de Cabo Verde, os novos imigrantes passaram a ser uma quantidade visível em muitas urbes portuguesas, colmatando lacunas da oferta de trabalho, abertas pelo êxodo emigratório português intra-europeu.

Por seu lado, decorridos mais de vinte anos sobre o ápex deste último fenómeno, um movimento compensatório de regressos tem vindo, consistentemente, a produzir-se: não nas condições brutais de debandada frenética que muitos alarmistas, a seu tempo, preconizaram: mas de forma ponderada, lenta, serena. Mesmo assim, muitos são já os que regressaram de todo; mas o carácter intencional e repousado das decisões individuais, baseadas mais na contraposição fria de vantagens a incovenientes quanto ao ficar ou ao partir, retiram toda a agudeza e todo o dramatismo a essas decisões, dando tempo à preparação e à programação dos regressos. Não se estranha, por isso, que eles passem quase despercebidos do público em geral, que não de conterrâneos e de familiares.

Pode o futuro reservar-nos outras ocasiões que propiciem outros movimentos de regresso, mais dependentes de conjunturas a nós exteriores do que ligadas à nossa própria evolução.

Na Europa, são imprevisíveis as consequências da implantação de um Mercado Único: terá ele como resultado uma maior saída de portuguese em busca de melhores oportunidades de salários ou de negócios, ou provocará uma intensificação dos movimentos de regresso? Será o nosso nível de desenvolvimento propício ao reforço do investimento nacional e estrangeiro, com a criação de novos empregos que fixem gente de «cá» e atraiam imigrantes da Europa? Em que moldes se processará a concorrência entre nacionais e estrangeiros no mercado de oferta de mão-de-obra, consoante os seus vários níveis de qualificação?

Estas interrogações poderão perder actualidade, em função de tudo o que de novo e de imprevisto pode acontecer em consequência dos movimentos de democratização política e de liberalização económica que se estão a verificar em todo o Leste europeu. Ao contrário do que até aqui se passou, não constituem premissas fixas e bem delineadas aquelas de que partiram os planeadores e decisores das Comunidades Europeias, para gizar a sua política a médio e a longo termo: com as modificações ocorridas a Leste pode alterar-se a própria estrutura política no seio dos Doze, devido à evolução das relações da RFA com a República Democrática; transformaram-se os mercados, as prioridades de investimento e, na generalidade, todo o contexto político, económico e social da Europa, das suas relações com as duas superpotências e com o resto do mundo.

Se olharmos para outras áreas geográficas onde os portugueses estão implantados, poderemos postular que, na maioria dos casos, essa inserção não se encontra ameaçada a curto prazo. Na realidade, exceptuando emigrações de carácter essencialmente temporário e de dimensão comparativamente limitada, cujas condições podem oscilar segundo a evolução das respectivas conjunturas económicas ou políticas (caso da Suíça e de alguns países do mundo árabe), em quase todos os outros a radicação de emigrantes portugueses e dos seus descendentes é profunda e são relativamente estáveis as suas condições de vida e de horizontes futuros.

A excepção principal a este juízo é o caso da África Austral, onde a independência da Namíbia, a evolução da situação política de Angola e a óbvia instabilidade que se vive na República da África do Sul, correspondem a condições de futuro mais ou menos imprevisíveis.

Para os portugueses residentes na Namíbia e nas regiões de Angola anteriormente controladas pela UNITA, qualquer mudança da facção ou ideologia dominantes significará mudança do «status quo» ante, de forma radical — o que poderá ser para eles aceitável, ou não, em termos da sua vivência do quotidiano e de perspectivas para o futuro; ou, até, ser significatvo em termos da própria segurança pessoal. No caso da África do Sul, sem mencionar os riscos de instabilidade social e de inseguraça pública decorrentes do confronto entre os que impõem e os que combatem o «apartheid» (condições essas que podem motivar o regresso de muitos emigrantes portugueses) existe o risco de degradação total da actual situação, em termos de uma autêntica guerra civil.

Resta mencionar, brevemente embora, o caso de Macau. Por muito que se possam considerar satisfató-

Mário de Aguiar (*)

ao fim da década de 90 terá tendência a crescer.

É constituído por pequenos mas muito laboriosos empresários, com tendência manifesta para abandonarem o território. Utilizarão o passaporte português para emigrarem e bom seria que viessem para Portugal dadas as suas qualidades de iniciativa e de trabalho. Os restantes são chineses, frequentemente sem documentos de identificação e que permanecerão no território.

(*) Oficial da Armada, ex-secretário de Estado

rios os termos do acordo celebrado entre Portugal e a República Popular da China, quer no tocante ao regime transitório vigente até 1999 quer na descrição dos princípios gerais a aplicar após a transferência de administração, a efectuar naquela data, nem por isso deixa de existir um certo clima de preocupação por parte dos residentes naquele território, sobretudo depois dos acontecimentos ocorridos em Tienanmen: tais preocupações ligam-se à garantia das liberdades individuais, aos direitos democráticos e às regras de mercado, antes e após a transferências de administração.

Tal clima de expectativa poderá desencadear um movimento de pessoas de Macau em direcção a Portugal, na proporção do volume das preocupações ou das dificuldades que venham a verificar-se.

Em síntese final, apenas acrescentaremos que, seja qual for a origem geográfica de possíveis vindouros, quais as razões que aqui os trouxeram e qualquer que seja a sua dimensão e ritmo de chegada, Portugal e os portugueses terão de encontrar as soluções e os meios, a exemplo do que se conseguiu no passado, para recebê-los e inseri-los.

Maria Beatriz Rocha-Trindade (investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa — Professora Associada da Universidade Aberta)

(*) Professora universitária

Corremos o risco de ter a floresta que o resto da Europa não quer

A continuação da ctual política florestal, que mais parece a total ausência de política pela incoerência em termos de fomento e de impulso às espécies nobres, perspectiva a floresta portuguesa, para as próximas décadas, em termos pouco animadores.

Com efeito o estado actual da política florestal é o da implementação das espécies de interesse papeleiro, eucaliptos e pseudotsugas (em perspectiva), e a ignorância das funções de uso múltiplo que a floresta deve desempenhar, por mais que as declarações de responsáveis do sector tentem inverter a situação.

A especialização económica que a CEE impõe aos estados membros faz-se sentir nos pequenos países, como Portugal, nos incentivos ao progressivo abandono da nossa agricultura sob a alegação da falta de dimensões e de produtividade para a agricultura industrial, salvo em pequenos tratos do nosso território onde é possível a grande mecanização. Em contrapartida, fazem a campanha de que somos um País florestal, mas da floresta de produção industrial que a CEE não quer nos seus principais parceiros da Europa Central e do Norte.

Na verdade, enquanto nos países mais evoluídos, Alemanha, França, Bélgica, etc., a floresta é cada vez mais de uso múltiplo e de protecção (vida selvagem, caça, recreio, protecção das cabeceiras de bacias hidrográficas, etc) em Portugal estimula-se a expansão do eucalipto para a produção de celulose, estímulo alicerçado nos pareceres de técnicos comprometidos e de uma ciência engajada à indústria da celulose, que paga chorudos estudos e promove aliciantes viagens ao estrangeiro.

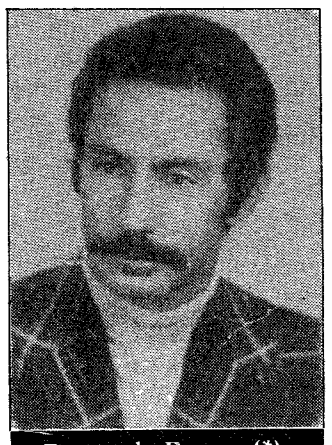
A subserviência a esta orientação reflecte-se na evolução da indústria da celulose e na expansão interligada do eucalipto. Quando o eucaliptal instalado abastece a indústria, em dado momento, com alguns excedentes, pede-se a instalação de novas unidades fabris, que arrastam novo aumento da área de eucalipto. E por aí adiante, num ciclo que não terá fim, enquanto nos Governos houver responsáveis directamente interessados na indústria da celulose, actuando ao serviço desta e dos capitais internacionais que a CEE usa como forma de colonizar os países marginais.

Se esta orientação persistir _ e nada nos garante que a alternância de partidos em Portugal (os partidos que normalmente ocupam o Poder) nos traga diferenças _ é claro que dentro de algumas décadas teremos um País totalmente descaracterizado, com o seu potencial biológico gravemente comprometido; as nossas matas fornecem as fibras para o papel que a CEE produz e consome, e receberemos os alimentos industrializados, normalizados, hormonados, adubados, que a CEE nos enviará.

No entanto a nossa agricultura das pequenas e médias explorações (sempre com evidentes situações marginais, que saem fora de perspectivas de futuro) é viável; hoje na Europa, como por exemplo na Bélgica, Dinamarca e em França, a agricultura de qualidade, ou agricultura biológica, ocupa progressivamente maior importância em termos de mercado, e pratica-se em pequenas unidades de tipo familiar; os altos preços dos produtos de qualidade compensam as pequenas dimensões e dispensam os grandes investimentos da agricultura industrializada.

Esta opinião é facilmente comprovável por quem visitar aqueles países e se informar junto de pessoas envolvidas; porque para os técnicos e para os responsáveis da agricultura industrial, aquilo não passa de fantasia e de falta de competência técnica de quem emite tais opiniões; tal como dizem o mesmo dos que falam contra o eucalipto, onde a falta de uma ciência descomprometida, em Portugal, não permitiu nunca o estudo imparcial do problema.

Aliás, é sempre assim, quando se toca nos valores sacrossantos da tecnocracia. Basta que se recordem os epítetos com que eram mimoseados os que na década de 60 e até de 70 falavam contra a energia nuclear - a energia mais eficiente, mais barata, mais segura, mais limpa, etc., - até que Three Mile Island, Chernobil, e dezenas de outros acidentes vieram arrumar a questão do nuclear nos termos em que até hoje eram falados. A política florestal devia no nosso país, onde 90% ou mais da superfície arborizada é privada, encaminhar a floresta para o uso múltiplo; possuímos espécies de excelente madeira - carvalho, castanheiro, nogueira, com tradição no País; possuímos freixo e plátano, que em França são fornecedores de excelente madeira de mobiliário; possuímos o sobreiro, que aqui encontra o seu solar ecológico, e fornece um produto altamente cotado no mercado mundial.



Fernando Pessoa (*)

A distribuição geográfica do sobreiro abrange todo o território português, aparecendo espontâneo desde as serras do Algarve até à serra do Gerês; uma política florestal nacional e ecologicamente certa devia fomentar a expansão do sobreiro acima de qualquer outra espécie, competindo nos mesmos terrenos que o eucalipto.

Não são novidade para os técnicos florestais as formas de fomento florestal para incentivar o particular a utilizar floresta de exploração a longo prazo; só com esses incentivos se poderão aliciar os proprietários a apostarem na floresta correcta e não nos eucaliptais que dão dinheiro a curto prazo. E é ao Estado, como responsável pela salvaguarda do interesse nacional, que competirá implementar essa política de fomento. Se tal política de fomento florestal da floresta ecologicamente correcta fosse implementada, visando o uso múltiplo, a protecção das cabeceiras de bacias hidrográficas, o recreio e o turismo, a exploração de madeira de qualidade, e nos locais comprometidos e com potencialidade para a produção industrial as espécies de uso industrial, bem diferentes seriam as perspectivas do nosso território, nas próximas décadas. Mas não nos parece que tal aconteça; o Poder está demasiado preso aos atractivos dos capitais europeus e das ilusões que eles suscitam, para se permitir olhar para os interesses nacionais com verdadeira independência

(*) Engenheiro silvicultor, arquitecto paisagista

Portugal: a poluição do subdesenvolvimento

"O eucalipto poderá preencher, de forma racional e controlada, o espaço que não temos. Apesar de tudo, há que analisar os custos de oportunidade e as alternativas. Se não produzirmos o eucalipto, as soluções não abundam: ou vamos para a caça, para a florestação paisagística ou esperamos que a biotecnologia descubra espécies adaptáveis aos nossos solos e clima.» A opinião foi-nos expressa pelo prof. José Sequeira de Carvalho, director adjunto do Secretariado Eureka, em Bruxelas.

Docente do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, com provas de doutoramento prestadas em França e em Portugal, o prof. Sequeira de Carvalho, 42 anos, até há pouco a trabalhar na CEE, da qual é funcionário, aceitou transferir-se para o Eureka, onde também será responsável pelo «seguimento» dos projectos no domínio biotecnológico.

Tema normalmente polémico, a problemática do eucalipto foi abordada sem rodeios pelo «português do Eureka», como por vezes já é designado. Segundo ele, «temos fatalidades que hipotecam a agricultura a nível comunitário: o nosso solo e o nosso clima. Trata-se do espaço agrícola mais pobre a nível dos países do Mercado Comum Europeu. Não podemos optar pelos cereais, pelos legumes ou pelos frutos em condições competitivas. O eucalipto pode, de facto, ser uma alternativa, desde que racional e controlada.

Duas «poluições»

«Em Portugal temos hoje duas espécies de poluição - afirma o prof. Sequeira de Carvalho. Uma decorrente de um certo subdesenvolvimento, sobretudo da falta de saneamento básico e de uma certa incultura do cidadão; outra derivada da segunda revolução industrial, caduca e ultrapassada, que ocorre no Barreiro e noutras zonas localizadas no Norte do País.»

Segundo o nosso interlocutor, os actores desta situação não são apenas as empresas. São todos os portugueses. Veja-se - salientou - como é que o Litoral português perdeu, de forma irrecuperável, o seu capital competitivo, ou seja uma das costas mais belas da Europa. E, peremptório, acentua: «o que se construiu no Litoral corresponde mais ao antiturismo. Foi uma acção extremamente negativa que conduziu à destruição dos principais patrimónios culturais e ecológicos dessas regiões.»

Controlo de qualidade

Interrogado sobre o papel que Portugal pode desenvolver no Eureka e sobre o estádio de desenvolvimento de alguns sectores nas áreas tecnológicas avançadas, o prof. Sequeira de Carvalho opinou:

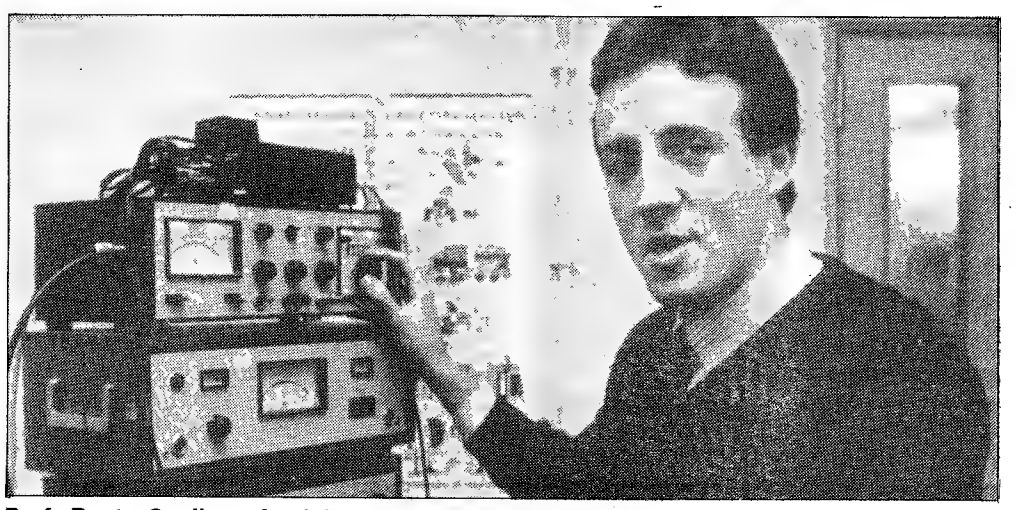
«Temos alguns sectores em condições de acompanhar os projectos. Somos pouco inovadores e a competitividade implica inovação. Por via de uma sociedade que se tornou autoritária e burocrática durante longos anos, fomos impedidos de sermos inovadores. Temos bloqueamentos psicoculturais muito grandes e, relativamente a países com menos potencial, estamos abaixo da média. Em Portugal não há controlo de qualidade. E hoje, ele é essencial.»

Para o prof. Sequeira de Carvalho os japoneses mostraram uma grande capacidade na aplicação das descobertas dos outros.

Aplicam-nas de uma forma muito competitiva. Não são imaginativos, mas são sistemáticos. Penso que isso os leva a ser imbatíveis no campo do controlo da qualidade. E isso é a chave para tudo.

Falou depois no caso coreano, subdesenvolvidos ainda há 20 anos e hoje extremamente competitivos nos mercados internacionais. Portugal não está num beco sem saída. É preciso que os portugueses tomem consciência das suas potencialidades humanas e percam um complexo de inferioridade que, por vezes, cultivam mesmo nas instâncias internacionais. Os portugueses na Europa a que aderiram não têm de se envergonhar de nada..

José Rui Cunha
Bruxelas



Prof. Bento Coelho: «Legislação nacional e da CEE exige a adopção de medidas minoradoras do ruído ambiente»

Desenvolvimento da acústica permite combate à poluição sonora

Os anos 90 verão o desenvolvimento de todas as componentes tecnológicas da acústica e a sua crescente imbricação com o tecido económico do País» — afirmou o prof. Bento Coelho, neste depoimento sobre «A Acústica em Portugal nos anos 90». A legislação nacional e comunitária exige a adopção de medidas minoradoras de ruído ambiente em instalações ruidosas. A construção de vias de tráfego junto de zonas urbanizadas serão acompanhadas do reforço do isolamento sonoro dos edifícios circundantes e da instalação de outras medidas protectoras como barreiras acústicas. A instalação do equipamento ruidoso, tanto em meios industriais como de serviços (ou mesmo domésticos) incluirá condicionamentos acústicos apropriados.

A acústica tem conhecido, nos últimos anos, um desenvolvimento notável em Portugal, sobretudo na sua componente de engenharia. Neste domínio, Portugal encontra-se colocado a nível internacional. No ano de 1987, um dos programas dinamizadores de ciência e tecnologia da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica centrou-se na área da acústica. Nesse ano foi publicado o Regulamento Geral sobre o Ruído (RGR) (Decreto-Lei n.º 251/87). Ainda em 1987 realizou-se em Lisboa o 5.º Congresso da Federação das Sociedades Europeias de Acústica que reuniu centenas de especialistas de toda a Europa. Em 1988, as Direcções Regionais do Ambiente foram apetrechadas com equipamento de medida de ruído ambiente altamente sofisticado. Neste ano, iniciou-se o estudo e implementação da Rede Nacional de Dados de Poluição Sonora cujas primeiras estações experimentais de monitoração foram instaladas já em 1989. Neste ano, Portugal é convidado a presidir e a coordenar um seminário europeu sobre ruído e qualidade de vida para estabelecimento de propostas de investigação e desenvolvimento na CEE para a primeira metade da década de 90.

Esta recente actividade, altamente marcante e determinante do posicionamento tecnológico do País, poderá ser vista, felizmente, como apenas uma ponta do «iceberg». A satisfação das exigências constantes do RGR, o assumir de compromissos internacionais, a crescente tomada de consciência dos direitos de conservação do ambiente por parte dos cidadãos e o desenvolvimento socioeconómico e tecnológico do País têm criado necessidades e expectativas às capacidades dos meios técnicos e humanos disponíveis.

A construção de edifícios para habitação ou serviços com qualidade não se faz hoje sem um mínimo conforto sonoro. O cidadão português admite cada vez menos ser perturbado pelo ruído o que tem gerado um número crescente de acções de intervenção em casas de espectáculo, nomeadamente bares e discotecas. Um dos factores de venda de diversos tipos de equipamento é hoje o seu silêncio ou os baixos níveis de ruído produzidos, como o atestam recentes anúncios nos meios de informação. Na indústria, a surdez profissional é, contudo, ainda um problema. Estudos recentes revelaram uma incidência preocupante de níveis sonoros acima dos limiares de risco de perda de audição em diversos meios laborais, em especial no sector têxtil. Em termos económicos, a adaptação das condições de ruído industrial aos limites legais representa, no conjunto do País, um esforço considerável que apenas a utilização de tecnologias de ponta na avaliação e controlo de ruído optimizarão técnica e economicamente.

Que futuro se antevê então, para esta área do conhecimento nos anos 90? As perspectivas são de desenvolvimento com a especialização de meios humanos e a instalação e utilização das tecnologias mais avançadas. A formação de técnicos assume uma importância primordial. É através do saber e da utilização de ferramentas eficientes que se atingem as soluções optimizadas com o mínimo de custos.

Disciplinas de acústica têm sido incluídas nos currículos de várias Universidades e o Instituto Superior Técnico tem promovido acções de formação de técnicos em ruído ambiente, muitos dos quais têm ingressado em empresas e organismos estatais com intervenção na área. O crescimento das equipas técnicas tem sido uma constante em tempos recentes que se prevê manter-se nos próximos anos.

A acústica previsional tem sido alvo de implantação crescente sobretudo no CAPS/IST. Hoje dispõe-se já de tecnologia própria em campos diversos como tráfego rodoviário e aéreo, ambientes industriais, dimensionamento de salas e edifícios, atenuadores sonoros, barreiras acústicas. Estas metodologias, assistidas por computador, encerram uma alta eficácia em termos técnicos e económicos e conhecerão uma expansão considerável.

Os anos 90 verão o desenvolvimento de todas as componentes tecnológicas e a sua crescente imbricação com o tecido económico do País. A legislação nacional e comunitária exige a adopção de medidas minoradoras de ruído ambiente em instalações ruidosas. A construção de vias de tráfego junto de zonas urbanizadas serão acompanhadas do reforço do isolamento sonoro dos edifícios circundantes e da instalação de outras medidas protectoras como barreiras acústicas. A instalação de unidades industriais respeitará as condições ambientais envolventes e limitará o ruído dentro das naves a níveis que não induzam surdez nem comprometam, pela incomodidade gerada, a rentabilidade do trabalho produzido. A instalação do equipamento ruidoso, tanto em meios industriais como de serviços (ou mesmo domésticos) incluirá condicionamentos acústicos apropriados. A exploração de casas de espectáculos ou divertimentos será também alvo de tratamento acústico para evitar a perturbação nas zonas vizinhas.

Também os espaços em que o som, e não o ruído, é importante, como salas de conferências, auditórios, estúdios terão ao seu dispor tecnologia de modelação e simulação em computador para um dimensionamento optimizado. As técnicas de comunicação sonora serão ainda utilizadas em áreas como a acústica submarina com potencialidades vastas que vão desde as pescas e prospecção aquática até à defesa nacional.

À engenharia acústica apresenta-se, pois, um campo fértil de trabalho. A Comunidade saberá, com certeza, aproveitar as capacidades cujo desenvolvimento se perspectiva.

Vandalismo e poluição aniquilam fauna portuguesa

A foca da Madeira, conhecida localmente por lobo-marinho, é o mamífero selvagem em maior risco de se sumir na próxima década do território português. Mas, se não forem tomadas medidas drásticas em defesa do património natural do País, o ano 2000 não será atingido sem que linces, lobos e golfinhos se juntem ao urso e à cabra montês na lista da fauna que irremediavelmente perdemos.

Os avisos a este respeito repetidamente formulados por ambientalistas, nomeadamente pela Liga para a Protecção da Natureza, não têm tido grande impacte numa opinião pública que, por força de diversos factores, entre os quais o reduzido desenvolvimento do País, está ainda pouco sensibilizada para as questões do ambiente. Algumas iniciativas lhes podem no entanto ser creditadas. Embora ainda longe dos números de outros países, como por exemplo a vizinha Espanha, a soma de áreas protegidas no espaço português tem vindo a aumentar. Campanhas como as em prol do lince e do lobo ibéricos resultaram em legislação que se crê ter pelo menos desacelerado os processos de extinção em que se encontravam os dois raros carnívoros. Só que tudo isso não parece o bastante para assegurar, mesmo a curto prazo, a sobrevivência dessas e de uma série de outras espécies. No que se refere à foca-monge, para a estrita conservação é mesmo capaz de ser tarde de mais.

Um estudo de dois alunos da Faculdade de Biologia, Joana Carneiro Silva e Paulo Lopes Ferreira, atribui à «monachus monachus», ou foca-monge-do-Mediterrâneo, o indesejável estatuto de uma das dez espécies animais mais ameaçadas de extinção e, de todas as focas, a mais rara. Restam exemplares nas águas de meia dúzia de países: Mauritânia, Grécia, Turquia, Argélia, Marrocos e... Portugal. Concretamente, a população sob jurisdição portuguesa, melhor dizendo, à responsabilidade das autoridades portuguesas, está circunscrita às Desertas, no arquipélago da Madeira, e as estimativas daqueles investigadores apontam para um punhado de indivíduos. Só mesmo a recente observação de um juvenil permite admitir que o potencial reprodutor ainda não está esgotado. Mas a consaguinidade já não permite que a preservação da espécie se faça sem recurso a repovoamento. Para o efeito, Joana Silva e Paulo Ferreira preceituam a utilização de exemplares capturados na Mauritânia, por razões de afinidade genética. Esta iniciativa implicaria no entanto, e para já, o estabelecimento de um protocolo com as autoridades daquele país. Por outro lado, constituirá sempre um esforço inglório enquanto as Desertas não beneficiarem do

Cada vez menos aves

Quem poderá haver que conceba sem horror um céu sem aves? E, no entanto, é à perseguição humana que tem de atribuir-se a principal responsabilidade na progressiva rarefacção das mais majestosas das criaturas aladas, que são as rapinas.

À frente de todas, as águias. É que a perseguição parece ser tanto mais intensa quanto maiores são as dimensões individuais da espécie, e os malefícios que lhes são atribuídos. Um relatório da Liga para a Protecção da Natureza estima as populações das duas mais corpulentas águias de Portugal, a águia real e a águia imperial, em 25-35 e 15-20 casais, respectivamente. A forma assumida pela perseguição é invariavelmente o abate a tiro, facilitado pelos hábitos planadores de ambas as espécies. Outra, é a pilhagem dos ninhos, localizáveis pelo mesmo motivo. Este costume das populações rurais exigiu a colocação sob vigilância, por elementos da Liga, de um ninho de águia real inesperadamente surgido no Alentejo, para que a postura não fosse destruída.

A mesma sorte não teve porém um dos dois únicos casais de águia pesqueira que nidificam em Portugal, mais concretamente nas falésias do cabo Sardão, na costa alentejana. O ninho foi construído numa plataforma rochosa demasiado próxima do miradouro ali existente; alvejá-lo à pedrada tornou-se assim um entretenimento a que se entregavam visitantes domingueiros com irracional satisfação. As águias acabaram por enjeitar a criação, que foi eliminada pelas gaivotas. O vandalismo zoolófobo promete extinguir na próxima década os últimos exemplares sedentários de águia pesqueira, também chamadas «guinchos da tainha», que ainda há poucos anos eram vinte a nidificar na costa portuguesa. Isto, além dos estragos provocados entre os exemplares migrantes pelas armas dos caçadores.

A águia perdigueira, com um máximo de 76 casais nidificantes, o açor, com 100, o falcão abelheiro, com 30, o falcão real, com 40, uma variedade de tartaranhão, com 40 e o milhafre real, com 120, são outras espécies cujo futuro no nosso país, mau grado todas as convenções proteccionistas subscritas por Portugal, se apresenta sombrio, flageladas como são, ainda, pela rarefecção das presas, que um número cada vez mais exorbitante de caçadores disputa ou é provocada por alterações de habitat ou utilização de pesticidas.

Entre as rapinas nocturnas, também se verifica a regra de ser a variedade mais imponente a mais ameaçada: trata-se do bufo ou grão-duque, cujo número, segundo a Liga para a Protecção da Natureza, parece ter diminuído bastante em algumas regiões nas últimas décadas. Disperso pelo País, os dados conhecidos apontam para densidades muito baixas. Protegido, só graças à discrição dos seus hábitos nocturnos não é porém abatido com mais frequência por caçadores. Entre estes, há também o costume de o capturar para utilização como chamariz para a caça das restantes aves de rapina, explorando a aversão que, por ser seu predador, lhes suscita, o que constitui uma actividade duplamente criminosa, mas possibilitada pela reduzida eficácia de uma guarda florestal exígua, pouco mentalizada e mal armada.

Ligeira melhoria parece acusar a situação das três variedades de abutre que restam em Portugal, graças a campanhas visando a sua salvaguarda, que compreenderam a instalação de comedoiros em alguns pontos do País. Necrófagas, estas aves tornam-se vítimas fáceis de envenenamento, o que, somado à aversão irracional que suscitam, as colocou em processo de extinção. O abutre negro deixou de se reproduzir em Portugal, o grifo não ultrapassa os 150 casais e o abutre-do-Egipto, uns 60. Notam-se porém sintomas de estabilidade, que permitem esperanças para um futuro próximo. Mas não são só as aves de rapina que se encontram em difícil situação. E, pese o paradoxo, é uma espécie cujo remanescente habita uma reserva natural a que mais velozmente se tem rarificado - segundo supõem biólogos, devido precisamente às condições criadas pela intervenção humana. Trata-se do airo, um endemismo da península Ibérica, que já só subsiste nalguns pontos da costa galega e nas Berlengas. Aqui, a multiplicação descontrolada da gaivota argêntea, que compete com ele na captura da anchova e o depreda, está literalmente a dizimar esta ave mergulhadora, cuja morfologia lembra um pequeno pinguim. De ano para ano, reduz-se número de casais. Em 1989 foram registados seis.

Uma imagem expressiva da aversão aos predadores: um lobo capturado aguarda a sua sorte, implacavelmente amarrado e açaimado

estatuto legal de área protegida, já que os mesmos factores de dizimação continuarão a exercer-se sobre as focas. Tal é o caso da mortandade provocada pelas artes de pesca, onde os animais se enredam até morrerem afogados, e da perseguição que os pescadores lhes movem, por os considerarem um competidor nocivo.

Apoiada pelo Departamento Ambientalista da CEE, a criação de uma reserva nas Desertas parece no entanto esbarrar com a falta de decisão política do Governo Regional da Madeira, relutante em contundir com alguns, embora modestos, interesses estabelecidos.

Em segundo lugar entre os mamíferos mais ameaçados da fauna portuguesa, os entendidos colocam sem hesitações o lince ibérico. A criação da reserva da Malcata em pouco pôde contribuir para a preservação deste belo felino, cuja subsistência está fundamentalmente ligada a um habitat que a pastorícia, através das queimadas periódicas, assegurava, e que a actual política de florestação está a destruir. Desde a campanha que se fez em prol do lince que os efectivos da espécie não param de descer, calculando hoje o biólogo Luís Palma, que estudou a situação da pequena fera na Malcata, que ali restem menos de duas dezenas de animais. Predador especializado do coelho, o lince tem o seu habitat no mato com clareiras, cobertura vegetal que cada vez mais rareia na serra. Assim, tem sido compelido a deslocar-se para a periferia, onde se torna mais vulnerável a factores de mortalidade como o trânsito automóvel e, em especial, a caça. É que, a despeito de ser considerada espécie protegida, é ferozmente perseguido no local, devido ao valor comercial da pele, de que é corrente fazerem-se encomendas.

Confinado a pequenos núcleos sem comunicação entre si, o lince só poderá chegar em Portugal ao século XXI, de acordo com Luís Palma, se se tomarem medidas proteccionistas enérgicas, nomeadamente a reintrodução de exemplares em locais favoráveis e a moderação da florestação com pinheiro e eucalipto.

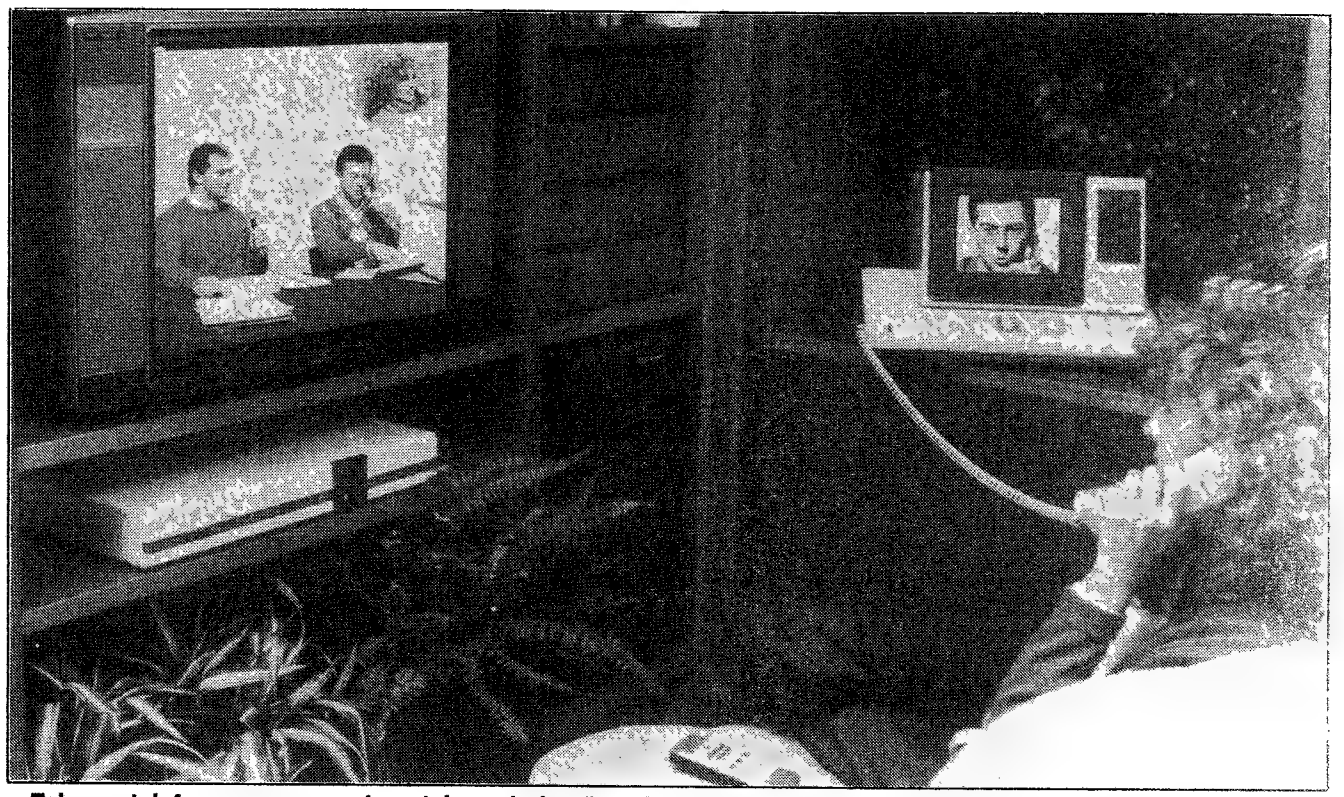
Situação diferente é a do lobo, que ainda há escassas dezenas de anos estava espalhado por todo o País e hoje está praticamente confinado ao Nordeste Transmontano, onde existirão uns 200 indivíduos, integrados numa população que cobre parte da Galiza, de Lião e das Astúrias. Sobre este carnívoro, os entendidos são taxativos: já não pode viver desligado da economia humana. A falta das suas presas naturais, que são os grandes herbívoros, implica que ele recorra ao gado doméstico. Por outro lado, o seu nomadismo impede que seja protegido em reservas. A alternativa que os próximos anos vão colocar à extinção do lobo é pois clara: além da sensibilização das populações para o grave prejuízo natural que seria o desaparecimento da espécie do espaço português, impõe-se a adopção efectiva de mecanismos financeiros compensatórios dos prejuízos por ela causados. Secundariamente, põem-se outros problemas, como a proliferação de cães ferais, isto é, tornados selvagens ou semi-selvagens, que competem com o lobo na procura de sustento e constituem um factor da sua alteração genética, pois podem estabelecer com ele contacto sexual fecundo.

O mesmo, aliás, se passa com o gato bravo, cujos efectivos não estão minimamente contabilizados, mas que se sabe encontrar-se ameaçado pela miscigenação com o seu parente doméstico, frequente em muitas zonas.

Outro mamífero com lugar na lista das espécies portuguesas em perigo é marinho: trata-se de um golfinho, o roaz-corvineiro, popularmente conhecido por toninha. Se o massacre pelos pescadores que os apanhavam nas redes parece ter cessado, a poluição poupa-o cada vez menos. A população que frequentava o Tejo refugia-se hoje no Sado. Mas os repetidos acidentes ecológicos ocorridos neste rio devem afastar dentro em breve o cetáceo que ainda há poucos anos era visto a cabriolar no canal de Alcácer.

Omitir neste balanço espécies como, por exemplo, a lontra, o texugo, o saca-rabo, é porém mais fruto de limitações de espaço do que expressão de qualquer optimismo relativamente ao seu futuro. Tudo o que com eles se passa é que ainda não estão na primeira linha das vítimas dos atentados que todos os dias se cometem contra o ambiente no nosso país. Mas, se se mantiver a impunidade de que estes têm desfrutado, não tardarão a render na primeira os entretanto desaparecidos.

F. Brederode Santos



Falar ao telefone e ver os amigos talvez ainda não seja possível nos anos 90, mas o caminho está a ser aberto

Digitalização da rede

A década do telefone com mil e uma aplicações

A Era em que o telefone servia apenas para dar recados ou conversar será definitivamente ultrapassada durante a próxima década. Já com múltiplas funções em muitos outros países, a rede telefónica continua, em Portugal, a ser pouco mais do que um suporte para a transmissão da voz. Esta situação está, contudo, à beira do fim com a instalação, nos próximos anos, da Rede Digital com Integração de Seviços (RDIS), e com todos os novos serviços que ela vai possibilitar.

A introdução da RDIS constituirá, sem dúvida, a grande revolução da década de 90 em matéria de telecomunicações. De acordo com as previsões dos CTT, a nova rede - que será instalada em três fases - cobrirá a totalidade do país em 1993, representando um investimento da ordem dos 60 milhões de contos por ano.

Além dos novos serviços, esta rede permitirá a expansão do parque telefónico a um ritmo anual de 250 mil telefones, contra os 100 mil que actualmente são instalados todos os anos, e um sucesso de 60 por cento nas chamadas à primeira tentativa, quando este indicador se situa hoje em dia nos 30 por cento.

A primeira fase da instalação da RDIS iniciou-se este ano e a sua conclusão está prevista para 1990. O serviço de telefone com facilidades sofisticadas, a vídeoconferência, o acesso a alta velocidade às redes de videotex (já em funcionamento) e de comutação de mensagens e o funcionamento de uma rede virtual para intercomunicação de sistemas privados serão algumas das novidades surgidas durante esta fase.

Entre 1990 e 1991 decorrerá a instalação da segunda geração da Rede Digital com Integração de Seviços. Com ela continuará a sofisticação crescente do telefone, e virão também o acesso digital de alto débito às redes Telepac, vídeotex e serviço de texto e mensagem. O serviço de telecomunicação entre «workstations» e computadores pessoais e o aumento de velocidade no serviço de comunicação de dados serão ainda algumas das facilidades oferecidas já em 1991, ano em que este serviço entrará em exploração comercial.

As previsões dos CTT apontam ainda para que decorra nesta fase o estabelecimento das bases de infraestruturas para os serviços de banda larga (designação aplicada quando a velocidade de transmissão se situa acima dos dois milhões de dígitos binários por segundo), e que constitui um dos cenários estratégicos dos operadores europeus para o ano 2000.

A partir de 1993, e chegados à segunda geração da RDIS, os CTT deverão estar em condições de oferecer serviços que agora nos parecem bastante longínquos. O vídeotelefone e o telemóvel digital poderão passar a ser uma realidade, ao mesmo tempo que todos os serviços então existentes verão a sua velocidade de transmissão consideravelmente aumentada.

Primeiro os profissonais depois os particulares

A estratégia delineada pelos CTT aponta para os grupos profissionais específicos como os maiores beneficiados destes novos serviços, pelo menos numa primeira fase. Os bancos e organizações financeiras, os seguros e o comércio, designadamente, são alguns desses grupos. Esta filosofia não é, aliás, original, tendo sido seguida um pouco por toda a Europa, à excepção da França onde se escolheu a divulgação massiça dos novos serviços pelos particulares.

A opção justifica-se por razões de mercado, dado que o desenvolvimento de todos estes produtos não pode deixar de estar intrinsecamente ligado à oferta de informação que os alimente, por um lado, e à sua procura, por outro.

Já no início do próximo mês de Janeiro, os CTT vão lançar o serviço público de vídeoconferência, com a entrada em funcionamento de um estúdio fixo, em Lisboa, e de um estúdio móvel destinado a cobrir o resto do país. As cidades do Porto, Funchal e Ponta Delgada deverão ainda contar com os seus próprios estúdios num futuro próximo.

Podendo reunir até um máximo de seis participantes por periodos que vão de uma a cinco horas, a vídeoconferência permitirá «sentar à mesma mesa» personalidades localizadas em extremos opostos do país ou mesmo da Europa.

A «caixa do correio electrónica», designação vulgar do serviço de texto e mensagem, será outros dos serviços a lançar brevemente, embora ainda sem data precisa. Através de um micro-computador ligado a este serviço, o utilizador vai, assim, poder receber mensagens inicialmente imitidas por telex, vídeotex ou telefax, compatibilizando meios até agora incompatíveis.

Internacionalmente conhecido pela sigla MHS (Message Handling System), este serviço, ainda sem designação comercial, permitirá não só a expedição e recepção de mensagens e documentos, como também a sua preparação, edição leitura, arquivo e pesquisa, servindo ao mesmo tempo de caixa de correio e pasta de arquivo.

O MHS foi criado na primeira metade da década de 80, contando actualmente, no seu conjunto, com cerca de cinco milhões de «mail boxes», dos quais quatro milhões de utilização privada e um milhão de utilização pública.

Uma vasta gama de outros serviços, recentemente lançados e ainda em fase embrionária, ou existentes apenas no papel, passarão a ser possíveis com a RDIS. Muito longe ainda dos seus parceiros do Velho Continente - em 1987 só 4,4 por cento dos estabelecimentos nacionais do sector não residencial possuiam terminais de telecomunicação diferentes do telefone, enquanto a média europeia se situava nos 8 por cento - Portugal está a preparar-se, assim, para abandonar, durante a próxima década, mais um dos seus desprestigiantes recordes.

Dina Soares

A democracia e a CEE estão a molda

«Há o Estado. Ponto final. Eventualmente a Igreja... Reticências. O resto, por enquanto, é cenário»

A alteração da balança de poderes não depende só do declínio da maioria. Depende de mais dois factores: O Presidente da República e as andanças nas esquerdas.

António Barreto (*)

Prever nunca é independente dos desejos e dos temores. Por isso não prevejo. Prefiro indagar. E por vezes, revelar expectativas. Eventualmente, sugerir.

O tema que me é dado é o da balança de poderes em Portugal nos anos 90. Pensa-se logo na política, no sentido estrito: Governo, maioria, coligações e evolução da composição parlamentar. Certo. É o que veremos a seguir. Mas é talvez mais interessante olhar antes para os poderes mais vastos da sociedade e que incluem a política.

Um dos mais sérios problemas portugueses é o da ausência de contrapoderes. O Estado é a nação. O Governo é o Estado. Há séculos que é assim. Embora ténue em certos momentos, o único contrapoder digno desse nome é sem dúvida a Igreja Católica.

Há o Estado. Ponto final. Eventualmente a Igreja... Reticências. O resto, por enquanto, é cenário. Empresas, sindicatos, associações, forças armadas, universidades, autarquias, regiões (vaga excepção para as Regiões Autónomas... que todavia são Estado! E que Estado!), profissões liberais, aristocracia, partidos políticos, instituições nacionais e locais, fundações (excepção para a Gulbenkian, «et encore»)... Tudo isto existe, é verdade, mas nada disto tem força, a não ser como parceiro do Estado e comensal do orçamento. E mesmo que tenha alguma independência, não consegue limitar o poder do Estado, moderá-lo, que é isso de que se trata quando se fala de contrapoderes.

Esta balança de poderes unilateral está em mudança. A democracia e a Comunidade Europeia acabarão por exercer influências indeléveis. A possibilidade de viajar, de estabelecer relações com outras empresas, Universidades e instituições estrangeiras e de aceder à informação de quase o mundo inteiro, sem polícias, nem alfândegas, nem controlo de câmbios, nem autorização superior, nem licenças especiais, terá inevitavelmente consequências favoráveis. Primeiro, para a abertura da sociedade. Segundo, como estímulo à auto-organização de interesses e afinidades. Terceiro, infalivelmente, para a emergência de contrapoderes.

Isto não será fácil. Todos os poderes e instituições vão reagir: do Governo e da administração central aos notáveis locais e mesmo aos autarcas, quantas vezes dependentes do «patrocinato» central. Todo o «sistema português» está organizado pelo cento e para o centro. Alterar este estado de coisas é alterar tudo, o essencial.

O actual Governo, que teve inicialmente capital político para descentralizar mas não o fez, desdobra-se e alarga-se na tentativa de controlar tudo o que nasce e cresce na sociedade: comissões regionais, programas e planos diversos, leis das autarquias, Plano de Desenvolvimento Regional, grandes obras públicas e mesmo desconcentrações administrativas têm sistematicamente um objectivo ou uma condicionante que consiste em não perder o controlo. Até agora, nisso tem sido ajudado pela própria CEE, entidade proteccionista em vias de burocratização acelerada e que necessita igualmente de reexame profundo. Por isso mesmo e porque não é possível travar as marés com as mãos, o Governo e a Administração Central vão ser obrigados a perder poderes durante a década que começa.

Curiosamente, o contrapoder que mais tem vindo a ganhar terreno é a Igreja Católica. Em certo sentido tem hoje mais força autónoma do que no antigo regime. Entendamo-nos: durante o corporativismo, poderes do Estado e da Igreja confundiam-se com frequência e intensidade. Hoje, a confusão é muito menor, até porque o Estado tem vindo, há já vários anos, a transferir meios, competências e poderes para a Igreja. O utilitarismo eleitoralista do Governo e dos partidos no poder (actualmente, do partido no poder...) é evidente. Mas tal tem como consequência o crescimento da autonomia da Igreja.

Noutros campos, o Estado dá menos, ou não dá mesmo nada. Terá de perder, ou terão de lhe arrancar poderes. Os sindicatos, por exemplo. Se souberem addicar de subvenções e apoios indirectos; se conseguirem desenvolver acções de convergência visando uma eventual coligação confederal; e, finalmente, se tiverem a oportunidade de contribuir para a criação de verdadeiros sindicatos europeus, então veremos o que pode ser o crescimento de um contrapoder sindical efectivo. Estou em crer que as tendências são favoráveis e vão nesse sentido.

Para as empresas, ou pelo menos para um certo número de empresas (as mais modernas), a via já está aberta. A integração em grupos nacionais, a associação entre diferentes sectores (incluindo a banca), o acesso directo a tecnologias e capitais estrangeiros e a integração em multinacionais e em grupos internacionais são hoje realidades palpáveis e darão os seus frutos. Saibam os empresários deixar de viver em conúbio promíscuo com o Governo e verão como a sua palavra terá mais força e será mais eficaz.

Também as Universidades têm à sua frente uma «década prodigiosa» se souberem e conseguirem tirar dela o proveito possível. Instaurada a Autonomia, é-lhes necessário agora perceber e sentir que a sua independência lhes dará mais frutos do que a servil subordinação aos ministros. Devo dizer que a minha esperança é, neste caso, mitigada. Com efeito, para que as Universidade possam construir a sua autonomia real (a legal já existe), ser-lhes-á também necessário proceder a profundas reformas que assegurem ou pelo menos promovam a excelência académica e a qualidade científica. Na verdade, a mediocridade científica vem tradicionalmente atrás das ligações endogâmicas Estado/Academia. A contrária tem fortes possibilidades de ser verdade: a força própria, o contrapoder, vêm com a autonomia e a qualidade.

Estou bem menos optimista com os poderes locais: regiões e municípios sobretudo. A sua dependência do Estado e dos partidos políticos é de tal modo forte, que não se vê com nitidez forças ou pessoas desejosas e capazes de alterar a balança. Sem capacidade fiscal e financeira própria, as autarquias não têm muita margem de manobra. Ainda por cima, com o sistema eleitoral que temos (de dependência partidária), não são de prever «aventuras autonómicas». O Governo também sabe isso: não haverá autonomia fiscal e financeira tão cedo. As antecâmaras dos ministérios continuarão a ser o obstáculo ao desenvolvimento do contrapoder regional e local.

Noutros terrenos haverá progressos: profissões liberais (que têm vindo a dar repetidos sinais, apesar de equívocos...), associações e fundações (destas, por enquanto, a maioria não tem dinheiro e cria-se para receber ajudas do Estado...) e outras espécies de organizações terão tendência para se auto-organizar e se constituir em fonte autónoma de poderes. Nota especial para a Imprensa em geral que, apesar de absurdos exemplos de dependência, parece lentamente consolidar uma base de poder autónomo e não subserviente.

É neste quadro geral que se pode também antever uma alteração fundamental na balança de poderes políticos e partidários. O Governo de maioria do PSD não voltará a ter resultados eleitorais sequer parecidos com os últimos. E ou perderá o Governo, ou deixará de o poder formar em solitário. Coligar-se, será uma maneira de se manter, mas também um modo de partilhar, ou antes, de perder parcialmente.

O Governo e o PSD ficaram na história recente por se querer identificar com todo o país, digerindo ou assimilando todas as realidades. A umas, retirou poderes; a outras, poderes deu, na esperança de as digerir. A todos prometeu de mais e criou expectativas excessivas. Como não pode responder nem satisfazer, é obrigado a desiludir, a contrariar sucessivamente quem antes seduziu. Está aqui a fonte dos repetidos «sarilhos» e conflitos com todos os grupos sociais, com quase todas as instituições. Tentou mesmo corromper a juventude, dando-lhe simulacros de poderes. Passadas as primeiras impressões, estou convencido de que o PSD vai ter uma surpresa eleitoral com a juventude que aliciou...

A alteração da balança de poderes políticos e partidários não depende só do declínio da maioria. Depende de mais dois factores, esses por enquanto ainda no campo das incógnitas. Por um lado, o Presidente da República. Quererá ele ser reeleito por um maioria esmagadora, de 70% a 80% dos eleitores, com grande abstenção, sem adversário à altura, sem programa doutrinário, sem esperança em protagonismo político? Quererá assinar uma espécie de «tordesilhas» com o actual Primeiro-Ministro: deixando-lhe a política e ficando com a pompa? Ou quererá recentrar o sistema político português, ser eleito com adversário e querela, propor-se para um novo protagonismo, destruir alguns germes de «união nacional» que se criaram à volta do PSD? Eis que é ainda difícil de responder, mas os termos da escolha já estão definidos.

Por outro lado, muito depende das andanças nas esquerdas. O fim do comunismo mundial já decretou a sentença de morte do PC português. Que se seguirá? A morte lenta? A emigração de comunistas em massa para o PS? A criação de um novo partido que se chamaria quase seguramente «de

dar

o polí-
na es
com
ist:
ficam-
uererá
olítico
m ad-
por-se
nismo,
es de
criа-
que é
r, mas
estão

o de-
as es-
nismo
ntença
uguês.
lenta?
tas em
ção de
e cha-
te «de

Unidade Democrática» ou «Socialista Unitário»? A ressurreição do PC como aliado do PS? De tudo isto um pouco? Sinceramente, ainda não é possível responder. Quanto ao PS, incertezas também semeiam o seu caminho e os seus gestos próximos. Saberá vencer na esquerda com firme autoridade e sem orgulho desnecessário? Saberá renovar profundamente o seu programa, tarefa agora tornada urgentíssima pelos acontecimentos de Leste? Saberá simultaneamente conquistar as esquerdas órfãs de comunismo e os centros desiludidos? Eis mais previsões difíceis. Mas dentro de poucos meses se saberá que caminho se está fazendo, andando!

(*) Deputado. Sociólogo.

José Tengarrinha (*)

Condicionantes políticas externas terão influências em Portugal

Se há domínio onde as previsões a médio prazo são pouco credíveis é o da política, sabendo-se quanto o devir depende, por vezes decisivamente, de factores imprevisíveis, de acelerações bruscas, de atitudes inesperadas do homem. Quem iria pensar que se assistiria tão cedo e desta forma ao que se está a passar no Leste europeu?

Vejamos, pois, não o pormenor (para isso há as bruxas), mas o que julgo serem as grandes linhas tendenciais da nossa política para a próxima década (que, atenção, começa em 91 e não em 90, pois a primeira década iniciou-se não no ano zero mas no ano 1).

Do ponto de vista externo, parecem-me ser as grandes condicionantes: as dificuldades crescentes da economia norte-americana e a evolução nos países europeus de Leste. São duas dinâmicas que trarão, com alto grau de probabilidade, modificações importantes a nível europeu e até mundial e, naturalmente, nacional.

Em consequência da primeira dessas condicionantes, irão minguando as condições internacionais favoráveis que o Governo PSD tem encontrado e, em consequência, tornar-se-ão mais evidentes as insuficiências da sua política económica e social, criando-se condições propícias para a sua queda.

Mas isso também dependerá, creio, da credibilidade com que se depararão aos portugueses as alternativas à sua política.

As transformações nos países europeus de Leste, que podem já considerar-se irreversíveis, porventura não apresentarão aspectos tão espectaculares como até aqui, devendo antes evoluir no sentido da procura e da estabilização de novas estruturas institucionais. Qual o ponto de equilíbrio que será encontrado é impossível prever neste momento.

De qualquer modo, o efeito desta evolução no Leste poderá provocar abalos de alguma grandeza na unidade da Europa Ocidental (dentro e fora da CEE), obrigando esta a repensar-se numa perspectiva de unidade mais ampla. E sabe-se, já hoje, como divergem as concepções sobre esta questão decisiva para o futuro da Europa, mesmo entre os parceiros comunitários.

Nos países do ocidente europeu onde predominam partidos comunistas ortodoxos, acelerar-se-ão, por outro lado, os efeitos desgastantes das correntes críticas, que irão ganhando mais audácia, como se verifica no caso do PCP.

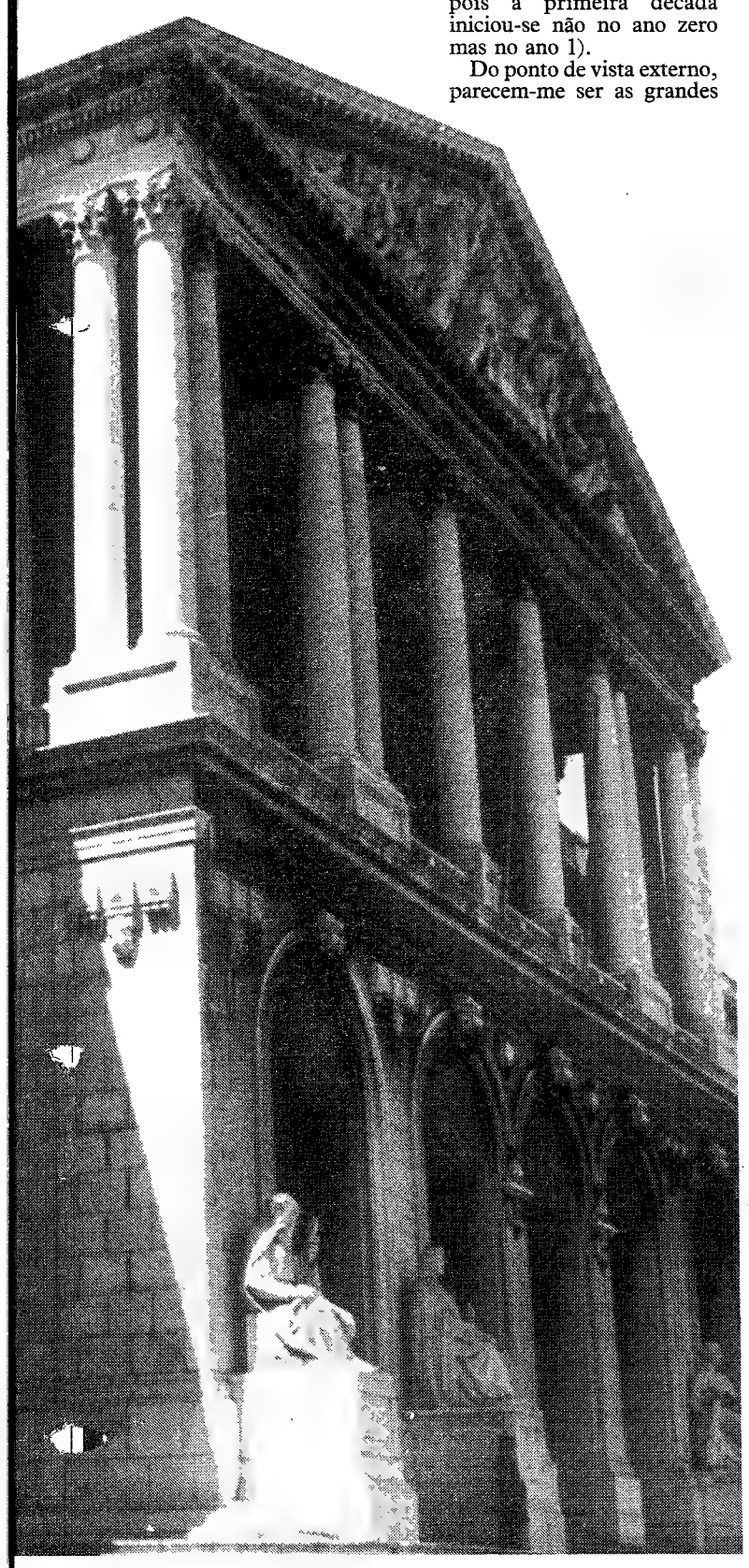
É com sincera satisfação, de resto, que se vê críticos do PCP defenderem, agora, algumas das ideias do MDP que, há dois anos e meio, estiveram na base da ruptura da coligação com os comunistas, e que lhes mereceram, então, o silêncio ou severas atitudes críticas. Nunca é tarde para se reconhecerem erros, embora julgue que a falta de clareza autocrítica tem tornado, aos olhos de muita gente, menos credível a sua atitude agora.

Por nossa parte, estamos à vontade para falar destes novos rumos, porque desde o IV Congresso em 1981 o programa do MDP apresenta como orientações centrais a via democrática e pacífica para o socialismo, o regime pluripartidário como quadro básico da sociedade democrática, a constituição do poder político na base da livre escolha dos cidadãos, a não existência de alianças políticas privilegiadas, não uma «solução universal» mas formas diversificadas de intervenção eleitoral autárquica, etc., etc.

Foram estas orientações do MDP que, desde 1981, provocaram os azedumes da linha ortodoxa no MDP e no PCP, especialmente sempre que se passava das palavras às acções.

No xadrez partidário nacional, é admissível que o PS adquira cada vez mais credibilidade como alternativa ao Governo PSD. E, no respeitante ao PCP, a travagem do seu declive dependerá da maior ou menor rapidez com que adoptar medidas de renovação profundas, tendo na frente a importante meta das eleições legislativas de 92. Para isso, terá de haver condições dentro da direcção do PCP para que prevaleça a vontade dessa renovação. O que não creio.

(*) Historiador



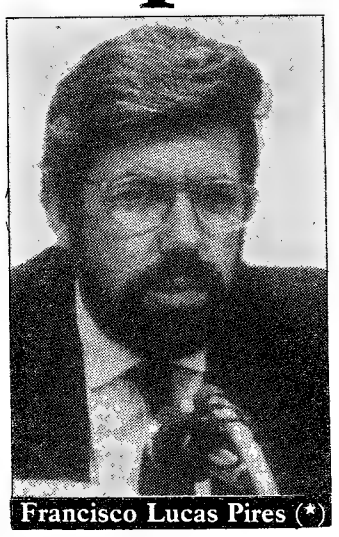
Maior clivagem entre pró e antieuropeu

Raramente a expressão novo teve tanto sentido a respeito do ano e da década que vão chegar no próximo dia 1 de Janeiro, já bastava 1993 e o Mercado Único para acelerar e transformar os acontecimentos, numa espécie de renovação permanente. Agora, porém, com o fim dos regimes comunistas no Leste e as perspectivas de nova ordem europeia e mundial, o futuro mostra-se ainda mais prometedor e aberto.

Tudo isto também se reflectirá em Portugal. O avanço europeu, agora já no caminho da União Monetária, criará, porventura uma maior clivagem entre pró-europeu e antieuropeus. A verdade é que os partidos são cada vez mais função desta escolha como já se vai verificando em todos os países europeus. Associados a esta clivagem andarão também problemas de sociedade ligados à liberdade de circulação e ao fim das fronteiras.

Outra pressão sobre o espectro partidário resultará da crise da ideologia e organização comunista. Tal implicará, sem dúvida, uma reorganização à esquerda, embora esteja ainda para se saber se através de uma «reunificação» do respectivo espectro político sob a égide dos socialistas, ou através de uma renovação e multipolarização de toda a esquerda no seu conjunto, para o que o sistema eleitoral proporcional pode contribuir. As recentes eleições locais de 17 de Dezembro apontam, porém, bem mais no primeiro sentido. O próprio líder do PS, Jorge Sampaio, criou condições para uma liderança da esquerda no seu conjunto.

De resto, todo o sistema partidário português, nominalmente muito à esquerda, terá de se adaptar ao abalo ideológico em curso. Um certo pragmatismo anticomunista da direita terá também que procurar outros alvos. Ou, por outras palavras: a direita e o centro-direita terão uma maior responsabilidade de definição pragmática pela positiva. Em princípio, a posição defensiva em que as eleições locais de 17 de Dezembro a colocaram aconselharia, também, a procura de visões e alianças mais amplas, interna e externamente. Parece que deixou transmigrar o espírito da AD para a esquerda e não completou a «revolução cultural» que estava ao seu alcance. A renovação programática e o diálogo entre as suas componentes são assim essenciais para salvar 1992 e, antes disso, as próximas eleições.



Francisco Lucas Pires (*)

Das recentes eleições locais parece desprender-se uma imagem de maior bipolarização, e restando saber se com margem de arbitragem para a intervenção de algum outro parceiro mais pequeno dos dois grandes (PS e PSD). Mas haverá ainda que ter em conta que, de ambos os lados, à esquerda e à direita, aparecerão os mais europeus e os menos europeus. É pensável, de resto, que o figurino partidário, pelo menos programaticamente, se europeíze também lentamente, sobretudo se, como hoje todos admitem, a Conferência Intergovernamental da CEE convocada para Dezembro de 1990 der mais poderes ao Parlamento Europeu e, reflexamente, aos grupos políticos que operam no seu seio.

O sistema político no seu conjunto sofrerá o embate crescente da internacionalização e da restituição do poder à sociedade civil. É esse o significado principal de 1993. O poder baseado no domínio do Estado contará menos. Daí que se deva imaginar para o nosso futuro um poder e uma atitude política mais modernizadora na esfera interna e menos doméstica na atitude externa. É claro, aliás, que o método e a direcção política até agora prosseguidos estão sob exame cada vez mais exigente.

Em tempos de mudança é difícil dizer mais do que isto sobre o futuro. O que é certo é que estamos à porta de uma década interessante e vivida, para a qual precisamos de mais sentido histórico e imaginação.

(*) Deputado ao Parlamento Europeu

Não tenha grandes esperanças na sua pensão pública de reforma

Vamos pagar mais ao Estado e continuar a receber pouco

Cada cidadão tem hoje em dia, quer repare nisso quer não, uma conta-corrente com o Estado. Se for funcionário público ou reformado da Caixa Geral de Aposentações tem saldo positivo nesta conta: mesmo que pague impostos, recebe com certeza mais.

Mas mesmo que não receba nenhuma pensão do Estado nem trabalhe para ele vai receber, com certeza, alguma coisa. Claro que tem a conta corrente com saldo negativo, pois paga mais do que recebe.

Se tiver rendimentos muito baixos, mesmo muito baixos pode ser que tenha saldo positivo.

Mas o mais provável é ter um saldo negativo, a não ser que seja um activista do movimento da economia paralela. E mesmo assim vai pagar IVA uma vez ou outra.

Mas como vão estar as coisas daqui a dez anos?

Pode-se tentar prever, mas só sob uma longa fila de condições: a primeira é que a economia mundial vai continuar bem, muito obrigado, que Portugal vai continuar no Mercado Comum, que as privatizações vão reduzir a dívida pública portuguesa e que o próximo Governo tenha concepções parecidas com o actual. O que ainda é o mais certo, mesmo que eventualmente haja uma mudança de discurso.

J. L. Saldanha Sanches (*)

Mais gastos e mais impostos

Se tudo continuar assim o mais certo é que Portugal se continua a aproximar da Europa, para o bem e para o mal: a fatia do Estado no rendimento, actualmente na casa dos 30%, vai começar a aproximar-se dos 40% como sucede nos países industrializados.

Não é que hoje haja muito entusiasmo com as funções redistributivas do Estado.

Mas vai ser preciso criar qualquer coisa que se pareça com um serviço público de saúde (o que passa pela hipótese, talvez pouco realista que a guerra dos médicos com a ministra Beleza, mesmo que acabe, não seja substituída pela guerra dos médicos com o Estado, que já vinha de trás) e gastar mais com a educação.

Deve ser difícil conseguir que um professor de liceu continue a ganhar metade de um sargento-chefe (isto sem pôr em causa as justas reivindicações da simpática e progressista classe dos sargentos) e menos que um funcionário judicial: e como os salários têm uma elevada rigidez par baixo, pode calcular-se o que o Estado vai gastar a mais.

As estradas e os carros

Mas também vai ser preciso gastar mais com estradas e vias de comunicação, com viadutos e passagens desniveladas, com metropolitano e comboios rápidos: os nossos automóveis eram muito tributados em termos comparativos, mas agora por toda a parte se fala em fazer o poluidor pagar. O imposto ecológico está no horizonte de todas as grandes cidades.

Ou das médias como as nossas.

Com tudo isto será uma sorte se os impostos não crescerem muito.

Como tentativa de consolação, digamos que se crescerem, deve ser naquelas zonas em que se não vêem tanto. Não no imposto de rendimento, pago no ano seguinte.

Que tal uma taxa de IVA de 30% sobre as refeições tomadas em restaurantes e serviços parecidos, acompanhada de um aumento para 15 000 do limite a partir do qual incide a taxa máxima (40%) do IRS?

Os custos da vida mais longa

Mas bem mais preocupante do que tudo isto é o panorama das pensões de reforma: aqui o aumento da esperança da vida vai criar simultaneamente grandes encargos para o Estado e estreitos limites para as possibilidades deste.

Vai pagar mais impostos (por causa disto) e receber pouco ainda assim. Faça como se faz no resto do mundo (nos países onde as pessoas se podem dar ao luxo de pensar na reforma) e desconte para um fundo de pensões.

E como pode deduzir estas quantias do IRS o Estado paga parte da conta. Ou convença a sua empresa a descontar para um fundo de reforma, o que lhe dá as mesmas vantagens fiscais.

Não tenha é grandes esperanças, mesmo que seja funcionário público, na sua pensão pública de reforma. Mas vá-se acostumando a ideia que terá de pagar mais impostos, mesmo só para tornar um pouco menos miseráveis as pensões que o Estado paga agora.

O balanço

Em conclusão, daqui a dez anos vamos estar a pagar mais e a continuar a receber pouco. Do Estado.

O nosso «welfare state» estava a ser aqui construído, depois de passar de moda nos países que o inventaram. Mas vai continuar a crescer: até porque o máximo que obtiveram noutros locais os seus inimigos jurados, como Margaret Thatcher, foi moderar o seu ritmo de crescimento. Nada mais do que isto.

E nos sistemas de segurança social como em tudo o mais a integração europeia provoca uma forte pressão no sentido do nivelamento.

(*) Docente universitário

Macau a caminho da China

A maioria da população de Macau está confiante no futuro do território, a acreditar nos resultados de uma sondagem encomendada pela agência Lusa ao «Survey Research Hong Kong» em Julho de 89. As opiniões dividem-se entre as populações chinesa, macaense e portuguesa, sendo os naturais da China aqueles que têm uma atitude mais positiva.

Os próximos dez anos são os últimos de administração portuguesa, nos termos da Declaração- conjunta assinada em Abril de 87 entre Portugal e a China. Durante este período o nosso país comprometeu-se a desenvolver a economia e a preservar a estabilidade social. Depois, a 20 de Dezembro de 99, a China assume a soberania do território que se designará «Região Administrativa Especial de Macau». Nos seguintes cinquenta anos, a Região será dotada de autonomia, salvo no que diz respeito à Defesa e à Política Externa. Até lá, segundo aquela sondagem, um em cada três chineses e três em cada cinco portugueses vão emigrar antes de Dezembro de 1999.

O regresso a Portugal é desejado por 82 por cento da comunidade lusa do território. Aliás, Portugal é também o destino preferido por metade dos macaenses que querem emigrar. Os EUA e o Canadá são os países preferidos por 29 por cento dos chineses potenciais emigrantes.

Os detentores de nacionalidade portuguesa são cerca de 100 mil, entre portugueses de origem, macaenses e chineses. De origem europeia são uma exígua minoria que se reparte pela Administração e por algumas actividades económicas. Os que pretendem emigrar situam-se entre os 15 e os 29 anos e ocupam lugares de relevo em que poderão ser substituídos após 1999.

O futuro está na China

A maioria dos inquiridos nesta sondagem pensa que o Governo português vai respeitar os termos do acordo, mas já não pensam o mesmo quanto à atitude de Pequim. Há alguma desconfiança quanto ao comportamento chinês, talvez derivada da recente e conturbada evolução política. Ainda segundo o estudo encomendado pela «Lusa», a maioria da população local acredita nos termos da Declaração Conjunta., enquanto menos de metade não lhe dá credibilidade.

Fontes oficiais portuguesas manifestam-se optimistas quanto ao sucesso da gestão portuguesa em Macau. Os prognósticos para os anos 90 são de estabilidade e confiança. De qualquer modo - dizem-nos - «o factor determinante é a China». E acrescentam-nos: «Queremos condições económicas e sociais extremamente atractivas para que não sejam criados fluxos migratórios significativos. Esta seria uma tendência autodestrutora para a própria China». A China tem interesse no incremento económico de Macau, até porque pode influenciar as regiões adjacentes. «Um país, dois sistemas» é a aposta. Macau pode ser porta da China para o mundo latino e mais uma para a CEE (a outra será Hong-Kong). Para Portugal pode ser a ponte de acesso ao Oriente que lhe permita diversificar as suas relações económicas e de cooperação. Mas para isso, como nos diziam, «é preciso que os ventos que sopram da China sejam bons ventos e que Portugal ajude».

António José Teixeira

Maior autonomia para os hospitais portugueses

O hospital público deverá criar «novos quadros de vida» para se adaptar à sua clientela não doente, melhorar o recrutamento e criar motivações aos seus utentes e técnicos de saúde.

Os hospitais são organizações complexas interactuando numa sociedade em evolução.

Em que medida se poderá prever uma imagem futura do hospital público português, ainda que esse futuro tenha um horizonte tão próximo?

O hospital público português depende de condicionalismos exógenos, aliás fortíssimos, desenvolvendo a sua actividade numa área de sensibilidade social acrescida, respondendo a uma procura que, de todo, não define nem determina, sujeito a uma tutela centralizadora e pouco sensível a lógicas institucionais de desenvolvimento e autonomização.

Internamente, o hospital público português tem-se caracterizado por um interessante mas doloroso paradoxo: por um lado, demonstra um grande dinamismo no que respeita às técnicas e tecnologias médicas, bem como no que se refere aos instrumentos de gestão a que, sucessivamente, recorre e desenvolve. Por outro, continua a reproduzir um modelo de relacionamento com a sua «clientela» característico de um período em que a prestação de cuidados de saúde era entendida como um acto de beneficência e caridade, isto é, pauta o seu funcionamento por um modelo «autoritário» de paternalização dos seus utilizadores, mostrando-se, simultaneamente, incapaz de acompanhar o ritmo a que se processam as mudanças culturais na sociedade ou, a um nível mais restrito, nas organizações.

Subjugado por uma lógica monolítica de garante do direito da população à saúde, tímido no seu confronto com o sector privado, sujeito a modelos de financiamento desadequados e arbitrários, espartilhado por um forte planeamento central, o hospital público português tem conseguido, não obstante, responder de forma aceitável aos desafios que lhe têm vindo a ser postos.

Como reagirá no futuro próximo, que condicionantes «ambientais» deverão ser considerados e valorizados, que estratégias deverão ser adaptadas, como se moldará e reestruturará este sistema aberto e vivo que é o hospital?

Não parecerá descabido que, para responder a estas questões, se tenha convidado a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares. É que os administradores hospitalares estão indiscutivelmente ligados ao passado recente dos hospitais públicos portugueses como estão, sem complexos e assumidamente, ligados ao seu futuro.

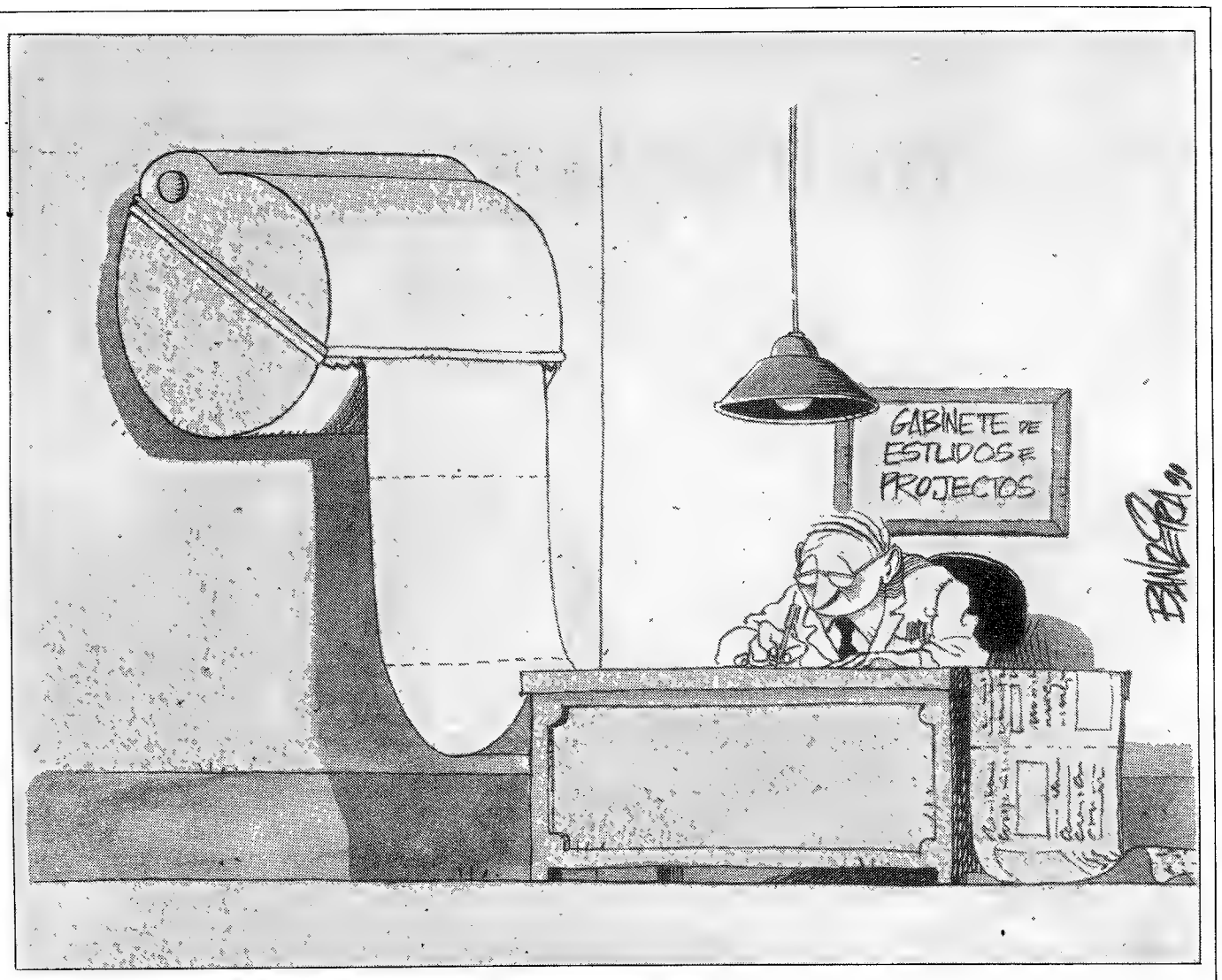
As novas doenças, o envelhecimento da população, a crescente consciencialização dos utilizadores, a constante actualização tecnológica e científica, o Mercado Único Europeu, a regionalização do funcionamento do Estado, a política de saúde, o desenvolvimento de um sector privado cada vez mais agressivo, são factores que determinarão ajustamentos e adaptações no interior do hospital.

O hospital público português da década de 90 será (terá de ser) mais autónomo, mais criativo, com maior flexibilidade de organizativa, mais adaptado às necessidades dos seus utilizadores e trabalhadores, mais aberto à comunidade.

A não ser assim, transformar-se-á, a prazo, num local de «medicina social», arriscando-se a regredir à sua fase asilar, constituindo-se refúgio de idosos e abandonados, de pobres e de marginais, fornecendo serviços de má qualidade e deixando para a iniciativa privada as actividades criadoras de excedentes financeiros.

Não sendo imune às conjunturas económicas e políticas, o futuro do hospital público português delas depende, decerto e de forma significativa. Mas depende, sobretudo, da sua capacidade própria para se renovar e afirmar como alternativa de qualidade na prestação de cuidados diferenciados de saúde.

★ (Resumo da comunicação de Artur Morais Vaz, Jorge Almeida Simões e Rui Moutinho dos Santos, com a colaboração de Manuela Mota Pinto, in VIII Jornadas de Administração Hospitalar, 1989).



O futuro projectado

Diminuir um atraso de décadas

País rico de gente risonha e estômagos fartos, Portugal entra na década de noventa sem saber sequer onde gastar o dinheiro de que dispõe em resultado da fase de adesão à Comunidade Económica Europeia. Pior ainda, vai continuar a caminhar no sabor da indolência e da reformulação permanente de projectos que estão atrasados dez e mais anos. Não bastasse isso, dirigimo-nos para o ano dois mil sem um programa nacional de desenvolvimento que concilie todas as ideias e estudos espalhados por gabinetes estatais e privados. Se permanecem, apesar disso, boas intenções e algumas iniciativas arrojadas, a verdade é que, o mais provável, é envelhecermos mais, ao invés de ganhar o tempo perdido. Aparentemente só algumas faixas do sector privado, associadas ao capital estrangeiro, podem ter algum optimismo.

O quadro de opiniões que traçámos não reflecte o nosso próprio pensamento. É apenas o resumo de dezenas de desabafos registados nas últimas semanas quando decidimos, naa busca de notícias, galgar a burocracia dos ministérios e gabinetes estatais, ir além da pesadíssima camada de seguranças, porteiros, contínuos, secretárias, adidos de imprensa, chefes de gabinete, secretários de estado e ministros — um conjunto habilidoso bloqueador do acesso aos técnicos, dos matemáticos aos arquitectos, a quem compete estudar e aconselhar formas concretas de progresso.

Corrida ao ouro entre Lisboa e Bruxelas

Esta classe de profissionais, parte dos quais tem maior audiência no estrangeiro do que em Portugal, é, na generalidade, gente pessimista. Sorriem com ironia sempre que fazemos perguntas tão *ingénuas* como, «é possível realizar esse projecto na data estimada» ou «acredita que outro governo prossiga o investimento na pesquisa que tem em mãos».

Percebe-se, em pouco tempo, que apesar de conhecerem o seu valor, os nossos especialistas e investigadores se sentem perfeitamente desamparados, para não dizer pior. Ao contrário de se lhes notar entusiasmo por prosseguir estudos, estabelecer novas metas, querem sobretudo — e pelo menos — ver avançar o *seu* projecto, a obra entravada há anos na gaveta.

A euforia da entrada para a CEE tem promovido, sobretudo, o desenvolvimento das matérias ligadas ao mundo financeiro e económico, como se houvesse uma corrida ao ouro entre o Terreiro do Paço e Bruxelas.

Desconsideração por jornalistas e políticos

A generalidade dos nossos projectistas — se é que lhes podemos chamar assim — tratam tão mal a imprensa como o poder político. Raro é o que não insinua a nossa ignorância e irresponsabilidade e não perdem tempo: querem ler os textos antes da sua publicação, não acreditam que possamos saber como se escrevem as medidas de potência nuclear ou distinguir dois símbolos matemáticos se não forem os sinais de soma e subtracção.

Do mesmo modo, e embora não o afirmem de forma tão grosseira, colocam os políticos ao mesmo nível. A grande maioria já conheceu vários secretários de estado e ministros, uma boa parte foi ignorada porque o seu projecto deixou de ser «oportuno». A ignorância sobre matérias de fundo é, para eles, indiscutivelmente, uma característica do político português, mesmo que não seja tão flagrante entre um primeiro-ministro como foi Mário Soares ou é Cavaco Silva. Só que, como lamentam, há os que sabem ouvir, porque não entendem quase nada, e os que decidem tudo sem consultar ninguém por se julgarem megalómanos.

O resultado fica à vista, os projectos arrastam-se e se algum dia chegam a ver a luz do dia é quase noite, tão grande é o seu atraso. No fundo, a lamentação mais profunda é a de que Portugal nunca tenha discutido, em conjunto, o seu futuro.

Pacto nacional contra o atraso

Os estudiosos consideram que as grndes opções do plano, os grandes projectos das obras públicas, o plano de desenvolvimento regional e outros documentos que irão marcar o desenvolvimento nos próximos anos nunca passaram pelo crivo da discussão suprapartidária. Alguns afirmam que o atraso de Portugal é — salvas as devidas dimensões — tão grande como o dos países europeus destruídos no final da segunda grande guerra mundial em relação aos Estados Unidos.

O *esforço* a realizar, não temem em dizer, deveria justificar um plano de emergência nacional que debatesse, exaustiva e profundamente, as grandes metas e prioridades nacionais. Os nossos políticos não vão além das alianças destinadas a conquistar o poder, seja para mandar na Câmara de Lisboa, seja para os lugares no parlamento.

Um pacto nacional contra o subdesenvolvimento seria o maior projecto de desenvolvimento português, o único capaz de diminuir, na década de noventa, o fosso que nos separa do resto da Europa porque a tendência, afirmam, é capitalizar o atraso, ao contrário do que se julga.

A convicção dos especialistas é que Portugal ainda não fez o primário, ao passo que os seus parceiros da CEE, o Japão e os Estados Unidos, se preparam para uma nova revolução tecnológica. Sem contar com as consequências que as mudanças no leste europeu vão trazer ao desenvolvimento universal.

Pereira de Almeida

Pelo menos até ao ano 2000

Portugal rejeita energia nuclear

Portugal não vai ter energia nuclear até ao ano 2000 e é muito pouco provável que venha a produzi-la no futuro. A grande aposta para o aumento da capacidade de produção de energia, no nosso país, é o recurso ao gás natural, em paralelo com os avultados investimentos previstos, também, para a electricidade. Nuno Ribeiro da Silva, secretário de Estado da Energia revela, em entrevista ao DL, a estratégia definida para a próxima década nesta decisiva aérea.

- A década de noventa vai trazer a energia nuclear a Portugal?

- Eu penso que Portugal não terá, no final da década de noventa, nenhum reactor nuclear a funcionar, isto porque só a sua construção leva dez anos. Mesmo que hoje decidissemos desenvolver um programa nuclear ele não estaria realizado, mesmo numa primeira parte, antes do final da década de noventa. Sobre a intenção de tomar ou não essa decisão, há dois factores a considerar: um aspecto de princípio sobre a nossa atitude relactivamente ao nuclear e outro aspecto mais específico sobre a competitividade e o interesse económico do nuclear em Portugal.

A nossa atitude relactivamente a isso é não ter atitude de "avestruz", vê-lo como uma alternativa para a produção de electricidade que representa só 20 por cento do consumo de energia no país. Tive oportunidade de ver um ensaio económico sobre o interesse nuclear difere de país para país. É um disparate técnico quando as pessoas dizem que o nuclear é interessante para Portugal só porque é interessante no Japão ou na França.

- Podemos concluir que não há nada contra o nuclear, ele não é é lucrativo em Portugal?

- É isso que nós queremos apurar. Se chegarmos alguma vez à conclusão de que o nuclear é mais barato para produzir electricidade em Portugal do que qualquer outra forma de energia primária, então aí o problema político coloca-se de uma forma política mais evidente.

- Qual é, ou quais são, portanto, na sua perspectiva, a alternativas para a produção de energia em Portugal, soluções que diminuam a nossa dependência do exterior neste domínio?

- Há várias para Portugal, na área da electricidade. Não vamos resolver o problema só com os mais mil megawatts que está previsto produzir no próximo decénio. Não vamos resolver o problema, também, só com as centrais a carvão, nem só com as centrais a ciclo-combinado, usando gás natural. Todo este pacote tem de ser gerido harmoniosamente.

Vamos precisar de produzir bastante capacidade, porque os consumos estão a crescer a níveis muito acentuados, vamos prosseguir o programa de construção de centrais a carvão. O primeiro grupo da central do Pêgo, em Abrantes, está já a ser construído, o segundo grupo é provável que arranque em breve, vamos prosseguir a construção de grandes centrais hidroeléctricas, será concluída no princípio da próxima década a maior central hidroeléctrica de Portugal, do Alto Lindoso.

Vão prosseguir as experiências de produção local de energia - essencialmente em pequenas centrais hidroelectricas e em centrais de cogeração, de produção simultânea de electricidade e calor (estão a ser desenvolvidos investimentos de muitos milhões de contos por empresas privadas) e com a introdução do gás natural em Portugal, fica ao nosso dispôr uma alternativa que tem sido a de maior expansão nos países industrializados nos últimos anos, que é produzir electricidade com gás natural, utilizando as chamadas novas tecnologias.

- Não sendo Portugal um país petrolífero porque razão se aposta tanto, neste momento, no gás natural?

- Nós não podemos escamotear o que eu chamo o "pecado original" de Portugal no sector da energia que é não ter recursos significativos de energias fósseis. Nós não conhecemos os recursos de Portugal em petróleo e gás, porque a legislação actualmente está em vigor é completamente arcaica e desestimula o investimento de empresas na actividade de pesquisa e prospecção de petróleo. Ao contrário do que sucedeu nos países industrializados, que a seguir ao primeiro choque petrolífero fizeram um grande esforço de investimento na pesquisa de petróleo - isso levou a que nove dos doze estados membros da CEE produzam petróleo, em quantidades maiores ou menores - Portugal não investiu nada nessa área.

- Mas há a convicção real de que há petróleo em Portugal?

- Os geólogos apresentam e fundamentam trabalhos onde a provabilidade da existência de recursos de alguma importância de petróleo e gás em Portugal é uma realidade.

- De *alguma* importância... reduzida face à dimensão dos projectos do gás natural?

- Não, os recursos que teoricamente podem existir no nosso país, quer no one-shor, quer no off-shor, são bastante significativos e isto é dito por geólogos e técnicos petrolíferos nacionais muito conceituados que foram responsáveis pela descoberta de jazigos de petróleo muito importantes em várias partes do mundo.

- Em termos comparativos, o investimento na produção de energia proveniente do gás natural vai ser superior ao da produção de energia hidroelectrica?

- Considerando a produção, transporte e distribuição de energia hidroeléctrica o investimento previsível na próxima década, na electricidade, mesmo assim, supera o investimento no gás natural.

Pensamos que a nova legislação, a publicar no princípio do ano, vai criar condições mais estimulantes para desenvolvimento da pesquisa de petróleo e gás natural em Portugal e podemos vir a ter, eventualmente, sucesso. Hoje, 70 por cento da produção de energia em Portugal depende do petróleo. Conhecendo nós a vulnerabilidade dos preços do petróleo do mercado internacional, é arriscado para um país estar tão dependente de uma única matéria prima energética e por isso, já só por isso, é positivo introduzir outros vectores energéticos como o gás natural, que diminuam a concentração da nossa dependência numa única matéria prima.

- Se houver gás natural...

- Não, mesmo se fôr importado. É o problema de repartirmos os ovos por vários cestos, nós podemos diminuir o peso relactivo do petróleo no nosso balanço energético e podemos repartilo, mesmo que seja todo importado. É importante, porque é diferente, repartir a dependência por várias fontes de energia. Que dependamos, por exemplo, 40 por cento do petróleo, 20 por cento do carvão, em 10 por cento do gás e por aí fora. Isso dá-nos vulnerabilidade diminuida face ao cenário actual.

Além disso o gás natural é em vector energético apropriado para determinados usos que a não existir leva os agentes económicos a ter de recorrer a alternativas energéticas mais caras.

- Que projectos importantes estão previstos para a exploração de gás natural?

- O projecto do gás natural em Portugal para a próxima década poderá envolver um investimento na ordem dos 150 milhões de contos. Isto será o investimento para a chamada gaseificação base do nosso país que envolve, como peças mais revelantes, uma unidade de recepção de gás natural líquido, por onde, numa primeira fase, o país será abastecido. Esta unidade ir-se-á instalar em Setúbal e os trabalhos poderão começar já no próximo ano.

Depois prevê-se a construção de um gasoduto de base, que vai de Setúbal até Braga e que alimenta a zona do território nacional onde estão mais concentrados os potenciais consumidores - industriais, de serviços e mesmo domésticos. Depois serão montadas as redes de distribuição, em baixa pressão, a nível das diferentes aéreas industriais e urbanas e, numa segunda fase, a ligação desta rede de base à rede europeia. É este o programa da instalação do gás natural em Portugal que envolve um investimento de 150 milhões de contos.

- Todos estes projectos serão edificados por entidades públicas ou privadas?

- Será constituído um consórcio e uma empresa de exploração que são essencialmente privados, não queremos repetir os erros que foram cometidos de estatização de um sector que, por vocação, em todos os países industrializados, é explorado por entidades privadas.

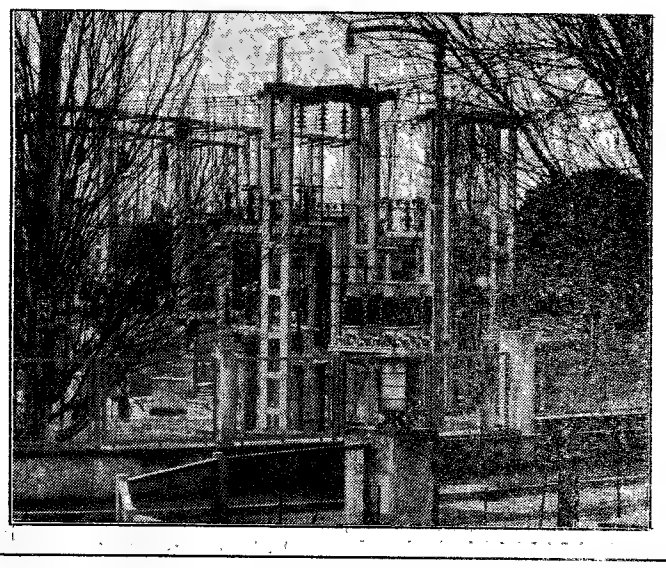
Vamos continuar a pagar os erros do passado

Continuar a pagar nos anos 90 a factura dos erros cometidos nas décadas anteriores, é o que o sector energético reserva aos portugueses. Embora haja alguns factores que podem actuar como desagravadores da erosão dos custos da energia na próxima década, o secretário de Estado do sector, Nuno Ribeiro da Silva, considera que "o passado da energia em Portugal vai ser pago com **língua de palmo** " nos anos mais próximos.

Para já, seguindo a tendência mundial, o consumo da energia vai aumentar em Portugal. Este facto, que não pode ser alterado sob risco de se comprometer o desenvolvimento económico, não quer dizer que não se tenha de fazer um esforço para poupar e melhor utilizar energia. Lembra-se aqui a insistência com que o secretário de Estado do sector se tem referido à "jazida de poupança" portuguesa, que é na ordem dos 45 milhões de contos /ano.

Para se ter acesso a essa jazida é, no entanto, necessário adaptar a estrutura produtiva aos equipamentos que hoje estão disponíveis no mercado e que têm uma eficiência energética muito maior. Por conseguinte trata-se de uma questão de modernização do sector produtivo, a qual pode originar uma poupança na ordem dos 20 por cento, o que dará os tais 45 milhões de contos/ano poupados em importações.

Para alcançar este objectivo, o Governo criou uma série de mecanismos incentivadores da poupança e da eficiência energética, os quais Ribeiro da Silva afirma "estarem a resultar". Mas a verdade é que os seus efeitos mais sensíveis só se farão sentir a médio prazo, ou seja ao longo de toda a década de 90, alguns para além dela.



"Como calcula, para se melhorar a eficiência energética torna-se necessário, por exemplo, que tenhamos casas construídas para se comportarem melhor sob o ponto de vista energético, que tenhamos automóveis que consumam menos, que os equipamentos das fábricas, em vez de serem desperdiçadores de energia, sejam mais adaptados ao seu bom uso", explica Ribeiro da Silva.

Mas, acrescenta, substituir o parque habitacional demora dezenas de anos, e renovar os parques automóvel e de máquinas leva uma "meia dúzia" de anos.

"Penso que o actual Governo criou uma panóplia de instrumentos coerente e estimulante para que cidadãos e agentes económicos utilizem melhor a energia, que é um recurso escasso e caro em Portugal", diz ainda.

É evidente que as barreiras, mesmo psicológicas, a derrubar são fortes. Na verdade, em Portugal verificou-se durante anos, mesmo nos de crise energética, uma preocupação de disponibilizar mais energia - petróleo, gás, carvão, electricidade... - sem se pensar em racionalizar a procura.

Se o recurso energético, porque é importado, é caro para o país, a verdade é que ele também é caro para o consumidor, nomeadamente em termos europeus. Entretanto está em curso em Portugal a liberalização do sector energético, prepara-se o mercado comum da energia. O que nos reserva a década de 90 no que respeita a preços?

Ribeiro da Silva responde: "Não se podem esperar grandes milagres e grandes situações de melhoria de preços para os anos 90". Mas há sempre alguma esperança em que o quadro se possa tornar um pouco mais "cor-de-rosa".

Para já, considera: "Tem-se dito que Portugal não tem recursos energéticos, mas é uma afirmação que não é fundamentada". E isto porque, diz, nas formas de energia que actualmente são a base do aprovisionamento energético deste país (petróleo, carvão e, em breve, o gás) não foram feitos esforços, sobretudo na área dos hidrocarbonetos (petróleo e gás), de pesquisa suficientemente intensos para se chegar à conclusão de que realmente Portugal não dispõe de recursos próprios para satisfazer as suas necessidades.

Por esta razão está pronta legislação, que altera a que vem dos anos 40, para tornar mais atractivo e estimulante o investimento na prospecção de hidrocarbonetos.

Pereira de Almeida e Victor Leitão

O fim do Bugio chama-se "Fecho da golada"

Se emigrar hoje e voltar dentro de cinco anos, quando olhar para o estuário do Tejo, vai pensar estar a ver uma miragem. O Bugio, a secular fortaleza de São Lourenço da Cabeça Seca, ex-libris da entrada do porto de Lisboa, estará envolto num moderno complexo portuário, que se julga capaz de conciliar as funções mercantis com os interesses urbanísticos e turísticos da zona. Se os velhos do Restelo imaginassem...

Vai nascer uma nova margem sul, a sul do Tejo. Toda a zona de baixio existente hoje entre a Trafaria e o farol do Bugio será convertida no mais moderno porto oceânico do país. A obra, financiada pelos fundos do FEDER e do BEI, está orçamentada em 20 milhões de contos, tem os estudos praticamente terminados e deverá estar concluída em finais de 1994.

O novo complexo portuário - com capacidade de recepção de navios de grande calado (porta-contentores de 50 mil toneladas e graneleiros de 65 mil) - desenvolver-se-á numa frente útil de água de seis quilómetros e disporá de 800 hectares de terraplenos que serão conquistados ao rio. A profundidade das águas, nos novos cais, será de 15 metros, maior do que a actual capacidade de Alcântara ou do Jardim do Tabaco.

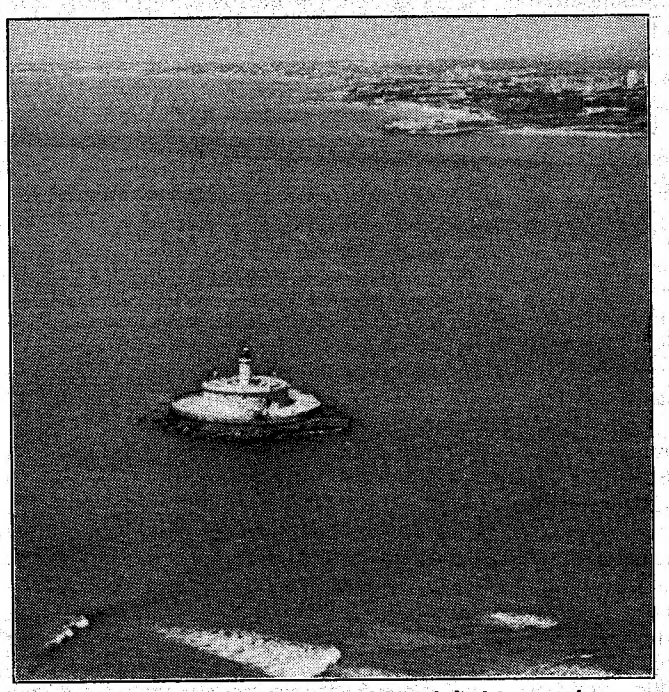
No pensamento interessado da Administração do Porto de Lisboa (APL), a obra beneficiará o acesso dos navios através do canal da barra e protegerá, de forma importante, a margem norte do Tejo, especialmente na zona entre Caxias e Paço de Arcos que ficará resguardada da agitação marítima de sudoeste, permitindo, assim, a concretização de alguns projectos turísticos previstos para aquela região, como sejam, por exempo, as marinas da Cruz Quebrada e de Paço de Arços.

O Bugio ia-se afogando

O plano - que possibilitará ao porto de Lisboa uma oferta à navegação de serviços de alta qualidade, posicionando-o em melhores condições de competividade internacional - é uma velha aspiração dos responsáveis da APL.

Para além da envergadura da obra que têm em mãos, eles dizem-se "aliviados" pelo salvamento do forte do Bugio. Fortaleza do século XVI, projectada por João Vicencio Casale, engenheiro napolitano ao serviço de Filipe II de Espanha, o farol parecia, até há pouco, condenado pela erosão do tempo, ou melhor, do mar e do vento.

A reparação dos dois grandes rombos abertos no muro de protecção do forte só ficou concluída em Setembro do corrente, depois da intervenção de uma empresa belga especializada. "A derrocada do Bugio esteve iminente mas felizmente a imprensa deu mais destaque à morte das gaivotas no areal, o que nos deu maiores facilidades de trabalho" - dissenos, ironicamente, um técnico que acompanhou a reparação do muro da fortaleza.



A nova área portuária e residencial obter-se-á por ligação do Bugio (à esquerda, em primeiro plano) à Trafaria (ao fundo)

Foi instalada junto ao farol uma plataforma - já utilizada em diversos trabalhos no mar do Norte - que permitiu, além da reparação dos rombos, a colocação de camadas de enrocamento na base da construção, a fim de se diminuir o impacto do mar, protegendo-o, assim, do crescente processo de erosão que ali se verifica.

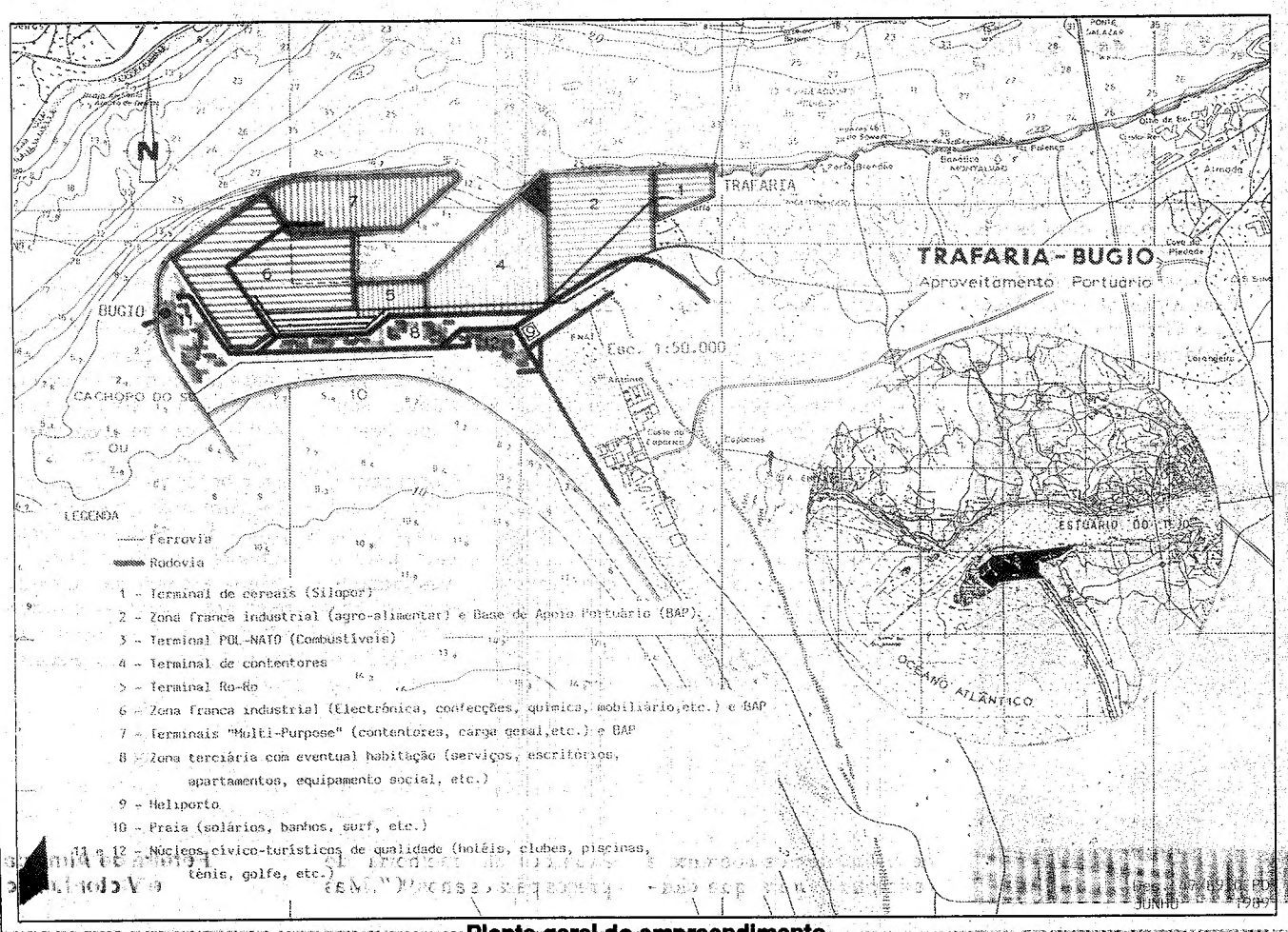
Os técnicos da APL prevêm que o problema da erosão fique completamente eliminado com a concretização da grande obra de expansão do porto de Lisboa, o "Fecho da Golada". Como fazem questão de acentuar, a reconquista ao rio de toda a zona compreendida entre a Trafaria, a Costa da Caparica e o Bugio possibilitará, para além do mais, a instalação de terminais de carga e descarga - indústrias não poluentes - juntamente com o aproveitamento de grandes zonas de lazer. Bastará dizer que o areal da praia da Caparica se irá estender até ao actual Bugio.

Viver na outra banda é outra coisa

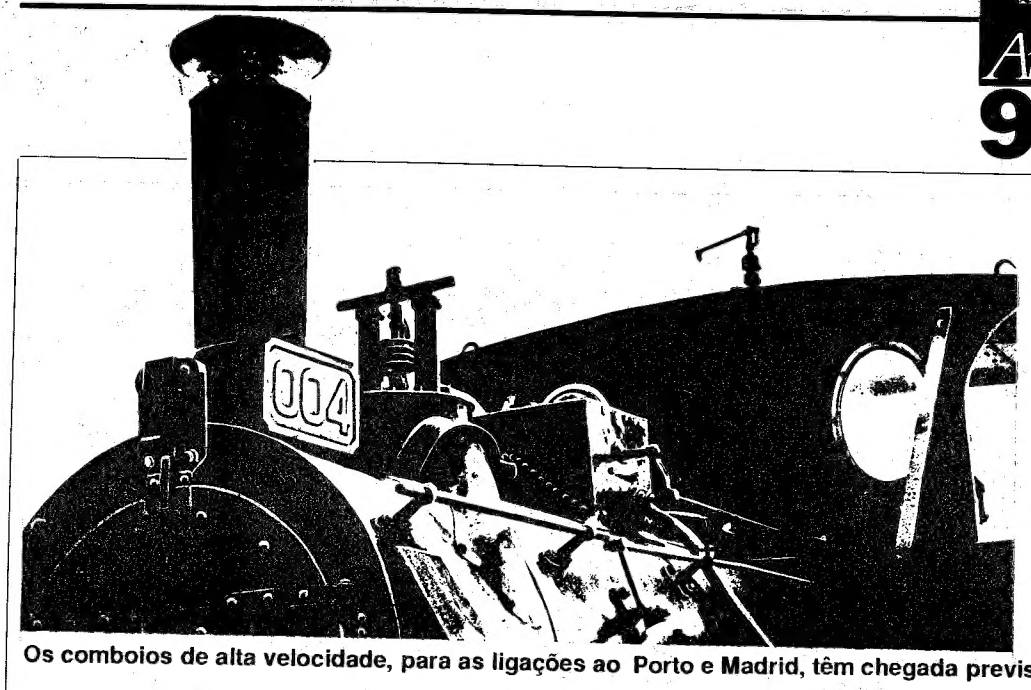
A plástica do estuário do Tejo, expressão que os projectistas do aproveitamento portuário da Trafaria-Bugio odeiam ver aplicada à obra, vai por certo criar um pólo de especulação imobiliária inédito em Portugal.

Na opinião de um vendedor de uma das maiores empresas do ramo, na capital, "até agora negociou-se com terrenos seculares, vendidos e revendidos, e quase todos os proprietários de terras sonhavam que alguém pensasse construir uma estrada sobre a sua quinta abandonada, ninguém imaginou é que esse projecto incluisse uma zona terciária tão diferenciada como a possibilidade de operar nos ramos de habitação, comércio, turismo e escritórios".

Não é difícil prevêr que um apartamento no Bugio possa vir a ser a aspiração número um de quem hoje julga(va) Cascais a zona mais "in" dos arredores da capital, até porque viver em zonas portuárias é uma moda que ainda não chegou a Portugal. As ligações marítimas entre o Bugio e o Estoril vão fazer-se, concerteza, nos mais modernos "overcraft". Os cacilheiros da Trafaria serão objectos das décadas passadas...



Planta geral do empreendimento



Os comboios de alta velocidade, para as ligações ao Porto e Madrid, têm chegada prevista para a nova estação central de Lisboa

Comboios vão revolucionar transportes da capital

Os comboios de Sintra vão chegar ao Areeiro e os da linha de Cintura passam a ir até Alcântara. As composições rede do Sul atravessarão a ponte e Lisboa terá uma nova estação ferroviária central — na zona do Rego ou em Chelas. A modernização dos transportes ferroviários na capital custará cerca de 100 milhões de contos.

O calendário de projectos — a cargo do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa — prioriza a linha de Sintra pelas razões que se conhecem. Está saturada, mais do que qualquer outra, o material circulante está obsoleto, as estações desajustadas para o movimento que já têm, neste momento.

Modernização da linha de Sintra

A modernização da linha é um conjunto de acções ambiciosas que vai revolucionar toda a densa malha urbana servida pelos comboios que a servem.

Decorrem, neste momento, na zona de Campolide, as obras de desnivelamento da linha, que permitirão o trânsito das composições entre Sintra e o Areeiro. O objectivo, futuro, é fazer chegar aqueles comboios à Nova Estação Central de Lisboa que deverá situar-se no Rego ou em Chelas, aliviando, assim, o intenso tráfego de passageiros que se regista hoje na Estação do Rossio.

As obras em curso estão a ser aceleradas para permitir, também a realização dos trabalhos de restauração do túnel do Rossio que obrigarão à paragem da circulação ferroviária. Os passageiros passam a utilizar as estações da linha de Cintura com término no Areeiro.

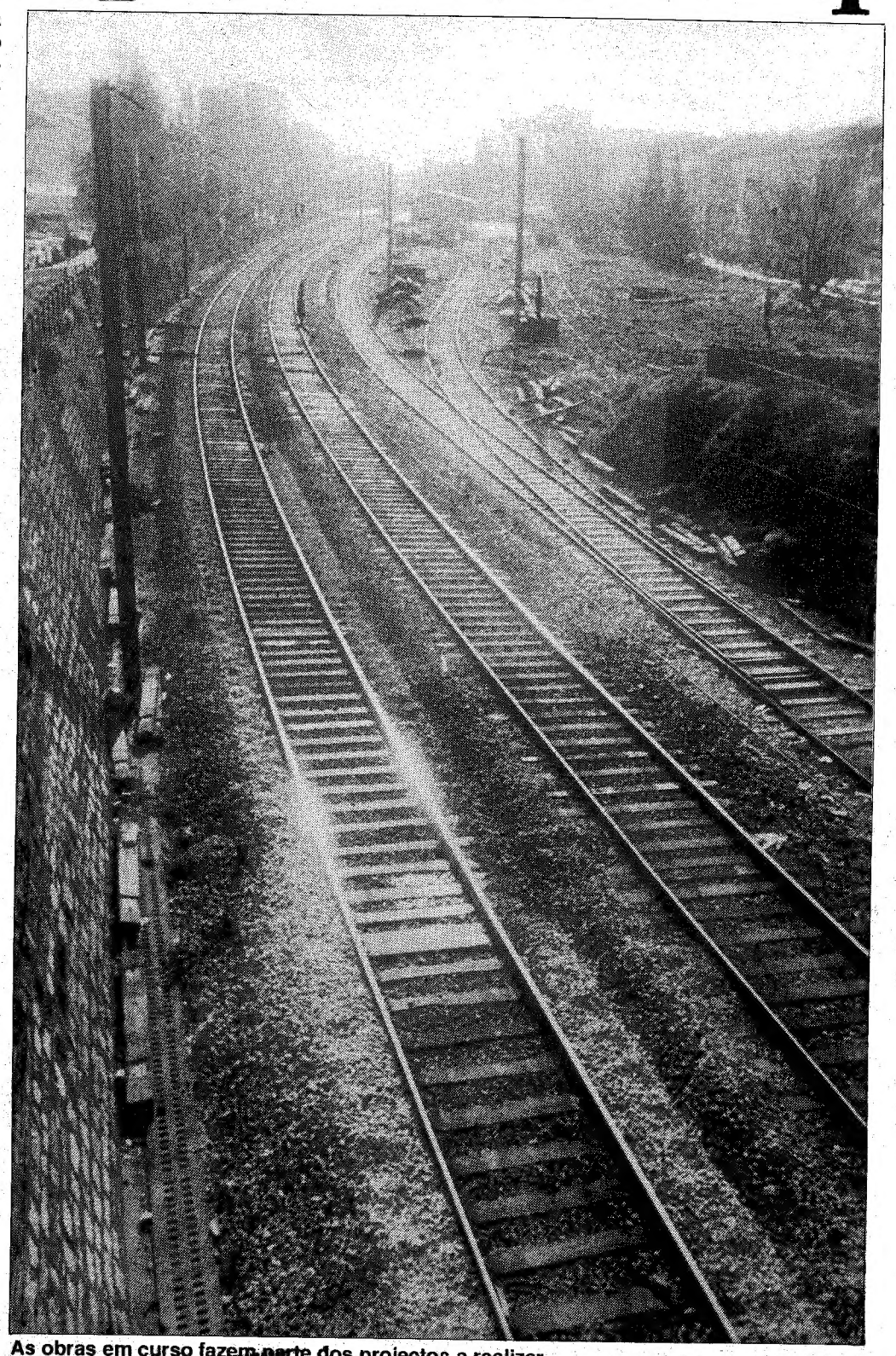
As obras no túnel serão acompanhadas pela modernização da Estação do Rossio. O projecto prevê a redução do número de terminais e o seu prolongamento, para permitir a utilização do novo material circulante — comboios com mais duas carruagens do que os actuais.

Além da actualização de toda a estrutura da gare, deverá ser concretizado um velho sonho dos utentes daquela linha: a ligação da estação ao metro, nos Restauradores. É previsível que este projecto esteja concluído em 1995, altura em que o túnel estará, também, novamente operacional.

Simultaneamente, a linha será alargada para quatro vias até ao Cacém, obrigando a obras de grande envergadura em todo o traçado. A nova estação subterrânea da Amadora — cujo projecto foi adjudicado — prevê já o alargamento para mais duas linhas.

Nova Estação Ferroviária Central de Lisboa

Mas a grande obra do Nó Ferroviário de Lisboa é, sem dúvida, a Nova Estação Ferroviária Central de Lisboa. Foi entregue a um consórcio luso-britânico o estudo da sua localização definitiva, sendo provável que no primeiro semestre de 1990 se decida por uma das duas alternativas em análise: Chelas ou Rego. A gigantesca gare receberá os comboios que provêm, hoje, do Norte e do estrangeiro, ao mesmo tempo que acolhe os provenientes da linha do Sul (que atravessam a ponte) e os de Sintra, interligando todo esse intenso tráfego com a rede urbana de transportes rodoviários e com o metro.



As obras em curso fazem parte dos projectos a realizar

De acordo com uma fonte da CP, estão a ser ponderadas as vantagens e desvantagens das duas hipóteses em estudo. A zona do Rego permitiria um acesso mais fácil ao metro — na Praça de Espanha e em Entrecampos — enquanto, em Chelas, a única hipótese de ligação àquele transporte se localiza no Areeiro. No entanto, a área disponível em Chelas é mais extensa do que a do Rego, solução que obriga também a um investimento maior para baixar a cota de altura dos acessos das linhas que atravessam a ponte com destino à nova estação.

O calendário governamental estabelece que os estudos estejam concluídos em 91 e que a obra se inicie em 93, para entrar ao serviço em 96. O seu custo está estimado em 15 milhões de contos (a preços actuais) que serão financiados pelo FEDER, pelo Banco Europeu de Investimentos e pelo Banco Mundial.

A grande vocação da nova estação será dotar a capital de uma gare moderna e funcional onde se concilie o tráfego ferroviário internacional, com o regional e suburbano, aplicando a teoria dos projectistas modernos segundo a qual os comboios devem chegar ao coração das cidades.

O empreendimento será projectado para receber os comboios de alta velocidade — que deverão utilizar outros carris, de «bitola europeia», nas ligações para o Porto e Madrid, antes do ano 2000.

A Estação de Santa Apolónia deverá, assim, ser reconvertida, prioritariamente, para o tráfego suburbano da linha da Azambuja, embora possa continuar a receber parte do movimento ferroviário regional.

Os comboios vão atravessar o Tejo

A travessia de comboios na ponte sobre o Tejo é outro grande projecto agendado para a década de 90. A estação subterrânea do Pragal, na margem Sul — construída na mesma altura da ponte — vai finalmente ser posta em funcionamento.

Os estudos em curso — da responsabilidade do Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa e da Junta Autónoma de Estradas devem estar terminados em 92 e espera-se que em 97 o movimento ferroviário proveniente do Sul, e que hoje termina no Barreiro, possa chegar à nova estação central de Lisboa.

O projecto obriga ao reforço da estrutura da ponte, onde serão gastas a maioria das verbas orçamentadas. Os cerca de 40 milhões de contos, calculados pagarão, também, as obras dos acessos. Na margem Sul será construída uma nova linha, entre o Pragal e o Pinhal Novo, com um ramal para a Trafaria que servirá o novo porto oceânico.

Sem investimentos significativos há dezenas de anos, o sector ferroviário prepara uma autêntica «revolução» na capital. Como nos disse um responsável da CP, está-se na «fase mais ingrata, a dos estudos, que não se vêem», mas é ponto assente que os anos 90 vão ser anos de muito bom andamento para os comboios. É uma autêntica luta contra o tempo perdido.

LISBOA:NOVO AEROPORTO SÓ NO PRÓXIMO MILÉNIO

Lisboa não terá um novo aeroporto na próxima década, ao contrário do que tem sido referido frequentemente, pela simples razão de que os estudos de tráfego aeronáutico, realizados em bases realistas, não apontam para a saturação, a breve prazo, da aerogare da Portela, assegurou ao DL uma fonte da ANA, a empresa pública de aeroportos e navegação aérea.

O complexo da Portela continuará em obras por mais alguns anos, adaptando-se às necessidades que o Mercado Comum Europeu vai criar. No momento, a preocupação principal dos responsáveis da aeronáutica prende-se com a *gestão* do espaço aéreo que - este sim - está à beira da saturação.

O futuro aeroporto da capital, cuja localização ainda não está sequer assente em termos definitivos, prevêndo-se que possa vir a ser construído na Ota, só se justificará se o aumento do tráfego aéreo internacional alcançar valores que, embora já tinham sido previstos no passado, não tendem a crescer em flecha.

Modernização do aeroporto da Portela

A primeira fase do "plano de desenvolvimento" da Portela deverá estar concluída em 1991, aumentando a capacidade da aerogare para 2200 passageiros/hora em cada sentido. Este projecto prevê a criação de posições de estacionamento em "nose-in", com seis pontes telescóspicas.

Decorrem, em simultâneo, as obras de ampliação da zona de "chek-in" e de recolha de bagagens para cerca do dobro da área actual, aproveitando um hangar desactivado.

Os responsáveis da ANA acreditam que, terminada esta fase de modernização, o aeroporto de Lisboa fique com capacidade para receber 8 milhões de passageiros/ano, valor que, de acordo com as previsões de tráfego, não deverá ser atingido antes do ano 2000.

Paralelamente, todo o sistema viário exterior ao aeroporto será revisto, para permitir um sistema de trânsito sem estrangulamentos. Serão edificados dois auto-silos, com capacidade para 900 e 800 lugares, respectivamente, de forma a aumentar a capacidade de estacionamento de viaturas junto à aerogare.

Estas transformações visam a flexibilização das estruturas do aeroporto face à aproximação do Mercado Único, em Janeiro de 93. A abolição de fronteiras dentro da CEE obriga à revisão de todo o sistema de triagem de passageiros e localização das polícias de fronteiras e controlo aduaneiro.

Investimentos no controlo do espaço aéreo

A preocupação prioritária dos dirigentes da aeronáutica prende-se com a progressiva melhoria dos sistemas de aterragem por instrumentos (ILS) e com a modernização das estruturas de controlo do espaço aéreo nacional.

Portugal já investiu cerca de 5 milhões de contos na aplicação de um programa de modernização e desenvolvimento do sistema de controlo de tráfego aéreo. Nos termos de convenções internacionais encontram-se atribuídas à responsabilidade do nosso país as regiões de informação de voo (RIV) de Lisboa - que abrange Portugal Continental e a Madeira - e a região de informação de voo oceânica de Santa Maria - que compreende os Açores e uma extensa zona do Atlântico Norte.

Foi construído junto ao aeroporto da Portela um moderno centro de controlo de tráfego aéreo projectado por técnicos da ANA, da Direcção Geral de Aviação Civíl, da Força Aérea e da "Eurocontrol", a organização europeia para a segurança da navegação aérea.

Este sistema deverá ser aperfeiçoado com a utilização de um satélite que permitirá a centralização de toda a informação das duas RIV no centro de controlo de Lisboa, retirando a Santa Maria algumas das suas actuais responsabilidades nesta área.

A ANA assegura, no entanto, que essa transferência de atribuições não levará à desactivação das estruturas existentes nos Açores.

Pelo contrário, dizem-nos responsáveis da empresa de navegação aérea, a modernização da região terminal de Santa Maria vai obrigar a um investimento de dois milhões de contos. Está prevista a construção de novos centros de controlo TMA (área de controlo estabelecida na confluência dos corredores aéreos e na vizinhança dos aeroportos).

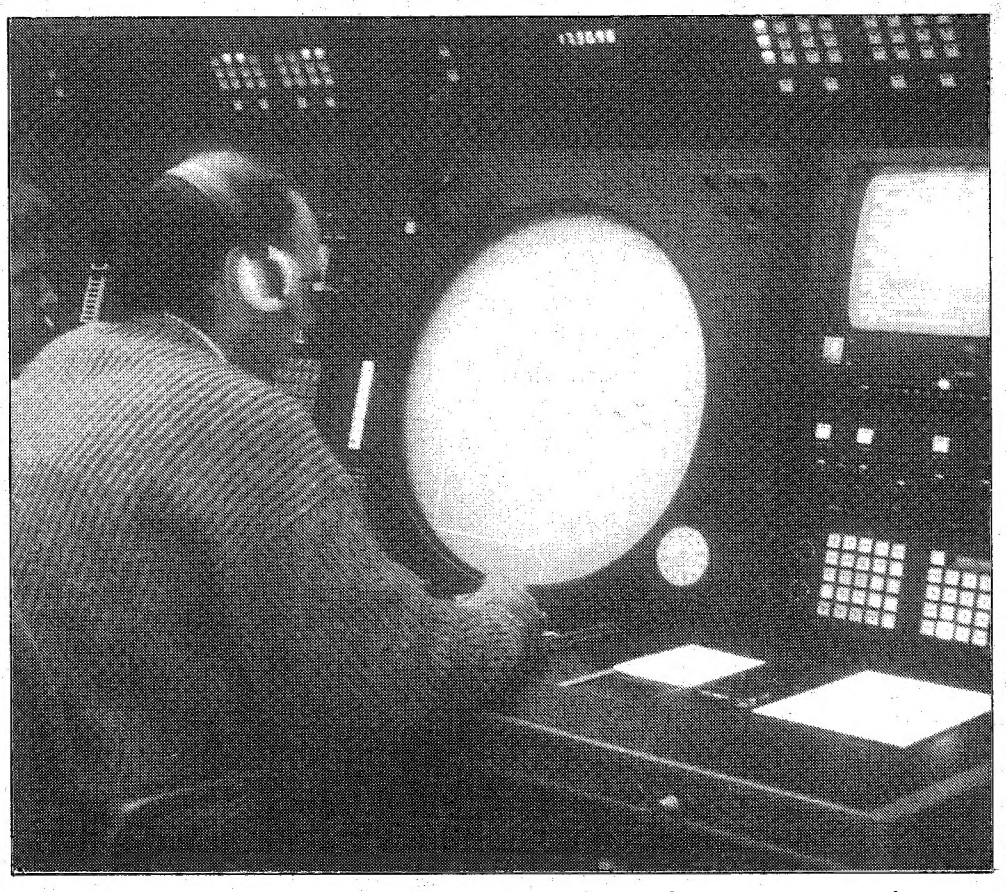
Espaço aéreo esgotado

Este conjunto de projectos, "muito caros, com a desvantagem de não se verem", como fazem questão de nos sublinhar na ANA, justificam-se tanto mais quanto se sabe que o espaço aéreo português - que o ano passado registou 400 mil movimentos - está à beira da saturação, prevêndo-se que este número venha a crescer quinze por cento ao ano.

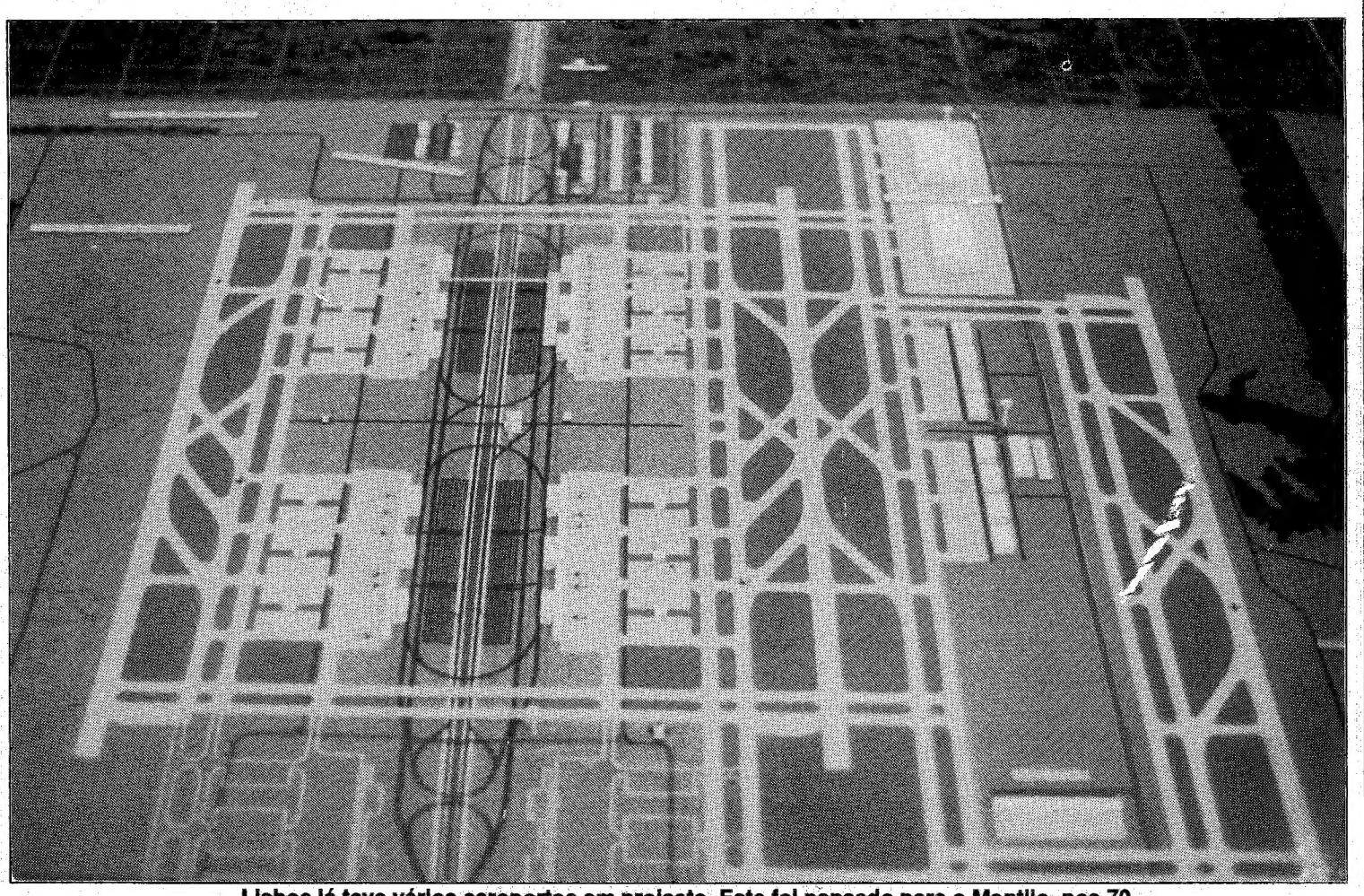
A reserva de faixas do espaço aéreo para fins de defesa nacional, contestada nalguns sectores da aeronáutica por não serem utilizadas com a frequência que seria justificável, aumenta, de modo significativo, o "engarrafamento" no ar.

No presente, as zonas mais congestionadas do espaço aéreo português são, sobretudo, as que se destinam a encaminhar voos com origem nos países nórdicos e ilhas britânicas para as ilhas Canárias.

Como se vê, em matéria de aeroportos e navegação aérea, Portugal parece não querer perder a modernização em curso na Europa mas não se vislumbra que opte por soluções desajustadas das necessidades nacionais. Lisboa não deverá, por isso, ter um novo aeroporto antes do ano 2000. Seria quase só para inglês ver.



Portugal tem investido milhões de contos no controlo do seu espaço aéreo



Lisboa já teve vários aeroportos em projecto. Este foi pensado para o Montijo, nos 70

Uma perspectiva açoriana da autonomia regional

Uma questão mais histórica do que política

O sistema autónomo regional, durante os treze anos do seu exercício, recuperou dois séculos de atraso em organização civil, nos domínios da previdência social, da saúde e da educação e em construção de infra-estruturas físicas.

Comparando com a situação existente no ponto de partida, a obra realizada é gigantesca e irreversível, tanto para o actual regime como para qualquer outro que lhe suceda.

A mudança faz-se sentir, sobretudo, na generalização de padrões comportamentais característicos de uma classe. Trata-se, é certo, de um efeito cumulativo em que vários outros factores confluem, como a actuação social e política dos partidos e dos sindicatos, a acção informativa e padronizadora da Comunicação Social, a generalização progressiva do Ensino Secundário e o relativo crescimento do superior, a fixação de quadros superiores nos organismos governamentais e na Universidade, as acções de formação profissional promovidas pelo Governo Regional para os funcionários e para os quadros de pessoal das empresas públicas e privadas da região. E há que tomar em consideração, como enquadramento de fundo de todo o processo regional, a vigência e as repercussões sociais, económicas e políticas das leis gerais e do exercício das competências e da actuação do Governo da República e dos seus serviços periféricos na Região Autónoma.

A experiência autonómica tem sido caracterizada por um notório crescimento, tanto do conhecimento dos próprios direitos como da intensidade das aspirações pessoais e colectivas e da atitude crítica em relação aos factos políticos.

É também observável que tal atitude assume a forma de rejeição contra uma atmosfera política saturada e invasora, tanto pela rectórica noticiosa e pela logomaquia partidária como pelos trâmites da burocracia.

Assume valência conjuntural de particular intensidade o facto de, ao fim de treze anos de vigência autonómica, o desenvolvimento económico estar a processar-se sem a ordenação, o ritmo e a eficácia de um plano integrado. As ajudas da CEE são estimulantes e promissoras, as medidas políticas de motivação ao investimento são intencionais e numerosas; mas o sector privado não investe nem se moderniza e o sector público não alivia o seu peso financeiro.

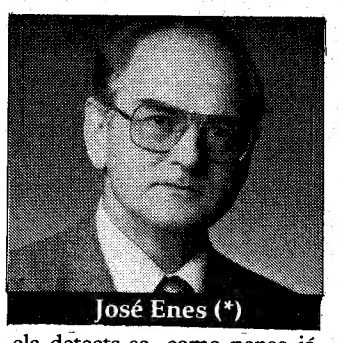
Este fenómeno não se deve à carga ideológica do regime político nem a medidas autoritárias de controlo e repressão. Em termos constitucionais e políticos vivemos num regime democrático e parlamentar.

É um fenómeno complexo num pequeno e complicado universo insular, que possui singularidades dinâmicas e comportamentais apesar da sua pertença a um todo social mais amplo. As suas causas são múltiplas e complexas, sem dúvida. No entanto, na medida em que o consigo captar, a hipótese mais provável é que a casualidade determinante da sua persistente continuidade é de natureza estrutural. Ela é detectável a vários estratos e níveis da sociedade insular.

A concepção de um sistema económico para o arquipélago dos Açores, na conjuntura actual do Ocidente e da economia mundial, requer a elaboração da competência de equipas integradas, nas empresas, na Universidade, na classe política e no Governo. Entender esta urgência e dar-lhe prioridade é o começo da solução, a longo prazo, de uma sociedade moderna, inserida como esteve nas suas origens, na economia mundial. Esta caminhada já começou. Passos decisivos foram e estão sendo dados pelos órgãos de Governo da República e da Região, por outras entidades, pelas famílias e pelos cidadãos. Neste domínio as escolas, e, em particular, a Universidade possuem a responsabilidade originária e são elas que têm a chave do problema fundamental.

Causalidade estrutural semelhante é detectável também em outros estratos da sociedade insular e de uma forma tão congénita e condicionante, como a das estruturas da mentalidade. Estão neste caso, o sistema fundiário e o sistema administrativo municipal.

Mas como factor conjuntural e politicamente imputável



José Enes (*)

ela detecta-se, como penso já haver demonstrado («Autonomia Regional na perspectiva da Teoria do Estado», in Atlantida, 1987), no próprio sistema político da Autonomia Regional: no sistema eleitoral, na organização do executivo e nos processos de actuação política e administrativa, tanto em relação ao sector público como ao privado.

Em resumo, possível ao texto presente, diria que a ordenação estatutária do sistema autonómico deveria ajustá-lo, com maior idoneidade, às exigências estruturais da autonomia, entendida como princípio de organização do Estado.

A causalidade estrutural actua a longo prazo e, até que atinja a maturação da deiscência deflagrante, pode passar despercebida, mas permanecerá sempre actuante. E num dado momento, nunca previsível a longo prazo, deflagra como um relâmpago. E aqui, mais uma vez são as Universidades que têm a incumbência institucional de elaborar a ciência e a filosofia políticas para que sirvam à racionalização e ao aperfeiçoamento dos Estados, como fazem em Espanha, em Itália, na Alemanha, nos Estados Unidos, etc.

A próxima década deveria ser o período da reflexão analítica e avaliadora do sistema autonómico regional sobre si mesmo. Se o fosse, poder-se-ia evitar a repetição de erros que poderão continuar a impedir o arranque para o desenvolvimento económico. Se não for, não penso que daí derive a catástrofe. A suficiência financeira e de mercado, essencial para a normalidade da vida quotidiana das comunidades insulares, está ainda longamente garantida. Neste caso, porém, a esperança de um futuro melhor e a promessa de uma sociedade insular próspera é que não estarão garantidas.

E daqui também não se seguirá que a Autonomia Regional, criada pela actual Constituição portuguesa não corresponda às históricas aspirações dos povos insulares dos Açores e Madeira. O que poderá ser posto em causa é se a actual concretização política da autonomia corresponde às virtualidades da formulação constitucional e às expectativas que nela os açorianos depositaram. E esta é uma questão histórica, mais do que política, que interessa não só aos cidadãos a quem democraticamente foi confiada a execução do projecto autonómico constitucional, aos actuais órgãos de Governo próprio e aos partidos com representação na Assembleia Legislativa regional, mas interessa a todos os açorianos.

(*) Director do Departamento de História e Filosofia da Universidade dos Açores

Madeira: uma autonomia em robustecimento formal

Treze anos de autonomia que, não obstante erros de táctica e desvios de percurso, tem caminhado no sentido de um progressivo robustecimento formal, não serão suficientes para um rasgado elogio ou para uma crítica radical: bastarão contudo para a breve mas necessária análise que se impõe no fim de cada etapa com o propósito de preparar as etapas seguintes, num trajecto em que o único limite por todos aceite é o da indiscutível unidade nacional.

A maior dificuldade que, desde o início da corrida, a todos se apresentava como desafio, era a da alteração das mentalidades. Não obstante as ocasionais incompreensões e pesem embora os aproveitamentos oportunistas de alguns políticos, creio que no Portugal de hoje ninguém, minimamente informado da realidade política e social, se atreve a contestar as vantagens que a autonomia trouxe, não apenas aos madeirenses mas aos portugueses em geral. Ter-se passado do monólogo ao diálogo é um passo enorme e, se por vezes o diálogo atinge o tom da discussão, isso não é menos saudável porque permite concluir que as diversas partes intervenientes, através de tentativas e erros, aceitam a dinâmica da vontade colectiva expressa na acção comum.

Poder-se-ia desejar que da parte do poder central tivesse havido uma mais esclarecida visão da problemática e que da parte do poder insular tivesse havido uma mais profunda maturidade, naturalmente decorrente da sua expresão eleitoral sempre maioritáaria.

Mas ninguém poderia razoavelmente esperar, no entanto, que um processo em muitos aspectos semelhante a uma descolonização fosse totalmente pacífico.

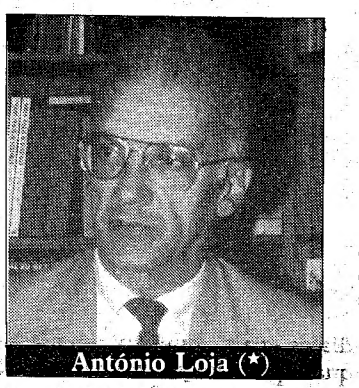
Se a década passada foi de estabelecimento e fortalecimento do sistema autonómico, será legítimo esperar que a década de noventa possa ser de humilde admissão de erros, de inteligente correcção de estratégias e de clara definição de objectivos.

Se a década de oitenta se caracterizou muitas vezes por um desenvolvimeto epidérmico e cosmético, é necessário que a década de noventa seja capaz de um desenvolvimento em profundidade, que tenha como objectivo uma autêntica alteração de estruturas e não apenas uma mudança de nomes dos agentes económicos.

Num entusiasmo aparentemente autonomista, frequentemente dominado por preconceitos meramente provincianos e demagógicos, foram feitas regionalizações a que faltou um programa hierarquizado e programado no tempo, de forma criteriosa e harmónica. Tais regionalizações tiveram efeitos financeiramente desastrosos e nem sempre foram favoráveis às populações a quem deveriam servir. Perante situações criadas e agora irreversíveis é urgente proceder à cuidadosa revisão de métodos de trabalho, tendo em vista não apenas critérios economicistas mas também, e sobretudo nalguns casos, predominantemente sociais.

É já difícil remediar um dos maiores erros cometidos por omissão pelos governos regionais, mas, na década de noventa, o desenvolvimento terá de ser feito com base no sempre adiado e nunca concretizado Plano de Ordenamento do Território, de que dependem necessariamente, quer o Plano Integrado de Desenvolvimento quer os planos parciais, onde sejam eficazmente compatibilizados os interesses sectoriais e as áreas territoriais onde estes devem ter a sua natural aplicação.

Por outro lado, tendo apontado como inimigo principal o poder político lisboeta, por vezes com razão apelidado de colonialista, os governantes insulares abriram as portas a uma invasão indiscriminada de capitais estrangeiros que, disfarçando mal o seu pendor especulativo, foi até encorajada e privilegiada. Uma economia como a da Madeira, débil e de pequena dimensão, é extremamente sensível a hábeis transferências e a manipulação de capitais. Se na década de noventa não forem devidamente acautelados os interesses da população insular, será difícil evitar que o património económico e financeiro regional caia em mãos mercenárias, cujo exclusivo interesse é retirar apressadamente lucros, não apenas da sua normal actividade mas sobretudo das suas grosseiras especulações. E não estou sequer a pensar nos capitais provenientes da CEE, posto que estes não sejam necessariamente inocentes.



António Loja (*)

A inábil elaboração e gestão dos orçamentos regionais, inflacionados e inflacionistas, da década de oitenta, terão de ser, na próxima década, estruturados e executados com base em critérios decorrenttes do ordenamento territorial a realizar urgentemente e num plano de desenvolvimento com objectivos e faseamento claramente definidos, de modo a evitar-se a continuidade do caos financeiro que nem o palavroso optimismo oficial consegue camuflar.

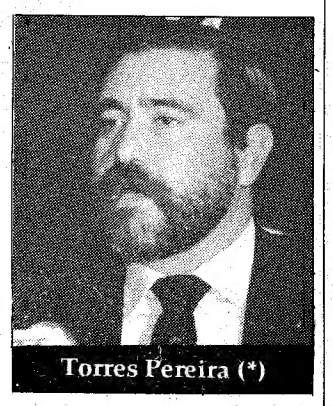
E é urgentte que se considere no futuro (já que isso foi esquecido no passado) que o solo regional é um património comum inalienável, quer se destine a fins turísticos quer industriais, e que é a «matéria-prima» essencial de qualquer projecto de desenvolvimento insular que tenha em vista, não apenas o lucro dos empreendimentos, isoladamente considerados, mas a sua rendibilidade global, na perspectiva da colectividade madeirense.

(*) Professor do Ensino Secundário, ex-deputado

Reforma de fundo

Considero ser a regionalização administrativa do continente uma das mais significativas — senão mesmo a mais significativa — reformas de fundo políticas contemporâneas do nosso país.

Para além da potenciação dos nossos recursos endógenos, de melhoria significativa do ordenamento do nosso território e da nossa Administração e do salutar incremento da participação das populações na formação da opinião pública na tomada de decisões a todos os níveis, só a criação das regiões administrativas — em que inciuo, naturalmente, as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto — permitirá, a meu ver, não só racionalizar e potenciar recursos humanos e materiais na prestação de serviços às populações por parte da Administração, como, sobretudo, criar condições objectivas para que se implemente uma salutar, endógena e nacional emulação cultural entre as diferentes partes do nosso Todo na perspectivação social e política dos portugueses do século XXI — o que equivale a dizer, essencialmente determinada pelos hoje mais jovens.



Torres Pereira (*)

As futuras regiões deverão dispor de população e de recursos adequados, indispensáveis a um desenvolvimento auto-sustentado, financeira e politicamente assumido por forma complementar e solidária com outros níveis autárquicos e outros níveis de Administração, no sentido de melhorar as condições de vida dos portugueses e contribuir para o progresso de Portugal.

(*) Presidente da Associação Nacional de Municípios